PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2025-2028

Tema: Educação Inclusiva, Contextualizada e Voltada para as Diversidades

Cidade: Serrano do Maranhão – MA
Ano de Publicação: 2025
Período de Vigência: 2025 a 2028

Elaborado com base em:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)
- Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)
- Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás
- Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08
- Políticas de Educação Especial e Inclusiva

Coordenação Geral:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Tecnologia – SEMECT
Assessoria Técnica: Conselho Municipal de Educação – CME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2025-2028

Tema: Educação Inclusiva, Contextualizada e Voltada para as Diversidades

Ficha Técnica

Item	Informação
Instituição	Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT)
Município	Serrano do Maranhão – MA
Modalidade	
Ano de Referência	2025
Equipe Responsável	- Prefeita Municipal de Serrano - MA: **Valdine de Castro Cunha** - Secretária Municipal de Educação: **ELIZABETE DE JESUS BRITO MAIA** - Coordenador Pedagógico: **Carlos Alexandre Queiroz Soares** Coordenadora do Censo Escolar: **Mônica Raquel Garcia Abreu** - Equipe de Elaboração do PPP: Nomes completos
Supervisão Técnica	SEMECT – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Data da Elaboração	16/01/2025
Contato	Endereço físico da SEMECT, telefone, e-mail oficial

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRANO DO MARANHÃO

Documento Base

Serrano do Maranhão, 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO

SUMÁRIO

1. **Introdução**
   - Contextualização do município de Serrano do Maranhão
   - Visão geral sobre a educação no município
   - Objetivos do Plano Municipal de Educação
2. **Fundamentação Legal e Teórica**
   - Constituição Federal de 1988
   - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996
   - Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
   - Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)
   - Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás
   - Lei nº 10.639/2003 e suas atualizações
   - Outras normativas legais e resoluções educacionais
3. **Diagnóstico Educacional do Município**
   - Contexto socioeconômico de Serrano do Maranhão
   - Características das escolas municipais (infraestrutura, corpo docente, recursos pedagógicos)
   - Desafios e potencialidades educacionais
4. **Diretrizes Pedagógicas**
   - Práticas pedagógicas inclusivas e interculturais
   - Educação Infantil
   - Ensino Fundamental
   - Educação Especial
   - Educação de Jovens e Adultos (EJA)
5. **Objetivos e Metas**
   - Objetivos gerais do PME
   - Metas específicas para cada etapa e modalidade de ensino
   - Ações previstas para alcançar as metas
6. **Ações Estratégicas**
   - Planejamento de ações pedagógicas e administrativas
   - Inclusão de conteúdos da história e cultura afro-brasileira
   - Formação continuada dos professores
   - Implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE)
   - Ações de apoio a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades
7. **Estratégias de Acompanhamento e Avaliação**
   - Avaliação do desempenho escolar dos alunos
   - Monitoramento do impacto das ações pedagógicas
   - Acompanhamento da implementação das metas
   - Planos de avaliação e feedback para ajustes contínuos

8. **Financiamento da Educação**
    - Fontes de financiamento (FUNDEB, PDDE, entre outros)
    - Gestão financeira da educação municipal
    - Estratégias de alocação de recursos
9. **Articulação com a Comunidade e Sociedade Civil**
    - Parcerias com entidades educacionais e sociais
    - Inclusão das famílias no processo educativo
    - Projetos interinstitucionais e comunitários
10. **Formação e Capacitação Continuada**

- Programas de formação para os professores
- Implementação de tecnologias educacionais
- Aperfeiçoamento nas metodologias pedagógicas

11. **Educação para as Diversidades**

- Ações voltadas para a educação quilombola
- Promoção da educação indígena e afro-brasileira
- Educação para a igualdade de gênero, sexualidade e diversidade religiosa

12. **Conclusão**

- Considerações finais
- Compromisso com a implementação das políticas educacionais

1. INTRODUÇÃO

1. Introdução

O Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão é um instrumento essencial para o desenvolvimento educacional do município, que visa transformar a realidade da educação local, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, cultural ou econômica, tenham acesso a uma educação pública de qualidade. Este plano foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras legislações relevantes, como o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás, que buscam garantir a contextualização e a valorização das culturas locais e das identidades de cada aluno.

Em Serrano do Maranhão, a educação enfrenta desafios específicos, especialmente no que diz respeito à inclusão de grupos marginalizados, como as comunidades quilombolas e povos indígenas. Muitos desses grupos vivem em condições de vulnerabilidade social e enfrentam dificuldades no acesso à educação de qualidade. O PME visa atender a essas necessidades, proporcionando a esses estudantes as condições necessárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A base legal para o PME de Serrano do Maranhão se fundamenta em uma série de leis, decretos e resoluções que asseguram direitos educacionais essenciais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida de forma inclusiva, acessível e igualitária. Além disso, a LDB (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 2º, orienta que a educação deve ser orientada por princípios de igualdade, liberdade e respeito à diversidade, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes.

A BNCC, por sua vez, tem um papel crucial na estruturação das ações educacionais do município, uma vez que define os direitos e objetivos de aprendizagem essenciais para todas as etapas da educação básica. O PME de Serrano do Maranhão está alinhado com a BNCC, garantindo que todos os alunos, de todas as idades e realidades sociais, tenham acesso aos conhecimentos essenciais para o seu desenvolvimento. Isso inclui o reconhecimento e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, e pela Lei nº 11.645/2008, que amplia a obrigatoriedade para incluir o ensino da história e cultura indígena.

Em consonância com a BNCC, o PME de Serrano do Maranhão também se compromete a integrar os conhecimentos tradicionais e as saberes culturais das comunidades locais. O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás são ferramentas essenciais para garantir que o currículo escolar reflita as especificidades culturais e históricas da região. O DCTMA, por exemplo, busca adaptar os conhecimentos universais às realidades locais, promovendo o respeito às tradições e valores culturais da população maranhense. Da mesma forma, o Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás valoriza as características culturais, ambientais e sociais das comunidades quilombolas, indígenas e rurais da região.

Além disso, o PME de Serrano do Maranhão reconhece a importância da formação continuada de professores como um pilar fundamental para o sucesso da educação no município. A formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas, os novos conteúdos curriculares e as metodologias inclusivas, proporcionando uma educação mais qualificada e adaptada às necessidades dos alunos. A formação também é uma

ferramenta essencial para a implementação de políticas de inclusão e diversidade, como a educação especial, que visa garantir a participação de alunos com deficiência no processo educativo.

A educação especial é um dos focos centrais do PME, especialmente porque o município de Serrano do Maranhão tem um número significativo de alunos com deficiência que necessitam de um atendimento especializado. O Plano Municipal de Educação prioriza a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o atendimento educacional especializado (AEE) e o uso de tecnologias assistivas, como libras (língua brasileira de sinais) e o braile. A educação de alunos com deficiência é regida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelecem os direitos das pessoas com deficiência à educação, à igualdade de oportunidades e à acessibilidade.

No que se refere à inclusão, o PME de Serrano do Maranhão se compromete a promover um ambiente escolar livre de discriminação, onde todos os alunos, independentemente de suas condições, possam aprender e se desenvolver plenamente. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que as instituições de ensino devem garantir o direito à educação de todos os estudantes, sem qualquer tipo de discriminação. Isso inclui a oferta de recursos pedagógicos acessíveis, como materiais didáticos adaptados, e a formação de profissionais da educação para o atendimento de estudantes com deficiências.

Outro ponto relevante do PME de Serrano do Maranhão é a inclusão digital. A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas práticas pedagógicas é um dos desafios que o município busca superar, uma vez que a zona rural e algumas comunidades quilombolas enfrentam limitações de acesso à internet e a tecnologias de aprendizagem. O Plano Municipal de Educação prioriza a ampliação do acesso à tecnologia, não apenas para os alunos, mas também para os professores, como forma de garantir uma educação de qualidade, alinhada às novas demandas do mundo digital.

O Plano Municipal de Educação também tem um compromisso explícito com a implementação de um currículo diversificado e contextualizado, que respeite a identidade dos estudantes e suas culturas. A Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, será cumprida integralmente, promovendo o combate ao racismo e a valorização das identidades afrodescendentes. Da mesma forma, o PME valoriza o ensino de história e cultura indígena, considerando as especificidades dos povos indígenas do município, cujas práticas culturais devem ser refletidas no currículo escolar.

As comunidades quilombolas de Serrano do Maranhão também serão atendidas de maneira especial pelo PME. O município se compromete a adotar as Diretrizes Operacionais para a Educação Escolar Quilombola, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012, garantindo que os conteúdos curriculares respeitem as tradições e saberes quilombolas, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão desses estudantes no contexto educacional mais amplo. A educação quilombola é fundamental para a preservação da cultura e identidade das comunidades quilombolas e, por isso, deve ser tratada com um olhar cuidadoso e especializado.

O PME de Serrano do Maranhão também reflete o compromisso do município com a universalização do acesso à educação. De acordo com a Constituição Federal e a LDB, a educação básica é obrigatória para todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, e o município se compromete a garantir o acesso e a permanência de todos os alunos nas escolas, com especial atenção para as populações mais vulneráveis, como as comunidades rurais, quilombolas e indígenas. A universalização do acesso à educação é um princípio fundamental do PME, que busca

garantir que todas as crianças e adolescentes do município tenham a oportunidade de concluir o ensino básico.

O plano também se dedica ao fortalecimento da educação infantil, considerada a base para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. O PME de Serrano do Maranhão prevê a ampliação da oferta de vagas na educação infantil, com foco nas áreas rurais e em comunidades quilombolas, para garantir que as crianças tenham acesso a um atendimento pedagógico de qualidade desde os primeiros anos de vida. A educação infantil é regida pela LDB e pela BNCC, que estabelecem a importância de um currículo que favoreça o brincar e o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas especificidades e seu contexto social.

No que diz respeito à gestão educacional, o PME de Serrano do Maranhão estabelece ações para fortalecer a gestão democrática e participativa nas escolas. A gestão educacional deve ser conduzida de forma transparente, envolvendo todos os atores da comunidade escolar — professores, alunos, pais, gestores e demais profissionais — na construção do projeto pedagógico e na implementação das ações propostas pelo plano. A gestão democrática é um princípio fundamental da LDB e da BNCC, que estabelece a importância da participação de todos na definição das estratégias e ações educativas.

Por fim, o PME de Serrano do Maranhão se compromete a avaliar constantemente o progresso das ações propostas, garantindo que as metas sejam cumpridas de forma eficaz e eficiente. A avaliação do plano será realizada de forma contínua e sistemática, considerando as especificidades locais e as necessidades dos estudantes. Isso inclui a utilização de instrumentos avaliativos que respeitem as diferenças individuais e que promovam a melhoria contínua da qualidade educacional no município.

Em síntese, o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão é um instrumento estratégico para promover a transformação da educação local, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora. Ele está alinhado com as leis nacionais e estaduais e com os princípios de justiça, igualdade e respeito à diversidade, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1 Contextualização do Município de Serrano do Maranhão

Serrano do Maranhão, localizado na região central do estado, é um município predominantemente rural, onde as atividades econômicas estão centradas na agricultura, pesca, e extrativismo. O município, com uma população de aproximadamente [inserir número de habitantes], possui uma grande parte de sua população vivendo em condições de vulnerabilidade social. Essas características são um reflexo de décadas de desigualdade no acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, e infraestrutura.

Compreender o contexto de Serrano do Maranhão, especialmente no que diz respeito à educação, implica reconhecer as especificidades culturais, sociais e econômicas da região. A população rural, além de enfrentar desafios como a escassez de recursos materiais e tecnológicos, também lida com dificuldades no acesso à educação de qualidade, especialmente nas comunidades mais distantes da sede do município. Para as comunidades quilombolas, por exemplo, além das questões relacionadas à infraestrutura, é importante considerar o impacto da discriminação e do racismo estrutural, que muitas vezes marginaliza suas culturas e tradições.

A educação em Serrano do Maranhão não pode ser vista apenas como um processo de ensino e aprendizagem. Ela deve ser, antes de tudo, uma estratégia para a transformação social, voltada à

valorização das identidades culturais, à promoção da inclusão social e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Plano Municipal de Educação (PME) visa não apenas melhorar as condições educacionais, mas também garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou cultural, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

1.2 Desafios e Oportunidades no Cenário Educacional

O cenário educacional em Serrano do Maranhão apresenta diversos desafios. A principal dificuldade é o acesso limitado à educação de qualidade para grande parte da população, especialmente nas áreas rurais e quilombolas. Além disso, a infraestrutura das escolas é um ponto crítico, com a falta de recursos adequados, como salas de informática, transporte escolar eficiente e acesso à internet. A situação se agrava com o déficit de formação continuada para os professores, que precisam de capacitação para atender às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das novas diretrizes de educação inclusiva.

Entretanto, os desafios apresentados pelo contexto educacional de Serrano também se configuram como oportunidades. O município é composto por uma população rica em diversidade cultural, com uma forte presença de comunidades quilombolas e rurais. Essa diversidade oferece uma excelente base para a construção de um currículo que respeite as especificidades culturais e históricas locais, além de permitir a promoção de uma educação intercultural que valorize as tradições, a história e as línguas desses povos.

Além disso, a implementação das leis e resoluções que regem a educação, como a **Lei 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, que assegura os direitos das pessoas com deficiência, pode ser uma ferramenta poderosa para superar os desafios educacionais e promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

1.3 A Necessidade de uma Educação Intercultural e Inclusiva

O **Plano Municipal de Educação** de Serrano do Maranhão tem como um dos seus principais objetivos promover uma educação intercultural, que valorize as culturas locais e combata as desigualdades sociais e educacionais. A diversidade cultural do município, especialmente as comunidades quilombolas, deve ser um ponto de partida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que integrem as tradições e a história desses povos ao currículo escolar.

A implementação de um currículo intercultural envolve, entre outras coisas, o uso de **materiais didáticos contextualizados** que reflitam a realidade cultural e social das comunidades locais, bem como a criação de estratégias pedagógicas que respeitem e promovam as culturas afro-brasileira e indígena. Além disso, a formação dos professores para lidar com a diversidade cultural e histórica dos alunos é fundamental para garantir que a educação em Serrano do Maranhão seja inclusiva e transformadora.

Outro aspecto importante da educação intercultural é a promoção da **educação inclusiva**, que visa atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais ou cognitivas. A educação inclusiva, conforme estabelecido pela **Política Nacional de Educação Especial** e pela **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, assegura que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades tenham o direito de participar plenamente das atividades educacionais.

1.4 Legislação e Diretrizes Educacionais

O **Plano Municipal de Educação** de Serrano do Maranhão segue as orientações das principais legislações e documentos que regem a educação no Brasil, assegurando que o município cumpra as exigências legais e promova uma educação de qualidade para todos. O **Plano Nacional de Educação (PNE)**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** são as principais referências para a construção do currículo e das práticas pedagógicas.

A **Lei 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, é um marco importante para a promoção da diversidade racial no Brasil e será aplicada de forma integral em Serrano do Maranhão. A implementação dessa lei será acompanhada por ações pedagógicas que visem não apenas o ensino da história e cultura afro-brasileira, mas também o combate ao racismo e a promoção da identidade afrodescendente, algo de extrema relevância no contexto do município, que conta com uma significativa população quilombola.

Além disso, o **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)** e o **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás** serão utilizados como ferramentas para adaptar o currículo estadual à realidade local, assegurando que as especificidades culturais e sociais de Serrano do Maranhão sejam respeitadas. Esses documentos orientam a construção de práticas pedagógicas que valorizem as culturas locais, bem como as questões relacionadas à educação quilombola e indígena.

1.5 Objetivos do Plano Municipal de Educação

O **Plano Municipal de Educação** de Serrano do Maranhão tem como objetivo central a construção de um sistema educacional inclusivo, intercultural e de qualidade, que garanta o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, especialmente aqueles oriundos das comunidades quilombolas, rurais e com necessidades educacionais especiais.

Entre os principais objetivos do PME, destacam-se:

1. Garantir a implementação do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, conforme as diretrizes da **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, para alunos com deficiência e outros estudantes com necessidades educacionais específicas.
2. Promover a formação continuada de professores, com ênfase na educação inclusiva e intercultural, visando a capacitação para lidar com a diversidade cultural, étnica e social dos alunos.
3. Implementar o ensino de **história e cultura afro-brasileira** e **africana**, conforme a **Lei 10.639/2003**, em todas as etapas da educação básica.
4. Desenvolver práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as culturas quilombolas, indígenas e rurais, alinhando-se às orientações do **DCTMA** e **ADE dos Guarás**.
5. Assegurar a melhoria das condições de infraestrutura escolar, com a construção de novas unidades de ensino e a melhoria das já existentes, além da implementação de tecnologias assistivas para garantir a inclusão digital dos estudantes.

1.6 A Implementação e Monitoramento do PME

A implementação do **Plano Municipal de Educação** de Serrano do Maranhão será realizada de forma gradual e contínua, com o acompanhamento constante das metas e objetivos estabelecidos. Para garantir o sucesso do plano, serão realizadas avaliações periódicas que permitam ajustar as ações e garantir que as políticas educacionais sejam efetivas e atendam às necessidades de todos os alunos.

Além disso, a participação da comunidade escolar e das famílias será fundamental para o sucesso do plano. Serão realizadas audiências públicas e encontros com a comunidade para discutir as propostas educacionais e garantir que as ações estejam alinhadas às expectativas e necessidades da população.

1.2 Visão Geral sobre a Educação no Município de Serrano do Maranhão

A educação no município de Serrano do Maranhão, embora desafiadora devido à sua localização predominantemente rural e à escassez de recursos, tem sido marcada por um esforço contínuo para garantir acesso, permanência e sucesso escolar a todos os estudantes, com especial atenção à inclusão e à valorização das culturas locais. O município se compromete a alinhar suas práticas pedagógicas às diretrizes nacionais e estaduais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás, além das leis que garantem a educação para todos, como a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

1.2.1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A **BNCC**, estabelecida pela **Lei nº 13.415/2017**, constitui o principal marco regulatório para a educação básica no Brasil. Ela define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, estabelecendo diretrizes para a organização do currículo e das práticas pedagógicas. Para o município de Serrano do Maranhão, a BNCC é um documento fundamental que orienta o desenvolvimento de currículos escolares, respeitando a diversidade local e as necessidades de uma população majoritariamente rural e quilombola.

A **BNCC** propõe, por exemplo, a integração de conteúdos de história afro-brasileira e indígena, que são essenciais para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua identidade e de seu papel na sociedade. Essa diretriz se alinha diretamente à **Lei 10.639/2003**, que torna obrigatória a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas, estabelecendo a obrigatoriedade de sua implementação de forma transversal em todas as disciplinas, conforme já abordado. Além disso, a BNCC enfatiza a necessidade de uma educação inclusiva, que deve ser um dos pilares da educação em Serrano, com estratégias pedagógicas e materiais didáticos adaptados para atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades.

1.2.2 Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)

O **DCTMA** é um documento estratégico para a adaptação das orientações da BNCC à realidade do Maranhão. Ele foi elaborado com base na diversidade cultural do estado, considerando as especificidades locais, como as comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. O DCTMA orienta os educadores a promoverem práticas pedagógicas contextualizadas, ou seja, que respeitem e integrem as realidades e os saberes das comunidades locais.

Em Serrano do Maranhão, o **DCTMA** tem um papel fundamental ao direcionar as práticas pedagógicas para que reflitam as necessidades dos alunos, respeitando suas culturas, tradições e contextos socioeconômicos. A inclusão de temas como a história do povo quilombola e o fortalecimento da identidade cultural local são aspectos essenciais desse documento, que serve como base para a construção de um currículo que seja, ao mesmo tempo, inclusivo e intercultural.

1.2.3 Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás

O **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás** é um outro marco importante para o desenvolvimento do currículo escolar em Serrano do Maranhão. Ele reforça a necessidade de uma educação que se baseie na valorização dos aspectos históricos, culturais e ambientais do território maranhense. Este documento busca integrar os conhecimentos e as práticas pedagógicas do campo e da cidade, levando em consideração as especificidades das comunidades rurais e quilombolas, que representam uma parte significativa da população de Serrano.

Esse documento destaca a importância da contextualização dos conteúdos escolares, de modo que os alunos possam compreender e valorizar seu próprio território e suas raízes culturais. Ele também propõe a integração das questões ambientais à prática pedagógica, estimulando os estudantes a refletirem sobre o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. A educação ambiental e a promoção de práticas sustentáveis são, portanto, temas transversais que devem ser trabalhados em todas as disciplinas.

1.2.4 A Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008

A **Lei 10.639/2003**, alterada pela **Lei 11.645/2008**, representa um avanço significativo na inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. A obrigatoriedade do ensino dessas temáticas não se limita apenas ao ensino de história, mas se estende a todas as disciplinas, promovendo uma educação que valorize as identidades étnicas e culturais, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No município de Serrano do Maranhão, a **Lei 10.639/2003** será implementada de forma transversal, com a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira em todas as áreas do conhecimento, como matemática, ciências, arte, e língua portuguesa. As comunidades quilombolas, com sua rica história e tradição cultural, serão centralizadas nas atividades pedagógicas, e a escola se tornará um espaço de resistência cultural, onde os alunos poderão se reconhecer e se valorizar como sujeitos históricos.

1.2.5 O Papel da Educação Inclusiva

A educação inclusiva é outro princípio fundamental na educação de Serrano do Maranhão, conforme estabelecido pela **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008) e pela **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**. A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial para garantir que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades tenham acesso a um currículo adaptado às suas necessidades e potencialidades.

Em Serrano, a inclusão vai além de uma simples adaptação de currículos; ela envolve uma mudança de atitude na comunidade escolar, promovendo o respeito às diferenças e a valorização da diversidade. O município, portanto, tem o compromisso de formar professores para o uso de tecnologias assistivas e de criar uma infraestrutura escolar que atenda às necessidades de todos os estudantes, garantindo um ambiente de aprendizagem que seja acessível a todos.

1.2.6 Implementação das Diretrizes Legais e Curriculares

A implementação de todas essas diretrizes legais e curriculares em Serrano do Maranhão exige um trabalho contínuo e articulado entre as esferas municipal, estadual e federal. O município deverá promover a capacitação constante dos professores, com ênfase na formação para o uso de tecnologias educacionais, metodologias de ensino diferenciadas e práticas pedagógicas inclusivas. O acompanhamento e monitoramento das políticas educacionais será feito por meio de avaliações

periódicas, com o objetivo de garantir que os direitos educacionais dos estudantes estejam sendo plenamente respeitados.

Além disso, é fundamental que a comunidade escolar esteja ativamente envolvida nesse processo, por meio da participação dos pais, alunos e membros da comunidade local. A escola, portanto, deve ser entendida como um espaço de construção coletiva, onde todos têm um papel na transformação e no aprimoramento da educação.

1.2.7 Compromisso com a Formação Integral dos Estudantes

O município de Serrano do Maranhão compreende que a educação vai além da simples aquisição de conteúdos acadêmicos. Ela deve promover a formação integral dos estudantes, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais. A educação, nesse contexto, deve ser um processo de desenvolvimento pessoal e coletivo, que permita aos alunos compreender e atuar no mundo de forma crítica, ética e responsável.

Para atingir esse objetivo, será fundamental o desenvolvimento de projetos pedagógicos que integrem diferentes áreas do conhecimento, com ênfase em práticas que estimulem a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas. Além disso, é importante que a educação em Serrano seja voltada para a preparação dos alunos para o exercício pleno da cidadania, com o fortalecimento da identidade cultural e o combate a todas as formas de discriminação e exclusão social.

2.2 Objetivos do Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

O Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão é uma ferramenta estratégica que visa nortear a implementação de políticas públicas educacionais no município, alinhando-se às diretrizes e normativas estabelecidas pela legislação nacional, estadual e local. Os objetivos do PME estão em consonância com as necessidades do contexto educacional de Serrano do Maranhão e com as exigências da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, do **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)**, do **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, e das leis que regulamentam a educação, incluindo a **Lei 10.639/2003**. Estes objetivos buscam promover uma educação de qualidade, inclusiva, intercultural e voltada para a valorização da identidade local e da diversidade cultural, garantindo o pleno exercício da cidadania por todos os estudantes.

2.2.1 Garantir o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica

O primeiro e mais importante objetivo do PME de Serrano do Maranhão é garantir que todas as crianças e jovens do município tenham acesso à educação básica e permaneçam na escola até a conclusão do ensino fundamental. A educação, conforme estipulado pela **Lei nº 9.394/1996 (LDB)**, é direito de todos os cidadãos, e o município tem o compromisso de eliminar as barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

A **BNCC** destaca a importância de se garantir uma educação inclusiva, o que implica em ações específicas para assegurar que crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades possam ter uma trajetória escolar bem-sucedida. A inclusão deve ser garantida não só no acesso à escola, mas também nas metodologias de ensino, no ambiente escolar e na participação ativa de todos os alunos nas atividades escolares. As estratégias adotadas devem ser pautadas pela **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008), e pela **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**, Lei nº 13.146/2015.

2.2.2 Valorizar a identidade cultural local, afro-brasileira e indígena

O Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão deve, em conformidade com a **Lei 10.639/2003**, promover o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas e modalidades de ensino. Este objetivo é de extrema importância para o município, pois fortalece as identidades culturais dos alunos, especialmente daqueles provenientes das comunidades quilombolas, indígenas e outras localidades rurais.

Além disso, a **Lei nº 11.645/2008**, que altera a **Lei 10.639/2003**, estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, tornando-as disciplinas transversais em todos os componentes curriculares. A implementação dessa legislação será essencial para a educação de Serrano, valorizando as culturas locais e garantindo que os estudantes reconheçam a importância de sua história e identidade.

A **BNCC** também prevê que as escolas promovam uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural dos alunos, com ênfase na história e cultura afro-brasileira e indígena. O município de Serrano do Maranhão deve adotar essas diretrizes para promover uma educação que respeite e celebre a pluralidade cultural.

2.2.3 Promover a formação integral dos estudantes

A formação integral dos estudantes é um dos pilares fundamentais do PME de Serrano do Maranhão. A **BNCC** enfatiza que a educação deve ser voltada para o desenvolvimento integral do estudante, não apenas no campo cognitivo, mas também no aspecto afetivo, social e cultural. A formação integral inclui a construção da autonomia, a capacidade crítica, a convivência harmoniosa com a diversidade e o respeito à diferença.

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, **Lei nº 9.394/1996**, e a **Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEER)**, reforçam a necessidade de promover uma educação que seja capaz de formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A proposta é que a escola de Serrano do Maranhão seja um espaço de aprendizagem não apenas acadêmica, mas também de desenvolvimento de valores e atitudes, como solidariedade, cooperação e respeito à diversidade.

A formação integral implica também em um currículo que contemple não apenas as disciplinas tradicionais, mas também atividades de cultura, esporte, lazer, arte e educação ambiental, abordando questões relacionadas ao respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade. Esse enfoque deve ser promovido em todas as etapas da educação básica, garantindo que todos os alunos sejam preparados para atuar de maneira plena e responsável na sociedade.

2.2.4 Implementar práticas pedagógicas inclusivas e interculturais

A educação inclusiva e intercultural deve ser uma prioridade no PME de Serrano do Maranhão. De acordo com as diretrizes da **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**, o município deve garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, mentais ou culturais, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam participar ativamente do processo de aprendizagem.

Além disso, a **Resolução CNE/CEB nº 8/2012** das Diretrizes Operacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e o **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, orientam a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais,

históricas e sociais das comunidades quilombolas e rurais. O município deve, portanto, garantir que o currículo escolar seja contextualizado e que as práticas pedagógicas levem em conta os saberes e as realidades dessas comunidades.

O currículo deve, assim, ser adaptado para promover a integração de saberes locais, resgatando e valorizando as culturas tradicionais, sem deixar de lado os conhecimentos científicos e tecnológicos. Isso inclui a utilização de materiais didáticos contextualizados e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades e expectativas dos alunos.

2.2.5 Garantir o uso de tecnologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem

O uso das **tecnologias da informação e comunicação (TICs)** é essencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade no município de Serrano do Maranhão. A **BNCC** e o **DCTMA** indicam que a inserção de tecnologias nas práticas pedagógicas deve ser feita de maneira integrada, utilizando recursos digitais, plataformas educacionais, computadores e outros dispositivos para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

A implementação do uso de tecnologias também se alinha ao **Plano Nacional de Educação (PNE)**, que prioriza a integração da tecnologia no currículo escolar e o acesso dos alunos a ferramentas que ampliem suas possibilidades de aprendizado. No contexto de Serrano do Maranhão, a adoção de tecnologias deve ser pensada de forma estratégica, garantindo o acesso à internet e a capacitação de professores para utilizar essas ferramentas de forma pedagógica e inclusiva.

2.2.6 Promover a valorização do corpo docente

A formação continuada dos professores é fundamental para o sucesso do PME de Serrano do Maranhão. A **LDB** e a **Lei nº 13.005/2014** do **Plano Nacional de Educação (PNE)** destacam a necessidade de garantir que os professores sejam formados e capacitados para atender às exigências do currículo, às novas demandas da BNCC e às necessidades de uma educação inclusiva e intercultural.

O município deverá investir em programas de formação contínua para os docentes, oferecendo cursos, oficinas e eventos de atualização pedagógica, com foco em práticas inclusivas, no uso de tecnologias educacionais, e na valorização das culturas locais. A formação de professores também deve incluir o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, como empatia, respeito à diversidade e habilidades para lidar com situações de bullying e discriminação.

2.2.7 Garantir a gestão democrática e a participação da comunidade escolar

A **gestão democrática** da educação é outro princípio essencial do PME de Serrano do Maranhão. De acordo com a **LDB**, a gestão escolar deve ser participativa, com a inclusão da comunidade escolar nas decisões que envolvem a administração e o funcionamento das escolas. O município deve criar espaços de diálogo e participação para os pais, alunos, professores e outros membros da comunidade escolar.

A implementação da **Resolução CNE/CEB nº 6/2010**, que trata da gestão democrática na educação, é fundamental para assegurar que todos os membros da comunidade escolar se sintam parte do processo educacional. A participação ativa da comunidade deve ser estimulada, e as escolas devem ser vistas como espaços de construção coletiva de saberes, valores e práticas.

Conclusão

O Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão reflete um compromisso com a qualidade educacional, com a inclusão e com a valorização das culturas locais. Ao alinhar-se às diretrizes legais e curriculares, o município busca garantir o acesso e a permanência dos estudantes, promover a formação integral dos alunos e implementar práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais e históricas das comunidades quilombolas, indígenas e rurais. O plano também destaca a importância da capacitação contínua dos professores e do uso das tecnologias educacionais, além de promover uma gestão democrática que envolva todos os atores da comunidade escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TEÓRICA

A legislação que orienta o PME de Serrano do Maranhão está em conformidade com a **Constituição Federal de 1988**, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, que estabelece os princípios, diretrizes e fins da educação no Brasil, e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que define as competências essenciais para todas as etapas e modalidades de ensino.

O **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)** e o **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás** orientam a integração das especificidades regionais e culturais, com foco nas comunidades quilombolas e rurais, assegurando que a educação seja adequada ao contexto local. A **Lei 10.639/2003** estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, promovendo o respeito e valorização da diversidade racial e étnica.

Constituição Federal de 1988: Fundamento Legal para a Educação no Plano Municipal de Serrano do Maranhão

A Constituição Federal de 1988 é a base jurídica que orienta a elaboração e implementação de políticas públicas em todas as áreas, incluindo a educação. Considerada a "Carta Magna" do Brasil, ela estabelece os princípios e direitos fundamentais que norteiam a organização do sistema educacional brasileiro. No contexto do Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, a Constituição Federal é um alicerce indispensável para garantir o acesso universal, a qualidade, a equidade e a inclusão na educação pública municipal.

1. Princípios Constitucionais e o Direito à Educação

O artigo 205 da Constituição Federal declara que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. Este artigo estabelece que a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No PME de Serrano do Maranhão, esses princípios guiam a formulação de metas e estratégias voltadas para assegurar que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos do município tenham acesso à educação de qualidade.

2. Educação como Direito Social

O artigo 6º da Constituição inclui a educação entre os direitos sociais, ao lado da saúde, moradia, trabalho e outros. Este reconhecimento reforça a obrigação do município de Serrano do Maranhão em assegurar que a educação alcance todas as comunidades, incluindo as áreas rurais, quilombolas e indígenas, que frequentemente enfrentam desafios de acesso e permanência.

3. Responsabilidades do Poder Público

O artigo 211 da Constituição define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Para Serrano do Maranhão, isso significa um compromisso compartilhado com os governos estadual e federal para implementar políticas educacionais que respondam às demandas locais, respeitando as diretrizes nacionais e regionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás.

O §2º do mesmo artigo especifica que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Nesse sentido, o PME de Serrano do Maranhão concentra esforços na universalização da educação básica, com foco na melhoria da qualidade do ensino, na formação continuada de professores e na valorização das práticas pedagógicas inclusivas e interculturais.

4. Igualdade de Condições e Diversidade Cultural

O artigo 206 estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, e valorização da diversidade. Esses princípios são especialmente relevantes para Serrano do Maranhão, um município com uma população diversificada, incluindo comunidades quilombolas e povos indígenas. O PME incorpora esses valores ao propor estratégias específicas para atender às demandas culturais e sociais dessas comunidades, em conformidade com a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei nº 11.645/2008, que amplia essa obrigatoriedade para a cultura indígena.

5. Educação Básica como Direito Universal

O artigo 208 da Constituição assegura que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, garantida inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Em Serrano do Maranhão, o PME se compromete com a ampliação do acesso à educação básica, garantindo que crianças e adolescentes das áreas rurais e quilombolas tenham condições de frequentar a escola, por meio da melhoria do transporte escolar, alimentação adequada e infraestrutura de qualidade.

O inciso VII do mesmo artigo também garante o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O PME reforça este compromisso ao propor a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação continuada de professores para o uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas.

6. Financiamento da Educação

O artigo 212 estabelece que os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. No PME de Serrano do Maranhão, o cumprimento deste dispositivo é essencial para garantir os investimentos necessários em infraestrutura, formação docente, aquisição de materiais pedagógicos e ampliação da oferta de educação infantil e fundamental.

Além disso, o município busca fortalecer a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos, alinhando-se aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e das normativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

7. Gestão Democrática do Ensino Público

O artigo 206 também destaca a gestão democrática como um dos pilares do sistema educacional. O PME de Serrano do Maranhão promove a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar — professores, gestores, pais, estudantes e sociedade civil — no planejamento, execução e

monitoramento das políticas educacionais. Este compromisso é refletido na criação de conselhos escolares e na realização de conferências municipais de educação.

8. Inclusão e Igualdade de Oportunidades

A Constituição Federal, em seu artigo 227, enfatiza a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, incluindo o direito à educação. Este artigo reforça o compromisso do PME em Serrano do Maranhão com a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais ou culturais, garantindo igualdade de oportunidades e um ambiente escolar acolhedor.

O município também se compromete a combater todas as formas de discriminação no ambiente escolar, promovendo uma educação antirracista e inclusiva, conforme preconizado pela legislação brasileira e por tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

9. Monitoramento e Avaliação

Por fim, o artigo 214 da Constituição estabelece que o Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser utilizado como referência para os planos estaduais e municipais. O PME de Serrano do Maranhão adota as metas e estratégias do PNE como base para o monitoramento e avaliação contínuos, garantindo que as ações propostas sejam eficazes e alinhadas aos objetivos nacionais de educação.

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal que fundamenta todas as ações propostas no Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão. Ao assegurar o direito à educação como um direito fundamental, a Constituição estabelece os parâmetros para a construção de um sistema educacional inclusivo, democrático e de qualidade. O PME de Serrano do Maranhão, alinhado aos princípios constitucionais, reafirma o compromisso do município em garantir que todos os seus cidadãos tenham acesso a uma educação transformadora, que promova o desenvolvimento humano, a cidadania e a justiça social.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: Fundamentos para o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é o principal marco regulatório da educação brasileira. Ela estabelece os fundamentos, diretrizes e objetivos do sistema educacional em todos os níveis e modalidades. Para o município de Serrano do Maranhão, a LDB serve como base para a formulação do Plano Municipal de Educação (PME), orientando a implementação de políticas públicas que atendam às especificidades locais, mas que estejam em consonância com as diretrizes nacionais.

1. Princípios Fundamentais da LDB

A LDB, em seu artigo 3º, estabelece princípios que orientam a educação nacional, como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, respeito à liberdade e apreço à tolerância. Esses princípios são incorporados no PME de Serrano do Maranhão, que busca assegurar uma educação inclusiva, intercultural e democrática, especialmente considerando a diversidade cultural e social das comunidades quilombolas, indígenas e rurais do município.

O PME adota como objetivo central o pleno desenvolvimento do educando, em conformidade com o artigo 2º da LDB, promovendo sua formação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

2. Educação Infantil

A LDB determina, em seu artigo 29, que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, deve ser oferecida em creches e pré-escolas, atendendo crianças de 0 a 5 anos. O PME de Serrano do Maranhão prioriza a expansão da oferta de educação infantil, com a criação de mais vagas em creches e a melhoria da infraestrutura das pré-escolas, garantindo que crianças de todas as comunidades, inclusive as mais afastadas, tenham acesso a um ambiente educacional seguro e acolhedor.

Para isso, são propostas ações como:

- Ampliação do transporte escolar para atender crianças de zonas rurais.
- Formação continuada para professores de educação infantil, conforme o artigo 62-A da LDB.
- Desenvolvimento de materiais pedagógicos contextualizados, considerando a realidade local e as diretrizes do Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).

3. Ensino Fundamental

A universalização do ensino fundamental é um dos pilares da LDB, conforme estabelecido no artigo 32. No município de Serrano do Maranhão, o PME reforça o compromisso com a oferta de ensino fundamental de nove anos para todos os estudantes, com ênfase na alfabetização na idade certa, como previsto no artigo 34-A da LDB.

As metas incluem:

- Implantação de projetos de alfabetização e letramento, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Garantia de transporte escolar adequado para estudantes de áreas quilombolas e rurais.
- Criação de estratégias para combater a evasão escolar, especialmente em comunidades vulneráveis.

4. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A LDB, em seu artigo 37, assegura a oferta de educação de jovens e adultos (EJA) para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. O PME de Serrano do Maranhão reconhece a importância da EJA como uma ferramenta de inclusão social e cidadania, propondo a ampliação dessa modalidade de ensino em todas as etapas.

Medidas incluem:

- Criação de polos de EJA em comunidades remotas.
- Inclusão de conteúdos relacionados à realidade local, como práticas agrícolas e pesca sustentável.
- Implementação de metodologias inovadoras que respeitem o ritmo de aprendizagem dos estudantes.

5. Educação Especial

O artigo 58 da LDB destaca a necessidade de assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Em Serrano do Maranhão, o PME propõe:

- Expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Capacitação de professores para uso de tecnologias assistivas.
- Sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão, garantindo o cumprimento do direito à educação para todos.

6. Formação e Valorização dos Professores

A LDB enfatiza, em seu artigo 61, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação como um dos pilares para a qualidade do ensino. O PME de Serrano do Maranhão propõe:

- Parcerias com instituições de ensino superior para oferecer cursos de formação continuada.
- Valorização salarial e melhoria nas condições de trabalho dos professores, conforme previsto no artigo 67 da LDB.
- Incentivo à formação de professores em áreas específicas, como educação quilombola e especial.

7. Gestão Democrática

A gestão democrática do ensino público, prevista no artigo 14 da LDB, é um princípio fundamental para o PME de Serrano do Maranhão. O município propõe:

- Fortalecimento dos conselhos escolares como espaços de deliberação e participação.

- Realização de conferências municipais de educação para avaliar e redirecionar as políticas educacionais.
- Envolvimento ativo da comunidade na elaboração e implementação das ações do PME.

8. Financiamento da Educação

A LDB, em seu artigo 70, define as despesas que devem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino. O PME de Serrano do Maranhão reforça a necessidade de aplicação eficiente dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), priorizando:

- Construção e reforma de escolas.
- Aquisição de equipamentos tecnológicos para modernização do ensino.
- Investimento em formação continuada e valorização dos profissionais da educação.

9. Educação Quilombola

Em conformidade com o artigo 79-B da LDB, que estabelece diretrizes para a educação escolar quilombola, o PME de Serrano do Maranhão propõe:

- Elaboração de currículos específicos para atender às demandas das comunidades quilombolas.
- Produção de materiais didáticos contextualizados, respeitando as tradições culturais e históricas dessas comunidades.
- Formação de professores para atuar em escolas quilombolas.

10. Monitoramento e Avaliação

O artigo 87 da LDB determina que o planejamento educacional deve ser constantemente monitorado e avaliado. O PME de Serrano do Maranhão implementará:

- Sistemas de acompanhamento das metas educacionais.
- Relatórios anuais de desempenho das ações propostas.
- Reuniões periódicas com a comunidade escolar para discutir os resultados e readequar estratégias.

A LDB é o alicerce do Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão, garantindo que todas as ações propostas estejam alinhadas às diretrizes nacionais e regionais. Ao integrar os princípios da LDB com as demandas locais, o PME reafirma o compromisso do município com a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que valorize a diversidade cultural e assegure oportunidades para todos.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Diretrizes para o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes da educação básica em todo o Brasil. Instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e homologada pelo Ministério da Educação (MEC), a BNCC estabelece diretrizes fundamentais que norteiam o Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, adaptando-as à realidade e especificidades locais.

1. Fundamentos da BNCC

A BNCC tem como princípios a igualdade, a equidade e a inclusão, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014. Esses princípios são essenciais para assegurar o direito à educação de qualidade e com equidade em Serrano do Maranhão, considerando as características socioeconômicas, culturais e geográficas do município.

O PME de Serrano do Maranhão se alinha à BNCC para garantir:

- O desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais.
- A formação cidadã e ética, em consonância com as demandas do século XXI.
- A valorização da diversidade cultural e ambiental do município, com ênfase nas comunidades quilombolas e rurais.

2. Estrutura e Organização da BNCC

A BNCC é organizada em três etapas principais:

1. Educação Infantil.
2. Ensino Fundamental.
3. Ensino Médio.

No contexto de Serrano do Maranhão, o PME adota as diretrizes da BNCC para cada etapa, promovendo a integração dos conteúdos obrigatórios com a valorização das realidades locais. Além disso, o plano enfatiza a transversalidade dos temas obrigatórios, como educação ambiental, direitos humanos e história e cultura afro-brasileira e indígena, em conformidade com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

3. Educação Infantil e a BNCC

A BNCC destaca a educação infantil como etapa primordial para o desenvolvimento integral das crianças, conforme os Campos de Experiência estabelecidos no documento:

- **O Eu, o Outro e o Nós**: Relações interpessoais e respeito à diversidade.
- **Corpo, Gestos e Movimentos**: Exploração e expressão do corpo.
- **Traços, Sons, Cores e Formas**: Desenvolvimento da criatividade e expressão artística.
- **Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação**: Estímulo à linguagem oral e escrita.

- **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações**: Exploração do ambiente natural e social.

O PME de Serrano do Maranhão propõe ações como:

- Formação continuada de professores para implementar os Campos de Experiência.
- Produção de materiais pedagógicos que contemplem a realidade das comunidades locais.
- Garantia de infraestrutura adequada nas escolas da zona rural.

4. Ensino Fundamental e a BNCC

O Ensino Fundamental, organizado em anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano), é estruturado na BNCC em áreas do conhecimento, como:

1. **Linguagens**: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa.
2. **Matemática**.
3. **Ciências da Natureza**.
4. **Ciências Humanas**: História e Geografia.
5. **Ensino Religioso**.

Metas e Ações no PME de Serrano do Maranhão

- Garantir a alfabetização na idade certa, com foco nos direitos de aprendizagem da BNCC.
- Incorporar conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme a Lei nº 10.639/2003.
- Promover a interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos, valorizando o meio ambiente e as práticas culturais locais.
- Oferecer formação continuada aos professores, especialmente em relação ao uso de tecnologias educacionais e práticas inclusivas.

5. Educação Quilombola e a BNCC

No âmbito da BNCC, a educação quilombola é reconhecida como parte integrante do processo educacional. O PME de Serrano do Maranhão contempla a adaptação curricular para atender às comunidades quilombolas, alinhando-se ao artigo 79-B da LDB e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 8/2012).

As propostas incluem:

- Desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos para as escolas quilombolas.
- Incentivo à participação da comunidade na construção dos currículos.
- Valorização da língua, história e cultura quilombola.

6. Educação Inclusiva e a BNCC

A BNCC reforça a inclusão como um direito fundamental. Em Serrano do Maranhão, o PME promove a educação inclusiva, considerando as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7.611/2011.

Propostas do PME:

- Adequação dos currículos às necessidades de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
- Uso de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos adaptados.
- Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

7. Transversalidade e Temas Contemporâneos

A BNCC enfatiza a abordagem transversal de temas como:

- Direitos humanos e cidadania.
- Sustentabilidade e educação ambiental.
- Ética e diversidade cultural.

No PME de Serrano do Maranhão, esses temas são integrados aos projetos pedagógicos das escolas, com ações como:

- Realização de eventos que promovam o debate sobre direitos humanos e cidadania.
- Criação de hortas escolares e projetos de reciclagem.
- Valorização das manifestações culturais locais e regionais.

8. Formação Continuada dos Professores

O PME reconhece a necessidade de formação continuada para que os professores possam implementar as diretrizes da BNCC de forma eficiente e contextualizada. Parcerias com universidades e programas de formação são propostas para:

- Atualizar os docentes sobre as metodologias ativas e tecnologias educacionais.
- Promover cursos sobre educação quilombola, inclusão e interculturalidade.
- Apoiar os professores no desenvolvimento de projetos pedagógicos alinhados à BNCC.

9. Monitoramento e Avaliação

A BNCC reforça a importância de avaliações diagnósticas e formativas para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. O PME de Serrano do Maranhão estabelece sistemas de monitoramento que incluem:

- Análise periódica dos resultados educacionais.
- Implementação de práticas avaliativas que respeitem as especificidades locais.
- Revisão contínua das ações propostas, garantindo alinhamento às diretrizes nacionais e regionais.

A Base Nacional Comum Curricular é o eixo estruturante do Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão, orientando as políticas públicas educacionais para o município. Ao adaptar os princípios da BNCC à realidade local, o PME promove uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que respeita as especificidades culturais, sociais e econômicas da população.

Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA): Diretrizes para o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

O **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)** é um instrumento fundamental que orienta as práticas pedagógicas em todo o estado do Maranhão. Desenvolvido em consonância com a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, o DCTMA adapta os direitos e objetivos de aprendizagem às especificidades culturais, geográficas e sociais do estado. No contexto do Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, ele desempenha um papel crucial na construção de um currículo que promova a identidade, a inclusão e a equidade.

1. Fundamentos do DCTMA

O DCTMA tem como pilares:

- **Respeito à diversidade cultural e ambiental do Maranhão.**
- **Valorização das especificidades locais**, como as comunidades quilombolas e povos indígenas.
- **Integração de temas transversais**, como direitos humanos, sustentabilidade e interculturalidade.
- **Articulação entre os diferentes níveis de ensino**, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

No município de Serrano do Maranhão, o PME utiliza o DCTMA como referência para garantir que as diretrizes educacionais estaduais sejam implementadas de maneira contextualizada, respeitando as realidades locais.

2. Educação Infantil no DCTMA

O DCTMA orienta a Educação Infantil com base nos **Campos de Experiência** definidos pela BNCC, promovendo uma educação que respeite o brincar, a curiosidade e a exploração do mundo. No PME de Serrano do Maranhão, essas orientações são adaptadas para:

- Promover práticas pedagógicas que integrem a cultura local, como contação de histórias das comunidades quilombolas.
- Estimular o contato com a natureza, valorizando o ambiente rural do município.
- Garantir a formação continuada de professores para implementar os Campos de Experiência com criatividade e inovação.

Exemplo de ação:

Criação de materiais didáticos específicos que reflitam as tradições e histórias locais, valorizando o patrimônio imaterial de Serrano do Maranhão.

3. Ensino Fundamental e o DCTMA

No Ensino Fundamental, o DCTMA reforça a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, alinhando-os às demandas do território maranhense. O PME de Serrano do Maranhão utiliza essas diretrizes para:

- Incorporar temas como **história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola**, em conformidade com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

- Promover práticas pedagógicas que integrem os conteúdos obrigatórios com a realidade local, como estudos sobre agricultura sustentável e pesca artesanal.
- Garantir a alfabetização na idade certa, com atenção especial aos estudantes da zona rural e multisseriados.

Exemplo de ação:

Desenvolvimento de projetos interdisciplinares que abordem temas como a preservação ambiental e a valorização da cultura quilombola.

4. Educação Quilombola e o DCTMA

O DCTMA destaca a importância da **educação quilombola** como uma modalidade que respeita as especificidades culturais, sociais e históricas das comunidades quilombolas. No PME de Serrano do Maranhão, essas diretrizes são adaptadas para:

- Garantir que os currículos reflitam a história e as tradições das comunidades quilombolas do município.
- Promover a formação de professores para atuar em contextos quilombolas, com enfoque na interculturalidade.
- Estabelecer parcerias com as comunidades para o desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Exemplo de ação:

Implementação de feiras culturais nas escolas, com a participação ativa das comunidades quilombolas.

5. Educação Inclusiva e o DCTMA

A educação inclusiva é uma das diretrizes centrais do DCTMA, alinhada à **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008). No PME de Serrano do Maranhão, essas orientações são adaptadas para:

- Garantir o acesso de estudantes com deficiência às escolas regulares.
- Promover a formação continuada de professores para o uso de **tecnologias assistivas** e práticas pedagógicas inclusivas.
- Adaptar os currículos para atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes.

Exemplo de ação:

Criação de salas de recursos multifuncionais em escolas estratégicas do município.

6. Educação Ambiental no DCTMA

A **educação ambiental** é um tema transversal destacado no DCTMA, essencial para a construção de uma consciência crítica sobre o meio ambiente. No PME de Serrano do Maranhão, as ações propostas incluem:

- Desenvolvimento de projetos pedagógicos sobre a preservação dos ecossistemas locais, como manguezais e áreas de pesca.
- Promoção de práticas sustentáveis nas escolas, como hortas comunitárias e reciclagem.

- Sensibilização da comunidade escolar para a importância da sustentabilidade.

Exemplo de ação:

Realização de oficinas sobre compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos.

7. Formação Continuada de Professores

O DCTMA enfatiza a importância da formação continuada como estratégia para garantir a qualidade do ensino. No PME de Serrano do Maranhão, as ações propostas incluem:

- Oferta de cursos e oficinas sobre as diretrizes da BNCC e do DCTMA.
- Parcerias com universidades e instituições de ensino para capacitação docente.
- Incentivo à formação em temas específicos, como educação quilombola, inclusão e uso de tecnologias educacionais.

Exemplo de ação:

Criação de um programa municipal de formação continuada, com foco nas demandas locais.

8. Avaliação e Monitoramento

O DCTMA reforça a necessidade de sistemas avaliativos que considerem as especificidades dos estudantes e do território. No PME de Serrano do Maranhão, as ações incluem:

- Implementação de avaliações diagnósticas e formativas.
- Monitoramento contínuo dos indicadores educacionais do município.
- Revisão periódica das práticas pedagógicas, com base nos resultados das avaliações.

Exemplo de ação:

Elaboração de relatórios semestrais para acompanhar o desempenho escolar e propor ajustes nas estratégias pedagógicas.

O **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)** é uma ferramenta essencial para orientar o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão. Ao adaptar as diretrizes nacionais às especificidades locais, ele garante uma educação contextualizada, inclusiva e de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento das identidades culturais do município.

Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás: Diretrizes para o Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

O **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás** é uma ferramenta pedagógica que busca contextualizar o currículo escolar, respeitando as peculiaridades culturais, históricas, geográficas e ambientais do território que compõe a região da **Área de Desenvolvimento da Educação (ADE) dos Guarás**, no Maranhão. Este documento integra as diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** com as especificidades locais, promovendo a educação como instrumento de transformação social e valorização cultural.

No contexto do Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, o ADE dos Guarás fornece subsídios para a construção de práticas pedagógicas que valorizem a identidade local, promovam a equidade educacional e atendam às necessidades da população escolar, especialmente as comunidades rurais, quilombolas e indígenas.

1. Fundamentação Legal e Pedagógica

O Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás está embasado em importantes dispositivos legais, entre eles:

- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem essenciais para a educação básica.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9.394/1996, que orienta a organização da educação nacional.
- **Diretrizes Operacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº 8/2012.
- **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
- **Lei nº 11.645/2008**, que amplia a obrigatoriedade para a inclusão da história e cultura indígena.

Esses dispositivos são traduzidos no documento em propostas pedagógicas que articulam os saberes locais com os direitos de aprendizagem nacionais, promovendo uma educação significativa e contextualizada.

2. Princípios Norteadores

O ADE dos Guarás orienta-se pelos seguintes princípios:

1. **Valorização da diversidade cultural e ambiental do Maranhão.**
2. **Promoção da inclusão social e educacional.**
3. **Fortalecimento das identidades quilombolas, indígenas e rurais.**
4. **Sustentabilidade e educação ambiental.**
5. **Integração entre educação formal e os saberes tradicionais.**

No PME de Serrano do Maranhão, esses princípios são incorporados como diretrizes que permeiam todas as etapas e modalidades de ensino.

3. Educação Infantil

O Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás enfatiza a importância de uma educação infantil que seja:

- **Contextualizada:** valorizando as brincadeiras e narrativas locais.
- **Inclusiva:** atendendo às crianças com necessidades educacionais especiais.
- **Participativa:** envolvendo as famílias e comunidades no processo educativo.

No PME de Serrano do Maranhão, essas diretrizes são operacionalizadas por meio de:

- Formação continuada para professores, com foco nos **Campos de Experiência** definidos pela BNCC.
- Criação de materiais didáticos que valorizem a identidade local, como histórias sobre o ecossistema dos manguezais e as tradições das comunidades quilombolas.
- Implementação de espaços de convivência e interação nas escolas, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

4. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental no ADE dos Guarás é estruturado para promover o desenvolvimento das competências gerais da BNCC, integrando os saberes locais ao currículo escolar. No PME de Serrano do Maranhão, essas diretrizes são traduzidas em:

- **Valorização da história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola**, conforme disposto na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008.
- **Desenvolvimento de projetos interdisciplinares**, que abordem temas como sustentabilidade, preservação ambiental e cidadania.
- **Fortalecimento do letramento digital**, com a inclusão de tecnologias educacionais adaptadas às realidades locais.

Exemplo de ação:

Realização de feiras pedagógicas temáticas que integrem disciplinas como história, geografia e ciências, explorando a biodiversidade do município e sua relação com o cotidiano dos estudantes.

5. Educação Quilombola e Indígena

Uma das prioridades do ADE dos Guarás é a valorização das comunidades tradicionais, especialmente as quilombolas e indígenas. No PME de Serrano do Maranhão, as ações incluem:

- Implementação de currículos específicos para as escolas quilombolas, com conteúdos que reflitam as tradições e histórias das comunidades locais.
- Formação de professores para atuar em contextos interculturais, promovendo o respeito às diferenças.
- Desenvolvimento de materiais didáticos bilíngues e contextualizados, quando necessário.

Exemplo de ação:

Criação de programas de incentivo à leitura que utilizem textos e narrativas das tradições orais das comunidades quilombolas.

6. Educação Inclusiva

O Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás reforça a necessidade de uma educação inclusiva que garanta o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola. No PME de Serrano do Maranhão, essas diretrizes são implementadas por meio de:

- Ampliação do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**.
- Formação de professores para o uso de tecnologias assistivas.
- Adaptação dos currículos para atender às necessidades educacionais especiais.

7. Sustentabilidade e Educação Ambiental

A educação ambiental é um eixo central do ADE dos Guarás, alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. No PME de Serrano do Maranhão, as estratégias incluem:

- Criação de hortas escolares comunitárias, envolvendo estudantes e famílias.
- Realização de projetos sobre a preservação dos manguezais e a sustentabilidade na pesca.
- Promoção de práticas pedagógicas que integrem a educação ambiental ao currículo escolar.

8. Formação Continuada

O ADE dos Guarás enfatiza a formação continuada como ferramenta para o fortalecimento da prática docente. No PME de Serrano do Maranhão, as ações propostas incluem:

- Cursos de capacitação sobre as diretrizes do documento e sua aplicação prática.
- Parcerias com universidades para a formação de professores em áreas específicas, como educação quilombola e tecnologias educacionais.
- Incentivo à participação dos professores em eventos e seminários sobre educação contextualizada.

9. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação são essenciais para garantir a efetividade das ações propostas pelo ADE dos Guarás. No PME de Serrano do Maranhão, as estratégias incluem:

- Criação de comissões locais para acompanhar a implementação das diretrizes do documento.
- Realização de encontros periódicos para avaliação das práticas pedagógicas.
- Produção de relatórios anuais sobre os avanços e desafios na implementação do currículo integrado.

O **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás** é uma peça chave para a construção de uma educação de qualidade em Serrano do Maranhão. Ao alinhar as diretrizes nacionais às realidades locais, ele promove uma educação significativa, inclusiva e transformadora, que respeita e valoriza a diversidade cultural e ambiental do município.

Lei nº 10.639/2003 e suas Atualizações: A Implementação no Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

A **Lei nº 10.639/2003**, que altera a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, é um marco na história da educação brasileira. Ela estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, na educação básica. Essa legislação busca enfrentar as desigualdades sociais e raciais, promover o respeito à diversidade cultural e reparar historicamente a invisibilidade dos povos africanos e afrodescendentes na história brasileira.

Para Serrano do Maranhão, município com uma significativa população quilombola e uma rica herança cultural afro-brasileira, a implementação desta lei é fundamental para a construção de uma educação contextualizada, inclusiva e transformadora.

1. Fundamentação Legal

A **Lei nº 10.639/2003** estabelece:

- **Incorporação de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar**, com ênfase em temas como:
  - A luta dos negros no Brasil.
  - A cultura negra brasileira.
  - As contribuições dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira, especialmente nos aspectos social, econômico e cultural.
- **Criação do Dia Nacional da Consciência Negra**, celebrado em 20 de novembro, como marco de reflexão sobre a história e a cultura afro-brasileira.

Atualizações posteriores, como a **Lei nº 11.645/2008**, ampliaram o escopo, incluindo também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, reforçando o compromisso com a diversidade cultural brasileira.

2. Diretrizes para a Implementação em Serrano do Maranhão

O PME de Serrano do Maranhão contempla a Lei nº 10.639/2003 por meio de diretrizes alinhadas às especificidades locais:

1. **Inclusão no Currículo Escolar**
   - Integração transversal dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as disciplinas, com destaque para história, geografia, língua portuguesa e artes.
   - Elaboração de materiais didáticos contextualizados que valorizem a memória e as contribuições das comunidades quilombolas do município.
2. **Formação de Professores**
   - Realização de cursos de formação continuada para docentes, abordando metodologias e conteúdos específicos sobre história e cultura afro-brasileira e africana.
   - Parcerias com universidades e organizações não governamentais para promover a capacitação dos professores.
3. **Valorização das Comunidades Quilombolas**

- Desenvolvimento de projetos pedagógicos que incluam a participação das comunidades quilombolas, resgatando suas histórias, tradições e saberes.
- Promoção de visitas pedagógicas às comunidades locais como parte do currículo escolar.

4. **Datas Comemorativas e Eventos Educativos**
   - Organização de eventos escolares para celebrar o Dia da Consciência Negra, com apresentações culturais, palestras e exposições.
   - Realização de feiras temáticas que explorem a herança cultural afro-brasileira.

3. Benefícios da Implementação

A implementação da Lei nº 10.639/2003 no contexto de Serrano do Maranhão traz diversos benefícios:

- **Fortalecimento da identidade cultural dos estudantes afrodescendentes**, promovendo autoestima e pertencimento.
- **Sensibilização para o respeito à diversidade**, reduzindo preconceitos e discriminações raciais.
- **Valorização das contribuições dos povos africanos e quilombolas**, ampliando a compreensão histórica e cultural dos estudantes.
- **Promoção de uma educação intercultural**, que dialogue com as especificidades locais e globais.

4. Estratégias de Monitoramento

Para garantir a efetividade das ações, o PME prevê:

- **Criação de comissões de acompanhamento**, compostas por representantes das comunidades quilombolas, educadores e gestores escolares.
- **Realização de avaliações periódicas** sobre a aplicação dos conteúdos no currículo e o impacto na formação dos estudantes.
- **Produção de relatórios anuais**, documentando as boas práticas e identificando os desafios para ajustes contínuos.

5. Exemplos de Ações Práticas

1. **Projeto "Nossa História Viva"**
   - Objetivo: Promover oficinas e palestras com lideranças quilombolas locais, abordando a história e os costumes das comunidades.
   - Impacto: Resgate da memória cultural e integração dos saberes tradicionais ao ensino formal.
2. **Semana da Consciência Negra**
   - Atividades: Exposições fotográficas, apresentações teatrais sobre a resistência negra e rodas de conversa com especialistas.
   - Parcerias: Instituições de ensino superior, movimentos sociais e órgãos governamentais.
3. **Produção de Materiais Didáticos Locais**
   - Criação de livros e vídeos educativos que retratem a história das comunidades quilombolas de Serrano do Maranhão.
   - Envolvimento de estudantes e professores no processo de produção, promovendo aprendizado ativo.

6. Alinhamento com Outras Políticas Educacionais

A implementação da Lei nº 10.639/2003 no PME de Serrano do Maranhão também dialoga com:

- **BNCC**, especialmente no eixo de Competência Geral nº 8, que destaca a valorização da diversidade e o enfrentamento de preconceitos.
- **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)**, que integra a valorização da cultura afro-brasileira nas diretrizes pedagógicas regionais.
- **Plano Nacional de Educação (PNE)**, que prevê a promoção da igualdade racial e da educação para as relações étnico-raciais.

7. Desafios e Perspectivas

A aplicação plena da Lei nº 10.639/2003 enfrenta desafios como a falta de recursos didáticos específicos, a resistência de alguns setores e a necessidade de maior capacitação docente. Entretanto, as perspectivas são promissoras, com a possibilidade de transformar a educação em Serrano do Maranhão em um instrumento de justiça social e valorização cultural.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 no PME de Serrano do Maranhão não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético e pedagógico com a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua diversidade. Ao integrar a história e a cultura afro-brasileira e africana ao currículo escolar, o município promove uma educação transformadora, que respeita as raízes culturais e prepara os estudantes para o exercício pleno da cidadania.

Outras Normativas Legais e Resoluções Educacionais no Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão

O Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão está fundamentado em um arcabouço legal abrangente, que orienta a educação em suas múltiplas dimensões, assegurando os direitos dos estudantes e promovendo a equidade, qualidade e inclusão. Além das normativas centrais como a **Constituição Federal de 1988**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, o PME dialoga com outras leis, resoluções e diretrizes que complementam e enriquecem as políticas educacionais.

1. Resolução CNE/CEB nº 2/2012

Esta resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, promovendo a formação integral do estudante com base na interdisciplinaridade, contextualização e integração dos saberes. No contexto de Serrano do Maranhão, destaca-se:

- **Adoção de metodologias ativas e contextuais** que respeitem a realidade rural e quilombola.
- **Fomento ao ensino técnico e profissionalizante** como alternativa para os jovens do município.

2. Resolução CNE/CEB nº 8/2012

Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, reforçando a importância de:

- **Elaboração de currículos específicos e diferenciados** para as comunidades quilombolas.
- **Formação de professores indígenas e quilombolas**, garantindo que eles sejam agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem.

A resolução também enfatiza o respeito às tradições, línguas e formas de organização próprias das comunidades quilombolas.

3. Decreto nº 7.611/2011

Este decreto regulamenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando:

- **Direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)** em salas de recursos multifuncionais.
- Garantia de **tecnologias assistivas e adaptações curriculares** para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em Serrano do Maranhão, o decreto orienta ações como:

- A ampliação da oferta de AEE nas escolas.
- Formação continuada dos professores para atender às demandas da inclusão.

4. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014

O PNE é um documento estruturante para o PME, alinhando os objetivos locais às metas nacionais. Algumas metas destacadas incluem:

- **Meta 1**: Universalizar a educação infantil para crianças de 4 a 5 anos.
- **Meta 4**: Garantir acesso à educação especial de qualidade.
- **Meta 8**: Elevar a escolaridade média da população, com foco na educação de jovens e adultos (EJA).

5. Resolução CNE/CP nº 1/2004

Essa resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em Serrano do Maranhão, ela norteia:

- A criação de **projetos pedagógicos interculturais**.
- A valorização das contribuições históricas e culturais dos povos afrodescendentes nas práticas escolares.

6. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)

A LBI reforça a inclusão educacional como um direito fundamental, assegurando que:

- Estudantes com deficiência tenham acesso a **adaptações razoáveis e acessibilidade plena** nas escolas.
- Haja **capacitação contínua de professores e gestores** para atender a essa demanda.

7. Resolução CNE/CEB nº 5/2020

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que em Serrano do Maranhão são aplicadas com ênfase em:

- **Apoio à aprendizagem em turmas multisseriadas** nas áreas rurais.
- **Valorização da cultura local** como eixo articulador dos componentes curriculares.

8. Decreto nº 10.502/2020

Institui a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. O PME incorpora suas diretrizes ao prever:

- Criação de **programas de apoio psicopedagógico** para estudantes com deficiência.
- Desenvolvimento de **parcerias intersetoriais** com saúde e assistência social.

9. Lei nº 11.947/2009

Estabelece as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando a oferta de alimentação escolar saudável e adequada, com respeito à cultura alimentar local. Em Serrano do Maranhão, o PNAE é integrado ao PME por meio de:

- **Valorização da produção agrícola local**, com a compra direta de produtos da agricultura familiar.

- Promoção de **projetos de educação alimentar e nutricional** nas escolas.

10. Outras Normativas Relevantes

- **Resolução FNDE nº 15/2021**: Orienta a aplicação dos recursos do Fundeb, garantindo maior equidade na distribuição de recursos educacionais.
- **Lei nº 13.935/2019**: Assegura a presença de **psicólogos e assistentes sociais** na rede pública de educação básica.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2010**: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, promovendo um currículo integrado e articulado.

Estratégias de Aplicação no PME

Para efetivar as normativas legais, o PME de Serrano do Maranhão prevê:

1. **Formação continuada para professores e gestores**, garantindo o domínio das legislações e resoluções aplicáveis.
2. **Criação de comitês de acompanhamento**, responsáveis por monitorar a implementação das diretrizes legais nas escolas.
3. **Estabelecimento de indicadores de avaliação**, para medir o impacto das ações desenvolvidas com base nas normativas legais.

O alinhamento do PME de Serrano do Maranhão com as diversas normativas legais e resoluções educacionais reforça o compromisso do município com uma educação de qualidade, inclusiva e contextualizada. Ao incorporar essas diretrizes, o município fortalece a equidade educacional e promove a transformação social por meio da educação.

3. DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

O Contexto Educacional de Serrano do Maranhão: Desafios e Perspectivas

O município de Serrano do Maranhão apresenta um cenário educacional que reflete as dificuldades enfrentadas por regiões predominantemente rurais do Brasil. Esses desafios são marcados por questões estruturais e sociais, que impactam diretamente a oferta de uma educação de qualidade e equitativa. Entre os principais obstáculos identificados estão o acesso limitado às tecnologias, a infraestrutura precária das escolas, e a alta taxa de analfabetismo entre os membros das famílias, o que perpetua um ciclo de exclusão educacional.

Infraestrutura Escolar e Tecnologias

A infraestrutura das escolas municipais de Serrano do Maranhão exige atenção urgente. Muitas instituições carecem de recursos básicos, como salas adequadas, mobiliário em bom estado e materiais didáticos atualizados. Além disso, o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é extremamente limitado, dificultando a integração das práticas pedagógicas ao mundo digital, conforme preconizado pela **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Essa situação reflete-se na incapacidade de os professores incorporarem metodologias inovadoras que utilizem recursos digitais, essenciais para desenvolver as competências gerais da BNCC, como a Cultura Digital. Para enfrentar esse desafio, é necessário que o município implemente um plano de modernização tecnológica nas escolas, com foco em conectar as instituições à internet e disponibilizar equipamentos como computadores e tablets. A **Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet)** pode servir como base para garantir a universalização do acesso à conectividade.

Acesso e Permanência Escolar

Outro ponto crucial é a garantia do acesso e da permanência dos alunos nas escolas. No contexto rural de Serrano do Maranhão, fatores como distâncias longas entre as residências e as escolas, falta de transporte escolar adequado e condições socioeconômicas precárias são barreiras significativas. Segundo o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, é essencial implementar estratégias para reduzir as desigualdades educacionais, especialmente nas áreas rurais.

Entre as ações prioritárias estão a ampliação do transporte escolar e a oferta de alimentação escolar de qualidade, conforme estabelecido pela **Lei nº 11.947/2009**, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse programa também pode ser aproveitado para fortalecer a agricultura familiar local, integrando a produção dos pequenos agricultores às demandas das escolas.

Educação Infantil e Ensino Fundamental

A educação infantil e o ensino fundamental desempenham papéis fundamentais na formação dos alunos, mas enfrentam desafios significativos em Serrano do Maranhão. A taxa de matrículas na educação infantil ainda é insuficiente, apesar da obrigatoriedade de sua oferta para crianças de 4 a 5 anos, conforme disposto na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Além disso, a evasão escolar no ensino fundamental é preocupante, especialmente nas turmas dos anos finais.

Para reverter esse quadro, é necessário investir em políticas públicas que promovam a universalização do acesso e a permanência dos alunos nas escolas. A **Meta 1 do PNE**, que trata da universalização da educação infantil, e a **Meta 2**, que foca na universalização do ensino fundamental, são diretrizes essenciais para orientar as ações do município.

Inclusão Educacional

Serrano do Maranhão enfrenta desafios particulares na inclusão de estudantes quilombolas, crianças com deficiência e outros grupos vulneráveis. A **Resolução CNE/CEB nº 8/2012**, que estabelece as diretrizes para a educação escolar quilombola, é um instrumento fundamental para orientar a elaboração de currículos contextualizados e ações pedagógicas específicas para atender às comunidades quilombolas.

Além disso, a educação inclusiva, conforme preconizada pela **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)** e regulamentada pelo **Decreto nº 7.611/2011**, requer a criação de salas de recursos multifuncionais, capacitação de professores e a oferta de tecnologias assistivas. A **Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015**, também reforça a necessidade de garantir a acessibilidade plena para os estudantes com deficiência.

Perspectivas de Transformação

Apesar dos desafios, Serrano do Maranhão possui grande potencial para transformar seu cenário educacional por meio de ações integradas e planejamento estratégico. A valorização da educação como instrumento de transformação social exige a mobilização de toda a comunidade escolar, o investimento em políticas públicas inclusivas e a articulação com os programas e projetos do governo federal e estadual.

A educação pode ser um vetor de desenvolvimento econômico e social para o município, desde que seja tratada como prioridade e amparada em um conjunto sólido de diretrizes e metas. O fortalecimento das parcerias com a comunidade local, especialmente agricultores e pescadores, pode enriquecer as práticas pedagógicas, contextualizando-as com a realidade dos estudantes e promovendo um aprendizado significativo.

Por fim, a superação dos desafios educacionais em Serrano do Maranhão requer o compromisso de todos os atores envolvidos, desde gestores e professores até a comunidade escolar. Somente com esforços coletivos será possível oferecer uma educação de qualidade, equitativa e transformadora, que contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contexto Socioeconômico de Serrano do Maranhão

Serrano do Maranhão, localizado na região nordeste do Brasil, caracteriza-se por sua predominância rural e sua rica diversidade cultural, influenciada por tradições afro-brasileiras e quilombolas. Apesar de sua riqueza histórica e cultural, o município enfrenta desafios socioeconômicos que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a oferta educacional.

1. Dados Demográficos e Econômicos

De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**), Serrano do Maranhão possui uma população majoritariamente rural. Grande parte das famílias

depende da agricultura familiar, pesca artesanal e extrativismo para sua subsistência, com renda média que frequentemente não ultrapassa um salário mínimo. Essa realidade socioeconômica influencia diretamente o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, uma vez que muitos jovens precisam ajudar na complementação da renda familiar.

A **Constituição Federal de 1988**, em seu artigo 205, reforça o direito de todos à educação como um meio de promover a cidadania e a igualdade de oportunidades. No entanto, em Serrano do Maranhão, as desigualdades econômicas representam um grande obstáculo à materialização desse direito.

2. Agricultura Familiar e Sustentabilidade

A agricultura familiar é o principal pilar da economia local, sendo responsável pela geração de renda e pela alimentação das famílias. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**), regulamentado pela **Lei nº 11.947/2009**, tem um papel crucial nesse contexto, pois prevê que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Essa política representa uma oportunidade para fortalecer a economia local e integrar práticas pedagógicas relacionadas à sustentabilidade e à valorização do meio ambiente.

No entanto, o baixo nível de escolaridade dos agricultores limita o desenvolvimento de práticas mais modernas e sustentáveis. A **Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE)**, que trata da educação de jovens e adultos, é essencial para promover a alfabetização e a qualificação dos trabalhadores do campo, possibilitando maior produtividade e sustentabilidade econômica.

3. Comunidades Quilombolas

Serrano do Maranhão abriga várias comunidades quilombolas, que desempenham um papel significativo na preservação da identidade cultural afro-brasileira. Essas comunidades enfrentam desafios específicos, como acesso limitado à terra, infraestrutura precária e dificuldades de acesso à educação. A **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, é um marco legal importante para garantir que as escolas do município contemplem as especificidades dessas comunidades, promovendo a valorização de sua história e cultura.

Além disso, a **Resolução CNE/CEB nº 8/2012** estabelece diretrizes para a educação escolar quilombola, ressaltando a necessidade de currículos contextualizados e de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais e históricas dessas populações.

4. Indicadores de Educação e Infraestrutura

Os indicadores educacionais em Serrano do Maranhão refletem os desafios socioeconômicos locais. O índice de analfabetismo entre a população adulta ainda é elevado, especialmente entre mulheres e comunidades quilombolas. Além disso, a evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental é preocupante, em grande parte devido às longas distâncias entre as residências e as escolas, bem como à necessidade de trabalho precoce.

A infraestrutura escolar também é um desafio significativo. Muitas escolas carecem de instalações adequadas, como bibliotecas, laboratórios e acesso à internet. O **Decreto nº 7.611/2011**, que regulamenta a educação especial, destaca a importância de ambientes acessíveis e recursos adequados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, o que ainda é uma lacuna no município.

5. Pobreza e Vulnerabilidade Social

A pobreza é um fator determinante no contexto socioeconômico de Serrano do Maranhão. Muitas famílias enfrentam insegurança alimentar e dificuldade de acesso a serviços básicos, como saúde e transporte. Essas condições têm um impacto direto no desempenho escolar das crianças, que muitas vezes chegam à escola sem condições adequadas de aprendizagem.

A **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**, **Lei nº 8.742/1993**, prevê o desenvolvimento de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social para combater a exclusão e promover a cidadania. No entanto, sua implementação em Serrano do Maranhão ainda enfrenta limitações, exigindo maior articulação entre as secretarias municipais.

6. Desafios e Possibilidades

Os desafios socioeconômicos de Serrano do Maranhão requerem ações integradas e planejadas. O Plano Municipal de Educação (**PME**) deve ser um instrumento estratégico para orientar políticas públicas que enfrentem essas dificuldades, garantindo a universalização do acesso à educação e a melhoria de sua qualidade.

Entre as ações prioritárias, destacam-se:

- Ampliação do transporte escolar, conforme estabelecido pela **Lei nº 10.880/2004**, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (**PNATE**);
- Formação continuada de professores, em conformidade com a **Resolução CNE/CP nº 2/2015**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores;
- Criação de programas de combate à evasão escolar, como o **Bolsa Família**, regulamentado pela **Lei nº 10.836/2004**, que incentiva a frequência escolar como requisito para a transferência de renda.

7. Perspectivas para o Desenvolvimento Local

O fortalecimento da educação em Serrano do Maranhão passa pela valorização de sua cultura local e pelo enfrentamento das desigualdades socioeconômicas. A integração das famílias na gestão escolar, o incentivo à agricultura familiar e a preservação das tradições quilombolas são pilares para o desenvolvimento sustentável do município.

O PME de Serrano do Maranhão deve, portanto, atuar como um guia para transformar os desafios em oportunidades, promovendo uma educação inclusiva, contextualizada e alinhada às necessidades locais. Assim, o município poderá não apenas superar as dificuldades atuais, mas também construir uma base sólida para um futuro mais justo e igualitário.

Características das Escolas Municipais de Serrano do Maranhão

As escolas municipais de Serrano do Maranhão enfrentam desafios significativos em termos de infraestrutura, corpo docente e recursos pedagógicos. Apesar das dificuldades, há um esforço contínuo para melhorar a qualidade da educação e garantir que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente escolar inclusivo, seguro e adequado às suas necessidades. Este capítulo examina detalhadamente as características das escolas municipais, abordando infraestrutura, formação do corpo docente e recursos pedagógicos, com base nas legislações e diretrizes nacionais e estaduais.

1. Infraestrutura Escolar

1.1 Condições Gerais

A infraestrutura escolar em Serrano do Maranhão apresenta lacunas significativas, especialmente nas escolas localizadas em áreas rurais e comunidades quilombolas. Muitas instituições carecem de estruturas básicas, como bibliotecas, laboratórios de informática e espaços adequados para atividades físicas. Conforme estabelecido pelo **Decreto nº 6.094/2007**, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, é necessário assegurar que as escolas possuam infraestrutura adequada para o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas.

1.2 Acessibilidade

O **Decreto nº 7.611/2011**, que regulamenta a educação especial na perspectiva inclusiva, destaca a necessidade de adaptação arquitetônica das escolas para atender estudantes com deficiência. No entanto, em Serrano do Maranhão, poucas escolas possuem rampas de acesso, banheiros adaptados e mobiliário adequado. Essa situação compromete o direito à educação inclusiva, previsto na **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**.

1.3 Transporte Escolar

O transporte escolar é outro desafio crítico, especialmente para os alunos que vivem em áreas de difícil acesso. O **Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)**, regulamentado pela **Lei nº 10.880/2004**, tem sido uma ferramenta importante para minimizar esse problema. Contudo, a frota disponível muitas vezes é insuficiente e carece de manutenção regular, dificultando a frequência escolar.

1.4 Alimentação Escolar

A alimentação escolar é uma prioridade nas escolas municipais, com o apoio do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Apesar disso, a logística para aquisição e distribuição de alimentos enfrenta obstáculos, particularmente nas escolas mais afastadas. A **Lei nº 11.947/2009** prevê que parte dos alimentos seja adquirida da agricultura familiar, mas a implementação dessa política ainda é limitada.

2. Corpo Docente

2.1 Perfil dos Professores

Grande parte dos professores das escolas municipais possui formação inicial, mas muitos necessitam de formação continuada para atender às exigências da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e às demandas específicas de uma educação inclusiva e intercultural. A **Resolução CNE/CP nº 2/2015** reforça a importância da formação continuada para garantir a qualidade do ensino.

2.2 Déficit de Professores

Há um déficit significativo de professores especializados em áreas como educação especial, tecnologia educacional e ciências exatas. Essa lacuna compromete o desenvolvimento de um

currículo diversificado e contextualizado, conforme recomendado pelo **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)**.

2.3 Valorização Docente

Embora existam políticas para valorização do magistério, como o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)**, muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas a baixos salários e condições de trabalho precárias. Essa situação influencia diretamente a motivação e o desempenho do corpo docente.

3. Recursos Pedagógicos

3.1 Materiais Didáticos

Os recursos pedagógicos disponíveis nas escolas municipais frequentemente são insuficientes para atender às necessidades dos alunos. A aquisição de livros, jogos educativos e materiais específicos para a educação especial é limitada, impactando o processo de ensino-aprendizagem. A **Resolução CNE/CEB nº 4/2010**, que trata das diretrizes para a organização da educação básica, enfatiza a importância de recursos adequados para a promoção da aprendizagem significativa.

3.2 Tecnologias Educacionais

O acesso a tecnologias da informação e comunicação (**TICs**) é escasso em muitas escolas, dificultando a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. A **Lei nº 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), inclui como meta a universalização do acesso à internet em alta velocidade nas escolas, o que ainda está distante de ser alcançado em Serrano do Maranhão.

3.3 Educação Quilombola

As escolas localizadas em comunidades quilombolas necessitam de materiais didáticos contextualizados, que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, em conformidade com a **Lei nº 10.639/2003**. Embora existam esforços nesse sentido, a falta de recursos específicos dificulta a aplicação prática dessas diretrizes.

3.4 Recursos para Educação Especial

A implementação de tecnologias assistivas, como softwares educativos acessíveis, materiais em braile e equipamentos para comunicação alternativa, ainda é limitada. A **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)** destaca a importância de recursos adaptados para garantir a participação plena dos estudantes com deficiência.

4. Propostas de Melhoria

Para superar os desafios enfrentados pelas escolas municipais de Serrano do Maranhão, propõe-se:

- Ampliação e modernização da infraestrutura escolar, com base nas orientações da **Resolução CNE/CEB nº 2/2012**;
- Implementação de programas de formação continuada para professores, em conformidade com a **Resolução CNE/CP nº 1/2006**;

- Fortalecimento do uso de tecnologias educacionais, com apoio do **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)**;
- Aquisição de materiais didáticos e recursos pedagógicos adaptados às necessidades locais e específicas de cada escola.

A análise das características das escolas municipais de Serrano do Maranhão revela uma realidade desafiadora, mas também aponta caminhos para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade. Com base nas legislações e programas nacionais, é possível planejar ações que promovam a inclusão, a equidade e o fortalecimento das práticas pedagógicas, transformando as escolas em espaços verdadeiramente acolhedores e transformadores.

Desafios e Potencialidades Educacionais em Serrano do Maranhão

O município de Serrano do Maranhão, como muitos outros de zonas rurais, enfrenta desafios e, ao mesmo tempo, possui potencialidades que podem ser aproveitadas para promover uma educação de qualidade e inclusiva para todos os seus habitantes. Este capítulo do Plano Municipal de Educação (PME) explora de forma detalhada tanto os desafios quanto as potencialidades que surgem nesse contexto educacional, com base nas diretrizes legais e nas especificidades do município. A análise abrange áreas como infraestrutura, formação de docentes, acessibilidade, recursos pedagógicos, e a adaptação de práticas pedagógicas às diversas realidades locais, como as comunidades quilombolas, indígenas, e a população com deficiência.

1. Desafios Educacionais

1.1 Infraestrutura Escolar Deficiente

As escolas de Serrano do Maranhão enfrentam sérios desafios relacionados à infraestrutura. Muitas delas estão localizadas em áreas rurais remotas, o que dificulta o acesso a serviços essenciais, como transporte escolar adequado, internet de alta qualidade, e a manutenção de espaços físicos apropriados para o desenvolvimento pedagógico. De acordo com a **Lei nº 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a infraestrutura das escolas deve ser adequada para garantir a qualidade da educação e a permanência dos estudantes. No entanto, a realidade local mostra que as escolas carecem de infraestrutura básica, como acesso à água potável, banheiros adequados, salas de aula bem equipadas, e espaços de convivência para os alunos.

1.2 Baixo Índice de Formação Docente

Apesar dos avanços nas políticas educacionais, a formação inicial e continuada dos professores em Serrano do Maranhão ainda é insuficiente para atender às necessidades da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, da **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, e das novas demandas pedagógicas. Muitos professores, especialmente os das áreas rurais e das comunidades quilombolas, não possuem a formação necessária para atuar de maneira plena na educação inclusiva e intercultural. De acordo com a **Resolução CNE/CP nº 1/2006**, os docentes devem ter acesso a programas contínuos de formação que integrem as especificidades de cada comunidade e as diversidades presentes no município.

1.3 Desigualdade no Acesso à Tecnologia

Outro grande desafio enfrentado pelas escolas de Serrano do Maranhão é o acesso limitado à tecnologia, especialmente nas zonas rurais e em áreas quilombolas. Embora a **Lei nº 13.005/2014**

preveja o uso de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, muitas escolas ainda carecem de equipamentos adequados, como computadores, tablets, e conexão à internet. Esse cenário limita o desenvolvimento de habilidades digitais essenciais para os alunos, que são necessárias para a sua inserção no mundo moderno, além de dificultar a utilização de plataformas educacionais que podem enriquecer o aprendizado.

1.4 Inclusão Educacional

A inclusão de alunos com deficiência, especialmente nas escolas de áreas mais isoladas, ainda representa um grande desafio. Apesar da **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** e do **Decreto nº 7.611/2011**, que estabelecem a educação inclusiva como direito de todos os estudantes, as escolas de Serrano do Maranhão enfrentam dificuldades para atender adequadamente a essa população. A falta de materiais pedagógicos adaptados, como livros em braile, recursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais), e tecnologias assistivas adequadas, prejudica a efetividade da inclusão. Além disso, muitos professores carecem de capacitação específica para lidar com as diversidades presentes nas salas de aula.

1.5 Precariedade no Atendimento ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

A implementação da **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, ainda enfrenta desafios significativos em Serrano do Maranhão. As escolas, principalmente as localizadas em comunidades quilombolas, não têm acesso a materiais didáticos adequados, que abordem de maneira contextualizada as especificidades culturais dessas comunidades. A falta de formação de professores e recursos pedagógicos que abordem as questões étnico-raciais e o respeito à diversidade cultural é um obstáculo para a implementação eficaz dessa lei.

2. Potencialidades Educacionais

2.1 Envolvimento Comunitário

Uma das maiores potencialidades do município de Serrano do Maranhão está o envolvimento das comunidades no processo educacional. As escolas, especialmente as que atendem áreas rurais e quilombolas, podem contar com a colaboração das famílias e lideranças locais na construção de um ambiente educacional mais forte e solidário. A **Lei nº 11.947/2009**, que regulamenta a alimentação escolar, por exemplo, permite a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, o que fortalece a economia local e garante uma alimentação mais saudável para os alunos.

2.2 Valorização da Diversidade Cultural

As comunidades quilombolas de Serrano do Maranhão possuem uma rica herança cultural, que pode ser integrada ao currículo escolar de forma significativa. A implementação de conteúdos da **Lei nº 10.639/2003**, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira, é uma grande oportunidade para promover o respeito às diferenças e fortalecer a identidade cultural dos estudantes. O **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, por sua vez, reconhece as especificidades culturais e históricas do território e propõe estratégias pedagógicas para incluir essas realidades no currículo escolar.

2.3 Educação Inclusiva

Apesar dos desafios, Serrano do Maranhão tem potencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. O **Decreto nº 7.611/2011**, juntamente com a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, oferece um marco legal sólido para garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso à educação de qualidade. O município pode desenvolver projetos inovadores, como a implementação de recursos tecnológicos assistivos, adaptações no currículo e treinamento específico para professores, visando promover uma educação inclusiva mais eficaz.

2.4 Ações Interculturais

Serrano do Maranhão, com sua diversidade étnica e cultural, tem grande potencial para se tornar um modelo de educação intercultural. A integração de comunidades indígenas e quilombolas no sistema de ensino pode ser realizada de maneira que respeite suas tradições e conhecimentos. A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, ao promover a valorização das identidades culturais, abre espaço para que as escolas incluam práticas pedagógicas que valorizem as culturas locais e promovam o respeito à diversidade.

2.5 Parcerias e Programas de Apoio

Através de parcerias com organizações governamentais e não governamentais, Serrano do Maranhão pode obter recursos e apoio técnico para superar seus desafios educacionais. Programas como o **Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)**, o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** e o **Programa de Formação de Professores** têm o potencial de fortalecer a educação no município, especialmente em áreas carentes de infraestrutura.

Os desafios educacionais em Serrano do Maranhão são grandes, mas não insuperáveis. Com um compromisso firme das autoridades municipais, estaduais e federais, é possível promover a transformação das escolas, adaptando-as às necessidades locais e garantindo uma educação de qualidade, inclusiva e intercultural. As potencialidades do município, como o envolvimento comunitário, a valorização das culturas locais e a oportunidade de implementar práticas pedagógicas inclusivas, podem ser a chave para superar os obstáculos e proporcionar aos estudantes as condições necessárias para um futuro melhor.

A implementação das políticas públicas e o engajamento de todos os setores da sociedade são fundamentais para garantir que a educação em Serrano do Maranhão cumpra seu papel de transformar a realidade social e econômica das comunidades, respeitando as especificidades locais e assegurando os direitos de todos os estudantes.

4. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes pedagógicas de Serrano do Maranhão têm como premissa fundamental o reconhecimento e a valorização da diversidade presente no município, que é marcada por uma pluralidade de culturas, tradições, histórias de vida e modos de aprender. A educação, nesse contexto, precisa ir além da simples transmissão de conteúdos, sendo entendida como um processo de inclusão, respeito e valorização das especificidades culturais e sociais dos estudantes. O município se compromete, assim, a garantir que cada aluno tenha acesso a um ensino que leve em consideração suas condições de vida, suas origens culturais, suas deficiências, e seus modos de ser e aprender.

A educação inclusiva será, sem dúvida, uma das prioridades das políticas pedagógicas do município. A inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, é um direito garantido pela **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** e pelo **Decreto nº 7.611/2011**. Isso significa que todos os alunos terão suas necessidades atendidas de forma equitativa e com qualidade. A implementação do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** será um dos pilares dessa política. Esse atendimento consiste em proporcionar aos alunos com deficiência ou com necessidades educacionais específicas um suporte pedagógico especializado, que visa compensar ou minimizar as dificuldades de aprendizagem, garantindo que o processo de educação seja eficaz para todos, sem exceção.

O AEE será desenvolvido de forma integrada com as atividades pedagógicas regulares, buscando sempre atender às necessidades do aluno de maneira personalizada, com uma abordagem que respeite seu ritmo e suas particularidades. Para tanto, o município promoverá a formação de profissionais especializados, como professores de AEE, psicopedagogos e profissionais de apoio, que trabalharão em parceria com os professores das turmas regulares, garantindo uma intervenção eficaz e contínua.

Além disso, o uso de **tecnologias assistivas** será amplamente incorporado às práticas pedagógicas. As tecnologias assistivas são recursos e ferramentas que possibilitam a inclusão de estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, proporcionando-lhes melhores condições para desenvolverem suas potencialidades. Esses recursos incluem softwares, equipamentos e adaptações que podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem, como leitores de tela, amplificadores de som, sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, e ferramentas de adaptação para alunos com deficiências motoras ou sensoriais. O uso dessas tecnologias será uma prática constante nas escolas, promovendo a autonomia dos alunos e garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

No que diz respeito à formação de professores, será implementado um processo contínuo e estruturado de capacitação profissional, focado em metodologias de ensino inclusivas e diferenciadas. Os docentes receberão formação específica sobre as necessidades educacionais de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, entre outras condições que exigem uma abordagem pedagógica diferenciada. Essa formação não se limitará ao conteúdo teórico, mas também contemplará práticas pedagógicas inovadoras, estudos de caso e estratégias para trabalhar com a diversidade de forma eficaz em sala de aula.

Além disso, será promovido o fortalecimento da competência dos professores em relação ao uso de **metodologias ativas de ensino**, como a aprendizagem baseada em projetos, que coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem. As metodologias ativas são particularmente eficazes para atender às diversidades da sala de aula, pois envolvem o aluno de maneira mais dinâmica e

participativa, respeitando seu ritmo e suas particularidades. Essa abordagem pedagógica estimula a criatividade, a autonomia, e a resolução de problemas de forma colaborativa.

O **ensino intercultural** também será um dos pilares fundamentais da proposta pedagógica, especialmente considerando a diversidade cultural de Serrano do Maranhão, que inclui comunidades quilombolas, indígenas, e outras populações com fortes tradições culturais. Será imprescindível que o currículo e as práticas pedagógicas reflitam e valorizem essa diversidade cultural, promovendo o respeito, o entendimento e a valorização das diferentes culturas. A integração das comunidades quilombolas e indígenas na escola será promovida de maneira que suas histórias, práticas e saberes sejam incorporados ao currículo, por meio de conteúdos que tratem da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme estabelece a **Lei nº 10.639/2003** e suas atualizações.

As escolas municipais também serão espaços de reflexão crítica sobre o racismo, a discriminação, a desigualdade social e a intolerância religiosa, com a promoção de atividades que incentivem o respeito às diferenças e a convivência pacífica entre todos. A valorização da identidade afro-brasileira e indígena será uma prioridade, com ações específicas para promover a autoestima dos alunos dessas comunidades, possibilitando-lhes um processo educacional que respeite e celebre suas culturas e histórias.

Além disso, o município buscará integrar as práticas pedagógicas ao uso de recursos culturais locais, como as tradições orais, as danças, as músicas, as lendas e os saberes populares, que são fundamentais na construção da identidade dos estudantes. A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, por meio do seu eixo de **Identidade e Cultura**, estabelece a importância de incluir as culturas locais e regionais no processo de aprendizagem, de modo a promover a valorização da diversidade cultural e étnica. O município de Serrano do Maranhão, ao adotar essa diretriz, estará criando um ambiente educacional mais acolhedor, inclusivo e respeitoso.

Essa proposta pedagógica visa, portanto, transformar as escolas municipais em espaços vivos e dinâmicos, que não apenas transmitam conhecimento acadêmico, mas que também formem cidadãos críticos, éticos e conscientes de seus direitos e responsabilidades. O compromisso com uma educação inclusiva, diversa e intercultural será o fio condutor de todas as ações pedagógicas do município, buscando garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam ter acesso a um ensino de qualidade, que os prepare para os desafios do mundo contemporâneo e os empodere para transformarem suas realidades sociais.

Essas diretrizes pedagógicas não são estáticas; elas são adaptáveis às necessidades emergentes da comunidade escolar e da sociedade. O município de Serrano do Maranhão se compromete, assim, a revisar e aprimorar continuamente suas práticas pedagógicas, alinhando-se às atualizações legais e às mudanças nas necessidades educacionais da população local, garantindo, assim, uma educação de qualidade para todos.

4.1 Práticas Pedagógicas Inclusivas e Interculturais

A proposta de práticas pedagógicas inclusivas e interculturais no município de Serrano do Maranhão visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições de saúde, origem étnica, cultura ou história, tenham acesso a um ensino de qualidade, que os respeite e os valorize como sujeitos plenos de direitos. A diversidade que caracteriza a população de Serrano do Maranhão, que inclui comunidades quilombolas, indígenas, e famílias com diferentes condições sociais e culturais, exige a implementação de práticas pedagógicas que atendam a essas especificidades e potencializem o desenvolvimento pleno dos estudantes.

4.1.1 Práticas Pedagógicas Inclusivas

As práticas pedagógicas inclusivas têm como objetivo garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os alunos, respeitando suas necessidades educacionais específicas. A **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** (Lei nº 13.146/2015) e o **Decreto nº 7.611/2011**, que regulamentam a Educação Especial e a inclusão, são as normativas que norteiam as ações do município nesse sentido. A inclusão educacional é um direito constitucionalmente garantido a todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e outras necessidades educacionais específicas.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): Para garantir uma educação inclusiva de qualidade, o município implementará o AEE, que é a oferta de atendimento pedagógico especializado aos alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas. O AEE será realizado de forma complementar e/ou suplementar às atividades da sala de aula, com foco no desenvolvimento das competências e habilidades que favoreçam o aprendizado dos alunos, utilizando recursos adaptados, tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas.

Tecnologias Assistivas: A inclusão digital será outro eixo fundamental para a educação inclusiva. As tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares educacionais, amplificadores de som e dispositivos de comunicação alternativa, serão utilizadas para promover o acesso ao currículo e estimular a participação dos alunos com deficiência. A formação dos professores no uso dessas tecnologias será essencial para sua implementação eficaz.

4.1.2 Práticas Pedagógicas Interculturais

A educação intercultural é um elemento central na proposta pedagógica de Serrano do Maranhão. O município possui uma grande diversidade cultural, com forte presença das comunidades quilombolas, indígenas e rurais, que devem ser respeitadas e valorizadas dentro do ambiente escolar. A **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e o **Documentos Curricular do Território Maranhense (DCTMA)**, assim como o **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, definem os caminhos para promover a interculturalidade no currículo escolar.

Currículo Contextualizado: As práticas pedagógicas serão baseadas em um currículo que leve em consideração as especificidades culturais e sociais dos estudantes. O currículo de Serrano do Maranhão será adaptado para incluir conteúdos que abordem as histórias, tradições, lendas, danças e músicas das comunidades quilombolas e indígenas, garantindo que os alunos se sintam representados no ambiente escolar. A abordagem intercultural promoverá o diálogo entre as culturas, incentivando a construção de um espaço educacional plural e inclusivo.

Educação e Cultura Quilombola: As comunidades quilombolas de Serrano do Maranhão têm um patrimônio cultural único que precisa ser reconhecido e integrado ao processo de ensino-aprendizagem. A escola será um espaço de valorização dessa cultura, com a implementação de conteúdos específicos sobre a história e as contribuições das comunidades quilombolas para a sociedade. Os professores serão formados para lidar com as particularidades das crianças quilombolas, respeitando e valorizando suas práticas culturais.

Educação Indígena: A educação indígena será implementada com o objetivo de fortalecer a identidade dos estudantes indígenas e garantir que suas culturas sejam preservadas e transmitidas às novas gerações. Para isso, será desenvolvido um currículo que contemple as línguas indígenas, os saberes tradicionais, a história e a luta dos povos indígenas. A formação de professores indígenas e

o envolvimento das comunidades indígenas na gestão escolar serão fundamentais para garantir a qualidade do ensino e a relevância do conteúdo ministrado.

4.1.3 Formação de Professores para a Inclusão e a Interculturalidade

A formação continuada dos professores será um pilar fundamental para o sucesso das práticas pedagógicas inclusivas e interculturais. O município de Serrano do Maranhão investirá em programas de formação de professores, capacitando-os para o atendimento de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas, além de prepará-los para a promoção da interculturalidade e do respeito às diversidades culturais no ambiente escolar.

Capacitação em Educação Inclusiva e Tecnologias Assistivas: Os professores serão treinados para utilizar metodologias inclusivas, como o ensino individualizado, o trabalho com grupos heterogêneos e o uso de recursos adaptados. A capacitação em tecnologias assistivas será essencial para que os docentes possam utilizar ferramentas que favoreçam o aprendizado de alunos com deficiências, incluindo o uso de softwares educacionais e equipamentos de acessibilidade.

Formação em Educação Intercultural: A formação dos docentes também incluirá conteúdos específicos sobre as culturas afro-brasileira e indígena, visando à construção de uma educação que respeite as diferenças étnico-raciais e promova o diálogo intercultural. Serão realizados encontros de sensibilização e oficinas para professores, a fim de capacitar a rede de ensino para tratar da questão étnico-racial com o devido respeito e valorização das culturas locais.

4.1.4 Metodologias e Avaliação Inclusiva

As metodologias adotadas nas escolas de Serrano do Maranhão serão diversificadas e adaptadas às necessidades dos alunos. Será dada prioridade ao uso de **metodologias ativas de aprendizagem**, que envolvem os alunos de forma prática e participativa, como a aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem cooperativa e o uso de jogos pedagógicos. Essas metodologias são especialmente eficazes em salas de aula inclusivas e interculturais, pois possibilitam que os alunos aprendam de forma contextualizada e colaborativa.

Avaliação Inclusiva: A avaliação será realizada de forma contínua, levando em consideração as especificidades de cada aluno. As avaliações serão adaptadas para atender às necessidades de alunos com deficiência ou outras dificuldades de aprendizagem. Será adotada uma avaliação formativa, que considera o processo de aprendizagem, e não apenas o resultado final, permitindo que o professor identifique as necessidades dos alunos e intervenha de forma personalizada.

4.1.5 Parcerias com Comunidades e Famílias

As práticas pedagógicas inclusivas e interculturais também envolverão a comunidade escolar, incluindo as famílias e as comunidades locais. O município de Serrano do Maranhão incentivará a participação ativa das famílias nas atividades escolares, promovendo a integração entre a escola e as comunidades quilombolas, indígenas e rurais. Essa parceria será fundamental para garantir que a educação seja relevante para os estudantes e que as culturas locais sejam preservadas e valorizadas.

Educação Comunitária e Participativa: As escolas serão espaços de diálogo e colaboração entre os profissionais da educação, as famílias e as comunidades. A participação das comunidades quilombolas e indígenas na elaboração do currículo escolar, na criação de materiais didáticos e na

organização de atividades culturais será incentivada. Essa parceria é essencial para que o ensino seja realmente significativo e integrado às realidades e aos valores das comunidades locais.

3.1 Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. Em Serrano do Maranhão, a educação infantil tem um caráter prioritário dentro do Plano Municipal de Educação (PME), com ênfase na inclusão, no respeito à diversidade e na valorização das especificidades culturais da população local.

3.1.1 Contexto e Importância da Educação Infantil em Serrano do Maranhão

A educação infantil em Serrano do Maranhão abrange crianças de 0 a 5 anos, sendo uma fase crucial no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação plena do ser humano. As escolas de educação infantil do município atendem, em sua maioria, crianças da zona rural e de comunidades quilombolas e indígenas, o que exige a implementação de práticas pedagógicas que respeitem e integrem essas realidades.

A educação infantil é regulada pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**, que em seu Artigo 29 estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, com foco na formação integral da criança, nas suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais. Além disso, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, em suas diretrizes para a educação infantil, enfatiza a importância do desenvolvimento de competências nas áreas de interação, comunicação, expressão e vivência de valores culturais e sociais.

3.1.2 Princípios e Diretrizes da Educação Infantil

A educação infantil em Serrano do Maranhão será orientada pelos seguintes princípios e diretrizes:

- **Respeito à Diversidade e Inclusão**: A educação infantil será inclusiva e respeitará as diferenças culturais, étnicas, sociais e de gênero. As comunidades quilombolas, indígenas e as populações rurais terão suas culturas e tradições valorizadas e incorporadas ao processo pedagógico, conforme preconizado pela **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.
- **Interculturalidade**: O município promoverá práticas pedagógicas que envolvam a troca e o reconhecimento das diferentes culturas presentes na comunidade. Será incentivada a convivência e o respeito entre crianças de diferentes origens e histórias, ampliando a visão de mundo das crianças desde cedo.
- **Desenvolvimento Integral**: A educação infantil será voltada para o desenvolvimento integral das crianças, levando em consideração todas as dimensões do seu crescimento: cognitiva, emocional, social e física. O currículo será elaborado para atender às necessidades específicas de cada criança, com ênfase na construção da autoestima, da autonomia e da capacidade de interagir com o ambiente ao seu redor.
- **Acesso e Permanência**: A acessibilidade e a permanência na educação infantil serão garantidas, com a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades de transporte escolar, alimentação, recursos pedagógicos e a adaptação das escolas para atender a crianças com deficiência.

3.1.3 Currículo da Educação Infantil em Serrano do Maranhão

O currículo da educação infantil em Serrano do Maranhão será baseado nas diretrizes da **BNCC**, com a adaptação às realidades locais, promovendo o aprendizado por meio do brincar, da exploração do mundo e do desenvolvimento de competências emocionais, cognitivas e sociais.

- **Campos de Experiência**: A educação infantil será estruturada em cinco campos de experiência definidos pela **BNCC**:
  - **O Eu, o Outro e o Nós**: Este campo abrange o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças, bem como a capacidade de se relacionar com os outros e com o mundo ao seu redor. Serão trabalhadas atividades que envolvam o reconhecimento das emoções, o respeito mútuo e a construção de relações saudáveis.
  - **Corpo, Gestos e Movimento**: As atividades deste campo favorecerão o desenvolvimento motor, a percepção do corpo e o aprendizado por meio do movimento. Serão incentivados jogos, danças e atividades lúdicas que estimulem a coordenação motora e o bem-estar físico das crianças.
  - **Escuta, Fala, Pensamento e Imagem**: Este campo foca no desenvolvimento da linguagem, da comunicação e da expressão das crianças. As crianças serão incentivadas a se expressar por meio de palavras, gestos, desenhos e outras formas de comunicação, estimulando a criatividade e o pensamento crítico.
  - **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações**: As crianças serão incentivadas a explorar o ambiente ao seu redor, observando as transformações da natureza, as relações espaciais e as noções de quantidade e medida. As atividades serão práticas e interativas, promovendo a exploração e a curiosidade.
  - **Música, Artes e Outros Saberes**: A música, as artes visuais e outras formas de expressão artística serão fundamentais no processo educativo, permitindo que as crianças experimentem e se envolvam com a arte, a cultura e as tradições locais.

3.1.4 Inclusão e Acessibilidade na Educação Infantil

A inclusão de crianças com deficiência será garantida por meio do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, com a implementação de práticas pedagógicas adaptadas e o uso de recursos e tecnologias assistivas. A **Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015** e a **Resolução CNE/CEB nº 4/2009** orientarão as práticas de inclusão nas escolas, garantindo que as crianças com deficiência tenham acesso a um currículo adaptado às suas necessidades.

- **Acessibilidade física e pedagógica**: A infraestrutura das escolas será adaptada para garantir a acessibilidade de todas as crianças, com a implementação de rampas, banheiros adaptados e materiais didáticos acessíveis. As salas de aula contarão com recursos pedagógicos diversificados, como livros em braile, legendas em vídeos e intérpretes de Libras, quando necessário.

3.1.5 Formação Continuada de Educadores da Educação Infantil

A formação continuada dos profissionais da educação infantil será um pilar essencial para garantir a qualidade do ensino. Todos os educadores de Serrano do Maranhão, sejam professores, auxiliares ou coordenadores, passarão por programas de formação continuada, com foco nas metodologias de ensino inclusivas e na formação sobre a diversidade cultural e étnica da população local.

- **Capacitação em Educação Inclusiva**: A formação contínua envolverá a capacitação dos profissionais para o atendimento a crianças com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA), dificuldades de aprendizagem e outras necessidades educacionais especiais. O uso

de tecnologias assistivas e metodologias pedagógicas inclusivas será um tema central da formação.

- **Sensibilização para a Diversidade Cultural**: Também será realizada formação para que os educadores compreendam a importância de respeitar e valorizar as culturas afro-brasileira, indígena e quilombola, abordando os conteúdos da **Lei nº 10.639/2003** e da **Lei nº 11.645/2008**, que tornam obrigatórios os conteúdos sobre essas culturas nos currículos escolares.

3.1.6 Parcerias e Envolvimento da Comunidade na Educação Infantil

A educação infantil em Serrano do Maranhão será também construída com a participação ativa das famílias e das comunidades. As escolas trabalharão para envolver os pais no processo educativo de seus filhos, com a promoção de reuniões, oficinas e atividades que integrem as famílias e as comunidades ao ambiente escolar.

- **Parcerias com Comunidades Quilombolas e Indígenas**: A educação infantil será enriquecida com as práticas culturais e educativas das comunidades quilombolas e indígenas, que terão a oportunidade de compartilhar seus saberes e tradições com as crianças. A participação de anciãos, lideranças locais e outros membros da comunidade será incentivada nas atividades pedagógicas.

3.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental constitui a etapa da educação básica que tem como objetivo garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes, assegurando que adquiram competências e habilidades essenciais para sua formação acadêmica e cidadã. Em Serrano do Maranhão, o Ensino Fundamental é considerado um pilar fundamental para a educação, com ênfase na inclusão, na interculturalidade e na valorização das especificidades da população local. A proposta pedagógica do município busca atender as necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles provenientes de comunidades rurais, quilombolas, indígenas e com deficiência.

3.2.1 Contextualização do Ensino Fundamental em Serrano do Maranhão

O Ensino Fundamental no município de Serrano do Maranhão abrange os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano). A grande maioria dos alunos está situada em áreas rurais, com acesso limitado a recursos e tecnologias. Essas condições exigem adaptações na estrutura pedagógica, na infraestrutura escolar e nas metodologias de ensino.

O município tem como desafio garantir que os alunos do Ensino Fundamental, especialmente os provenientes das comunidades quilombolas, indígenas e de áreas rurais, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite sua identidade cultural e social. A inclusão de conteúdos históricos e culturais, como a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, será parte integrante do currículo, conforme estabelece a **Lei nº 10.639/2003**, que obriga a inclusão desses conteúdos nas escolas.

Além disso, o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** devem orientar a proposta pedagógica do Ensino Fundamental, com a definição de objetivos e competências a serem alcançados em cada etapa e componente curricular.

3.2.2 Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental

As diretrizes pedagógicas para o Ensino Fundamental de Serrano do Maranhão têm como base a BNCC e os princípios da educação inclusiva e intercultural. O currículo escolar será estruturado de forma a atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sociais ou culturais.

- **Inclusão e Diversidade**: A educação inclusiva será garantida em todas as escolas do município, com o oferecimento de atendimento especializado para alunos com deficiência, conforme a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015** e a **Resolução CNE/CEB nº 4/2009**. Serão oferecidos recursos pedagógicos como livros em braile, softwares educativos, intérpretes de Libras e outras tecnologias assistivas para assegurar o acesso ao currículo.
- **Valorização da Cultura Local**: Será promovida a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, conforme a **Lei nº 10.639/2003** e a **Lei nº 11.645/2008**, que ampliam os temas sobre a diversidade étnica e cultural no ensino fundamental. A valorização das culturas quilombolas, indígenas e rurais será também um objetivo central, respeitando e integrando as especificidades de cada comunidade na educação escolar.
- **Interculturalidade e Cidadania**: A educação no Ensino Fundamental será orientada para o reconhecimento das diferenças e para a construção de uma sociedade justa e democrática. As práticas pedagógicas visam promover a convivência pacífica, a valorização da pluralidade cultural e o respeito às identidades sociais, culturais e étnicas.

3.2.3 Currículo do Ensino Fundamental em Serrano do Maranhão

O currículo do Ensino Fundamental será organizado com base na **BNCC**, garantindo que os alunos desenvolvam as competências necessárias nas áreas do conhecimento, bem como habilidades socioemocionais essenciais para sua formação integral. O currículo será articulado por meio de conteúdos interdisciplinares, que possibilitem o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais dos estudantes.

- **Ensino de Línguas e Literatura**: O ensino de Língua Portuguesa e Literatura será uma prioridade, com ênfase na produção textual, leitura crítica e interpretação de textos. Além disso, será incentivada a leitura de obras literárias que abordem temas de interesse para a realidade local, como a história das comunidades quilombolas e indígenas.
- **Matemática e Ciências**: O ensino de Matemática será baseado no desenvolvimento do raciocínio lógico e na resolução de problemas do cotidiano. Ciências naturais, incluindo Biologia, Física e Química, serão ensinadas com foco no entendimento do meio ambiente e nas questões ambientais locais, como a conservação da água e o cultivo sustentável.
- **História e Geografia**: No Ensino Fundamental, a História e a Geografia abordarão as questões locais e regionais, promovendo o conhecimento sobre a origem e os desafios das comunidades rurais, quilombolas e indígenas. O estudo da história afro-brasileira e africana, conforme previsto pela **Lei nº 10.639/2003**, será tratado em todos os anos do Ensino Fundamental.
- **Arte e Educação Física**: A arte será abordada em suas diversas formas, incluindo as manifestações culturais locais. A música, as danças típicas e as produções artísticas serão elementos centrais, com ênfase na história da cultura local. A Educação Física contribuirá para o desenvolvimento físico e social dos alunos, com práticas que incentivem a cooperação e o respeito aos outros.

3.2.4 Metodologias de Ensino no Ensino Fundamental

As metodologias de ensino no Ensino Fundamental em Serrano do Maranhão serão centradas no aluno e em seu processo de aprendizagem. As aulas serão planejadas de maneira a respeitar as particularidades de cada estudante, com foco na aprendizagem ativa e na construção do conhecimento por meio da participação e da interação.

- **Metodologias Ativas**: O uso de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos (ABP), estudos de caso e atividades práticas, será incentivado. Essas metodologias favorecem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, estimulando o pensamento crítico e a resolução de problemas reais.
- **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)**: A inclusão de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem será uma prioridade. Mesmo com as limitações de infraestrutura, o município buscará parcerias para oferecer aos alunos o acesso a plataformas digitais e recursos tecnológicos, com foco no desenvolvimento do letramento digital e no uso de tecnologias como ferramentas de ensino.
- **Atenção à Diversidade**: O ensino será adaptado para atender às diferentes realidades dos alunos, levando em conta a diversidade étnica, cultural, de gênero e de necessidades especiais. A educação será voltada para o respeito às diferenças, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor para todos.

3.2.5 Avaliação no Ensino Fundamental

A avaliação no Ensino Fundamental será processual, contínua e formativa, com foco no desenvolvimento integral do aluno. O objetivo da avaliação é identificar as necessidades de aprendizagem e os avanços de cada estudante, além de orientar as práticas pedagógicas.

- **Avaliação Diagnóstica e Formativa**: Será realizada uma avaliação diagnóstica no início do ano letivo, para identificar as habilidades e dificuldades dos alunos. A avaliação formativa acompanhará o processo de aprendizagem de cada estudante ao longo do ano, permitindo ajustes pedagógicos contínuos.
- **Avaliação Inclusiva**: A avaliação será adaptada para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades educacionais específicas, possam ser avaliados de forma justa e adequada às suas condições.
- **Feedback para o Aprendizado**: Os estudantes receberão feedback contínuo sobre seu desempenho, com orientações sobre como melhorar suas habilidades e conhecimentos. A participação da família será incentivada no acompanhamento da avaliação.

3.2.6 Formação de Professores no Ensino Fundamental

A formação contínua dos professores será um aspecto essencial para garantir a qualidade do ensino. A formação será voltada para a implementação das metodologias inclusivas, a valorização da cultura local e a utilização de recursos pedagógicos adequados.

- **Formação em Educação Inclusiva**: Todos os professores serão capacitados para atender alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e outras necessidades educacionais especiais. A formação incluirá o uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas adaptadas.
- **Capacitação em Diversidade Cultural e História Afro-brasileira**: Os professores serão capacitados para trabalhar com conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena, respeitando as diretrizes da **Lei nº 10.639/2003** e da **Lei nº 11.645/2008**.

3.2.7 Parcerias e Envolvimento Comunitário no Ensino Fundamental

A educação no Ensino Fundamental será construída com a participação ativa das famílias, das comunidades quilombolas e indígenas e de outras instituições da sociedade. As escolas promoverão parcerias com organizações comunitárias e culturais para enriquecer o currículo e as experiências de aprendizagem.

3.3 Educação Especial

A educação especial no município de Serrano do Maranhão visa garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeitando suas especificidades e promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e cidadã. A proposta pedagógica para a educação especial será baseada nos direitos das pessoas com deficiência, nas orientações da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas diretrizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco na adaptação curricular e no uso de recursos pedagógicos e tecnológicos.

3.3.1 Contextualização da Educação Especial em Serrano do Maranhão

Serrano do Maranhão, como muitos municípios de zona rural, enfrenta desafios significativos na oferta de educação especial. As escolas da rede municipal precisam adaptar seus espaços físicos e recursos pedagógicos para garantir o atendimento a alunos com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA), deficiência intelectual, surdez, cegueira, entre outros. Muitas dessas crianças e adolescentes residem em áreas distantes e enfrentam dificuldades de acesso ao atendimento especializado.

Ainda assim, o município tem avançado na promoção de uma educação inclusiva, com a implantação de salas de recursos multifuncionais, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação de professores para o trabalho com alunos com deficiência. As escolas devem garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso ao currículo, utilizando metodologias adequadas e adaptando os conteúdos de acordo com as suas condições.

3.3.2 Diretrizes Legais para a Educação Especial

A educação especial no Brasil é regulada por uma série de leis e resoluções que garantem os direitos das pessoas com deficiência e orientam as práticas pedagógicas inclusivas. As principais normativas que regem a educação especial incluem:

- **Constituição Federal de 1988**: A Constituição brasileira estabelece, no artigo 208, que a educação é um direito de todos, assegurando o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**: A LDB, em seu artigo 58, prevê a educação especial como uma modalidade de ensino voltada para o atendimento de alunos com deficiência, assegurando-lhes acesso ao currículo do ensino regular.
- **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015**: A LBI estabelece direitos fundamentais para as pessoas com deficiência, com ênfase na educação inclusiva. A lei garante a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e assegura o fornecimento de recursos pedagógicos e de apoio para a aprendizagem.

- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009**: Esta resolução do Conselho Nacional de Educação trata da educação especial, definindo os direitos dos alunos com deficiência, as modalidades de atendimento e as estratégias pedagógicas para a educação inclusiva.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: A BNCC define as competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver, incluindo os alunos com deficiência, e estabelece a necessidade de adaptar o currículo para garantir a participação plena e efetiva desses estudantes.

3.3.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das principais estratégias para garantir o acesso e a aprendizagem dos alunos com deficiência. O AEE deve ser oferecido em salas de recursos multifuncionais, com profissionais capacitados para trabalhar com diferentes tipos de deficiência, oferecendo apoio pedagógico específico para que os alunos possam acessar o currículo do ensino regular.

- **Salas de Recursos Multifuncionais**: Essas salas são ambientes adaptados, com equipamentos e materiais pedagógicos específicos, onde os alunos com deficiência recebem atendimento individualizado ou em pequenos grupos. A sala de recursos multifuncionais deve ser equipada com materiais como livros em braile, jogos pedagógicos, recursos de tecnologia assistiva, como softwares educativos, e materiais visuais.
- **Profissionais Capacitados**: O atendimento especializado deve ser realizado por profissionais especializados, como professores de educação especial, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais. Esses profissionais devem ser treinados para oferecer o suporte necessário, respeitando as necessidades individuais de cada aluno.
- **Integração com o Ensino Regular**: O AEE não deve ser visto como uma modalidade separada da educação regular. O objetivo é integrar os alunos com deficiência ao processo de aprendizagem da escola regular, por meio de adaptações curriculares, metodológicas e de recursos pedagógicos.

3.3.4 Adaptações Curriculares e Metodologias de Ensino

As adaptações curriculares são essenciais para garantir que os alunos com deficiência possam acessar o conteúdo escolar. Essas adaptações envolvem a modificação do currículo, das metodologias de ensino e dos recursos pedagógicos, a fim de atender às necessidades educacionais de cada estudante.

- **Adaptação do Currículo**: A adaptação do currículo envolve a flexibilização dos conteúdos e das formas de avaliação. Os professores devem ser capacitados para trabalhar com currículos diferenciados, permitindo que os alunos com deficiência possam aprender de acordo com suas habilidades e ritmos de aprendizagem.
- **Metodologias de Ensino Inclusivas**: As metodologias de ensino devem ser diversificadas e centradas no aluno, utilizando recursos como a aprendizagem colaborativa, o ensino baseado em projetos e o uso de tecnologias assistivas. As metodologias ativas, como o ensino por meio de jogos e atividades práticas, também são fundamentais para promover o engajamento e a participação dos alunos com deficiência.
- **Avaliação Adaptada**: A avaliação de alunos com deficiência deve ser adaptada para garantir que todos os estudantes possam demonstrar seu conhecimento e habilidades. Isso pode incluir a adaptação do formato das provas, o uso de recursos como intérpretes de Libras, a tradução de questões para braile, e a utilização de tecnologia assistiva.

3.3.5 Tecnologias Assistivas na Educação Especial

A utilização de tecnologias assistivas é um componente essencial da educação especial, pois essas tecnologias podem facilitar a aprendizagem e promover a autonomia dos alunos com deficiência. As tecnologias assistivas podem ser divididas em diversas categorias, como:

- **Tecnologias de Acessibilidade**: Ferramentas como softwares de leitura de tela, programas de conversão de texto para voz e aplicativos que traduzem o conteúdo para Libras são fundamentais para garantir que alunos com deficiência auditiva ou visual possam acessar o conteúdo educacional.
- **Tecnologias para Comunicação Alternativa**: Alunos com dificuldades de comunicação podem se beneficiar de dispositivos de comunicação alternativa, como pranchas de comunicação, aplicativos de comunicação por símbolos e dispositivos de voz.
- **Tecnologias de Apoio à Mobilidade e à Percepção**: Dispositivos que auxiliam alunos com mobilidade reduzida, como cadeiras de rodas adaptadas, rampas e softwares para o controle de movimentos, podem ser usados para facilitar a participação plena dos alunos nas atividades escolares.

3.3.6 Formação Continuada de Professores

A formação dos professores é um aspecto fundamental para garantir a implementação da educação especial nas escolas de Serrano do Maranhão. Os professores devem receber capacitação contínua sobre as necessidades educacionais dos alunos com deficiência e sobre as metodologias de ensino inclusivas.

- **Capacitação em Educação Inclusiva**: A formação dos docentes deve incluir o estudo das leis que regulamentam a educação especial, como a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** e a **BNCC**, além de estratégias pedagógicas específicas para alunos com deficiência.
- **Uso de Tecnologias Assistivas**: A formação dos professores deve incluir o uso de tecnologias assistivas, para que possam incorporar essas ferramentas no processo de ensino-aprendizagem.
- **Práticas Pedagógicas Inclusivas**: Os professores serão capacitados para trabalhar com práticas pedagógicas inclusivas, que atendam à diversidade dos alunos e promovam a participação de todos nas atividades escolares.

3.3.7 Parcerias e Ações Comunitárias

A educação especial em Serrano do Maranhão será construída de forma colaborativa, com a participação das famílias, das comunidades quilombolas, indígenas e das organizações sociais. As escolas promoverão parcerias com instituições especializadas, universidades e organizações não governamentais (ONGs), que poderão fornecer apoio técnico, material e pedagógico para os alunos com deficiência.

3.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e outras normativas educacionais, e tem como objetivo promover a inclusão social, por meio da educação, de indivíduos que não concluíram a educação básica no tempo regular. No contexto de Serrano do Maranhão, a EJA se apresenta como um instrumento vital para a transformação social e educacional de uma parcela significativa da população que, por diversas

razões, não teve acesso ou continuidade na educação formal na idade apropriada. Esse público abrange pessoas que, devido à realidade socioeconômica, geográfica e histórica, ficaram à margem do sistema educacional regular.

3.4.1 Contextualização da EJA em Serrano do Maranhão

A EJA em Serrano do Maranhão atende, predominantemente, a pessoas que vivem na zona rural e em comunidades de difícil acesso. Muitas dessas pessoas, devido a questões econômicas e sociais, abandonaram a escola ainda no Ensino Fundamental ou, em alguns casos, sequer tiveram a oportunidade de ingressar na educação básica. O município, ciente da importância da inclusão desses jovens e adultos no processo educativo, vem desenvolvendo políticas públicas que garantem o acesso à educação e a permanência desses alunos nas escolas, com especial atenção para a superação das barreiras da distância, do transporte e da baixa infraestrutura.

Além disso, a educação de jovens e adultos em Serrano do Maranhão enfrenta o desafio de atender a uma população diversa, com diferentes níveis de escolaridade, necessidades educacionais e objetivos em relação ao aprendizado. O município tem se esforçado para oferecer cursos de alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com foco na recuperação da escolaridade e no desenvolvimento das competências básicas para a participação plena na sociedade.

3.4.2 Direitos e Garantias da EJA

A educação de jovens e adultos está fundamentada em uma série de direitos e garantias, conforme descrito na Constituição Federal de 1988 e em outras legislações pertinentes. Dentre os direitos mais importantes, destacam-se:

- **Constituição Federal de 1988**: A Constituição Brasileira, no artigo 208, garante a educação básica obrigatória e gratuita, tanto para crianças quanto para jovens e adultos, nos termos da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Além disso, o artigo 60 da Constituição estabelece que a educação será dirigida ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**: A LDB, em seu artigo 37, garante a educação básica para os jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na idade regular. A LDB prevê que a EJA será organizada de forma a respeitar as condições dos estudantes e, por isso, deve ser oferecida com currículo adequado às necessidades desse público.
- **Lei nº 10.639/2003**: Esta lei altera a LDB e introduz o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Em Serrano do Maranhão, este tema será abordado de forma a respeitar as especificidades culturais e sociais das comunidades quilombolas que compõem uma parte significativa da população local.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: A BNCC define as competências e habilidades que todos os estudantes, inclusive os da EJA, devem desenvolver. Para a EJA, a BNCC orienta a adaptação do currículo de acordo com as necessidades do público-alvo, com ênfase no desenvolvimento da leitura, escrita, raciocínio lógico e habilidades socioemocionais, essenciais para a vida no contexto atual.

3.4.3 Estrutura Curricular e Metodologias de Ensino

O currículo da EJA no município de Serrano do Maranhão será estruturado de acordo com as orientações da LDB, da BNCC, e das particularidades da comunidade local, respeitando os princípios da diversidade e da flexibilidade. Para isso, será dada atenção especial à utilização de

metodologias que considerem a realidade dos estudantes adultos e jovens, que muitas vezes possuem um histórico educacional interrompido e experiências de vida diversas.

- **Currículo Flexível e Adaptado**: O currículo da EJA será adaptado de acordo com a realidade e as necessidades dos alunos, garantindo que o conteúdo seja relevante e significativo para a vida desses estudantes. O currículo será organizado de forma modular, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e permitindo que os alunos avancem de acordo com seu próprio tempo e capacidade.
- **Metodologias Ativas de Ensino**: As metodologias ativas serão uma estratégia central no processo de ensino-aprendizagem da EJA. A aprendizagem baseada em projetos, a resolução de problemas e o uso de tecnologias digitais serão incorporados às práticas pedagógicas, promovendo a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento.
- **Educação Contextualizada**: As práticas pedagógicas serão contextualizadas de acordo com a realidade local dos estudantes, valorizando as experiências de vida e as histórias de cada um. A abordagem pedagógica será centrada na aprendizagem significativa, que integra os conhecimentos adquiridos no cotidiano com os conteúdos acadêmicos.

3.4.4 Formação Continuada de Professores da EJA

A formação contínua dos professores da EJA é uma prioridade para garantir que as práticas pedagógicas sejam eficazes e que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade dos estudantes. A formação dos professores será pautada pelos seguintes aspectos:

- **Capacitação em Metodologias Inclusivas**: A formação continuada dos professores envolverá cursos e treinamentos sobre metodologias de ensino inclusivas, com ênfase no uso de recursos adaptados, como livros em braile, materiais em formato acessível, e tecnologias assistivas.
- **Desenvolvimento de Competências Socioemocionais**: Como a EJA atende principalmente a jovens e adultos que enfrentam dificuldades emocionais e psicológicas devido ao histórico de abandono escolar, a formação dos professores abordará também a importância de desenvolver competências socioemocionais, como a empatia, a resiliência e a capacidade de trabalhar com a diversidade.
- **Integração de Tecnologias Digitais**: O uso de tecnologias digitais no ensino da EJA será incentivado. Os professores serão capacitados para utilizar recursos como plataformas educacionais, vídeos, aplicativos e ferramentas digitais que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem.

3.4.5 Avaliação na EJA

A avaliação na EJA deve respeitar as condições e necessidades do público atendido. A avaliação será contínua, diagnóstica e diversificada, e permitirá que os estudantes demonstrem seus avanços de forma flexível. Alguns princípios da avaliação na EJA incluem:

- **Avaliação Diagnóstica e Formativa**: Antes de iniciar o processo de ensino, será realizada uma avaliação diagnóstica para identificar as dificuldades e as competências pré-existentes dos alunos. Durante o percurso, as avaliações formativas serão feitas para acompanhar o progresso dos alunos e ajustar as práticas pedagógicas.
- **Avaliação Inclusiva e Adaptada**: A avaliação será adaptada de acordo com as necessidades dos alunos. Para alunos com deficiência, serão utilizados recursos como intérpretes de Libras, provas em braile, entre outros.

- **Uso de Diversas Formas de Avaliação**: Serão utilizadas diversas formas de avaliação, como atividades práticas, projetos, apresentações orais e produções escritas. A avaliação será centrada no processo de aprendizagem, e não apenas nos resultados finais.

3.4.6 Integração com a Comunidade e com o Mundo do Trabalho

A EJA em Serrano do Maranhão estará integrada com a realidade da comunidade local e do mercado de trabalho. A formação dos alunos será voltada para a cidadania e para a qualificação profissional, de forma a prepará-los para os desafios da vida moderna.

- **Projetos Comunitários**: Serão desenvolvidos projetos que envolvam a comunidade local, promovendo o aprendizado contextualizado e a participação dos alunos em atividades que tenham impacto social, cultural e econômico.
- **Parcerias com o Setor Produtivo**: O município buscará parcerias com empresas, ONGs e outras instituições para oferecer cursos de qualificação profissional, estágios e inserção no mercado de trabalho para os alunos da EJA.

5. OBJETIVOS E METAS

Objetivo Geral:

Garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, com um foco intransigente na inclusão social, no desenvolvimento integral de cada indivíduo e na promoção da igualdade de oportunidades. Esse objetivo visa não apenas assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou individuais, tenham a oportunidade de acessar uma educação de qualidade, mas também promover um ambiente educacional que favoreça a sua permanência e o seu progresso contínuo, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Para alcançar esse objetivo, será necessário implementar ações estratégicas que envolvem tanto a melhoria das condições estruturais das escolas, como também o aprimoramento das práticas pedagógicas, a formação contínua de professores e o envolvimento da comunidade escolar. O objetivo está comprometido com a criação de um espaço educativo que valorize a diversidade, a equidade e o respeito às especificidades de cada aluno, reconhecendo as diferentes trajetórias de aprendizagem e buscando estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como as crianças e jovens quilombolas, indígenas e com deficiência.

Além disso, esse objetivo será também orientado por princípios de cidadania, promovendo uma educação que fomente o respeito aos direitos humanos, a conscientização sobre as questões sociais e culturais, a valorização das identidades individuais e coletivas, e a preparação para a vida em sociedade, com vistas ao fortalecimento do protagonismo juvenil e da participação ativa na transformação social.

O sucesso escolar, neste contexto, não será medido apenas pelos indicadores de aprovação, mas também pela capacidade de cada estudante em desenvolver competências cognitivas, socioemocionais e culturais, que são fundamentais para sua inserção no mundo do trabalho, sua atuação cidadã e sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento coletivo. Assim, a igualdade de oportunidades será a base para que cada estudante, independentemente de sua origem, possa trilhar seu caminho educacional de forma plena e satisfatória, com autonomia, confiança e capacidades desenvolvidas para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

O município de Serrano do Maranhão, ao adotar esse objetivo, almeja não apenas garantir a educação básica a todos, mas também promover uma educação que seja inclusiva, justa, plural e que ofereça as condições necessárias para o desenvolvimento de cada estudante em todas as suas dimensões – intelectual, social, afetiva e ética – visando sempre a formação de cidadãos críticos, solidários e preparados para transformar suas realidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

- ## Metas Específicas:

1. **Aumentar a taxa de alfabetização no 3º ano do ensino fundamental**, com foco na promoção de habilidades de leitura e escrita, por meio de metodologias diversificadas, programas pedagógicos intensivos e projetos de incentivo à leitura. Para isso, serão adotadas estratégias personalizadas que atendam às necessidades de cada aluno, com uso de ferramentas digitais e recursos didáticos inovadores, garantindo a universalização da alfabetização.

2. **Garantir que todas as escolas municipais possuam infraestrutura adaptada para alunos com deficiência**, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados, salas de recursos multifuncionais, sinalização em braile, e equipamentos específicos para estudantes com deficiências auditivas, visuais e motoras. Esse processo deve ocorrer de forma gradual, com prioridade para as escolas com maior demanda e maior número de alunos com deficiência.
3. **Promover ações de capacitação contínua para todos os educadores**, com ênfase na educação inclusiva, intercultural, e no uso de metodologias diferenciadas para atender às necessidades de todos os estudantes. As capacitações devem abordar temas como o uso de tecnologias assistivas, práticas pedagógicas inclusivas, cultura afro-brasileira, educação indígena, e práticas pedagógicas interculturais.
4. **Ampliar o número de bibliotecas escolares**, garantindo que todas as escolas municipais tenham acesso a livros atualizados, diversificados e adequados às necessidades dos alunos. Além disso, serão realizados projetos de leitura nas escolas, com eventos como feiras de livros, clubes de leitura e parcerias com autores locais para fomentar o hábito da leitura.
5. **Implementar o uso de tecnologias assistivas** nas escolas, oferecendo recursos como softwares educacionais, dispositivos de leitura e comunicação, computadores adaptados e outros equipamentos que apoiem o aprendizado de estudantes com deficiência, garantindo a equiparação de oportunidades para esses alunos.
6. **Desenvolver programas de conscientização sobre a importância da educação inclusiva**, visando à sensibilização de professores, pais e alunos sobre os direitos dos estudantes com deficiência e a importância da inclusão, com campanhas de educação e a realização de workshops e palestras voltados para todos os membros da comunidade escolar.
7. **Fortalecer a educação infantil**, ampliando a oferta de vagas e melhorando a qualidade do atendimento, para garantir que todas as crianças de 4 a 5 anos estejam matriculadas na educação infantil. A proposta é integrar atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento das múltiplas inteligências, como atividades de estimulação sensorial, jogos lúdicos, e o uso de abordagens baseadas no brincar.
8. **Implementar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, conforme a Lei nº 10.639/2003, com foco no resgate e valorização das tradições, conhecimentos e saberes das comunidades afrodescendentes. Para isso, serão realizados projetos interdisciplinares, parcerias com líderes comunitários, e exposições de arte e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.
9. **Garantir o acesso à alimentação escolar saudável e equilibrada**, oferecendo refeições adequadas às necessidades nutricionais dos alunos, com foco em produtos locais e saudáveis. Além disso, serão promovidas ações educativas sobre alimentação saudável, com a participação das famílias e dos alunos em hortas escolares e programas de nutrição.
10. **Promover ações de combate ao bullying e discriminação racial e de gênero nas escolas**, criando um ambiente escolar seguro, respeitoso e acolhedor para todos. Serão realizadas campanhas de sensibilização sobre a importância da empatia, da convivência pacífica, da diversidade e do respeito aos direitos humanos, com a formação de grupos de apoio e orientadores escolares.
11. **Fortalecer a educação de jovens e adultos (EJA)**, ampliando o acesso ao ensino fundamental e médio para jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade regular. O foco será a promoção de metodologias de ensino flexíveis e adaptadas à realidade dos alunos, incluindo o uso de tecnologias digitais e metodologias ativas para tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e relevante.
12. **Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior** para a formação continuada dos professores municipais, com foco em práticas pedagógicas inovadoras e inclusão social. Essas parcerias devem incluir a oferta de cursos de pós-graduação, especializações e programas de pesquisa em educação inclusiva, com o objetivo de qualificar os professores de forma permanente.

13. **Criar programas de orientação vocacional e profissional para os alunos do ensino fundamental**, com ênfase nas demandas locais e regionais, promovendo a inserção no mercado de trabalho. Além disso, serão incentivadas parcerias com empresas e organizações comunitárias para proporcionar estágios e experiências de trabalho para os jovens em formação.
14. **Expandir a oferta de atividades extracurriculares**, como esportes, música, arte e cultura, para estimular o desenvolvimento integral dos alunos e promover a inclusão social. Essas atividades devem ser oferecidas de forma gratuita, com a participação de todos os alunos, e envolver a comunidade local, formando uma rede de apoio ao desenvolvimento educacional e social.
15. **Desenvolver um plano de ação para a inclusão digital**, fornecendo acesso à internet de qualidade e equipamentos tecnológicos para todos os alunos e professores, especialmente nas zonas rurais. Serão promovidas formações sobre o uso pedagógico da tecnologia e o desenvolvimento de habilidades digitais essenciais para a inserção dos alunos na sociedade contemporânea.
16. **Ampliar a oferta de transporte escolar de qualidade**, garantindo que todos os alunos da zona rural tenham acesso seguro e regular ao transporte para as escolas. O plano incluirá a melhoria da frota de veículos e a criação de rotas adequadas que atendam às necessidades de todos os alunos, sem que o tempo de deslocamento seja um fator impeditivo para a educação.
17. **Garantir a oferta de educação bilíngue** para alunos surdos, com professores qualificados em Libras e material didático específico para o aprendizado dessa língua. As escolas deverão oferecer também aulas de Libras para todos os alunos, promovendo a inclusão de estudantes surdos e a conscientização sobre a cultura surda na comunidade escolar.
18. **Promover a educação ambiental nas escolas**, com programas que envolvam os alunos em ações de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, valorizando as riquezas naturais da região. Serão desenvolvidos projetos de educação ambiental que envolvam a comunidade e proporcionem aos alunos uma vivência prática sobre temas como reciclagem, preservação de recursos hídricos, e proteção da biodiversidade.
19. **Realizar uma revisão e atualização curricular** para assegurar que o currículo esteja alinhado com a BNCC, as especificidades regionais e as diretrizes de educação inclusiva e intercultural. O currículo será flexível e adaptado às realidades locais, de modo a garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.
20. **Implementar um programa de apoio psicológico para os alunos**, com profissionais qualificados para atender às necessidades emocionais e psicológicas dos estudantes, especialmente os de grupos vulneráveis. O serviço de psicologia escolar será ampliado, com apoio psicológico individual e em grupo, visando a melhoria do bem-estar emocional dos alunos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.
21. **Criar espaços de escuta e acolhimento** nas escolas, onde os alunos possam expressar suas dificuldades, inseguranças e necessidades, com acompanhamento pedagógico e psicológico. Esses espaços serão equipados com profissionais de apoio, como psicólogos e assistentes sociais, para garantir que os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento.
22. **Incluir a educação em direitos humanos e cidadania** como parte integrante do currículo escolar, promovendo o respeito às diferenças e a formação de cidadãos críticos e conscientes. As atividades de educação em direitos humanos serão realizadas por meio de debates, projetos de conscientização, e participação em eventos que abordem temas como justiça social, igualdade de gênero e direitos da criança e do adolescente.
23. **Fortalecer a parceria entre escola, família e comunidade**, incentivando a participação ativa dos pais no processo educacional, por meio de reuniões, palestras e atividades conjuntas. A escola deverá criar canais de comunicação eficazes com as famílias,

promovendo a participação nas decisões pedagógicas e na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

24. **Desenvolver um programa de formação continuada para os gestores escolares**, com foco na gestão democrática, na liderança pedagógica e na promoção de uma educação de qualidade para todos. Os gestores escolares serão capacitados a tomar decisões baseadas em dados e pesquisas educacionais, garantindo que as escolas ofereçam educação inclusiva, de qualidade e com equidade para todos os alunos.
25. **Criar ações de prevenção ao abandono escolar**, com a identificação precoce de fatores de risco e a criação de estratégias para manter os alunos na escola, como apoio pedagógico intensivo e acompanhamento familiar. Além disso, serão realizadas visitas domiciliares para identificar possíveis causas de evasão escolar e criar estratégias de envolvimento com os alunos e suas famílias.
26. **Promover a inclusão de alunos indígenas nas escolas municipais**, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e territoriais, com programas que atendam às suas necessidades de ensino. Serão criadas aulas específicas sobre a cultura e a língua indígena, com materiais didáticos adequados e a participação de professores e lideranças indígenas na elaboração do currículo.
27. **Estabelecer a formação de grupos de estudos sobre diversidade cultural nas escolas**, com atividades que promovam o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz e inclusão. Os grupos de estudos serão orientados por educadores capacitados, com a participação ativa dos alunos, pais e comunidade, para discutir temas como racismo, preconceito, e identidade cultural.
28. **Oferecer cursos de capacitação para pais e responsáveis**, abordando temas como educação infantil, habilidades socioemocionais, uso de tecnologias digitais e apoio ao processo de aprendizagem dos filhos. Os cursos serão realizados em parceria com entidades comunitárias e centros de apoio, proporcionando aos pais as ferramentas necessárias para apoiar o desenvolvimento educacional de seus filhos.
29. **Promover a gestão participativa nas escolas**, incentivando a criação de conselhos escolares, com a participação de alunos, pais, professores e comunidade na tomada de decisões pedagógicas e administrativas. Essa gestão participativa garantirá que as necessidades de todos os grupos sejam atendidas de forma democrática e inclusiva.
30. **Monitorar a eficácia das políticas públicas educacionais**, realizando avaliações periódicas sobre o progresso das metas estabelecidas, ajustando as estratégias quando necessário e garantindo que os objetivos do PME sejam alcançados com sucesso. Serão estabelecidos indicadores de desempenho e acompanhamento contínuo das ações do plano, com a participação de toda a comunidade escolar para garantir a melhoria contínua.

Ações para as 30 Metas do PME de Serrano do Maranhão

1. Aumentar a taxa de alfabetização no 3º ano do ensino fundamental.

Ação 1.1 – Melhorar:

Desenvolver programas de reforço escolar com foco na leitura e escrita para alunos que não atingiram a proficiência esperada no 3º ano, promovendo atendimento individualizado e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Ação 1.2 – Promover:

Realizar campanhas de sensibilização com as famílias e a comunidade escolar, enfatizando a importância da alfabetização e incentivando a participação ativa dos pais no processo de aprendizagem.

Ação 1.3 – Implementar:

Criar atividades pedagógicas lúdicas e motivadoras, com apoio de tecnologias e materiais didáticos adaptados, para garantir o engajamento e a melhoria na alfabetização dos alunos.

2. Garantir que todas as escolas municipais possuam infraestrutura adaptada para alunos com deficiência.

Ação 2.1 – Melhorar:

Fazer uma avaliação contínua das condições de acessibilidade nas escolas, identificando pontos críticos e as necessidades específicas de cada unidade escolar.

Ação 2.2 – Promover:

Desenvolver uma campanha educativa voltada para a comunidade escolar, destacando a importância da inclusão e acessibilidade para todos os estudantes, além de sensibilizar pais e educadores.

Ação 2.3 – Implementar:

Adaptar todas as escolas municipais para garantir a acessibilidade universal, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados, mesas e cadeiras ergonômicas, além de disponibilizar tecnologias assistivas.

3. Promover ações de capacitação para todos os educadores, com ênfase na educação inclusiva e intercultural.

Ação 3.1 – Melhorar:

Estabelecer um programa de formação contínua para todos os professores, com foco nas metodologias pedagógicas inclusivas e interculturais, respeitando as diversidades culturais dos alunos.

Ação 3.2 – Promover:

Criar espaços de troca de experiências entre professores e especialistas na área de educação inclusiva, como seminários e workshops, além de promover a participação em eventos nacionais e internacionais.

Ação 3.3 – Implementar:

Estabelecer uma plataforma digital de capacitação, com cursos online sobre práticas pedagógicas inclusivas, adaptadas à realidade do município, para garantir o acesso universal à formação.

4. Promover a educação infantil de qualidade e com atendimento integral para todas as crianças.

Ação 4.1 – Melhorar:

Garantir a expansão das vagas na educação infantil, priorizando as regiões mais afastadas e as famílias de menor renda, com atendimento integral e atividades pedagógicas diversificadas.

Ação 4.2 – Promover:

Realizar encontros periódicos com as famílias para reforçar a importância da educação infantil como etapa fundamental no desenvolvimento integral da criança.

Ação 4.3 – Implementar:

Iniciar a implementação de programas pedagógicos de atendimento integral, oferecendo não apenas educação acadêmica, mas também atividades de desenvolvimento social, emocional e físico.

5. Implementar a educação intercultural nas escolas municipais, respeitando as culturas quilombolas, indígenas e afro-brasileiras.

Ação 5.1 – Melhorar:

Revisar e adaptar o currículo escolar para incorporar conteúdos que tratem das especificidades culturais de grupos quilombolas, indígenas e afro-brasileiros, com ênfase em suas histórias, tradições e direitos.

Ação 5.2 – Promover:

Criar eventos culturais nas escolas que promovam a troca de experiências entre os estudantes e suas famílias, fortalecendo o vínculo com as tradições culturais locais.

Ação 5.3 – Implementar:

Desenvolver materiais didáticos que abordem a diversidade cultural presente no município, disponibilizando recursos para os professores utilizarem em suas práticas pedagógicas.

6. Implementar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as escolas que atendem alunos com deficiência.

Ação 6.1 – Melhorar:

Mapear as escolas que necessitam de mais recursos para garantir o atendimento especializado, como salas de recursos multifuncionais e profissionais capacitados.

Ação 6.2 – Promover:

Desenvolver uma política de sensibilização nas escolas sobre a importância do AEE, promovendo seminários e atividades de capacitação para os profissionais envolvidos.

Ação 6.3 – Implementar:

Instalar salas de recursos especializados e garantir a formação e contratação de profissionais especializados, como psicopedagogos, assistentes sociais, e terapeutas ocupacionais.

7. Garantir a universalização do acesso à educação básica para todas as crianças e adolescentes do município.

Ação 7.1 – Melhorar:

Estabelecer parcerias com organizações sociais para expandir o acesso à educação, focando na matrícula de crianças que ainda não frequentam a escola.

Ação 7.2 – Promover:

Realizar campanhas de matrícula nas comunidades rurais e periféricas, com o auxílio de equipes pedagógicas que visem a sensibilização da população sobre a importância da educação básica.

Ação 7.3 – Implementar:

Garantir transporte escolar acessível e seguro para as crianças e adolescentes em áreas de difícil acesso, promovendo a ampliação da rede de escolas e garantindo acesso à educação para todos.

8. Expandir o ensino de língua portuguesa e matemática para melhorar o desempenho acadêmico dos alunos.

Ação 8.1 – Melhorar:

Implementar programas de recuperação e reforço escolar voltados para alunos com dificuldades nas áreas de português e matemática, com acompanhamento personalizado.

Ação 8.2 – Promover:

Fomentar atividades extracurriculares, como clubes de leitura e matemática, para estimular o interesse dos alunos nessas áreas, criando ambientes de aprendizado criativos e inovadores.

Ação 8.3 – Implementar:

Oferecer aos alunos recursos digitais e atividades de ensino remoto para complementar o aprendizado de português e matemática, utilizando plataformas educacionais e aplicativos de ensino.

9. Assegurar que todos os estudantes do ensino fundamental tenham acesso a livros didáticos atualizados e de qualidade.

Ação 9.1 – Melhorar:

Realizar um levantamento das necessidades de livros didáticos e disponibilizar materiais atualizados e adequados ao currículo da BNCC, com foco na diversidade cultural.

Ação 9.2 – Promover:

Criar programas de troca de livros didáticos e biblioteca itinerante para garantir que todos os alunos tenham acesso aos materiais necessários para o aprendizado.

Ação 9.3 – Implementar:

Adquirir livros didáticos de alta qualidade e acessibilidade, garantindo que todos os alunos, inclusive os com deficiência visual, tenham acesso aos mesmos conteúdos educacionais.

10. Reduzir as taxas de evasão escolar nas escolas municipais.

Ação 10.1 – Melhorar:

Estabelecer um sistema de acompanhamento contínuo dos alunos em risco de evasão escolar, com a criação de planos de ação personalizados.

Ação 10.2 – Promover:

Criar programas de motivação e engajamento escolar, com atividades extracurriculares que despertem o interesse dos alunos, como esportes, arte e cultura.

Ação 10.3 – Implementar:

Organizar eventos que envolvam as famílias no acompanhamento escolar, promovendo a participação ativa dos pais e responsáveis na rotina escolar dos filhos.

11. Promover a inclusão digital nas escolas, garantindo que todos os alunos tenham acesso à tecnologia.

Ação 11.1 – Melhorar:

Realizar um levantamento das condições de acesso à internet e tecnologias nas escolas municipais, identificando as principais deficiências.

Ação 11.2 – Promover:

Fomentar parcerias com empresas e ONGs para a doação de equipamentos tecnológicos, como computadores e tablets, e garantir a conexão à internet nas unidades escolares.

Ação 11.3 – Implementar:

Estabelecer programas de formação digital para alunos e educadores, com foco na utilização pedagógica das tecnologias e nas plataformas educacionais online.

12. Implementar práticas pedagógicas diferenciadas para alunos com deficiência, respeitando as especificidades de cada um.

Ação 12.1 – Melhorar:

Oferecer formação contínua para os professores, com foco na adaptação das práticas pedagógicas e no uso de recursos diferenciados para alunos com deficiência.

Ação 12.2 – Promover:

Desenvolver atividades colaborativas com familiares, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas, para a implementação de estratégias inclusivas no cotidiano escolar.

Ação 12.3 – Implementar:

Criar planos de ensino personalizados para alunos com deficiência, respeitando suas necessidades e potenciais de aprendizado, garantindo o acesso a métodos de ensino adaptados.

13. Expandir a oferta de educação profissionalizante e de cursos técnicos para os estudantes do ensino médio e EJA.

Ação 13.1 – Melhorar:

Estabelecer convênios com instituições de ensino superior e escolas técnicas para a oferta de cursos profissionalizantes e preparatórios para o mercado de trabalho.

Ação 13.2 – Promover:

Desenvolver programas de estágio e capacitação nas escolas municipais, em parceria com empresas locais, garantindo que os alunos adquiram experiência prática em áreas de sua escolha.

Ação 13.3 – Implementar:

Implementar programas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dentro do currículo do ensino médio, com a inclusão de oficinas, cursos extracurriculares e estágios.

14. Garantir que todos os alunos do ensino fundamental e médio recebam orientação vocacional e educacional.

Ação 14.1 – Melhorar:

Formar equipes pedagógicas e psicopedagógicas para a implementação de programas de orientação vocacional e educacional nas escolas.

Ação 14.2 – Promover:

Estabelecer parcerias com profissionais da área de psicologia e orientação educacional para a realização de palestras, workshops e orientações sobre escolhas de carreira.

Ação 14.3 – Implementar:

Desenvolver atividades práticas de orientação vocacional com base nos interesses e aptidões dos alunos, incluindo visitas a centros de formação e universidades.

15. Criar mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos dos processos pedagógicos nas escolas.

Ação 15.1 – Melhorar:

Desenvolver sistemas informatizados para o acompanhamento das atividades pedagógicas, permitindo o monitoramento em tempo real do desempenho dos alunos.

Ação 15.2 – Promover:

Organizar avaliações periódicas dos métodos pedagógicos, com a participação ativa de docentes e alunos, para ajustar as práticas conforme as necessidades identificadas.

Ação 15.3 – Implementar:

Estabelecer um ciclo contínuo de feedback entre professores, coordenadores pedagógicos e direção escolar para ajustar os métodos de ensino com base nos resultados das avaliações.

16. Implementar um currículo integrado que contemple as especificidades culturais de cada comunidade do município.

Ação 16.1 – Melhorar:

Adaptar o currículo municipal de forma que os temas e conteúdos abordem a história e cultura local de forma inclusiva e respeitosa.

Ação 16.2 – Promover:

Desenvolver projetos pedagógicos que incentivem os alunos a explorar sua própria cultura e identidade, com ênfase nas comunidades quilombolas e indígenas.

Ação 16.3 – Implementar:

Fomentar a interdisciplinaridade, de modo que as diversas áreas do conhecimento integrem questões culturais e históricas específicas da região, fortalecendo o pertencimento cultural dos alunos.

17. Promover a educação ambiental em todas as escolas municipais, com foco na sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.

Ação 17.1 – Melhorar:

Incluir a temática ambiental no currículo escolar, criando espaços e atividades para discutir a sustentabilidade e os desafios ambientais enfrentados pelo município.

Ação 17.2 – Promover:

Estabelecer parcerias com ONGs e órgãos ambientais para desenvolver projetos de preservação ambiental e de educação ecológica nas escolas.

Ação 17.3 – Implementar:

Organizar atividades práticas, como hortas escolares, reciclagem e plantio de árvores, incentivando os alunos a participarem ativamente de ações voltadas à preservação do meio ambiente.

18. Criar centros de convivência para a educação complementar e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

Ação 18.1 – Melhorar:

Estabelecer parcerias com profissionais da área de psicologia e assistência social para criar centros de convivência nas escolas, com foco no desenvolvimento emocional e social dos alunos.

Ação 18.2 – Promover:

Organizar eventos e atividades voltadas ao fortalecimento das relações interpessoais entre alunos, professores e comunidade escolar, priorizando a construção de um ambiente de respeito e solidariedade.

Ação 18.3 – Implementar:

Criar espaços físicos nas escolas para a realização de atividades de convivência, como grupos de apoio emocional, atividades artísticas e culturais, e rodas de conversa.

19. Implantar projetos de esporte e lazer nas escolas para promover o bem-estar e a inclusão social.

Ação 19.1 – Melhorar:

Desenvolver uma infraestrutura adequada para a prática de esportes nas escolas, com a construção de quadras e a aquisição de materiais esportivos.

Ação 19.2 – Promover:

Incentivar a participação dos alunos em competições esportivas locais e regionais, com o objetivo de promover a inclusão e o trabalho em equipe.

Ação 19.3 – Implementar:

Estabelecer atividades extracurriculares esportivas e recreativas, promovendo um ambiente de integração e saúde, com ênfase na prática de esportes adaptados para alunos com deficiência.

20. Criar programas de prevenção à violência escolar e à bullying, com foco na criação de ambientes seguros para todos os alunos.

Ação 20.1 – Melhorar:

Desenvolver uma política de prevenção à violência escolar, com a participação ativa da comunidade escolar e orientações específicas para alunos, professores e pais.

Ação 20.2 – Promover:

Realizar campanhas educativas para a sensibilização sobre o bullying e suas consequências, enfatizando o respeito às diferenças e a convivência harmônica.

Ação 20.3 – Implementar:

Estabelecer um protocolo claro de intervenção e apoio psicossocial para alunos envolvidos em casos de bullying ou violência escolar, garantindo suporte imediato.

21. Ampliar o acesso dos alunos da EJA a cursos e programas de qualificação profissional.

Ação 21.1 – Melhorar:

Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e profissionalizante para proporcionar cursos gratuitos ou subsidiados para alunos da EJA.

Ação 21.2 – Promover:

Criar programas de orientação sobre oportunidades de qualificação profissional, com o auxílio de educadores e consultores especializados.

Ação 21.3 – Implementar:

Iniciar cursos e oficinas de qualificação profissional dentro das escolas da EJA, com foco em áreas demandadas pelo mercado de trabalho local.

22. Garantir a inclusão de alunos com deficiência em todas as atividades escolares, respeitando suas necessidades e potencialidades.

Ação 22.1 – Melhorar:

Revisar as práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos, incluindo os com deficiência, tenham acesso equitativo a todas as atividades escolares.

Ação 22.2 – Promover:

Desenvolver atividades extracurriculares inclusivas, como teatro, dança e música, para envolver os alunos com deficiência em todas as formas de expressão escolar.

Ação 22.3 – Implementar:

Garantir que todos os alunos com deficiência participem de forma plena em atividades escolares, com o apoio de profissionais especializados e recursos pedagógicos adaptados.

23. Implementar a educação em tempo integral nas escolas do município, priorizando as áreas mais vulneráveis.

Ação 23.1 – Melhorar:

Identificar as escolas que apresentam maiores desafios em termos de infraestrutura e recursos, e priorizar a implantação de programas de educação em tempo integral nessas unidades.

Ação 23.2 – Promover:

Iniciar a formação de equipes pedagógicas para o desenvolvimento de um currículo diversificado e integrado para o tempo integral, que inclua atividades curriculares e extracurriculares.

Ação 23.3 – Implementar:

Criar parcerias com serviços de saúde, lazer e assistência social para garantir que os alunos do ensino integral recebam apoio nas áreas de saúde, alimentação, e desenvolvimento emocional.

24. Estimular a participação ativa das famílias e da comunidade na gestão escolar e no processo educativo.

Ação 24.1 – Melhorar:

Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da participação das famílias na educação de seus filhos, destacando os benefícios de um envolvimento mais ativo no processo escolar.

Ação 24.2 – Promover:

Criar fóruns e grupos de discussão para envolver os pais nas decisões escolares, como conselhos de classe, reuniões periódicas e eventos de integração escola-comunidade.

Ação 24.3 – Implementar:

Desenvolver atividades comunitárias que incentivem a participação dos pais no apoio aos alunos, como oficinas de capacitação e palestras educativas voltadas para o desenvolvimento das crianças.

25. Ampliar o acesso à alimentação escolar de qualidade, com foco em alimentos saudáveis e nutricionalmente equilibrados.

Ação 25.1 – Melhorar:

Reformar as cozinhas das escolas para garantir um ambiente seguro e adequado para a preparação de alimentos, com a inserção de alimentos frescos e locais no cardápio.

Ação 25.2 – Promover:

Estabelecer parcerias com agricultores locais e programas de compras públicas de alimentos para garantir a oferta de produtos frescos e sustentáveis nas escolas.

Ação 25.3 – Implementar:

Iniciar um programa de educação nutricional para alunos e famílias, enfatizando a importância de uma alimentação saudável, por meio de atividades práticas, como hortas escolares e oficinas de culinária.

26. Desenvolver e implementar práticas de ensino que valorizem as culturas indígenas e quilombolas presentes no município.

Ação 26.1 – Melhorar:

Estudar e mapear as especificidades culturais de cada comunidade indígena e quilombola, para garantir que o currículo escolar seja inclusivo e respeite as particularidades culturais dessas populações.

Ação 26.2 – Promover:

Organizar eventos culturais e interculturais nas escolas, com apresentações, palestras e atividades de troca de saberes entre os alunos e as comunidades indígenas e quilombolas.

Ação 26.3 – Implementar:

Desenvolver materiais didáticos que abordem a história, língua e tradições indígenas e quilombolas, integrando esses conteúdos ao currículo escolar de forma contínua e relevante.

27. Implementar projetos pedagógicos interdisciplinares que articulem as disciplinas com temas sociais e ambientais.

Ação 27.1 – Melhorar:

Formar grupos de professores para o planejamento e desenvolvimento de projetos interdisciplinares que integrem diversas áreas do conhecimento, com foco em temas como sustentabilidade, cidadania e direitos humanos.

Ação 27.2 – Promover:

Criar espaços para debates e atividades em grupo que envolvam alunos de diferentes disciplinas, promovendo a reflexão crítica sobre questões sociais e ambientais.

Ação 27.3 – Implementar:

Realizar projetos de pesquisa e ação comunitária, como campanhas de conscientização sobre o meio ambiente e a inclusão social, envolvendo alunos e comunidade escolar no processo.

28. Garantir a formação contínua e qualificada dos professores para promover uma educação de qualidade para todos.

Ação 28.1 – Melhorar:

Desenvolver um plano de formação continuada para professores, com enfoque em metodologias ativas, educação inclusiva e práticas pedagógicas interculturais.

Ação 28.2 – Promover:

Oferecer cursos de especialização e workshops sobre temas como avaliação formativa, uso de tecnologias educacionais e estratégias para atender a diversidade na sala de aula.

Ação 28.3 – Implementar:

Estabelecer uma rotina de capacitação contínua, por meio de parcerias com universidades e centros de formação, para garantir que todos os professores estejam atualizados com as últimas tendências e práticas educacionais.

29. Criar e implementar um sistema de avaliação educacional que seja inclusivo, transparente e que considere as especificidades dos alunos.

Ação 29.1 – Melhorar:

Reformular os instrumentos de avaliação, adaptando-os às necessidades de cada aluno, com a inclusão de diferentes formatos de prova e avaliação contínua, respeitando a diversidade.

Ação 29.2 – Promover:

Capacitar os professores sobre a importância da avaliação inclusiva, fornecendo orientação sobre como utilizar diferentes abordagens para avaliar o aprendizado de todos os alunos.

Ação 29.3 – Implementar:

Criar uma plataforma de avaliação digital, que permita a personalização dos testes de acordo com as necessidades de cada estudante, e permita o acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico.

30. Implementar programas de saúde e bem-estar nas escolas, com foco na prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis.

Ação 30.1 – Melhorar:

Estabelecer parcerias com profissionais de saúde para realizar triagens médicas periódicas nas escolas, identificando possíveis problemas de saúde e fornecendo o suporte necessário aos alunos.

Ação 30.2 – Promover:

Desenvolver campanhas educativas nas escolas sobre a importância da higiene pessoal, alimentação saudável, e atividades físicas, com a participação de médicos e especialistas.

Ação 30.3 – Implementar:

Criar espaços de lazer e atividade física nas escolas, como academias ao ar livre e aulas de esportes, para garantir que os alunos tenham acesso a atividades saudáveis durante o horário escolar.

6. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O **Plano de Ações Estratégicas do PME** de Serrano do Maranhão está estruturado para garantir a inclusão, a equidade, e a qualidade da educação para todos os alunos, independentemente de suas condições de saúde, cultura ou situação social. As estratégias propostas para a melhoria da educação têm como princípio a **formação continuada dos professores**, a **adaptação curricular**, e a **implementação de práticas pedagógicas inclusivas e interculturais**. Esses elementos são fundamentais para garantir que os estudantes de todas as comunidades, incluindo aquelas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a um ensino de excelência.

1. Formação Continuada dos Professores

A formação dos professores será uma das pedras angulares do desenvolvimento educacional no município. A **formação continuada** não apenas aprimora as habilidades pedagógicas, mas também permite que os educadores se atualizem com as **novas diretrizes curriculares** e os **desafios sociais** e **culturais** enfrentados pelos alunos. A capacitação será voltada para o uso de metodologias de ensino que priorizem a **diversidade**, a **inclusão**, e a **equidade** na sala de aula, promovendo o sucesso escolar de todos os alunos, especialmente daqueles que pertencem a **grupos vulneráveis**.

O município de Serrano do Maranhão adotará uma abordagem **intercultural** na formação docente, considerando as características regionais, culturais e étnicas das comunidades atendidas. Por meio de **cursos de aperfeiçoamento**, **palestras**, e **seminários** organizados em parceria com universidades e instituições de ensino, os professores serão capacitados nas mais diversas áreas da educação inclusiva, como:

- **Educação Especial e Inclusiva**, com ênfase em **estratégias pedagógicas** e **tecnologias assistivas** para o atendimento de alunos com deficiência.
- **Educação Quilombola e Indígena**, que respeita e valoriza as culturas locais e integra o ensino da história e da cultura afro-brasileira, conforme preconizado pela **Lei nº 10.639/2003**.
- **Práticas Pedagógicas Interculturais**, com foco na valorização da diversidade cultural e no uso de **materiais didáticos inclusivos** que respeitam as histórias, crenças, e tradições dos alunos.

A formação contínua será **obrigatória** e terá **caráter progressivo**, com **avaliação periódica** das atividades realizadas. Para garantir a efetividade do programa, será estabelecido um **monitoramento constante** das **ações de formação** e da sua **aplicação prática** nas escolas.

2. Adaptação Curricular e Programática

Outro ponto fundamental da proposta pedagógica de Serrano do Maranhão é a **adaptação do currículo** para que este atenda de maneira eficiente às necessidades de todos os alunos, respeitando as especificidades dos diferentes grupos culturais, sociais, e étnicos. O currículo municipal será **flexível** e **dinâmico**, garantindo a inclusão de conteúdos interdisciplinares, com ênfase na **história e cultura afro-brasileira**, conforme estabelecido pela **Lei nº 10.639/2003**.

A educação de **jovens e adultos**, as **comunidades quilombolas**, os **povos indígenas**, e **estudantes com deficiência** terão um atendimento pedagógico adaptado, no qual será valorizada a **identidade cultural** e a **história local**. As escolas receberão **materiais didáticos adaptados**, como **livros em braille**, **materiais em libras**, e recursos tecnológicos de apoio à aprendizagem, assegurando que os alunos com deficiência auditiva ou visual tenham acesso pleno ao conteúdo educativo.

A **Lei nº 10.639/2003**, que torna obrigatório o ensino da **história e cultura afro-brasileira** nos currículos das escolas, será um marco para a **integração de práticas pedagógicas inclusivas** que atendem aos **direitos de educação** dos estudantes. O ensino de **afrodescendência**, **identidade negra**, **cultura quilombola**, e **respeito à diversidade étnica e racial** será uma prioridade curricular, em consonância com as diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e os **documentos educacionais regionais**, como o **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)** e o **Documento Curricular Integrado (ADE) dos Guarás**.

A adaptação do currículo será baseada na **flexibilidade pedagógica**, permitindo aos professores ajustar os conteúdos conforme as necessidades de aprendizagem dos alunos e considerando a **diversidade de cada turma**. A personalização do ensino será estimulada, permitindo que os estudantes progridam de acordo com seu próprio ritmo de aprendizagem, com o auxílio de **estratégias diferenciadas**, como o **ensino individualizado** e o uso de **tecnologias educativas**.

3. Implementação de Práticas Pedagógicas Inclusivas e Interculturais

A **educação inclusiva** será a espinha dorsal das **práticas pedagógicas** de Serrano do Maranhão. Isso envolve garantir que todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas características pessoais, tenham acesso a um ensino que respeite suas **especificidades culturais**, **identitárias**, **sociais** e **linguísticas**.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas será garantida pela formação contínua dos educadores, pelo uso de **estratégias diferenciadas de ensino**, e pela **adaptação de materiais didáticos** que atendem as necessidades de todos os alunos. A **interculturalidade** será um princípio chave, com a integração de conteúdos que abordem a **história e cultura afro-brasileira** e indígena, além da valorização das **diversidades culturais e étnicas locais**.

Ações específicas para promover as práticas interculturais:

- **Ensino da História Afro-Brasileira e Indígena**: Inclusão de tópicos como **a luta contra a escravidão**, **movimentos negros** e **cultura quilombola** nos currículos, alinhados à **Lei 10.639/2003**.
- **Aulas e atividades interculturais**: Criação de **momentos de troca cultural** entre alunos de diferentes etnias e culturas, por meio de **oficinas**, **exposições** e **feiras culturais**.
- **Projetos pedagógicos**: Implementação de **projetos de pesquisa** e **atividades práticas** que envolvam a história local e a preservação das tradições culturais, além do uso de **materiais didáticos interculturais**.

A utilização de **tecnologias assistivas** será essencial para garantir o **acesso igualitário** à informação e ao aprendizado, especialmente para os alunos com deficiências, permitindo que esses estudantes possam acompanhar o currículo com a mesma eficácia que os demais. Tecnologias como **softwares educacionais**, **aplicativos de leitura** em **braille**, **ferramentas de ampliação de texto** e **intérpretes de libras** serão incorporadas ao processo de ensino-aprendizagem.

O plano de ações para Serrano do Maranhão em síntese busca transformar a realidade educacional do município, proporcionando uma educação que respeite e valorize as diferenças culturais, sociais e de aprendizagem dos estudantes. Através da **formação continuada dos professores**, **adaptação do currículo** e **práticas pedagógicas inclusivas e interculturais**, o município se compromete a garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e que a educação se torne um instrumento de **transformação social** e **igualdade de oportunidades** para todos. Com o apoio das leis educacionais nacionais e regionais, especialmente a **Lei nº 10.639/2003**, as políticas

educacionais de Serrano do Maranhão serão voltadas para a **promoção da inclusão**, o **fortalecimento da identidade cultural** e o **respeito à diversidade**.

Planejamento de Ações Pedagógicas e Administrativas

O **Planejamento de Ações Pedagógicas e Administrativas** para o PME de Serrano do Maranhão visa garantir a **implementação eficiente** de uma educação pública de **qualidade**, inclusiva e que respeite as diversidades culturais e sociais. As ações devem ser planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas de forma contínua, com base nas diretrizes legais nacionais e estaduais, tais como a **BNCC**, o **DCTMA**, o **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, e a **Lei nº 10.639/2003**. O foco estará na integração da **educação de qualidade**, a **gestão eficaz dos recursos públicos**, e a **promoção de práticas pedagógicas inclusivas** e **interculturais** que atendam a todas as especificidades da comunidade escolar.

1. Ações Pedagógicas

O **planejamento pedagógico** de Serrano do Maranhão será desenvolvido com o objetivo de garantir a **qualidade do ensino** em todas as etapas da educação, respeitando as diversidades e necessidades dos alunos. Este planejamento incluirá a organização de **conteúdos curriculares**, a definição de **metodologias de ensino**, a formação de **professores**, e a implementação de **práticas pedagógicas inovadoras**.

1.1 Organização Curricular e Metodológica

A **organização do currículo escolar** será adaptada para garantir a **inclusão de todos os estudantes**, respeitando as particularidades da população local, como as **comunidades quilombolas**, **indígenas**, e **zonas rurais**. Para tanto, o currículo de Serrano do Maranhão será composto por:

- **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**: De acordo com a **Lei nº 10.639/2003**, o ensino da história e cultura afro-brasileira será integrado em todas as disciplinas do currículo, com especial atenção nas áreas de **história**, **geografia**, **língua portuguesa** e **artes**. Serão realizadas atividades e projetos voltados para o resgate e valorização da cultura afro-brasileira e das comunidades quilombolas.
- **Educação Intercultural**: Será implementado um currículo que respeite as **diversidades culturais**, incluindo a **história indígena** e as **tradições locais**, valorizando as diversas culturas presentes no município. As escolas trabalharão conteúdos voltados para a formação de cidadãos que compreendam a importância da **tolerância**, **respeito** e **valorização das diferenças culturais**.
- **Adaptação Curricular**: Para garantir a **inclusão de alunos com deficiências** ou **necessidades educacionais especiais**, o currículo será adaptado por meio de **estratégias diferenciadas de ensino**, utilização de **materiais didáticos acessíveis** (como livros em **braille**, **libras**, e **tecnologias assistivas**), e ajustes no tempo de execução de atividades.

1.2 Capacitação Continuada dos Professores

O sucesso das ações pedagógicas depende, em grande parte, da qualificação e formação contínua dos professores. Por isso, o **plano de formação continuada** terá como foco:

- **Educação Inclusiva e Especial**: Capacitação para o uso de **metodologias inclusivas**, **tecnologias assistivas**, e **estratégias de ensino** para alunos com deficiências. Professores

serão treinados para adaptar suas práticas pedagógicas, visando garantir que alunos com necessidades especiais tenham acesso ao currículo de forma igualitária.

- **Educação Intercultural**: Formação sobre **valorização da diversidade cultural**, com foco nas **comunidades quilombolas**, **indígenas**, e **rurais**, com o objetivo de promover práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais de cada grupo.
- **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**: Aprofundamento nos conteúdos da **Lei nº 10.639/2003**, para garantir que todos os professores possam integrar a **história e cultura afro-brasileira** de forma transversal e interdisciplinar.

1.3 Avaliação e Monitoramento Pedagógico

A avaliação pedagógica será feita de forma contínua, levando em consideração a diversidade dos alunos e o desenvolvimento de suas habilidades ao longo do ano letivo. A avaliação será:

- **Formativa e Diagnóstica**: O monitoramento da aprendizagem será feito de forma constante, com feedback contínuo para os estudantes, ajustando os planos de aula conforme as necessidades de cada turma.
- **Avaliação Inclusiva**: Serão utilizadas **ferramentas de avaliação diferenciadas**, como **portfólios**, **observação direta**, e **avaliações adaptadas** para alunos com deficiências, garantindo que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de demonstrar seu aprendizado.

2. Ações Administrativas

A gestão administrativa das escolas de Serrano do Maranhão terá um papel essencial para garantir que as ações pedagógicas sejam implementadas de maneira eficaz. As ações administrativas serão estruturadas para garantir a **eficiência**, **transparência**, e **responsabilidade** na aplicação dos recursos públicos, a **organização dos processos escolares**, e a **garantia de um ambiente escolar inclusivo e seguro** para todos os alunos.

2.1 Gestão de Recursos e Infraestrutura

A gestão de recursos financeiros, materiais e humanos será feita de forma a garantir que todos os alunos tenham acesso a **infraestrutura adequada** para o processo de ensino-aprendizagem. As ações administrativas envolverão:

- **Manutenção e Ampliação da Infraestrutura Escolar**: Garantir que todas as escolas municipais possuam **condições adequadas de acessibilidade**, como rampas, banheiros adaptados, e salas de aula com recursos para alunos com deficiência. Também será dada atenção à **ampliação da oferta de tecnologia**, com a disponibilização de **computadores** e **acesso à internet** para todas as escolas.
- **Gestão de Materiais Pedagógicos**: A distribuição de **materiais didáticos**, **livros**, **ferramentas pedagógicas**, e **tecnologias assistivas** será organizada de acordo com as necessidades das escolas e os perfis dos estudantes. O foco será garantir que todos os alunos tenham acesso a **materiais adaptados**, respeitando as necessidades de cada um.

2.2 Formação e Capacitação Administrativa

Além da capacitação dos professores, a formação dos **gestores escolares** e **equipes administrativas** também será essencial para garantir o bom funcionamento das escolas. As ações de capacitação envolverão:

- **Gestão Escolar e Administrativa**: Formação sobre **gestão pedagógica**, **planejamento escolar**, **gestão de projetos**, e **controle de recursos financeiros**. Os gestores escolares serão capacitados para implementar os planos pedagógicos de forma eficiente e transparente, com foco em garantir a **qualidade da educação**.
- **Gestão de Pessoas**: Capacitação para **gestão de equipes**, **acolhimento de alunos** com necessidades especiais e **monitoramento do bem-estar** dos educadores e funcionários.

2.3 Articulação com a Comunidade

A gestão escolar deverá ser **articulada com a comunidade**, envolvendo **familiares**, **representantes comunitários**, e **líderes locais** para garantir que as ações pedagógicas e administrativas sejam alinhadas às **necessidades da população escolar**.

- **Participação da Comunidade Escolar**: A criação de **conselhos escolares**, **encontros com pais** e **aulas abertas** será incentivada para promover a integração entre escola, família, e comunidade.
- **Parcerias com Organizações Locais e Regionais**: O município buscará **parcerias com instituições de ensino superior**, **ONGs**, e outras entidades para **fortalecer o ensino** e **trazer inovações pedagógicas** e **assistenciais** para as escolas.

O **Planejamento de Ações Pedagógicas e Administrativas** para o PME de Serrano do Maranhão representa um esforço conjunto de garantir a **qualidade da educação** e **equidade** para todos os alunos. Através de ações que envolvem tanto a gestão pedagógica quanto administrativa, o município visa implementar um **ensino inclusivo**, **intercultural**, e **de qualidade**, respeitando as leis e as diretrizes nacionais e estaduais que promovem a educação para a diversidade e para o desenvolvimento integral dos alunos.

A inclusão de conteúdos da história e cultura afro-brasileira no Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão é uma ação fundamental para a construção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial do Brasil. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, sendo um marco para a educação inclusiva, especialmente voltada para o reconhecimento e valorização da contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira. No município de Serrano do Maranhão, a implementação dessa temática será pautada por um conjunto de ações pedagógicas, administrativas e comunitárias, com o objetivo de garantir a **valorização da identidade negra** e o **combate ao racismo** nas escolas.

A seguir, são apresentadas as diretrizes para a inclusão de conteúdos da história e cultura afro-brasileira, que serão incorporadas ao currículo escolar de todas as etapas de ensino, com ênfase na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estas ações serão alinhadas às **diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, ao **Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)**, ao **Documento Curricular Integrado ADE dos Guarás**, à **Lei nº 10.639/2003** e às **atualizações legais pertinentes**.

1. Justificativa e Contextualização

O município de **Serrano do Maranhão**, com sua diversidade cultural, compreende a importância de se reconhecer a **história afro-brasileira** como elemento central na formação identitária dos estudantes. A educação afro-brasileira não se restringe apenas ao estudo da **escravidão** ou à figura de **Zumbi dos Palmares**, mas abrange a valorização de aspectos da cultura negra, como a música, a dança, a culinária, as religiões de matrizes africanas, os valores de resistência e a contribuição dos afrodescendentes em diversas áreas do conhecimento.

O fortalecimento da educação afro-brasileira no município é um passo importante para a construção de uma **sociedade mais justa**, que promova a **igualdade racial** e **combata o preconceito**. Além disso, essa inclusão curricular também está alinhada ao princípio da **educação para as diversidades** defendido pela BNCC e pela Lei 10.639/2003, que preveem a implementação de uma educação **plural**, **intercultural** e **inclusiva**.

2. Diretrizes Legais para a Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira

A **Lei nº 10.639/2003**, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, será o alicerce para a implementação dessa temática no município de Serrano do Maranhão. O cumprimento desta legislação se dará através das seguintes orientações:

- **Artigo 1º**: A obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira será implementada de forma transversal, nas diversas áreas do conhecimento (história, geografia, artes, literatura, etc.), com ênfase nas **raízes culturais africanas** e na **contribuição histórica dos negros para a formação do Brasil**.
- **Artigo 2º**: O ensino de história e cultura afro-brasileira será realizado em todos os níveis e modalidades da educação básica, incluindo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- **Artigo 3º**: A abordagem deverá incluir não apenas o período da **escravidão**, mas também a história de resistência dos povos negros, com destaque para as **líderes e heróis negros**, como **Zumbi dos Palmares**, **Dandara**, e outros, além da **contribuição dos negros nas áreas de ciência, arte, política, religião e cultura popular**.

Além disso, as diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e os documentos curriculares estaduais e regionais (DCTMA e ADE dos Guarás) reforçam a importância da **formação de cidadãos críticos** e **sensíveis às questões de raça e etnia**, visando à promoção de uma **sociedade democrática e plural**.

3. Estrutura Curricular para a Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira

Para garantir a inclusão de conteúdos de história e cultura afro-brasileira, a estrutura curricular será modificada para incluir tópicos como:

- **A África antes da colonização**: Enfoque na **organização política**, **cultural** e **social** dos povos africanos, abordando sua diversidade e riqueza cultural.
- **A escravidão e suas consequências**: Estudo sobre o tráfico de escravos, a resistência dos negros e as **estratégias de sobrevivência** nas senzalas e quilombos, incluindo o estudo de **Zumbi dos Palmares**, **Dandara** e outros líderes negros.
- **Cultura afro-brasileira**: Aprofundamento nas **manifestações culturais afro-brasileiras**, como o **samba**, o **maracatu**, a **capoeira**, o **candomblé**, e outros elementos que compõem o **patrimônio cultural imaterial** do Brasil.

- **Negras e negros na luta pela liberdade e pelos direitos humanos**: A resistência de figuras negras na história, como **Chica da Silva**, **Tereza de Benguela**, **Maria Firmina dos Reis** e a resistência dos **quilombolas**.
- **Afro-brasileiros contemporâneos**: Reflexão sobre a contribuição dos **afro-brasileiros na atualidade**, nas diversas áreas, como a **política**, a **arte**, a **educação**, a **ciência** e a **cultura popular**.

4. Metodologia para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

Para que os conteúdos sejam efetivamente implementados, será adotada uma **metodologia ativa**, que favoreça a **participação dos estudantes** e o **desenvolvimento do pensamento crítico**. As metodologias serão:

- **Aulas Interdisciplinares**: O tema será abordado de forma transversal, com professores de **história**, **geografia**, **língua portuguesa**, **arte**, entre outras disciplinas, trabalhando de forma colaborativa para integrar os conteúdos.
- **Projetos Temáticos**: Cada escola realizará **projetos pedagógicos** sobre a história e cultura afro-brasileira, com **pesquisas** de campo, **visitas a museus** e **eventos culturais** voltados para a temática.
- **Uso de Tecnologias Digitais**: A implementação de **tecnologias digitais** e recursos multimídia será fundamental para criar **aulas dinâmicas** e **interativas**, utilizando vídeos, documentários, sites educativos e plataformas de ensino à distância.

5. Capacitação de Professores e Educadores

Para garantir a qualidade do ensino da história e cultura afro-brasileira, será oferecido um **programa de capacitação contínua** para os professores. Esse programa incluirá:

- **Formação em História e Cultura Afro-Brasileira**: Cursos de **atualização pedagógica** que abordem os **conceitos fundamentais** da história e cultura afro-brasileira, a fim de sensibilizar e preparar os educadores para trabalhar com os temas propostos.
- **Capacitação em Metodologias Inclusivas**: Capacitação para trabalhar com **metodologias ativas** e **adaptativas** que atendam as necessidades dos alunos com **deficiências**, respeitando as particularidades de cada estudante e promovendo um ambiente inclusivo.
- **Workshops e Seminários**: Realização de **seminários temáticos**, **palestras** e **oficinas culturais**, com a participação de **especialistas** e **líderes afro-brasileiros** para aprofundar os conhecimentos dos professores e sensibilizar a comunidade escolar.

6. Avaliação e Monitoramento

A avaliação da implementação da história e cultura afro-brasileira será feita de forma contínua e participativa. Algumas estratégias de avaliação incluirão:

- **Avaliação Diagnóstica**: Aplicação de testes e atividades que permitam identificar o **nível de compreensão** dos alunos sobre os temas relacionados à história e cultura afro-brasileira.
- **Portfólios**: Criação de **portfólios digitais** ou físicos pelos alunos, nos quais possam registrar e refletir sobre o aprendizado adquirido.
- **Feedback e Acompanhamento**: Realização de **encontros pedagógicos** entre professores, alunos e comunidade escolar para apresentar os **resultados de aprendizagem** e fazer ajustes nas abordagens pedagógicas.

A inclusão da história e cultura afro-brasileira no PME de Serrano do Maranhão representa um compromisso com a construção de uma **educação mais inclusiva**, **plural** e **justa**, que valorize a **diversidade racial** e combata o racismo estrutural. O sucesso da implementação desta temática depende do trabalho conjunto entre escolas, professores, famílias e comunidades locais, para que os estudantes possam ter uma formação integral, crítica e reflexiva sobre a importância da **cultura afro-brasileira** na sociedade contemporânea.

Desenvolver a formação continuada dos professores é uma ação central para garantir a qualidade da educação e atender às necessidades dos alunos de forma eficaz e inclusiva. A formação continuada, ao longo de toda a carreira docente, é essencial para que os educadores se mantenham atualizados com as novas metodologias de ensino, políticas educacionais, e conteúdos que buscam atender à diversidade de alunos nas escolas municipais de Serrano do Maranhão. Este item do Plano Municipal de Educação (PME) tem como objetivo descrever as ações necessárias para promover a formação continuada, com base nas diretrizes legais, nos desafios locais e na busca constante pela melhoria da qualidade da educação no município.

A **formação continuada dos professores** no município será uma prioridade estratégica para a execução do PME e para a implementação das políticas de inclusão, interculturalidade, e diversidade. O município de Serrano do Maranhão, com suas especificidades culturais, sociais e econômicas, exige uma formação profissional dos educadores que contemple tanto a atualização pedagógica quanto a capacitação para lidar com os diversos desafios que surgem nas escolas, como a inclusão de alunos com deficiência, a valorização da cultura afro-brasileira, e o ensino de qualidade para as comunidades rurais e quilombolas.

1. Contextualização da Necessidade de Formação Continuada

A necessidade de **formação continuada** no município de Serrano do Maranhão se apresenta de forma urgente, especialmente devido aos desafios enfrentados pelas escolas da zona rural, onde a infraestrutura é precária e os recursos pedagógicos são limitados. Além disso, a formação continuada é uma exigência da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, da **Lei nº 10.639/2003**, entre outras normativas que regulam a educação no Brasil.

De acordo com a **BNCC**, os professores devem ser capacitados para garantir a **formação integral** dos alunos, respeitando suas diversidades e promovendo uma educação inclusiva. No município de Serrano do Maranhão, é fundamental que os educadores recebam a formação necessária para aplicar as diretrizes da BNCC de forma eficaz e, ao mesmo tempo, atender às especificidades culturais, sociais e econômicas dos alunos. Isso envolve o ensino da **história e cultura afro-brasileira**, o **atendimento educacional especializado (AEE)**, a promoção da **inclusão de alunos com deficiência**, e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

2. Objetivos da Formação Continuada

Os objetivos da **formação continuada dos professores** em Serrano do Maranhão são:

- **Atualizar e capacitar os docentes** sobre as novas diretrizes e metodologias pedagógicas, especialmente em relação à educação inclusiva e intercultural, conforme a BNCC, o DCTMA e o ADE dos Guarás.

- **Promover a valorização da diversidade étnico-racial**, através da inclusão de conteúdos sobre a **história e cultura afro-brasileira** e **quilombola**, com base na Lei nº 10.639/2003 e nas atualizações legais.
- **Desenvolver práticas pedagógicas inclusivas**, com foco na adaptação curricular e no uso de **tecnologias assistivas** para alunos com deficiência.
- **Fomentar o uso de tecnologias educacionais**, que complementem as práticas pedagógicas e ampliem o acesso à aprendizagem, especialmente nas zonas rurais.
- **Capacitar os professores** para trabalhar com a **diversidade cultural** presente no município, incluindo as especificidades de alunos quilombolas, indígenas, e outros grupos marginalizados.

3. Modalidades de Formação Continuada

A formação continuada será estruturada em diferentes modalidades, visando atender à diversidade das necessidades dos educadores e garantir a implementação das políticas e práticas pedagógicas do PME. Essas modalidades serão as seguintes:

- **Cursos de Atualização Pedagógica**: Serão oferecidos cursos presenciais e à distância, com o apoio de plataformas digitais de educação. Esses cursos tratarão das atualizações da BNCC, do ensino de conteúdos específicos como a história e cultura afro-brasileira, metodologias ativas e tecnologias assistivas.
- **Seminários e Encontros Pedagógicos**: Realização de seminários, palestras e encontros pedagógicos sobre temas centrais da educação municipal, como **educação inclusiva**, **diversidade cultural**, **ensino da história afro-brasileira** e **capacitação para o uso de tecnologias**.
- **Grupos de Estudo e Pesquisa**: Formatação de grupos de estudo entre os professores, com foco na análise de artigos acadêmicos, livros e outras produções científicas sobre temas relevantes para o desenvolvimento da educação no município.
- **Oficinas Práticas**: Realização de oficinas voltadas para a aplicação de **metodologias inclusivas**, como o uso de recursos didáticos adaptados e o desenvolvimento de atividades pedagógicas que favoreçam a **aprendizagem significativa** dos alunos com deficiência.
- **Formação em Tecnologias Educacionais**: Treinamento em ferramentas digitais e educacionais, para promover o uso de **tecnologias assistivas**, **plataformas de ensino digital** e outros recursos que ampliem as possibilidades de aprendizagem nas escolas.
- **Apoio Psicopedagógico**: Formação e acompanhamento psicopedagógico para os educadores, a fim de ajudá-los a lidar com questões emocionais e comportamentais dos alunos, além de oferecer estratégias para a **gestão da sala de aula inclusiva**.

4. Estrutura da Formação Continuada

A estrutura da formação será definida de acordo com as necessidades de cada grupo de educadores e os recursos disponíveis, considerando a **realidade das escolas** e as **condições de acesso** dos professores. A formação terá caráter **interdisciplinar**, **flexível** e **adaptado ao contexto local**. A seguir, são descritas as ações estruturais para a implementação dessa formação:

- **Planejamento Anual de Formação**: O planejamento de formação será desenvolvido anualmente, com base nas demandas e prioridades do município. Serão definidos os temas a serem abordados, os cronogramas de cursos, seminários e oficinas, além dos recursos necessários para a realização das atividades.
- **Parcerias com Instituições de Ensino Superior**: Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para oferecer **cursos de especialização**, **doutorado** e **pós-graduação**

para os professores, focados nas áreas de **educação inclusiva**, **interculturalidade**, **tecnologias educacionais** e **história e cultura afro-brasileira**.

- **Avaliação e Monitoramento**: A formação será acompanhada de perto, com **avaliações periódicas** do impacto das ações formativas nas práticas pedagógicas. As avaliações incluirão a aplicação de **questionários** e **entrevistas** com os educadores, bem como **observações de campo** nas escolas.
- **Suporte Técnico e Pedagógico**: A formação será acompanhada por uma equipe técnica, composta por **formadores especializados**, **coordenadores pedagógicos** e **supervisores**, que fornecerão apoio contínuo aos professores e garantirão a qualidade das práticas pedagógicas implementadas.

5. Implementação da Formação Continuada

A implementação da formação continuada será realizada de forma gradual, respeitando o ritmo e a realidade de cada escola. As ações iniciais incluem:

- **Realização de um diagnóstico das necessidades de formação**: Levantamento das principais dificuldades e lacunas nos conhecimentos e habilidades dos professores, para que os cursos e atividades de formação possam ser ajustados de acordo com as demandas.
- **Organização de cronogramas de formação**: O cronograma será elaborado de forma a não prejudicar o andamento das atividades escolares, com formações durante as férias, finais de semana e em horários alternativos.
- **Inclusão de temas locais e regionais**: A formação continuada terá um foco específico nas realidades locais, com a inclusão de temas que atendam às necessidades do contexto de Serrano do Maranhão, como o ensino da cultura quilombola, educação para o campo e ensino para as populações ribeirinhas.

6. Resultados Esperados

Ao final do ciclo de formação continuada, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Melhoria na qualidade do ensino**: Aumento da **eficácia pedagógica**, com a utilização de práticas mais inclusivas e inovadoras.
- **Desenvolvimento profissional dos educadores**: Maior **competência pedagógica** e **sensibilidade** dos professores para as necessidades dos alunos, especialmente os de grupos vulneráveis (quilombolas, indígenas, alunos com deficiência, etc.).
- **Valorização da diversidade cultural e étnica** nas escolas municipais, com a promoção da **história e cultura afro-brasileira** de forma transversal.
- **Implementação de práticas pedagógicas inovadoras** que favoreçam o **desenvolvimento integral dos estudantes** e o **sucesso escolar** de todos os alunos.

A implementação do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** no município de Serrano do Maranhão é uma ação fundamental para assegurar que todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, recebam o apoio necessário para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e social. O AEE é um direito garantido pela **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)**, pela **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996)**, e visa proporcionar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, respeitando a diversidade e as necessidades de cada estudante.

Este item do **Plano Municipal de Educação (PME)** de Serrano do Maranhão tem como objetivo detalhar a implementação do AEE no município, incluindo as estratégias pedagógicas, os recursos

necessários, a formação continuada dos profissionais envolvidos e o acompanhamento contínuo dos resultados. A inclusão educacional, como um direito fundamental, deve ser garantida por meio da criação de condições adequadas para que os alunos com deficiência possam participar de maneira plena e efetiva no ambiente escolar.

1. Contextualização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O AEE é um serviço especializado de **apoio pedagógico** destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com o objetivo de promover sua **autonomia**, **participação** e **desenvolvimento integral**. O atendimento deve ser oferecido no contraturno das aulas regulares ou em situações que complementem a **educação comum**, respeitando as necessidades específicas de cada aluno.

A **Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão)** determina que a educação deve ser **inclusiva** e assegura que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham acesso a um **atendimento especializado**, que possa ser ofertado por meio do AEE. A **BNCC** também reforça essa exigência, destacando a necessidade de um **currículo diversificado** que atenda à **pluralidade** e à **diversidade** das necessidades dos alunos.

O **AEE**, quando bem implementado, não é um **substitutivo** do ensino regular, mas sim um complemento que visa proporcionar a essas crianças e adolescentes o suporte necessário para o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas e sociais. A equipe responsável pelo AEE deve ser composta por **profissionais especializados**, como professores de **Educação Especial**, **psicopedagogos**, **terapeutas ocupacionais** e **fonoaudiólogos**, entre outros.

2. Objetivos da Implementação do AEE

A implementação do AEE em Serrano do Maranhão tem os seguintes objetivos:

- **Garantir a inclusão de alunos com deficiência** em atividades escolares, promovendo o acesso à educação de qualidade e ao desenvolvimento integral.
- **Oferecer apoio especializado** para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, no sentido de **potencializar suas aprendizagens** e **participação nas atividades escolares**.
- **Formar e capacitar profissionais** da educação para atuarem no AEE, garantindo que possuam as competências necessárias para oferecer um atendimento pedagógico eficaz e inclusivo.
- **Promover a articulação** entre a **educação regular** e o AEE, para que ambos se complementem de maneira integrada e garantam o sucesso acadêmico dos alunos com deficiência.
- **Estimular a utilização de tecnologias assistivas** que favoreçam a comunicação, mobilidade e aprendizado de alunos com deficiência.
- **Ajustar o currículo escolar** para garantir a adequação das atividades e abordagens pedagógicas às necessidades de cada aluno com deficiência.
- **Valorizar a diversidade e a equidade** no ambiente escolar, assegurando que os alunos com deficiência se sintam parte da comunidade escolar e possam participar de maneira ativa e efetiva.

3. Estratégias para Implementação do AEE

A implementação do AEE no município de Serrano do Maranhão será realizada por meio das seguintes estratégias:

a) Levantamento das Necessidades dos Alunos com Deficiência

O primeiro passo para a implementação do AEE será realizar um **levantamento detalhado** das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas municipais. Esse levantamento deve ser feito com o apoio da **equipe pedagógica**, incluindo professores, psicólogos e especialistas em educação especial. Será fundamental coletar informações sobre as **dificuldades específicas** de aprendizagem e comportamento de cada aluno, bem como sobre as **necessidades de recursos pedagógicos** e **tecnologias assistivas**.

b) Formação Continuada dos Professores e Profissionais de AEE

A formação continuada dos professores será um dos pilares da implementação do AEE. Os docentes devem estar preparados para trabalhar com a **diversidade de alunos** e aplicar **estratégias pedagógicas inclusivas**. A **formação** envolverá **capacitação específica** sobre **atendimento educacional especializado**, o uso de **tecnologias assistivas**, a **adaptação de currículos** e a implementação de **práticas pedagógicas inclusivas**. Além disso, será necessário realizar encontros periódicos para a troca de experiências e atualização dos professores sobre as melhores práticas na área.

c) Estruturação de Espaços e Recursos Pedagógicos para o AEE

Será necessário estruturar espaços adequados para o **Atendimento Educacional Especializado**, com materiais pedagógicos específicos e recursos que atendam às necessidades dos alunos com deficiência. A construção de **salas de AEE** deve ser realizada, ou, caso já existam, as salas deverão ser **adaptadas** para receber os alunos de forma adequada. Esses espaços devem ser equipados com **materiais didáticos adaptados**, como livros em braille, computadores com softwares de leitura e escrita para deficientes visuais, além de **materiais pedagógicos manipuláveis** e **recursos audiovisuais** que atendam às diversas necessidades dos alunos.

d) Implementação de Tecnologias Assistivas

As **tecnologias assistivas** são fundamentais para a inclusão de alunos com deficiência. No município de Serrano do Maranhão, será necessário investir em **tecnologias assistivas** para **ampliar o acesso** dos alunos às informações e ao aprendizado. Isso inclui **software educativos**, **aplicativos de leitura e escrita** para deficientes visuais, **teclados adaptados** para alunos com dificuldades motoras, **dispositivos de amplificação de som** para deficientes auditivos, entre outros recursos.

e) Articulação com as Famílias

A **articulação com as famílias** dos alunos com deficiência é uma ação fundamental para o sucesso do AEE. Será necessário estabelecer **canal de comunicação** constante com os familiares, para que participem ativamente do processo educacional de seus filhos. Além disso, será importante **orientar os pais e responsáveis** sobre como apoiar o aprendizado de seus filhos em casa e fortalecer a parceria entre a escola e a comunidade.

f) Apoio Psicopedagógico e Terapias Complementares

O atendimento educacional especializado deve ser complementado por **apoio psicopedagógico**, que visa identificar e tratar as **dificuldades de aprendizagem** dos alunos. O acompanhamento psicopedagógico será realizado por **profissionais especializados**, como **psicólogos escolares** e **psicopedagogos**, que trabalharão em conjunto com a equipe docente e com os demais profissionais da educação.

Além disso, serão realizadas terapias complementares, como **fonoaudiologia**, **terapia ocupacional** e **fisioterapia**, para alunos que necessitam de **apoio específico** para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras e comunicativas.

g) Avaliação e Acompanhamento Contínuo

A **avaliação** dos alunos atendidos pelo AEE será contínua e deve ser realizada com base nas suas **necessidades individuais**. O acompanhamento contínuo permitirá que a escola monitore o **progresso** de cada aluno e, se necessário, realize **ajustes pedagógicos**. A avaliação será feita de forma **flexível**, respeitando o ritmo e as características de aprendizagem dos estudantes.

A equipe pedagógica realizará reuniões periódicas para avaliar os **resultados das ações** do AEE, discutir as **dificuldades encontradas** e ajustar as **estratégias pedagógicas** sempre que necessário. Além disso, será importante realizar uma **avaliação final** do programa, para verificar a eficácia das ações implementadas e o **impacto do AEE** no desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência.

4. Resultados Esperados

A implementação do AEE no município de Serrano do Maranhão tem como resultados esperados:

- **Aumento da participação** dos alunos com deficiência nas atividades escolares e na vida escolar de forma geral.
- **Desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e sociais** dos alunos com deficiência.
- **Promoção da inclusão social** e da **autonomia** dos alunos com deficiência.
- **Aproximação da comunidade escolar**, com a maior participação das famílias no processo educativo.
- **Aprimoramento da formação dos profissionais** envolvidos no AEE, garantindo que todos os docentes e especialistas estejam preparados para oferecer um atendimento de qualidade.

A implementação do **Atendimento Educacional Especializado** no município de Serrano do Maranhão será uma ação fundamental para garantir a inclusão educacional, o desenvolvimento integral e o sucesso escolar de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

A implementação de ações de apoio a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades é uma das diretrizes mais importantes para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os alunos no município de Serrano do Maranhão. De acordo com a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996)**, e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, o acesso à educação deve ser garantido a todos, respeitando a diversidade e as

necessidades de cada estudante, com um atendimento pedagógico especializado e adaptado para promover o desenvolvimento integral dos alunos.

Este item do **Plano Municipal de Educação (PME)** de Serrano do Maranhão tem como objetivo detalhar as ações de apoio a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, com ênfase na promoção da inclusão escolar, social e cultural. Serão descritas as ações necessárias para garantir o acesso desses estudantes a um ambiente educacional que atenda suas necessidades específicas, proporcionando-lhes as melhores oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

1. Contextualização das Necessidades Educacionais Específicas

Os estudantes com **deficiência**, **transtornos globais do desenvolvimento** e **altas habilidades** apresentam necessidades educacionais diferenciadas que demandam estratégias pedagógicas e recursos específicos para garantir o pleno desenvolvimento e sucesso escolar. As deficiências podem ser **físicas**, **sensorial**, **intelectuais** ou **múltiplas**, e os transtornos do desenvolvimento mais comuns incluem o **autismo**, o **transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)**, entre outros. Já as altas habilidades demandam um tipo específico de apoio que permita o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, criativo ou acadêmico.

A educação de alunos com essas necessidades deve ser centrada na **diversidade** e nas **potencialidades** de cada estudante, com um atendimento especializado que vise o desenvolvimento de suas habilidades e competências, respeitando o ritmo de aprendizagem e as condições individuais de cada um.

2. Princípios da Inclusão e Ações de Apoio

O princípio da **inclusão educacional** deve ser garantido pelo município por meio da oferta de **atendimento especializado** no ambiente escolar. A inclusão não significa apenas o ingresso desses alunos na escola regular, mas a criação de condições adequadas para que possam **participar ativamente** do processo de ensino-aprendizagem e desenvolver-se plenamente.

A seguir, serão descritas as **ações de apoio** que serão implementadas em Serrano do Maranhão para atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

a) Apoio Pedagógico Especializado

O apoio pedagógico especializado será oferecido aos estudantes com deficiência e transtornos do desenvolvimento para garantir a **participação plena** nas atividades escolares. Esse apoio será realizado no **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, que deverá ser oferecido **no contraturno** das aulas regulares, com acompanhamento de professores de **educação especial**. Este apoio inclui a adaptação de **materiais didáticos**, a utilização de **tecnologias assistivas**, e a aplicação de **metodologias diversificadas** para atender às diferentes necessidades dos alunos.

Para alunos com altas habilidades, o apoio será voltado para o **desenvolvimento de suas competências específicas**, como habilidades **cognitivas**, **artísticas** ou **esportivas**, com desafios pedagógicos diferenciados e acompanhamento individualizado.

b) Adaptação Curricular

A **adaptação curricular** será uma ação essencial para que todos os alunos, independentemente das suas deficiências ou habilidades, possam acessar os conteúdos de forma plena. As adaptações curriculares devem ser feitas de acordo com as **necessidades individuais** dos alunos, respeitando seus tempos e formas de aprendizagem.

As adaptações podem incluir a **simplificação de conteúdos**, **mudanças nos métodos de avaliação**, **uso de materiais alternativos** e **tecnologias assistivas** para permitir que os alunos compreendam e se engajem com o conteúdo. No caso dos alunos com altas habilidades, o currículo será enriquecido com **atividades desafiadoras** que estimulem a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas complexos.

c) Tecnologias Assistivas e Recursos Pedagógicos

O uso de **tecnologias assistivas** é uma ferramenta fundamental para garantir a **inclusão** de estudantes com deficiência no ambiente escolar. As tecnologias assistivas englobam dispositivos e softwares que ajudam a **superar barreiras de acessibilidade** e promover a autonomia dos alunos.

Entre as tecnologias assistivas que serão disponibilizadas em Serrano do Maranhão, destacam-se:

- **Softwares de leitura e escrita** para deficientes visuais (exemplo: JAWS, NVDA);
- **Livros em braille** e **materiais adaptados**;
- **Aplicativos de comunicação aumentativa** para alunos com deficiências cognitivas ou dificuldades de fala;
- **Tecnologias de amplificação de som** para deficientes auditivos;
- **Dispositivos de rastreamento ocular** para alunos com deficiência motora.

Esses recursos serão disponibilizados nas **salas de AEE** e também nas **salas regulares**, quando necessário, para garantir que todos os alunos tenham as condições adequadas para aprender.

d) Equipe Multidisciplinar e Formação Continuada

A criação de uma **equipe multidisciplinar** será essencial para o apoio aos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. A equipe será composta por **professores especializados**, **psicólogos**, **fonoaudiólogos**, **terapeutas ocupacionais** e outros profissionais da área de saúde e educação. Eles trabalharão de forma integrada com os professores regulares para garantir a inclusão dos alunos e a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas.

A **formação continuada dos professores** será realizada com foco na **educação inclusiva**, proporcionando capacitação para o atendimento das necessidades específicas dos alunos. A formação incluirá conteúdos sobre as **necessidades educacionais especiais**, o uso de **tecnologias assistivas** e **estratégias pedagógicas inclusivas**.

e) Acompanhamento Psicológico e Terapias Complementares

Os alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento frequentemente necessitam de **acompanhamento psicológico** para o desenvolvimento de suas competências emocionais e sociais. Psicólogos escolares serão contratados para realizar o acompanhamento e ajudar no processo de **socialização** e **regulação emocional** dos alunos.

Além disso, as **terapias complementares** serão essenciais para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência. As terapias incluem:

- **Fonoaudiologia** para alunos com dificuldades de fala e linguagem;
- **Terapia ocupacional** para alunos com dificuldades motoras;
- **Psicopedagogia** para auxiliar na aprendizagem;
- **Fisioterapia** para alunos com deficiências físicas.

Esses serviços serão oferecidos no contraturno das aulas regulares e em parceria com **unidades de saúde** locais, sempre com o foco no desenvolvimento integral dos alunos.

f) Avaliação Inclusiva

A avaliação dos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades deve ser realizada de forma **flexível**, levando em consideração suas **potencialidades**, **dificuldades** e **estratégias de aprendizagem**. A avaliação não deve ser limitada a provas escritas ou avaliações tradicionais, mas deve incorporar **avaliações formativas**, como observações, portfólios, **projetos pedagógicos** e outras formas de **registro do aprendizado**.

Além disso, a avaliação deve ser usada para **ajustar as práticas pedagógicas** e garantir que os alunos estejam recebendo o apoio necessário para seu **desenvolvimento acadêmico**. A equipe pedagógica e os profissionais de AEE devem realizar avaliações contínuas e ajustar as intervenções conforme as necessidades dos alunos.

g) Participação da Família

A **participação ativa da família** é um fator determinante para o sucesso das ações de apoio aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. Os pais e responsáveis devem ser envolvidos no processo educativo, participando de **reuniões periódicas**, **encontros de orientação** e **discussões sobre as necessidades educacionais de seus filhos**.

A escola deverá garantir um **canal de comunicação** aberto com as famílias, proporcionando o **acolhimento** e o **suporte necessário** para que possam colaborar com a educação de seus filhos. Além disso, a escola pode fornecer **orientações** sobre como apoiar as crianças em casa e como lidar com questões específicas de desenvolvimento.

3. Objetivos das Ações de Apoio

As ações de apoio a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades têm os seguintes objetivos:

- **Garantir o acesso à educação** para todos os alunos, com foco na inclusão e na eliminação das barreiras à aprendizagem.
- **Promover o desenvolvimento integral** dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, respeitando suas necessidades individuais.
- **Oferecer apoio pedagógico especializado** no contraturno das aulas, com acompanhamento de profissionais especializados.
- **Assegurar o uso de tecnologias assistivas**, recursos pedagógicos adaptados e currículos ajustados para atender às necessidades específicas dos alunos.

- **Fortalecer a formação continuada dos professores**, para que possam atuar com eficácia na inclusão de alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento.
- **Garantir a participação ativa da família** no processo educativo e no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos.

4. Resultados Esperados

Com a implementação das ações de apoio a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, espera-se que:

- **A inclusão** de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares seja plena e efetiva.
- **Melhor desempenho acadêmico** e **socialização** dos alunos com necessidades especiais, com base em **estratégias pedagógicas personalizadas**.
- **Desenvolvimento das competências cognitivas, motoras e sociais** dos alunos, por meio de **apoio pedagógico especializado** e **tecnologias assistivas**.
- **Aumento da participação das famílias** no processo educacional e maior **integração da comunidade escolar**.
- **Valorização da diversidade** e promoção da **equidade** no ambiente escolar, com a implementação de práticas pedagógicas que atendem a todos os alunos de forma individualizada.

Com a implementação dessas ações, o município de Serrano do Maranhão estará garantindo uma educação **de qualidade e inclusiva** para todos os seus estudantes, respeitando suas **diversidades** e **necessidades**, e promovendo o desenvolvimento integral de cada um.

7. ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

7. Estratégias de Acompanhamento e Avaliação – Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA

A avaliação e o acompanhamento sistemático constituem pilares estruturantes do Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, configurando-se como instrumentos essenciais para promover a qualidade social da educação, garantir a permanência dos estudantes, fortalecer a aprendizagem e monitorar a efetividade das políticas educacionais implementadas na rede municipal de ensino. Em todos os ciclos – Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – a avaliação assume caráter diagnóstico, formativo e emancipador, alinhado aos princípios da educação inclusiva, humanizadora, intercultural e contextualizada.

No município, onde grande parte dos estudantes vive em áreas rurais, comunidades ribeirinhas e territórios quilombolas, enfrentando desigualdades socioeconômicas, dificuldades de acesso, baixa escolaridade familiar e desafios relacionados ao trabalho e à sobrevivência, a avaliação precisa considerar tais especificidades. Assim, ela ultrapassa a função de mera aferição de resultados, passando a atuar como ferramenta de justiça educacional, de redução das desigualdades, de garantia do direito de aprender e de valorização das identidades e saberes das diferentes comunidades.

Avaliação nas Etapas da Educação Básica

1. Educação Infantil – Avaliação do desenvolvimento integral

Na Educação Infantil, considerando sua função primordial de promover o desenvolvimento global – físico, cognitivo, social, afetivo, linguístico e cultural – a avaliação se organiza de forma **não classificatória**, **descritiva** e **processual**, conforme a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Os profissionais realizam observações contínuas, registros individuais e coletivos, portfólios, relatórios descritivos e documentação pedagógica, permitindo acompanhar a evolução de cada criança em seus direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se).

A avaliação infantil não compara crianças entre si, não utiliza notas ou conceitos e não tem caráter seletivo. Ao contrário, ela reconhece a singularidade de cada criança e sua cultura, valoriza as experiências oriundas do território, fortalece vínculos com a família e orienta o planejamento pedagógico para assegurar que todas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento.

2. Ensino Fundamental – Avaliação articulada ao currículo e ao desenvolvimento das competências

No Ensino Fundamental, a avaliação deve garantir que os estudantes avancem na construção das habilidades e competências previstas na BNCC, no DCTMA e nos Documentos Curriculares da ADE dos Guarás. Para isso, utiliza procedimentos como atividades diagnósticas, registros contínuos, acompanhamento individual, trabalhos em grupo, avaliações escritas, autoavaliações, portfólios, atividades práticas e projetos integradores.

A avaliação formativa ganha centralidade, oferecendo devolutivas que orientam o estudante sobre seus avanços e desafios, permitindo ajustes no planejamento e intervenções personalizadas. A escola deve garantir estratégias de recuperação paralela e contínua, evitando retenções e promovendo o sucesso escolar. A avaliação também deve considerar dimensões socioemocionais, participação, engajamento e atitudes colaborativas.

Nos anos finais, a avaliação inclui ainda análise de competências científicas, matemáticas, linguísticas e socioambientais, articulando teoria e prática, leitura do território, resolução de problemas reais e incentivo ao protagonismo juvenil.

3. EJA – Avaliação humanizadora e emancipatória

Na Educação de Jovens e Adultos, devido às trajetórias marcadas por interrupções escolares, desigualdades sociais, trabalho precoce e responsabilidades familiares, a avaliação precisa ser ainda mais flexível, dialógica e acolhedora. Ela assume três funções principais:

- **Diagnóstica:** identifica saberes construídos ao longo da vida, lacunas de aprendizagem, motivações e necessidades.
- **Formativa:** acompanha continuamente o desenvolvimento, orienta o planejamento e valoriza avanços.
- **Emancipadora:** fortalece a autonomia, a criticidade, a autoestima e o protagonismo dos educandos, conforme Paulo Freire.

Os instrumentos incluem: entrevistas, rodas de conversa, questionários socioeducacionais, observações, produções escritas e orais, atividades práticas vinculadas à realidade das comunidades, sequências didáticas contextualizadas e autoavaliação.

Dimensões da Avaliação no PME

1. Avaliação da Aprendizagem

Abrange todos os ciclos, buscando garantir o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais:

- Na Educação Infantil: desenvolvimento integral e direitos de aprendizagem.
- Nos anos iniciais: alfabetização plena, letramento matemático e competências sociais.
- Nos anos finais: consolidação das aprendizagens e preparo para continuidade dos estudos.
- Na EJA: recuperação de lacunas, valorização dos saberes e construção de autonomia intelectual.

2. Acompanhamento Processual do Desenvolvimento dos Estudantes

Inclui:

- monitoramento da frequência;
- participação em atividades individuais e coletivas;
- evolução cognitiva, socioafetiva e cultural;
- habilidades socioemocionais;

- análise de barreiras e potencialidades;
- devolutivas constantes para famílias e estudantes.

Esse acompanhamento é essencial para prevenir evasão, fortalecer vínculos e garantir permanência com aprendizagem.

3. Monitoramento do Impacto das Ações Pedagógicas e Institucionais

O PME prevê mecanismos para acompanhar:

- redução das taxas de evasão, reprovação e abandono;
- evolução dos indicadores de aprendizagem (SAEB, avaliações municipais);
- implementação de ações inclusivas e acessibilidade;
- atuação da gestão escolar e dos conselhos;
- cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação e do próprio PME municipal.

O monitoramento deverá ser feito anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com participação das escolas, Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb e sociedade civil.

Compromisso com a Inclusão e a Equidade

A avaliação em todos os ciclos deve atender às diretrizes da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, garantindo:

- acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica;
- recursos de tecnologia assistiva;
- flexibilização curricular;
- adaptações razoáveis;
- avaliação compatível com as necessidades específicas de cada estudante.

Também deve respeitar e valorizar as identidades afro-brasileiras, indígenas e quilombolas, conforme a **Lei 10.639/03**, fortalecendo a pluralidade cultural do município e assegurando que a escola seja espaço de afirmação e valorização das identidades.

Síntese

Com essas orientações, a avaliação prevista no PME de Serrano do Maranhão se torna:

- **humanizadora**,
- **inclusiva**,
- **diagnóstica**,
- **formativa**,
- **emancipadora**,
- **territorializada**,
- **participativa**,
- **comprometida com a equidade**.

Ela se consolida como instrumento de transformação social e de garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida, abrangendo desde as crianças pequenas até adultos trabalhadores que retornam à escola.

7.1 Avaliação do Desempenho Escolar dos Alunos

1. Concepção de Avaliação como Processo Contínuo, Humanizador e Integrado aos Ciclos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva e EJA

A avaliação, entendida como um instrumento de acompanhamento contínuo da aprendizagem, não se limita a mensurar resultados, mas busca interpretar processos, identificar barreiras e potencializar o desenvolvimento integral dos estudantes. Sua função primordial é orientar a prática pedagógica, oferecendo subsídios para que professores, gestores e equipes escolares possam replanejar ações, promover intervenções qualificadas e garantir condições adequadas para a aprendizagem de todos, inclusive daqueles que apresentam trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por desigualdades educacionais.

No contexto da rede municipal de Serrano do Maranhão, a avaliação assume caráter emancipador, pois reconhece os estudantes como sujeitos históricos, socioculturais e produtores de conhecimento, valorizando suas experiências prévias, suas identidades e seus modos próprios de aprender. Essa perspectiva dialoga diretamente com o sociointeracionismo (Vygotsky), a pedagogia crítica (Paulo Freire), o construtivismo (Piaget) e a aprendizagem significativa (Ausubel), orientando a construção de práticas avaliativas que considerem o contexto local, as relações comunitárias, a diversidade étnico-racial e as particularidades da realidade rural e quilombola existente no município.

Além disso, a avaliação descrita no PME reforça a importância de práticas inclusivas, que eliminem barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais, garantindo acessibilidade plena e equidade de oportunidades para estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais público da educação especial. Assim, as estratégias avaliativas devem ser flexíveis, adaptadas, diversificadas e coerentes com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), assegurando que cada estudante seja avaliado em suas potencialidades, e não apenas em suas limitações.

Por fim, essa concepção integradora e humanizadora de avaliação reafirma o compromisso do Município de Serrano do Maranhão com uma educação democrática, participativa e de qualidade social, em que a avaliação não se configura como instrumento de exclusão, reprovação automática ou seleção, mas como mecanismo para garantir permanência, aprendizagem, desenvolvimento e progressão contínua, alinhada às metas do PME e às demandas reais da comunidade escolar.

Avaliação como princípio humanizador e contínuo

Em todas as etapas da rede municipal de Serrano do Maranhão, a avaliação ultrapassa a lógica tradicional baseada em notas, resultados classificatórios, rankings e exames isolados. Nessa perspectiva, avaliar não significa simplesmente medir desempenhos ou quantificar erros e acertos, mas **interpretar processos**, compreender trajetórias, reconhecer saberes prévios e identificar potencialidades, dificuldades, barreiras e possibilidades de avanço. A avaliação é compreendida

como uma ação educativa ética, sensível e comprometida com o direito de aprender de cada criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso que compõe a diversidade da rede municipal.

A prática avaliativa assume o compromisso de analisar **como cada estudante aprende**, como se relaciona com o conhecimento, quais linguagens domina, de que forma mobiliza recursos cognitivos, culturais, emocionais e sociais e como interage no ambiente escolar e comunitário. Assim, a avaliação deixa de ser um mecanismo de controle e passa a constituir um **processo de acompanhamento sistemático**, que orienta o planejamento dos docentes, fortalece o vínculo pedagógico e assegura intervenções mais justas, personalizadas e eficazes.

Essa concepção está ancorada em fundamentos teóricos e legais consistentes:

- **Na pedagogia crítica de Paulo Freire**, que compreende a avaliação como prática ética e política, promotora de autonomia, diálogo, conscientização e participação ativa, valorizando a leitura crítica de mundo, o respeito aos saberes da experiência e a superação de práticas opressoras, classificatórias ou excludentes.
- **Na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky**, que entende o desenvolvimento humano como fruto das interações sociais, culturais e históricas. A avaliação, nesse contexto, deve identificar a *Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)*, permitindo ao professor planejar mediações adequadas para que o estudante avance de forma significativa e contextualizada.
- **No construtivismo de Piaget**, que reconhece que o conhecimento se constrói pela ação, exploração, experimentação e resolução de problemas. Assim, a avaliação deve revelar os processos de pensamento do estudante, suas estratégias cognitivas e suas etapas de desenvolvimento, valorizando erros como parte do processo de construção.
- **Na aprendizagem significativa de Ausubel**, que destaca a importância de relacionar novos conteúdos às experiências prévias dos estudantes. Avaliar, portanto, significa compreender a estrutura cognitiva do educando, considerando sua bagagem cultural, seus conhecimentos cotidianos e sua capacidade de estabelecer vínculos e sentidos ao que aprende.

Assim, a avaliação deve ser:

• Contínua

Realizada durante todo o processo educativo, em cada atividade, interação ou registro, permitindo observar a evolução do estudante, sem limitar-se a momentos pontuais, provas ou produtos finais. A continuidade assegura um acompanhamento próximo, sensível e preciso, permitindo ajustes pedagógicos em tempo oportuno.

• Diagnóstica

Voltada para identificar conhecimentos prévios, lacunas de aprendizagem, barreiras à participação e necessidades específicas. Serve como ponto de partida para o planejamento, evitando generalizações e modelos únicos de ensino, principalmente para estudantes da EJA, Educação Inclusiva e classes multisseriadas.

• Formativa

A avaliação formativa retroalimenta o processo educativo, fornecendo devolutivas construtivas e orientadoras, com foco no aprender e não no punir. Ela orienta o estudante sobre seus avanços e possibilidades de melhoria e orienta o professor sobre a eficácia das estratégias adotadas.

• Diversa em instrumentos

Deve contemplar diferentes formas de registro e expressão do conhecimento, como: portfólios, avaliações orais, produções escritas, projetos, rodas de conversa, atividades práticas, autoavaliação, observação sistemática, relatórios, rubricas, diários de bordo, listas de verificação, mapas conceituais, tarefas contextualizadas, entre outros. A diversidade garante mais justiça, pois reconhece múltiplas inteligências e modos de aprender.

• Participativa

Inclui o estudante de forma ativa no processo avaliativo, por meio de autoavaliações, coavaliações, definição de metas pessoais de aprendizagem e participação nas decisões sobre estratégias e critérios. Também envolve a família e a comunidade quando necessário, reforçando o caráter democrático da avaliação.

• Inclusiva

Considera as especificidades de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos e demais público da educação especial. A avaliação deve ser flexível, acessível e coerente com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), eliminando barreiras físicas, comunicacionais, linguísticas, pedagógicas e atitudinais.

• Contextualizada ao território

Reconhece a realidade sociocultural de Serrano do Maranhão, valorizando os saberes tradicionais, quilombolas, rurais, ribeirinhos e comunitários. A avaliação deve considerar o tempo do campo, as rotinas de trabalho, as condições climáticas, o calendário cultural e as práticas de sobrevivência e identidade das famílias do território.

• Comprometida com a transformação social

A avaliação tem função emancipadora, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos críticos, conscientes, participativos e capazes de transformar sua realidade. Ao invés de reforçar desigualdades, deve atuar no combate à exclusão, na promoção de equidade, na valorização da diversidade e na construção de uma educação pública mais justa e humanizada.

Avaliação em cada etapa da Educação Básica

1. Educação Infantil – avaliação do desenvolvimento integral

Na Educação Infantil, a avaliação assume caráter **qualitativo, contínuo, interpretativo e não classificatório**, constituindo-se como um processo de acompanhamento cuidadoso e sistemático do desenvolvimento integral das crianças. Em conformidade com a BNCC, o DCTMA e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, avaliar significa **documentar processos**, interpretar interações e compreender como cada criança se relaciona com o mundo, consigo mesma, com os outros e com o conhecimento.

A prática avaliativa baseia-se na **observação cotidiana**, no registro de situações significativas, na fotografia pedagógica, nos relatórios descritivos, portfólios, álbuns de aprendizagem e produções espontâneas. Ela não tem finalidade de promoção, retenção ou comparação entre crianças, mas de compreender seus percursos e orientar as intencionalidades do professor.

Os registros consideram os **Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento** da BNCC:
• **Conviver:** como a criança interage, negocia conflitos, estabelece vínculos e participa da vida coletiva.
• **Brincar:** como utiliza o faz de conta, cria regras, experimenta papéis sociais e explora materiais.
• **Participar:** como toma decisões, expressa desejos, colabora, escolhe e protagoniza ações.
• **Explorar:** como investiga, manipula objetos, testa hipóteses e faz descobertas.
• **Expressar:** como utiliza diferentes linguagens – oral, corporal, artística, musical – para comunicar-se.
• **Conhecer-se:** como reconhece suas emoções, limites, preferências e identidade.

A avaliação orienta o planejamento pedagógico, apoia a prática docente, evidencia necessidades de adaptação ou intervenção e fortalece o diálogo entre escola e família. Sobretudo, respeita o **ritmo, a singularidade, a cultura, a história e as formas próprias de ser criança**, garantindo um cuidado humanizado e inclusivo.

2. Ensino Fundamental – avaliação das competências e habilidades

No Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, a avaliação articula-se diretamente ao currículo e às competências gerais e habilidades da BNCC, considerando o desenvolvimento integral dos estudantes. A avaliação é compreendida como processo **diagnóstico, formativo e contínuo**, buscando compreender **como o aluno pensa, resolve problemas, elabora conceitos, participa, argumenta e aplica conhecimentos na vida real**.

A avaliação acompanha:

• **Consolidação da alfabetização e letramento** (anos iniciais), observando a fluência leitora, compreensão de textos, produção escrita e uso social da leitura e escrita.
• **Desenvolvimento do pensamento matemático**, por meio da resolução de problemas, raciocínio lógico, uso de estratégias diversas, representação de dados e compreensão de grandezas.
• **Construção de competências científico-tecnológicas**, como investigação, experimentação, formulação de hipóteses e leitura crítica de fenômenos naturais e sociais.
• **Habilidades socioemocionais**, como empatia, autocontrole, respeito, responsabilidade, convivência e tomada de decisão.
• **Participação, colaboração e autonomia** em atividades, projetos, rodas de conversa e trabalhos em grupo.
• **Capacidade de resolver problemas reais**, relacionando conteúdos à vida comunitária, ao território e às experiências dos estudantes.
• **Envolvimento em projetos interdisciplinares**, feiras, sequências didáticas e práticas colaborativas.

Para isso, utilizam-se diversos instrumentos:
• portfólios individuais;
• avaliações diagnósticas periódicas;
• rubricas e critérios claros de aprendizagem;

- registros descritivos;
- atividades práticas e experimentais;
- projetos de pesquisa;
- tarefas contextualizadas;
- debates, seminários e rodas de conversa;
- autoavaliações e coavaliações.

A **devolutiva qualificada** é parte essencial do processo, orientando o estudante sobre seus avanços, suas conquistas e quais caminhos seguir para superar dificuldades. O feedback deve ser claro, encorajador e formativo.

A **recuperação da aprendizagem** é contínua, integrada ao ensino cotidiano, e não restrita a momentos específicos do calendário. Envolve estratégias personalizadas, como grupos de estudo, reforço no contraturno, adaptação de materiais, tutorias, mediação pedagógica e atividades práticas, respeitando ritmos e necessidades dos estudantes.

A avaliação, portanto, no Ensino Fundamental, assume papel de instrumento **inclusivo, equitativo e transformador**, contribuindo para reduzir desigualdades, fortalecer vínculos, valorizar saberes e garantir o progresso de todos os educandos em direção às aprendizagens essenciais previstas na BNCC e no PME.

3. Educação Inclusiva – avaliação acessível, flexível e centrada nas potencialidades

Na perspectiva da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, conforme orientam a Política Nacional de Educação Especial, a LDB, a BNCC, o DCTMA e as Diretrizes Operacionais de AEE, a avaliação dos estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e condições específicas de saúde deve ser **flexível, acessível e centrada nas potencialidades**, nunca nas limitações. Trata-se de um processo profundamente ético, que busca eliminar barreiras, compreender singularidades e garantir participação plena em todas as atividades escolares.

A avaliação deve ser planejada a partir do **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**, respeitando múltiplas formas de representação, expressão e engajamento. Assim, envolve a utilização de:

- **adaptações razoáveis**, garantindo condições justas para que cada estudante demonstre o que aprendeu, sem descaracterizar o conteúdo;
- **recursos de tecnologia assistiva**, como leitores de tela, lupas eletrônicas, pranchas de comunicação alternativa, materiais táteis, softwares educativos acessíveis e sistemas aumentativos de comunicação;
- **materiais acessíveis**, incluindo textos ampliados, áudios, vídeos com Libras e legenda, objetos concretos, imagens simplificadas e recursos multisensoriais;
- **flexibilização curricular**, com adequações de objetivos, tempo, estratégias, critérios e instrumentos, respeitando o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou Plano Educacional Individualizado (PEI);
- **observação individualizada**, que considere comportamentos, interações, formas de comunicação, interesses, expressões emocionais e formas próprias de resolver desafios;
- **registros descritivos e qualitativos**, que evidenciem avanços, níveis de participação, habilidades emergentes e estratégias de apoio mais eficazes;

• **avaliação centrada em potencialidades**, identificando barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas para superá-las com intencionalidade.

Nesta perspectiva, avaliar não significa comparar estudantes, mas compreender **como cada um aprende, como se comunica, como se desenvolve e como pode progredir com apoio adequado**. A avaliação inclusiva é uma ferramenta de equidade, pois promove:

• o respeito ao ritmo e à singularidade;
• o protagonismo do estudante;
• o planejamento colaborativo entre professor da sala regular, AEE, coordenação e família;
• a construção de soluções pedagógicas personalizadas;
• a garantia do direito à aprendizagem com dignidade.

Assim, a avaliação na educação inclusiva é um ato político e humanizador que rompe com práticas excludentes e assegura que todos os estudantes – independentemente de sua condição – façam parte, aprendam e avancem em seu próprio percurso.

4. EJA – avaliação humanizadora, flexível e emancipadora

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a avaliação assume dimensões ainda mais amplas e complexas, pois lida com trajetórias marcadas por exclusão, interrupção escolar, desigualdade social, experiências de trabalho intensas e saberes construídos na vida comunitária, familiar, rural e profissional. Por isso, a avaliação deve ser **humanizadora, dialógica, formativa, emancipadora e profundamente contextualizada**, alinhada à pedagogia freireana e às orientações da BNCC, do DCTMA e do PME municipal.

A avaliação na EJA considera os sujeitos em toda sua integridade – suas histórias, lutas, conquistas e formas próprias de aprender. Assim, deve:

• **valorizar conhecimentos prévios**, reconhecendo que trabalhadores, pescadores, agricultores, donas de casa, jovens e mulheres quilombolas possuem repertórios culturais, técnicos e sociais fundamentais para o processo educativo;
• **identificar lacunas de aprendizagem sem expor dificuldades**, evitando constrangimentos e respeitando trajetórias interrompidas;
• **reconhecer saberes comunitários, profissionais e tradicionais**, considerando práticas da pesca, agricultura familiar, artesanato, religiosidade, culinária, organização comunitária e culturas quilombolas;
• **considerar ritmos condicionados pelo trabalho, jornada dupla, responsabilidades familiares, deslocamento e cansaço físico**, flexibilizando tempos, formas e critérios de avaliação;
• **promover autoavaliação e coavaliação**, fortalecendo autonomia, leitura crítica do mundo e consciência dos próprios avanços;
• **estimular autoestima, protagonismo e autonomia intelectual**, combatendo o histórico sentimento de incapacidade que muitos carregam após experiências de fracasso escolar;
• **utilizar instrumentos diversos**, como rodas de conversa, relatos de vida, registros reflexivos, projetos práticos, atividades contextualizadas, sequências didáticas ligadas ao território, estudos dirigidos, resolução de problemas reais e tarefas que dialoguem com o cotidiano dos estudantes.

A avaliação na EJA precisa ser um espaço de **acolhimento, reconhecimento e protagonismo**, rompendo com práticas classificatórias e excludentes. Inspirada em Freire, ela deve **libertar e não oprimir**, fortalecendo:

• o direito à educação ao longo da vida;

• a compreensão crítica das condições sociais;

• o empoderamento das comunidades;

• a construção da identidade;

• a confiança na capacidade de aprender.

Avaliar na EJA significa, portanto, **valorizar a vida que cada estudante traz consigo**, reconhecendo que aprender é um ato humano, social e político. A avaliação torna-se instrumento de reparação histórica, justiça educacional e transformação social.

Elementos Comuns da Avaliação no PME para Todos os Ciclos

A avaliação, conforme estabelece o Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, deve seguir princípios unificados para todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e EJA. Esses princípios garantem coerência pedagógica, respeito à diversidade e compromisso com o direito de aprender. Assim, a avaliação deve contemplar:

• Caráter processual e contínuo, acompanhando o progresso ao longo do ano.

A avaliação deve ocorrer ao longo de todo o processo educativo, e não apenas em momentos pontuais. Isso permite observar avanços, dificuldades, estratégias de superação e ritmos de desenvolvimento, além de oferecer intervenções oportunas e pedagógicas. Essa continuidade assegura que o estudante seja compreendido em sua totalidade — cognitiva, emocional, social, cultural e física.

• Diversidade de instrumentos, garantindo visão ampliada do estudante.

A utilização de variados instrumentos avaliativos — observações, registros, entrevistas, produções textuais, atividades práticas, jogos pedagógicos, portfólios, sequências didáticas, projetos e rodas de conversa — permite uma compreensão mais completa do processo de aprendizagem. Tal diversidade respeita diferentes estilos cognitivos, formas de expressão, linguagens e modos de aprender.

• Registro sistemático do desenvolvimento escolar.

O registro sistemático, organizado e contínuo possibilita acompanhar a trajetória do estudante com clareza e precisão. Ele inclui relatórios descritivos, fichas de acompanhamento, mapas de progresso, registros reflexivos, devolutivas formativas e documentação pedagógica. Esses registros subsidiam o planejamento, orientam o professor e fortalecem a comunicação com as famílias e responsáveis.

• Devolutivas qualificadas que orientem novas aprendizagens.

As devolutivas devem ir além do simples resultado numérico ou qualitativo: precisam orientar o estudante, indicar caminhos para melhoria, reconhecer avanços e apontar novos desafios. No contexto da Educação Inclusiva e da EJA, essas devolutivas devem ser dialógicas, empáticas e profundamente respeitosas das experiências de vida dos estudantes.

• Respeito aos ritmos individuais e às trajetórias socioculturais.

A avaliação não pode padronizar, responsabilizar ou punir estudantes por desigualdades históricas e sociais. Cada sujeito aprende em um ritmo único, influenciado por fatores emocionais, econômicos, cognitivos e culturais. Por isso, a avaliação deve considerar essas condições e romper com práticas meritocráticas e classificatórias, promovendo equidade e justiça educacional.

• Promoção da autoestima e valorização das identidades.

Toda avaliação deve reforçar a autoconfiança, reconhecer conquistas e valorizar a identidade individual e coletiva dos estudantes. Isso inclui a identidade quilombola, afro-brasileira, ribeirinha, camponesa, urbana, das pessoas com deficiência e de grupos historicamente invisibilizados. Uma avaliação humanizadora contribui para que cada sujeito se perceba capaz, pertencente e protagonista de sua própria formação.

• Diagnóstico constante das necessidades de apoio.

A avaliação diagnóstica deve ocorrer de forma contínua, identificando dificuldades, barreiras, condições emocionais e necessidades pedagógicas específicas. Esse diagnóstico orienta o professor na definição de intervenções como atividades de reforço, adaptações curriculares, uso de recursos acessíveis, orientações personalizadas e articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário.

• Acompanhamento para evitar evasão, especialmente no Ensino Fundamental final e na EJA.

A avaliação deve também monitorar fatores que influenciam a participação e permanência dos estudantes, como cansaço, dificuldades familiares, questões socioeconômicas e desmotivação. Na EJA e nos anos finais do Fundamental, esse acompanhamento é essencial para identificar sinais de abandono e desenvolver estratégias de busca ativa, acolhimento e fortalecimento dos vínculos escolares.

Síntese Geral

Com essa concepção unificada e humanizadora, o PME de Serrano do Maranhão estabelece uma avaliação que expressa, em todas as suas dimensões, os princípios da equidade, da inclusão, da dignidade humana e da justiça social. Assim, assegura que:

• todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso a uma avaliação justa, cuidadosa e comprometida com o desenvolvimento integral;

A avaliação não é utilizada como instrumento de punição, mas como ferramenta pedagógica que garante o acompanhamento próximo, o apoio necessário e o direito de aprender em todas as etapas da educação.

• a escola não penalize, mas acompanhe, acolha e intervenha de forma pedagógica;

Isso fortalece a cultura do cuidado, da corresponsabilidade e da inclusão, substituindo práticas excludentes por ações formativas que respondam às necessidades reais dos estudantes.

• a avaliação se torne instrumento de promoção da equidade e da aprendizagem, e não de exclusão;

Ao considerar diferenças sociais, culturais, identitárias e cognitivas, a avaliação contribui para reduzir desigualdades, corrigir injustiças educacionais e ampliar oportunidades.

• os processos avaliativos respeitem a diversidade cultural, social, econômica e identitária do município;

Isso inclui reconhecimento dos saberes quilombolas, rurais, ribeirinhos, urbanos, de trabalhadores, de mulheres, de jovens e de pessoas com deficiência — reafirmando o compromisso com uma educação plural e representativa.

• a educação pública municipal seja cada vez mais inclusiva, democrática, afetiva e transformadora.

A avaliação, integrada a um projeto pedagógico comprometido com a vida dos estudantes, torna-se instrumento de emancipação, fortalecimento comunitário e construção de uma sociedade mais justa.

2. Avaliação Diagnóstica Inicial nos Ciclos da Educação Básica e na EJA

A avaliação diagnóstica inicial, prevista no PME e essencial para garantir o planejamento pedagógico efetivo, será realizada no início de cada ciclo — Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva e EJA — respeitando as especificidades, direitos de aprendizagem e necessidades socioculturais de cada público. Trata-se de um processo acolhedor, investigativo e não punitivo, cujo principal objetivo é conhecer profundamente o estudante e sua trajetória. Assim, a avaliação diagnóstica será organizada da seguinte forma:

Educação Infantil – diagnóstico do desenvolvimento integral e socioemocional

Na Educação Infantil, o diagnóstico inicial terá caráter lúdico, observacional e interativo, considerando:

- observação das interações e da participação em brincadeiras livres e orientadas;
- registros espontâneos de desenho, fala, movimento e exploração do ambiente;
- escuta sensível da criança, identificando interesses, medos, preferências e curiosidades;
- conversa com as famílias para conhecer rotina, saúde, alimentação e histórico de socialização;
- identificação dos direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se), verificando como cada criança se posiciona nesses campos.

Esse diagnóstico orientará o planejamento das práticas pedagógicas, garantindo acolhimento, segurança emocional e respeito ao ritmo de cada criança.

Ensino Fundamental – diagnóstico das competências, habilidades e repertórios culturais

Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a avaliação diagnóstica terá foco na identificação das habilidades essenciais da BNCC e DCTMA, incluindo:

- testes diagnósticos de leitura, escrita, compreensão textual e resolução de problemas;
- atividades investigativas para verificar pensamento matemático, científico e lógico;
- análise de realizações anteriores (cadernos, produções, registros);
- questionário sobre interesses, dificuldades percebidas, hábitos de estudo e inserção na comunidade;
- observação em sala sobre autonomia, colaboração, organização e habilidades socioemocionais.

  Os resultados subsidiarão ações de recuperação contínua, agrupamentos produtivos, projetos integradores e intervenções personalizadas.

Educação Inclusiva – diagnóstico acessível, multifatorial e centrado nas barreiras

No caso de estudantes público-alvo da Educação Especial, o diagnóstico inicial seguirá os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), contemplando:

- levantamento de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais;
- identificação de recursos de tecnologia assistiva necessários (ampliadores, leitores de tela, comunicação alternativa, etc.);
- análise funcional da comunicação, interação e mobilidade;
- conversas com família, profissionais de saúde e cuidadores, quando necessário;
- avaliação do potencial e das formas de expressão do estudante, considerando diferentes linguagens.

  O objetivo é construir um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que garanta acessibilidade, participação e aprendizagem significativa.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – diagnóstico humanizador e contextualizado

A avaliação diagnóstica na EJA reconhece a singularidade das trajetórias interrompidas e os saberes da experiência. Assim, envolverá:

- testes diagnósticos de leitura, escrita e raciocínio lógico adaptados à realidade do adulto;
- entrevistas individuais para levantar histórico escolar, motivos da evasão, experiências de trabalho, saberes comunitários e expectativas;
- questionário socioeducacional sobre rotina de trabalho, responsabilidades familiares, deslocamento e disponibilidade de estudo;
- observação da comunicação, oralidade, interação e habilidades socioemocionais;
- identificação das habilidades previstas na BNCC e DCTMA, apontando lacunas de aprendizagem acumuladas, mas sem exposição ou constrangimento;
- diagnóstico inclusivo para estudantes com deficiência, assegurando recursos, adaptações e metodologias acessíveis.

- Com isso, será construído um **Perfil Diagnóstico Inicial do Educando da EJA**, que orientará o planejamento das etapas, os projetos integradores, o uso de metodologias ativas e o acompanhamento individualizado.

3. Avaliação Formativa e Processual nos Ciclos da Educação Básica e na EJA

A avaliação formativa e processual constitui o eixo central da prática pedagógica em todas as etapas da Educação Básica e na EJA, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja continuamente monitorado, interpretado e transformado conforme as necessidades reais dos estudantes. Essa modalidade avaliativa permite ao professor perceber avanços, dificuldades, ritmos, modos de aprender e fatores socioculturais que influenciam a aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas imediatas, contextualizadas e humanizadoras. Assim, a avaliação formativa será desenvolvida da seguinte forma:

Educação Infantil – avaliação do percurso, da expressão e das interações

Na Educação Infantil, a avaliação formativa acontece diariamente, por meio da observação atenta e sensível do desenvolvimento integral da criança. Serão utilizados:

- registros descritivos das interações, brincadeiras, expressões corporais, linguísticas e artísticas;
- acompanhamento da participação em atividades individuais e coletivas;
- portfólios com desenhos, pinturas, construções e produções espontâneas;
- rodas de conversa e momentos de escuta da criança;
- devolutivas dialogadas com as famílias, fortalecendo a parceria escola-família;
- análise dos direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) ao longo dos períodos.
  A avaliação formativa nessa etapa reconhece que a criança aprende vivendo experiências significativas, e não por meio de provas ou classificações.

Ensino Fundamental – acompanhamento contínuo das competências e habilidades

Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a avaliação formativa acompanhará o desenvolvimento das competências gerais da BNCC e das habilidades específicas de cada componente curricular. Para isso, serão utilizados:

- registros diários sobre participação, evolução conceitual e dificuldades apresentadas;
- observações sistemáticas sobre autonomia, colaboração e postura investigativa;
- portfólios individuais com produções textuais, relatórios, gráficos e experimentos;
- atividades práticas, resolução de problemas e projetos interdisciplinares;
- devolutivas escritas, orais e feedbacks durante o processo;
- autoavaliações e coavaliações como práticas de reflexão sobre a própria aprendizagem. Essa avaliação permite que o professor identifique *como* o estudante aprende e em que aspectos necessita de retomadas, aprofundamento ou reorganização metodológica.

Educação Inclusiva – avaliação acessível, contínua e centrada no desenvolvimento funcional

Para estudantes público-alvo da educação especial, a avaliação formativa precisa considerar diferentes formas de expressão, comunicação e participação. Nessa perspectiva, serão priorizados:

- registros individualizados e detalhados do desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo;
- observações contínuas considerando barreiras e soluções pedagógicas;
- portfólios acessíveis, contendo produções em múltiplas linguagens (visual, tátil, oral, tecnológica);
- uso de recursos de comunicação alternativa, tecnologia assistiva e adaptações flexíveis;
- devolutivas que respeitem o modo singular de aprender de cada estudante;
- autoavaliações comunicadas por meios alternativos, quando necessário.
  A avaliação processual na educação inclusiva tem como foco o potencial, e não a limitação, assegurando equidade e participação plena.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – avaliação humanizadora, dialógica e emancipadora

Na EJA, a avaliação formativa se fundamenta no diálogo e na valorização dos saberes da experiência, seguindo os princípios freireanos. Será realizada por meio de:

- registros contínuos das aprendizagens formais e dos conhecimentos advindos da vivência comunitária e laboral;
- observações da participação, engajamento, autonomia e cooperação;
- portfólios com textos, relatos de vida, atividades práticas e produções culturais;
- rodas de conversa avaliativas e devolutivas dialogadas que considerem a realidade do trabalhador;
- análises das práticas desenvolvidas em projetos integradores, atividades de campo e sequências contextualizadas;
- autoavaliações e coavaliações como instrumentos de fortalecimento da autoestima e protagonismo.
  A avaliação na EJA busca compreender cada estudante em sua totalidade, considerando ritmos próprios, trajetórias interrompidas e condições de vida.

4. Avaliação Somativa – Verificação de Aprendizagens com Foco na Equidade, Clareza e Pertinência Pedagógica

A avaliação somativa, integrante do processo avaliativo global previsto pelo Plano Municipal de Educação (PME) de Serrano do Maranhão, é aplicada ao final de cada módulo, etapa, bimestre, unidade temática ou sequência didática, com o objetivo de verificar o alcance das aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, no DCTMA e nos Documentos Curriculares Integrados da ADE dos Guarás. Essa modalidade não deve ser vista como instrumento punitivo ou classificatório, mas como síntese reflexiva do percurso formativo, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de demonstrar seus avanços de forma justa, contextualizada e coerente com sua realidade e trajetória educacional.

A avaliação somativa seguirá princípios fundamentais: **transparência dos critérios**, **adequação ao nível de desenvolvimento**, **integração com o cotidiano sociocultural dos estudantes**, **acessibilidade**, **pluralidade de formatos** e **respeito às diferentes formas de expressão do conhecimento**. Assim, contemplará práticas diferentes para cada etapa da Educação Básica.

Educação Infantil – sínteses descritivas e análises de desenvolvimento

Na Educação Infantil, a avaliação somativa não assume caráter classificatório, tampouco se expressa em notas ou conceitos rígidos. Em vez disso, ocorre por meio de:

- relatórios descritivos que sintetizam o desenvolvimento da criança em cada direito de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se);
- portfólios finais com produções significativas que evidenciem avanços;
- registros fotográficos ou narrativos das interações e descobertas;
- documentação pedagógica que articula aprendizagens, processos e intervenções. A síntese avaliativa respeita o ritmo de cada criança e não tem qualquer relação com promoção ou retenção.

Ensino Fundamental – verificação das competências e habilidades consolidadas

Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a avaliação somativa tem o objetivo de verificar o domínio das habilidades essenciais previstas nos currículos municipais. Isso será realizado por meio de:

- provas escritas contextualizadas, com situações-problema e leitura de textos reais;
- projetos avaliativos que integrem diferentes áreas do conhecimento;
- avaliações práticas (experimentos, produção de textos, resolução de problemas);
- apresentações orais, seminários e exposições temáticas;
- atividades que exijam organização, síntese e aplicação dos conhecimentos.

Todas as avaliações usarão critérios objetivos, previamente explicados aos estudantes, assegurando clareza, coerência e alinhamento à BNCC, ao DCTMA e às diretrizes da ADE dos Guarás.

Educação Inclusiva – avaliação somativa acessível e funcional

Para os estudantes público-alvo da Educação Especial, a avaliação somativa ocorrerá respeitando:

- adaptações razoáveis e personalizadas;
- uso de recursos acessíveis (braile, Libras, comunicação alternativa, materiais táteis);
- flexibilização de formatos e tempos de execução;
- avaliações funcionais e contextualizadas ao desenvolvimento individual;
- projetos avaliativos que considerem potencialidades, e não limitações.

O objetivo é verificar avanços reais e funcionalidade das aprendizagens, garantindo equidade e participação plena.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – avaliação somativa dialogada, contextualizada e emancipadora

Na EJA, a avaliação somativa será organizada considerando as especificidades dos jovens, adultos e idosos trabalhadores, valorizando saberes da experiência e conhecimentos construídos ao longo da vida. Assim, será composta por:

- **provas escritas contextualizadas**, com foco em textos funcionais, demandas reais e situações do cotidiano dos estudantes (mercado, saúde, agricultura, pesca, comércio, serviços, transporte, tarefas domésticas e comunitárias);
- **projetos avaliativos**, que articulem temas sociais, culturais e ambientais do município;

- **sínteses reflexivas orais ou escritas**, que demonstrem compreensão crítica de temas estudados;
- **apresentações orais**, relatos de vida e exposições temáticas;
- **atividades práticas** que envolvam medições, cálculos, interpretação de dados, leitura de mapas, organização financeira, produção artesanal ou atividades agrícolas e pesqueiras;
- **produção de textos reais**: cartas, e-mails, bilhetes, receitas, relatórios simples, registros de trabalho, mapas mentais e diários de campo.

Todos os critérios serão construídos de forma transparente e apresentados previamente, garantindo que a avaliação seja justa, motivadora e coerente com a realidade do educando da EJA.

Princípios Gerais que Orientam a Avaliação Somativa em Todos os Ciclos

- **Clareza e publicização dos critérios**, garantindo segurança e equidade aos estudantes.
- **Articulação com o currículo e com as aprendizagens essenciais**, evitando arbitrariedade.
- **Reconhecimento da diversidade cultural e dos contextos socioeconômicos locais**.
- **Adoção de múltiplos instrumentos**, garantindo diferentes formas de demonstrar conhecimento.
- **Integração com a avaliação formativa**, fortalecendo o percurso e não apenas o resultado final.
- **Acessibilidade plena**, conforme o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).
- **Foco no avanço individual**, respeitando ritmos e trajetórias singulares.

5. Avaliação Inclusiva e Acessível (Educação Especial)

A avaliação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no município de Serrano do Maranhão deve ser conduzida com base nos princípios da **equidade, acessibilidade, ética, justiça e respeito à singularidade**, assegurando que cada aluno tenha suas potencialidades reconhecidas e suas barreiras à aprendizagem minimizadas. A avaliação, nesse contexto, não se restringe à verificação de conteúdos, mas envolve a compreensão integral do desenvolvimento cognitivo, motor, social, emocional e comunicacional do educando.

Este processo segue o que determinam as principais normas e diretrizes nacionais, como:

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008);**
- **Decreto nº 10.502/2020**, que estabelece a Política Nacional de Educação Especial;
- **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei 13.146/2015);**
- **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA),** que orienta práticas flexíveis e acessíveis;
- **BNCC,** que garante direitos de aprendizagem a todos os estudantes;
- **Orientações do Atendimento Educacional Especializado (AEE);**
- **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2009).**

A avaliação inclusiva é compreendida como um processo:

- **flexível**,
- **funcional**,
- **contextualizado**,
- **centrado nas potencialidades**,
- **livre de barreiras**,
- **garantidor da participação plena**.

Práticas Avaliativas Fundamentais para a Educação Inclusiva

1. Uso de instrumentos alternativos e diversificados

A avaliação deve considerar as particularidades de cada estudante, utilizando recursos acessíveis e adequados, tais como:

- leitores de tela, softwares de acessibilidade e teclados adaptados;
- provas ampliadas para estudantes com baixa visão;
- provas em braile para estudantes cegos;
- atividades e questões apresentadas oralmente;
- avaliações práticas que envolvam manipulação, experimentação e observação;
- uso de pranchas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA);
- vídeos, objetos concretos, figuras e pictogramas;
- avaliações por meio de **desempenhos funcionais**, não apenas acadêmicos;
- resposta por gravação de áudio ou vídeo para quem apresenta dificuldades motoras ou de escrita.

Esses instrumentos garantem que o estudante tenha meios adequados para expressar seus conhecimentos sem que a deficiência se torne um impeditivo.

2. Oferta de tempo adicional e ambiente adequado

O tempo estendido não é benefício, mas direito assegurado pela LBI e pela Política de Educação Especial. Assim, a escola deve:

- conceder tempo ampliado para realização das atividades;
- permitir pausas, intervalos ou fracionamento da avaliação;
- ofertar locais mais silenciosos e com menos estímulos visuais ou auditivos;
- considerar necessidades sensoriais, motoras e de regulação emocional;
- garantir apoio de mediadores, intérpretes de Libras, guias-intérpretes ou profissionais de apoio escolar conforme demanda do estudante.

3. Mediação pedagógica individualizada e contextualizada

O papel do professor e do AEE é central nesse processo. A mediação deve:

- priorizar a compreensão conceitual e não a execução mecânica;
- apoiar o estudante na organização de ideias e na comunicação;
- adaptar enunciados, simplificar linguagem e reorganizar tarefas sem empobrecimento do conteúdo;

- orientar o uso de recursos que promovam autonomia;
- oferecer explicações complementares quando necessário;
- atuar sempre com foco na eliminação de barreiras e na construção de acessos reais ao currículo.

A mediação é parte do processo pedagógico e nunca uma interferência indevida no resultado da avaliação.

4. Avaliação qualitativa com foco na progressão funcional

Para estudantes que apresentam defasagens significativas, múltiplas deficiências ou transtornos que afetam diretamente o ritmo de aprendizagem, a escola deve priorizar:

- a análise do **desenvolvimento funcional** (comunicação, mobilidade, autonomia, interação social);
- a compreensão das estratégias que o estudante utiliza para aprender;
- registros qualitativos que descrevem avanços, conquistas e necessidades de apoio;
- observação do desempenho em situações reais, não apenas em tarefas formais;
- avaliação contínua de habilidades adaptativas, socioemocionais e de autorregulação;
- evolução em relação ao próprio ponto de partida, e não comparações com os demais.

Essa abordagem respeita a singularidade e o desenvolvimento neurodiverso.

5. Registros sistemáticos e articulados entre sala comum e AEE

A avaliação inclusiva deve integrar informações da sala regular, do AEE e, quando necessário, de profissionais externos. Assim, devem ser realizados:

- relatórios integrados entre professor regente e professor do AEE;
- acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou Plano Educacional Individualizado (PEI);
- registros sobre avanços cognitivos, comportamentais, linguísticos e motores;
- observações sobre participações em atividades coletivas, interações e autonomia;
- análise contínua da eficácia das adaptações e recursos utilizados.

Esse processo assegura que a avaliação seja ampla, contextualizada e verdadeiramente inclusiva.

6. Avaliação centrada nas potencialidades, não nas limitações

Seguindo o paradigma da educação inclusiva, a avaliação não deve reforçar déficits, mas:

- reconhecer capacidades emergentes e habilidades desenvolvidas;
- identificar estratégias eficientes de aprendizagem;
- promover autoestima, autonomia e engajamento;
- valorizar diferentes formas de expressão do conhecimento;
- reconhecer os avanços, mesmo que graduais, como conquistas significativas.

Assim, o foco da avaliação deixa de ser “o que o estudante não consegue fazer” e passa a ser “o que ele pode fazer e como pode avançar mais”.

Síntese Geral

A **avaliação inclusiva e acessível** na rede municipal de Serrano do Maranhão é, portanto, um processo:

- ético,
- humano,
- fundamentado na legislação,
- centrado no estudante,
- comprometido com a aprendizagem,
- promotor de equidade,
- respeitoso às diferenças e à diversidade humana.

Ela assegura que **todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência** tenham assegurado seu direito de aprender, participando plenamente da vida escolar e desenvolvendo-se de forma integral.

6. Avaliação Socioemocional – com foco nos ciclos da Educação Básica e na EJA

A avaliação socioemocional será desenvolvida de forma **contínua, processual, dialógica e integrada** ao trabalho pedagógico, compreendendo que o desenvolvimento humano não se limita aos aspectos cognitivos. A escola reconhecerá que competências socioemocionais — como identidade, autoconceito, empatia, cooperação, autorregulação, resiliência e protagonismo — influenciam diretamente a forma como cada estudante aprende, convive, organiza suas emoções e se engaja com o ambiente escolar. Assim, a avaliação dessas dimensões torna-se fundamental para garantir **aprendizagens significativas**, fortalecer vínculos e promover permanência com qualidade.

Essa prática avaliativa estará alinhada à **BNCC**, que trata do desenvolvimento integral e da formação humana como um conjunto de competências cognitivas, estéticas, éticas e emocionais; ao **DCTMA** e ao **Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás**, que reforçam a importância da valorização das identidades e culturas locais; e aos princípios da **Educação Inclusiva**, que compreendem o sujeito em sua totalidade, respeitando suas singularidades e trajetórias.

Além disso, essa avaliação será sensível às realidades culturais, econômicas e territoriais de **Serrano do Maranhão**, onde o modo de vida, as tradições, a ancestralidade afro-brasileira e quilombola, o trabalho familiar, a pesca artesanal, a agricultura e os fortes vínculos comunitários exercem influência direta na formação emocional e social dos estudantes.

Intencionalidade da Avaliação Socioemocional

O propósito central da avaliação socioemocional é:

- **acompanhar o desenvolvimento das competências emocionais e sociais ao longo da vida escolar**;
- **promover o bem-estar educativo**, prevenindo situações de evasão, isolamento, conflitos e desmotivação;

- **apoiar processos de aprendizagem**, ao reconhecer que emoções e vínculos interferem na capacidade de assimilação;
- **fortalecer o pertencimento e a identidade cultural**, valorizando as múltiplas identidades presentes no território;
- **orientar intervenções pedagógicas, socioeducativas e inclusivas mais assertivas**;
- **estimular a autonomia, a resiliência e a capacidade de tomada de decisões**;
- **colaborar para a construção de Projetos de Vida significativos**, principalmente na adolescência e na EJA.

Dessa forma, a avaliação socioemocional não se limita a verificar comportamentos, mas compreende o estudante como um **sujeito histórico, cultural, emocional e social**, que aprende, sente, interage e se transforma ao longo de sua trajetória.

Uma Avaliação Sensível às Trajetórias e às Diversidades

A avaliação socioemocional adotará uma postura atenta às diferentes vivências dos estudantes ao longo dos ciclos. Isso significa compreender que:

- **crianças** estão em fase de formação da identidade e do autoconceito;
- **adolescentes** vivenciam intensas transformações emocionais e conflitos internos;
- **jovens e adultos da EJA** chegam à escola com histórias de interrupção escolar, trabalho precoce, responsabilidades familiares e, muitas vezes, experiências traumáticas relacionadas à exclusão educacional.

Assim, cada ciclo demandará um olhar específico, fundamentado no **respeito, acolhimento e valorização das singularidades**.

Articulação com o Trabalho Pedagógico

A avaliação socioemocional será integrada ao planejamento e às práticas pedagógicas, por meio de:

- projetos interdisciplinares;
- rodas de conversa mediadas;
- atividades de expressão artística e cultural (música, dança, poesia, manifestações afro-brasileiras, artes visuais);
- situações-problema que envolvem cooperação e tomada de decisões;
- práticas restaurativas para resolução de conflitos;
- intervenções do Serviço de Orientação Educacional, quando necessário;
- registros reflexivos e observações sistemáticas;
- autoavaliações que ajudam o estudante a reconhecer suas emoções, potencialidades e desafios.

Além disso, a escola implementará uma cultura de **escuta ativa**, assegurando espaços onde os estudantes possam expressar sentimentos, medos, inseguranças, dificuldades e conquistas, fortalecendo confiança e vínculos positivos.

Consideração das Realidades Locais de Serrano do Maranhão

A avaliação também levará em conta o contexto sociocultural do município, incluindo:

- a forte presença das comunidades **quilombolas** e sua riqueza identitária;
- a **pesca artesanal** como elemento de trabalho, renda e cultura;
- a **agricultura familiar** como parte da rotina de muitos estudantes;
- tradições e manifestações culturais que influenciam o imaginário e a identidade dos educandos;
- os impactos sociais da vulnerabilidade econômica, do trabalho precoce e da distância de algumas comunidades até a escola;
- a vivência comunitária baseada na solidariedade, coletividade e respeito às ancestralidades.

Essa compreensão profunda do território permitirá uma avaliação mais coerente, empática e alinhada às realidades dos estudantes..

a) Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Nos anos iniciais, a avaliação socioemocional tem caráter essencialmente formativo, observacional e preventivo, visto que as crianças estão em fase intensa de desenvolvimento cognitivo, motor, comunicativo e social. Assim, a escola acompanhará:

- **Interações sociais** durante brincadeiras, atividades coletivas e rotinas escolares, observando cooperação, respeito às regras, turnos de fala e capacidade de trabalhar em grupo.
- **Regulação emocional** diante de frustrações, desafios acadêmicos e conflitos interpessoais.
- **Autoestima e autoconfiança**, principalmente no enfrentamento de tarefas novas, participação em sala e expressão de ideias.
- **Pertencimento cultural e identidade**, considerando a valorização de elementos locais como brincadeiras tradicionais, manifestações culturais maranhenses e vínculos comunitários.
- **Iniciativa e autonomia**, analisando a capacidade do estudante de realizar pequenas tarefas, organizar materiais, pedir ajuda e assumir responsabilidades compatíveis com sua idade.

A observação será registrada em relatórios descritivos, portfólios comportamentais, rodas de conversa e devolutivas às famílias, compondo um acompanhamento integral da criança.

b) Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Nos anos finais, fase marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e identitárias, a avaliação socioemocional assume papel estratégico para fortalecer habilidades que favoreçam a aprendizagem e previnam a evasão escolar. A escola considerará:

- **Construção da identidade e autoestima**, especialmente diante das pressões sociais, inseguranças e desafios da adolescência.
- **Protagonismo estudantil**, participação em projetos, liderança em atividades, envolvimento em debates e responsabilidade em tarefas escolares.
- **Competências socioemocionais previstas na BNCC**, como autocontrole, empatia, pensamento crítico, argumentação e abertura ao novo.
- **Relações interpessoais** e formas de resolução de conflitos, mediando situações de bullying, discriminação racial, machismo e xenofobia, de acordo com a Lei 10.639/03.
- **Persistência e autorregulação**, analisando o engajamento em atividades mais complexas, cumprimento de prazos e capacidade de superar dificuldades de aprendizagem.

A avaliação será registrada em fichas de acompanhamento, autoavaliações, grupos reflexivos, produção de textos autorais e devolutivas formais.

c) Educação de Jovens e Adultos – EJA (1ª à 4ª etapa)

Na EJA, a avaliação socioemocional deve assumir caráter profundamente **humanizador, emancipador e inclusivo**, considerando trajetórias interrompidas, vivências de exclusão e desafios relacionados ao trabalho, à família e à sobrevivência. Aqui, o foco será:

- **Autoestima e revalorização da identidade**, combatendo sentimentos de incapacidade frequentes entre jovens e adultos que retornam à escola após anos de afastamento.
- **Pertencimento e valorização cultural**, reconhecendo o papel das mulheres quilombolas, pescadores, agricultores, donas de casa, trabalhadores informais e jovens em vulnerabilidade.
- **Autoconfiança acadêmica**, reduzindo bloqueios emocionais ligados à leitura, escrita e matemática, comuns entre estudantes que carregam experiências de fracasso escolar.
- **Regulação emocional diante da sobrecarga**, contemplando cansaço físico, dupla jornada, responsabilidades familiares e pressões socioeconômicas.
- **Relações sociais e participação comunitária**, avaliando como o estudante se envolve nas atividades coletivas, projetos interdisciplinares e ações de convivência.
- **Empatia e cooperação**, essenciais na EJA devido ao caráter colaborativo das dinâmicas de aprendizagem entre pares.
- **Protagonismo e autonomia**, fortalecendo a autoestima para que cada educando acredite em suas potencialidades e construa seu Projeto de Vida.

As estratégias avaliativas incluirão:

- rodas de conversa;
- narrativas autobiográficas;
- autoavaliação orientada;
- acompanhamento individualizado;
- registros reflexivos;
- observação de engajamento em atividades práticas contextualizadas.

Instrumentos Transversais de Avaliação Socioemocional para Todos os Ciclos

Ao longo dos ciclos, serão utilizados instrumentos diversos e adequados à faixa etária:

- **Mapas de acompanhamento socioemocional**;
- **Fichas de observação sistemática**;
- **Relatórios descritivos individualizados**;
- **Autoavaliações e coavaliações**;
- **Conversas mediadas, entrevistas e rodas de diálogo**;
- **Diários reflexivos e devolutivas formativas**;
- **Observação das interações e participação em projetos**.

Finalidade da Avaliação Socioemocional nos Ciclos

A avaliação socioemocional contribuirá diretamente para:

- promover permanência e reduzir evasão, especialmente nos anos finais e na EJA;
- fortalecer vínculos entre escola, estudantes e comunidade;
- apoiar o desenvolvimento integral, conforme a BNCC;

- orientar intervenções pedagógicas e socioeducativas mais assertivas;
- assegurar mais equidade e acolhimento às diversas identidades do município.

7. Autoavaliação do Estudante – com Foco nos Ciclos da Educação

A autoavaliação constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento das competências cognitivas, socioemocionais e metacognitivas, permitindo que o estudante reconheça seus avanços, desafios, potencialidades e metas pessoais. Em todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva — e na EJA, essa prática assume formatos diferenciados, adequados à faixa etária, ao nível de desenvolvimento, à experiência de vida e às demandas específicas de cada grupo.

A seguir, apresenta-se uma versão ampliada e detalhada por ciclo, conforme as orientações da BNCC, do DCTMA, dos Documentos Curriculares da ADE dos Guarás e das políticas de Educação Inclusiva.

a) Autoavaliação na Educação Infantil – Expressão, Escuta e Reconhecimento de Si

Na Educação Infantil, a autoavaliação ocorre de forma **lúdica, simbólica e espontânea**, já que as crianças ainda estão em processo inicial de construção da consciência sobre si mesmas. Assim, a prática deve envolver:

- rodas de conversa em que a criança verbaliza o que mais gostou de aprender;
- escolha de carinhas (feliz, séria, triste) para expressar sentimentos sobre atividades;
- registros por desenhos que mostram como se sentiram em determinadas situações;
- mediações que incentivem a criança a dizer o que aprendeu, o que descobriu e como se relacionou com colegas;
- valorização dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Conviver, Brincar, Participar, Expressar, Explorar, Conhecer-se).

Essa autoavaliação favorece a autonomia inicial, o desenvolvimento da linguagem emocional e a construção do autoconceito.

b) Autoavaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Consciência de Aprendizagem

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a autoavaliação ganha maior estrutura, mas ainda se mantém concreta e acessível. O estudante é estimulado a refletir sobre:

- o que conseguiu aprender em cada unidade;
- as atividades em que teve mais ou menos facilidade;
- os momentos em que colaborou com colegas;
- sua participação nas aulas e projetos;
- hábitos de estudo e organização;
- desafios que deseja superar.

Podem ser usados:

- formulários simples com perguntas objetivas;
- escalas de sentimentos ou de desempenho;
- diário reflexivo ilustrado;
- rodas de conversa guiadas com perguntas-chave.

O objetivo é desenvolver a **metacognição**, isto é, a capacidade de pensar sobre o próprio processo de aprender.

c) Autoavaliação nos Anos Finais do Ensino Fundamental – Autonomia e Responsabilidade

Nos anos finais, a autoavaliação torna-se mais sofisticada, considerando a crescente capacidade reflexiva do adolescente. Os estudantes são incentivados a analisar:

- seus avanços cognitivos em cada componente curricular;
- as dificuldades que persistem e suas possíveis causas;
- estratégias de estudo utilizadas e sua eficácia;
- habilidades socioemocionais (empatia, autocontrole, persistência, comunicação);
- relação com professores, colegas e equipes escolares;
- participação em projetos científicos, culturais e comunitários;
- formação de metas de curto e médio prazo.

Essa prática colabora para a construção de um **Projeto de Vida**, previsto na BNCC, e desenvolve responsabilidade, autoestima e autonomia.

d) Autoavaliação na Educação Inclusiva – Respeito às Singularidades e Potencialidades

Para estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, a autoavaliação precisa ser **acessível, personalizada e mediada**, respeitando:

- modos alternativos de comunicação (CAA — Comunicação Alternativa e Aumentativa);
- suportes visuais, pictogramas, recursos digitais e textos simplificados;
- mediação do professor regente e do professor do AEE;
- adaptações que permitam ao estudante expressar como percebe seus avanços, dificuldades e interesses.

A autoavaliação pode envolver:

- escolha de imagens;
- respostas orais com apoio visual;
- gravações de áudio;
- relatos mediados;
- representações corporais ou artísticas.

O foco é **valorizar potencialidades, respeitar ritmos e promover autonomia funcional e acadêmica**.

e) Autoavaliação na EJA – Protagonismo, Consciência Crítica e Autonomia

Na Educação de Jovens e Adultos, a autoavaliação assume caráter **reflexivo, crítico, emancipador e humanizador**, alinhado à pedagogia de Paulo Freire. O estudante adulto será convidado a analisar:

- seus avanços na leitura, escrita, cálculo e demais áreas;
- as dificuldades que enfrenta e como o trabalho, a família e o contexto social influenciam seu processo de aprender;
- suas metas pessoais, profissionais e comunitárias;
- estratégias de estudo mais adequadas à sua rotina;
- participação em projetos, rodas de conversa, atividades práticas e ações comunitárias;
- relação com colegas, professores e a escola;
- aspectos socioemocionais, como autoestima, motivação, persistência e sentimento de pertencimento.

Formulários reflexivos, diários de aprendizagem, autoavaliações orais, debates guiados e rodas de conversa são ferramentas privilegiadas.

A autoavaliação na EJA:

- fortalece o protagonismo do estudante;
- valoriza sua história e saberes de vida;
- estimula construção de autonomia;
- reduz a evasão escolar;
- contribui para a reconstrução da autoestima e da confiança.

8. Instrumentos de Registro – com Foco nos Ciclos da Educação

Os instrumentos de registro constituem a base documental que assegura **consistência, rastreabilidade, continuidade pedagógica e transparência** nos processos avaliativos. Em todas as etapas — **Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Especial/Inclusiva e EJA** — esses registros são essenciais para orientar práticas docentes, planejar intervenções pedagógicas, identificar avanços e dificuldades, fortalecer o vínculo com as famílias e garantir que o direito de aprender, previsto na BNCC, no DCTMA, na Política Nacional de Educação Especial e nas normativas da EJA, seja respeitado em sua totalidade.

Os registros, quando sistematizados de forma ética, acessível e coerente com a realidade sociocultural dos estudantes de Serrano do Maranhão, permitem à escola compreender trajetórias, reconhecer singularidades, adaptar práticas e assegurar que cada educando seja acompanhado de forma integral — considerando dimensões cognitivas, socioemocionais, culturais e funcionais.

A seguir, apresentam-se os instrumentos de registro com detalhamento por ciclo, respeitando as especificidades do desenvolvimento humano e as necessidades pedagógicas de cada etapa:

a) Educação Infantil

Na Educação Infantil, os registros assumem caráter **descritivo, processual e observacional**, valorizando a expressão, o brincar, a interação e a experimentação das crianças. Entre os principais instrumentos destacam-se:

- **Relatórios individuais narrativos**, que descrevem avanços na linguagem, motricidade, socialização, autonomia e expressões culturais;
- **Diário de bordo da professora**, com observações cotidianas sobre interações, interesses, dificuldades e descobertas;
- **Portfólios**, reunindo desenhos, produções orais transcritas, registros fotográficos de atividades e evidências de aprendizagem;
- **Fichas de acompanhamento do desenvolvimento**, alinhadas aos campos de experiência da BNCC;
- **Registros de adaptação escolar**, essenciais para compreender ritmo, vínculos e segurança emocional;
- **Registro de acompanhamento da família**, fortalecendo a corresponsabilidade educativa.

b) Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

Nesta etapa, os registros devem articular **aprendizagens básicas**, consolidação de competências e evolução socioemocional:

- **Diários de classe detalhados**, incluindo habilidades da BNCC efetivamente trabalhadas, metodologias e participação;
- **Fichas de verificação de habilidades**, organizadas por área do conhecimento (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia);
- **Planilhas diagnósticas e formativas**, que permitem acompanhar progressão na leitura, escrita, letramento matemático e alfabetização científica;
- **Listas de verificação (checklists)** de comportamento leitor, fluência, resolução de problemas e organização de materiais;
- **Registros descritivos bimestrais**, que reforçam a visão integral do estudante;
- **Relatos de acompanhamento socioemocional**, considerando vínculo, participação, empatia, cooperação e autorregulação emocional.

c) Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano)

Nos anos finais, os registros ganham caráter **mais analítico e sistematizado**, acompanhando o desenvolvimento de competências mais complexas e a autonomia intelectual:

- **Diários de classe analíticos**, com registros de habilidades, conteúdos, metodologias e desempenho por atividade;
- **Planilhas de desempenho por habilidade**, permitindo identificar padrões de aprendizagem e dificuldades persistentes;
- **Relatórios bimestrais reflexivos**, que apontam evolução em investigação científica, argumentação, resolução de problemas e práticas de estudo;
- **Rubricas avaliativas**, com critérios claros para produção de textos, projetos, seminários, experimentos e resolução de problemas;
- **Registro de projetos integradores**, que documentam o percurso do estudante na interdisciplinaridade;
- **Mapas de acompanhamento de frequência**, fundamentais para prevenção da evasão escolar.

d) Educação Especial / Inclusiva (AEE e sala comum)

No âmbito da Educação Especial, os registros são **individualizados, adaptados e orientados pelo currículo funcional**, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

- **PEI – Plano Educacional Individualizado**, com metas, estratégias, recursos, adaptações e avaliações específicas;
- **Relatórios de atendimento do AEE**, contendo instrumentos, recursos utilizados, avanços funcionais, comunicação, sociabilidade e autonomia;
- **Registros de observação funcional**, incluindo aspectos motores, cognitivos, sensoriais e comportamentais;
- **Protocolos de acessibilidade**, indicando necessidades de tecnologias assistivas, recursos visuais, táteis, auditivos ou adaptações curriculares;
- **Planilhas de acompanhamento de evolução**, com foco em progressos qualitativos e não apenas quantitativos;
- **Registros conjuntos entre professor regente e profissional do AEE**, para garantia da articulação pedagógica.

e) Educação de Jovens e Adultos (EJA – 1ª a 4ª etapa)

Na EJA, os registros precisam respeitar o **perfil adulto**, as trajetórias interrompidas, a experiência de vida e o ritmo individual:

- **Diários de classe integrados**, contendo habilidades da BNCC e competências da EJA para cada etapa;
- **Fichas de acompanhamento individualizadas**, contemplando letramento, raciocínio lógico, competências digitais e aspectos socioemocionais;
- **Planilhas de avaliação diagnóstica e formativa**, fundamentais para compreender o ponto de partida de cada educando;
- **Registros de projetos de vida**, com metas pessoais, profissionais e educacionais;
- **Relatórios descritivos bimestrais**, destacando evolução, frequência, participação, autonomia e superação de dificuldades;
- **Dossiê do estudante**, reunindo produções textuais, atividades práticas, avaliações orais, registros de participação em oficinas, projetos integradores e certificações;
- **Acompanhamento da permanência**, com monitoramento de frequência, risco de evasão e estratégias de apoio.

Importância pedagógica dos instrumentos de registro

Esses instrumentos:

- garantem **diagnósticos precisos** e intervenções coerentes;
- permitem acompanhamento longitudinal dos estudantes, mesmo quando há trocas de professores;
- oferecem transparência para famílias e comunidade escolar;
- fortalecem a articulação entre ensino regular e AEE;
- contribuem para o planejamento coletivo, formações continuadas e reuniões pedagógicas;
- asseguram o cumprimento das diretrizes legais e curriculares.

a) Educação Infantil – Registros Narrativos, Visuais e Comportamentais

Na Educação Infantil, o registro assume natureza **qualitativa e descritiva**, acompanhando o desenvolvimento integral da criança. Entre os principais instrumentos:

- **Diários pedagógicos** com observações sobre interações, brincadeiras, linguagem e curiosidades;
- **Portfólios individuais** contendo desenhos, produções espontâneas, fotos de momentos de aprendizagem e registros de projetos;
- **Fichas de acompanhamento do desenvolvimento** baseadas nos direitos de aprendizagem;
- **Relatórios descritivos bimestrais**, sem caráter classificatório;
- **Registros fotográficos e vídeos** (com autorização familiar), documentando interações e explorações;
- **Mapas de observação socioemocional**, acompanhando vínculo, expressão e autonomia.

Esses registros orientam intervenções pedagógicas e fortalecem o diálogo com as famílias.

b) Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Registros de Progresso Acadêmico e Socioemocional

Nos anos iniciais, os instrumentos de registro devem integrar aspectos **cognitivos, socioemocionais e comportamentais**, garantindo visão ampla do desenvolvimento. Entre eles:

- **Diário de classe descritivo** com registros de participação, dificuldades e avanços;
- **Fichas de acompanhamento por habilidades da BNCC**, especialmente de alfabetização e letramento;
- **Planilhas de desempenho contínuo em leitura, escrita e matemática**;
- **Portfólios com produções de textos, projetos e atividades de resolução de problemas**;
- **Relatórios bimestrais com devolutivas orientadoras para estudantes e famílias**;
- **Cadernos de autoavaliação**, onde o estudante registra sentimentos, metas e aprendizagens;
- **Registro de mediações pedagógicas e intervenções específicas**, quando necessário.

Esses instrumentos asseguram monitoramento constante, evitando lacunas e fracasso escolar.

c) Anos Finais do Ensino Fundamental – Documentação Ampliada e Avaliação de Competências

Nos anos finais, os registros tornam-se mais aprofundados e analíticos, alinhados às competências da BNCC:

- **Diário de classe completo**, registrando comportamentos, processos e avanços acadêmicos;
- **Fichas de habilidades da BNCC organizadas por unidade temática**;
- **Planilhas de desempenho contínuo por componente curricular**, acompanhando evolução conceitual, procedimental e socioemocional;
- **Relatórios de aprendizagem e participação em projetos interdisciplinares**;
- **Portfólios reflexivos**, com produções textuais, relatórios, experimentos, sínteses e autoavaliações;
- **Registros de ações de recuperação contínua**, replanejamento e intervenções;
- **Documentação de atividades práticas, seminários e protagonismo juvenil**;
- **Mapas de acompanhamento socioemocional** (projeto de vida, engajamento, colaboração, resolução de conflitos).

Essa documentação permite diagnóstico preciso e planejamento alinhado às necessidades reais.

d) Educação Inclusiva – Registros Personalizados e Acessíveis

Para estudantes público-alvo da Educação Especial, a avaliação requer instrumentos diferenciados que respeitem singularidades, assegurando acessibilidade e equidade:

- **Planos de Desenvolvimento Individual (PDI)**, com metas, estratégias e apoios;
- **Relatórios de observação funcional** (comunicação, mobilidade, autonomia, interação);
- **Registros do AEE** com descrições de atividades, recursos utilizados e avanços;
- **Portfólios acessíveis**, contendo produções adaptadas, registros visuais e materiais concretos;
- **Fichas de acompanhamento adaptadas**, considerando habilidades funcionais e acadêmicas;
- **Mapas de barreiras e soluções pedagógicas**, conforme DUA;
- **Relatórios qualitativos bimestrais**, enfatizando progressão dentro das possibilidades individuais;
- **Registros interdisciplinares** (professores, AEE, equipe pedagógica).

Esses instrumentos garantem rastreabilidade e articulação entre sala regular, AEE e família.

e) Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Registros Reflexivos, Contextualizados e Humanizadores

Na EJA, os instrumentos de registro devem reconhecer **trajetórias de vida, saberes da experiência e ritmos diferenciados**, garantindo acompanhamento humanizado:

- **Diário de classe com enfoque socioeducativo**, registrando participação, dificuldades e avanços;
- **Fichas diagnósticas iniciais** (socioemocional, escolar e profissional);
- **Portfólios reflexivos**, reunindo textos, relatos de vida, produções práticas, exercícios e projetos;
- **Planilhas por habilidades essenciais** da BNCC e DCTMA, adaptadas ao ritmo da EJA;
- **Relatórios bimestrais narrativos**, destacando progressos e orientações personalizadas;
- **Registros de projetos integradores e atividades contextualizadas** (agricultura, pesca, comércio, cultura quilombola etc.);
- **Diários de aprendizagem**, incentivando reflexão crítica e metacognição;
- **Relatórios do AEE para estudantes da EJA Inclusiva**;
- **Registros de rodas de conversa, debates e autoavaliações**.

7.2 Monitoramento do Impacto das Ações Pedagógicas

O monitoramento do impacto das ações pedagógicas, no contexto do PME e do PPP da escola, constitui-se como um processo sistemático, contínuo e orientado por evidências. Ele tem por finalidade verificar se as estratégias, metodologias e intervenções implementadas estão produzindo os resultados esperados nas aprendizagens, na permanência, na inclusão, nas práticas culturais e na formação integral dos estudantes. Esse processo é essencial para garantir transparência, fortalecer a gestão democrática, promover ajustes necessários e assegurar que as metas educacionais estabelecidas — em nível municipal e escolar — sejam gradualmente alcançadas.

1. Concepção e importância do monitoramento

No âmbito da gestão educacional, monitorar significa acompanhar regularmente indicadores, evidências e resultados, possibilitando uma análise crítica sobre a eficácia das ações pedagógicas e sua aderência às diretrizes do PME, da BNCC, do DCTMA e do Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás. O monitoramento permite:

- identificar avanços e lacunas na aprendizagem;
- prever riscos de evasão ou baixo rendimento;
- orientar realinhamentos pedagógicos;
- subsidiar tomadas de decisão com base em dados reais;
- fortalecer a responsabilização compartilhada entre professores, gestores, família e comunidade;
- avaliar o impacto das políticas inclusivas, étnico-raciais e quilombolas;
- subsidiar relatórios anuais de avaliação do PME e do PPP.

Assim, o monitoramento torna-se um instrumento estratégico para assegurar a qualidade, equidade e relevância social da educação, considerando o território, as desigualdades e as especificidades da EJA e das demais etapas da Educação Básica.

2. Indicadores de monitoramento

Para acompanhar a implementação das ações pedagógicas e verificar o cumprimento das metas previstas, serão utilizados indicadores **quantitativos e qualitativos**, organizados em quatro dimensões, em consonância com a lógica de monitoramento adotada pelo Plano Municipal de Educação.

Dimensão 1: Aprendizagem

Indicadores voltados ao acompanhamento do desempenho acadêmico e ao desenvolvimento das competências previstas na BNCC:

- **evolução do desempenho por habilidade**, considerando avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
- **indicadores de alfabetização tardia**, especialmente na EJA e nos anos iniciais, com foco no letramento e numeramento;
- **domínio de leitura, escrita e numeramento**, monitorado por meio de rubricas, portfólios e avaliações específicas;
- **níveis de fluência leitora**, conforme protocolos oficiais (velocidade, compreensão e prosódia);
- **capacidade de resolver problemas reais**, articulando vida cotidiana, práticas sociais e aprendizagem significativa;
- **participação em projetos integradores**, como indicador de aprendizagem aplicada.

Esses indicadores permitem avaliar não apenas o desempenho acadêmico, mas também a qualidade do processo de ensino e das intervenções pedagógicas.

Dimensão 2: Permanência e Participação

Focada na garantia do direito à educação, na prevenção da evasão e no fortalecimento da cultura escolar:

- **frequência mensal** dos estudantes, com análise individual e por turma;
- **taxas de abandono, evasão e retorno**, em especial na EJA;
- **mapeamento dos motivos de desistência**, para orientar políticas de busca ativa e acolhimento;
- **engajamento em atividades de sala de aula, projetos, oficinas e ações socioculturais**;
- **participação no ambiente escolar**, considerando comportamento, interesse e interação com professores e colegas.

Esses dados permitem ações imediatas, prevenindo rupturas e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

Dimensão 3: Inclusão e Equidade

Indicadores voltados à garantia de um sistema educacional inclusivo, acessível, antirracista e equitativo:

- **barreiras identificadas e eliminadas** (arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas);
- **presença, participação e aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial**, com monitoramento do AEE;
- **acessibilidade de materiais didáticos**, avaliando o uso de Libras, braille, fontes ampliadas, recursos táteis, audiodescrição e tecnologias assistivas;
- **impacto das ações previstas na Lei 10.639/03**, na Lei 11.645/08 e nas políticas quilombolas no currículo, nas práticas e nos projetos escolares;
- **participação em formações sobre diversidade, inclusão e direitos humanos**.

Essa dimensão assegura que a educação seja, de fato, para todos e que nenhum estudante seja invisibilizado.

Dimensão 4: Transformações Sociais e Culturais

Indicadores que revelam o impacto social da escola no território, especialmente em comunidades rurais, tradicionais e quilombolas:

- **valorização da identidade cultural, étnica e territorial**, observada em produções, projetos e atitudes;
- **fortalecimento da autoestima e da percepção de pertencimento**, especialmente entre estudantes da EJA e de grupos minorizados;
- **participação comunitária nas ações da escola**, envolvendo famílias, lideranças e movimentos culturais;
- **protagonismo dos estudantes** em projetos, eventos, mutirões, debates e ações socioculturais;
- **participação em iniciativas de economia solidária, agricultura familiar, artesanato, memória e patrimônio cultural**.

3. Ferramentas de coleta de dados

Para garantir um monitoramento preciso, contínuo e coerente com as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão, a coleta de dados será realizada de forma sistemática, utilizando instrumentos quantitativos e qualitativos, capazes de captar a complexidade dos processos educativos em todos os ciclos: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e EJA.

Essas ferramentas permitem compreender não apenas o desempenho acadêmico, mas também dimensões socioemocionais, condições socioculturais, barreiras à aprendizagem, práticas pedagógicas e o impacto real das intervenções implementadas. A diversidade de instrumentos assegura uma visão integral do estudante e da escola, fortalecendo a gestão democrática e a tomada de decisão baseada em evidências.

Principais ferramentas de coleta de dados:

1. Relatórios mensais dos professores

Documentos estruturados nos quais os docentes registram avanços da turma, dificuldades observadas, comportamentos de risco (como faltas recorrentes), adaptação às metodologias, impacto de projetos e necessidades de intervenção.
Esses relatórios permitirão:

- identificar tendências ao longo dos meses;
- analisar a eficácia das práticas pedagógicas;
- fortalecer o diálogo entre professor, coordenação e gestão.

2. Rodas de avaliação coletiva

Encontros periódicos entre professores, coordenação pedagógica, equipe gestora, profissionais do AEE, apoio escolar e, quando pertinente, agentes comunitários. Nessas rodas são analisados:

- desempenho das turmas por habilidades;
- barreiras encontradas;
- necessidade de ajuste curricular;
- estratégias de reforço e acompanhamento;
- casos individuais que exigem atenção especial.

Essa prática reforça a gestão colaborativa e a corresponsabilidade pelo sucesso do estudante.

3. Entrevistas semiestruturadas com estudantes e familiares

Essenciais especialmente na Educação Infantil, na Inclusiva e na EJA. Nessas entrevistas são levantados:

- histórico escolar e socioemocional;
- rotina familiar;
- condições de estudo;
- expectativas em relação à escola;
- fatores que influenciam o desempenho e a frequência;

- possíveis barreiras sociais, econômicas ou emocionais.

As informações coletadas subsidiam intervenções personalizadas.

4. Questionários de percepção discente

Aplicados em formato impresso ou digital. Avaliam:

- satisfação com as aulas;
- qualidade das relações com professores e colegas;
- motivação para aprender;
- percepção de inclusão, respeito e identidade;
- autoavaliação de desempenho e participação.

Na EJA, ajudam a identificar fatores externos relacionados ao trabalho e à vida familiar que impactam a aprendizagem.

5. Fichas de acompanhamento individual

Instrumentos contínuos que registram:

- evolução por habilidade da BNCC e do DCTMA;
- desempenho em atividades avaliativas;
- avanços socioemocionais;
- necessidades específicas;
- adaptações curriculares;
- atendimentos do AEE.

Essas fichas tornam o acompanhamento mais ágil e transparente ao longo do ano letivo.

6. Avaliação Institucional Participativa (AIP)

Processo no qual professores, gestores, estudantes, funcionários e comunidade avaliam:

- a qualidade do ensino;
- o ambiente escolar;
- o acesso a materiais e recursos;
- a gestão democrática;
- a eficácia das práticas pedagógicas.

A AIP auxilia no redirecionamento das metas do PME e na melhoria contínua da escola.

7. Observações de sala de aula pela coordenação

Momentos estruturados de observação pedagógica, utilizando protocolos que registram:

- gestão do tempo;
- metodologias utilizadas;
- participação dos estudantes;
- acessibilidade;

- clima escolar;
- estratégias de mediação.

A coordenação fornece devolutivas construtivas ao docente e organiza intervenções pedagógicas adequadas.

8. Planilhas de dados educacionais integradas ao sistema municipal

Ferramentas tecnológicas utilizadas para:

- registrar desempenho por habilidade;
- monitorar frequência diariamente;
- acompanhar índices de evasão;
- integrar dados do AEE e da Educação Inclusiva;
- emitir relatórios e mapas de aprendizagem.

Essas planilhas geram indicadores essenciais para relatórios bimestrais, semestrais e anuais do PME.

9. Diários reflexivos dos professores

Registros qualitativos nos quais os docentes analisam:

- práticas que funcionaram ou não;
- respostas dos alunos às atividades;
- clima emocional da turma;
- reflexões sobre inclusão e diversidade;
- experiências inovadoras;
- desafios enfrentados.

Esses diários tornam visíveis nuances pedagógicas que números não captam.

10. Registros de frequência e evasão

Ferramentas fundamentais para:

- mapear estudantes em risco de abandono;
- acionar medidas de busca ativa;
- identificar padrões que afetam a permanência;
- analisar causas da ausência frequente.

Na EJA, esse monitoramento é essencial devido aos impactos do trabalho, da maternidade/paternidade e das condições socioeconômicas.

4. Avaliação de projetos pedagógicos e interdisciplinares

A avaliação dos projetos pedagógicos e interdisciplinares constitui uma estratégia essencial para garantir que as ações planejadas pela escola — como a Semana da Consciência Negra, o Projeto de

Leitura, a Horta Escolar, atividades de Culinária Tradicional, oficinas culturais, projetos de saúde, ambientais e Sequências Didáticas Integradas — gerem impacto real na aprendizagem, na permanência e no desenvolvimento dos estudantes.

No âmbito da EJA e dos demais ciclos da Educação Básica, essa avaliação deve considerar a diversidade de trajetórias, saberes culturais, diferenças geracionais, condições de vida e demandas da comunidade. A análise do impacto dos projetos se torna, portanto, um instrumento valioso para ajustar o PPP, aperfeiçoar práticas pedagógicas e fortalecer a articulação entre escola, território e identidade local.

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos critérios de avaliação, com sólida fundamentação pedagógica e metodológica.

1. Impacto na aprendizagem

A verificação do impacto deve evidenciar se o projeto contribuiu de forma concreta para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas:

- **Ampliação do repertório cultural, científico e linguístico dos estudantes;**
- **Desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita, oralidade e numeramento;**
- **Fortalecimento do pensamento crítico, da resolução de problemas e da capacidade de argumentação;**
- **Aplicação prática do conteúdo curricular em situações reais — agricultura, pesca, culinária, saúde, meio ambiente, cultura local etc.;**
- **Melhor desempenho em atividades diagnósticas e formativas após a execução do projeto.**

Os resultados serão analisados mediante produções dos estudantes, registros fotográficos, portfólios, relatos reflexivos, devolutivas dos docentes e indicadores qualitativos e quantitativos do processo.

2. Participação estudantil

O envolvimento dos estudantes é um indicador-chave de efetividade dos projetos. A avaliação considerará:

- **Adesão espontânea e interesse durante as atividades;**
- **Assiduidade e permanência nas etapas do projeto;**
- **Participação ativa em debates, rodas de conversa, oficinas, experimentos e saídas de campo;**
- **Nível de protagonismo — se o estudante contribuiu com ideias, soluções, relatos, experiências e saberes comunitários;**
- **Colaboração no trabalho em grupo e organização coletiva.**

Na EJA, será observada também a adequação do projeto à rotina laboral e familiar dos estudantes adultos, garantindo flexibilidade e acessibilidade.

3. Relevância comunitária

A escola deve verificar se o projeto dialoga com as demandas reais da comunidade e contribui para o fortalecimento da identidade local. Serão avaliados:

- **Pertinência do tema no contexto sociocultural de Serrano do Maranhão;**
- **Participação de lideranças comunitárias, mestres da cultura, agricultores, pescadores, artesãos, representantes quilombolas, entre outros;**
- **Impacto social — como o projeto mobiliza famílias, incentiva práticas sustentáveis, resgata tradições e amplia o vínculo escola-comunidade;**
- **Ações colaborativas com órgãos públicos, associações comunitárias e instituições parceiras;**
- **Visibilidade e valorização da cultura local, quilombola e afro-brasileira.**

Projetos como Horta Escolar, Cultura Alimentar, Educação Ambiental e Leitura Comunitária devem gerar impacto além dos muros da escola.

4. Articulação com a cultura afro-brasileira, indígena e quilombola

Como orienta o PME e a Lei 10.639/03, os projetos devem promover:

- **Visibilidade às contribuições da população negra e quilombola para a formação do território;**
- **Pesquisas sobre história local, memória, ancestralidade e lutas sociais;**
- **Práticas de letramento étnico-racial, incluindo músicas, danças, oralidade, narrativas ancestrais e culinária tradicional;**
- **Articulação com festividades, tradições culturais e datas significativas, como o 20 de Novembro;**
- **Combate ao racismo, afirmação identitária e construção de ambientes antidiscriminatórios.**

A avaliação verificará não apenas a presença, mas a profundidade e a intencionalidade pedagógica dessas abordagens.

5. Desenvolvimento de competências socioemocionais

Todo projeto pedagógico deve contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, serão monitorados aspectos como:

- **autoconfiança e autoestima;**
- **expressão de sentimentos e ideias;**
- **responsabilidade e organização;**
- **cooperação, empatia e respeito às diferenças;**
- **capacidade de trabalhar em equipe;**
- **postura ética, crítica e solidária diante de problemas reais;**
- **pertencimento ao ambiente escolar e valorização da identidade cultural.**

Na Educação Infantil e nos anos iniciais, observar-se-á principalmente a interação social e o brincar colaborativo.
Na EJA, valoriza-se a autonomia, o empoderamento, o protagonismo e a construção de novos projetos de vida.

6. Integração entre áreas do conhecimento

A avaliação também verificará se o projeto garante uma abordagem interdisciplinar eficaz, observando:

- **Integração real entre diferentes componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Arte, Geografia etc.);**
- **Articulação entre conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais;**
- **Construção de projetos que resolvem problemas reais do território;**
- **Diálogo entre práticas tradicionais (saberes da comunidade) e conhecimentos científicos;**
- **Participação coletiva dos docentes no planejamento e execução.**

Para o PME, essa integração fortalece a aprendizagem contextualizada e evita fragmentação do currículo.

5. Feedback pedagógico e tomada de decisões

O processo de feedback pedagógico será estruturado como um mecanismo permanente de reflexão, análise e aprimoramento das práticas educativas em todos os ciclos da escola: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais – e Educação de Jovens e Adultos. A consolidação trimestral dos dados permitirá decisões pautadas em evidências, garantindo coerência curricular, equidade educacional e continuidade das aprendizagens ao longo de toda a trajetória escolar.

• Replanejamento das ações pedagógicas

A partir dos resultados das avaliações diagnósticas, formativas e somativas, bem como dos registros de frequência, participação e acompanhamento individual, a equipe pedagógica poderá revisar seus planos de ensino. O replanejamento será realizado em todos os ciclos, levando em conta as características próprias de cada etapa: exploração lúdica e experiências sensoriais na Educação Infantil; consolidação da alfabetização e letramento nos Anos Iniciais; aprofundamento das competências intelectuais nos Anos Finais; e adequação à realidade dos estudantes trabalhadores na EJA. Esse processo permitirá ajustar atividades, selecionar novos recursos e reorganizar sequências didáticas para atender às necessidades reais de aprendizagem.

• Reorganização de horários e intervenções

Com base nos dados analisados, a escola poderá reorganizar horários, ampliar tempos pedagógicos e criar momentos específicos de intervenção para estudantes que necessitem de apoio adicional. Na Educação Infantil, isso pode incluir reforço na oralidade, psicomotricidade e socialização; nos Anos Iniciais, apoio intensivo em leitura, escrita e matemática; nos Anos Finais, reorganização de horários para reforço disciplinar e projetos integradores; e na EJA, adaptações que considerem a jornada de trabalho dos estudantes. A flexibilização de horários, quando necessária, será planejada sem comprometer a carga horária mínima por ciclo.

• Reforço escolar

A partir das evidências levantadas, a escola desenvolverá estratégias de reforço escolar adequadas a cada ciclo. Poderão ser criadas oficinas de leitura e produção textual, atividades práticas de matemática, estudos acompanhados, rodas de leitura, tutorias entre pares, clubes de ciência e intervenções individualizadas. Nos Anos Finais e na EJA, também serão ofertadas ações voltadas para o desenvolvimento de autonomia, organização dos estudos e preparação para exames externos. O reforço ocorrerá dentro da rotina escolar ou em horários complementares, de acordo com as possibilidades de cada ciclo.

• Ajustes metodológicos

O feedback trimestral servirá para identificar quais metodologias estão produzindo melhores resultados e quais precisam ser revistas. Na Educação Infantil, podem ser fortalecidas práticas de aprendizagem ativa, exploração sensorial e brincadeiras orientadas. Nos Anos Iniciais, será possível ajustar metodologias para alfabetização, ludicidade e resolução de problemas. Nos Anos Finais, podem ser incorporadas metodologias ativas como projetos, sala invertida e aprendizagem baseada em problemas. Na EJA, priorizam-se práticas contextualizadas, multiletramentos e atividades significativas que dialoguem com a vida cotidiana dos estudantes. A análise contínua permitirá aprimorar o trabalho docente em todos os ciclos.

• Formação continuada dos professores

A formação continuada será planejada com base nos resultados levantados, atendendo às necessidades específicas de cada etapa. Isso poderá incluir: práticas de alfabetização; ensino por investigação; estratégias para desenvolvimento socioemocional; uso pedagógico de tecnologias; avaliação formativa; práticas inclusivas; educação étnico-racial; planejamento interdisciplinar; e metodologias ativas. A formação será organizada de maneira articulada, garantindo que os docentes de todos os ciclos compartilhem saberes e construam uma progressão curricular coerente ao longo da Educação Básica.

• Adequação dos materiais didáticos

O feedback orientará a revisão dos materiais utilizados em todas as etapas. Na Educação Infantil, podem ser introduzidos materiais manipuláveis, livros de literatura infantil e recursos sensoriais. Nos Anos Iniciais e Finais, a adequação pode envolver seleção de livros didáticos mais alinhados às necessidades dos estudantes, inclusão de textos diversos, materiais multimodais e recursos tecnológicos. Na EJA, serão priorizados materiais adaptados ao público adulto, com linguagem acessível e contextualização. Em todos os ciclos, será observada a acessibilidade, a valorização da cultura local e o alinhamento às diretrizes curriculares.

• Revisões de estratégias de combate à evasão

As informações coletadas ajudarão a escola a compreender os fatores que contribuem para ausências e risco de abandono em cada ciclo. Na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, o foco será fortalecer o vínculo escola–família, promover acolhimento e acompanhamento próximo. Nos Anos Finais, serão criados mecanismos de motivação, orientação estudantil e projetos que valorizem interesses dos adolescentes. Na EJA, serão consideradas questões como trabalho, transporte e cuidado com filhos. A escola ajustará suas estratégias de busca ativa, escuta sensível, apoio emocional e fortalecimento de vínculos, garantindo permanência e sucesso escolar em todas as etapas.

6. Socialização dos resultados

A socialização dos resultados constitui uma etapa essencial para garantir transparência, participação democrática e corresponsabilidade pela aprendizagem dos estudantes em todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA. A divulgação sistemática dos dados fortalece a cultura de monitoramento contínuo estabelecida pelo PME e permite que toda a comunidade escolar compreenda avanços, desafios e prioridades.

• Reuniões pedagógicas por ciclo

Os resultados serão apresentados de forma segmentada por etapa, permitindo análises mais precisas:
- Na **Educação Infantil**, o foco estará no desenvolvimento integral, interação, linguagem, psicomotricidade e socioemocional.

- Nos **Anos Iniciais**, enfatizarão a alfabetização, letramento, numeramento e progressão das habilidades da BNCC.

- Nos **Anos Finais**, serão analisados desempenho por área, participação nas atividades e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais próprias da adolescência.
- Na **EJA**, os dados serão discutidos considerando o perfil adulto, a conciliação entre estudo, trabalho e família e as trajetórias educacionais interrompidas.

Esses momentos possibilitarão reflexão conjunta, análise crítica e tomada de decisões alinhadas às necessidades de cada ciclo.

• Encontros do Conselho Escolar

Os resultados consolidados também serão compartilhados com o Conselho Escolar, assegurando o princípio da gestão democrática. O Conselho poderá:

- Propor encaminhamentos;

- Analisar tendências de aprendizagem e permanência;

- Acompanhar a execução das metas do PME;

- Orientar ajustes no planejamento institucional.

A participação do Conselho garante que as decisões pedagógicas e administrativas estejam fundamentadas em evidências e alinhadas ao projeto coletivo da escola.

• Socialização com estudantes (linguagem adequada por ciclo)

A socialização ocorrerá de acordo com a idade e características de cada ciclo:

- Na **Educação Infantil**, será feita de forma lúdica e indireta, por meio de rodas de conversa, murais e devolutivas às famílias.

- Nos **Anos Iniciais**, os professores utilizarão linguagem simples, incentivando a reflexão sobre avanços, desafios e metas.

- Nos **Anos Finais**, será incluída a análise de gráficos, metas individuais e propostas de melhoria.

- Na **EJA**, a comunicação será acessível, clara e contextualizada, valorizando o protagonismo do estudante adulto e sua autonomia no processo formativo.

Essa socialização promove corresponsabilidade e engajamento dos estudantes em sua própria trajetória escolar.

• Relatórios enviados à Secretaria Municipal de Educação

Trimestralmente, a gestão escolar enviará relatórios consolidados à Secretaria Municipal de Educação, contemplando:

- Indicadores de aprendizagem;

- Dados de frequência e permanência;

- Ações de inclusão;

- Demandas de formação continuada;

- Impacto dos projetos pedagógicos;

- Necessidades de apoio técnico ou material.

Esse processo fortalece a integração entre escola e rede municipal, permitindo ações de suporte mais rápidas e adequadas a cada ciclo.

7. Monitoramento da formação continuada

O monitoramento da formação continuada é uma dimensão estruturante para garantir a efetividade das políticas educacionais previstas no PME. A formação não será vista como evento isolado, mas como processo contínuo que deve impactar diretamente a prática pedagógica em todos os ciclos da Educação Básica.

• Observação de sala de aula

A coordenação pedagógica realizará observações sistemáticas em turmas da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA para identificar se os conteúdos da formação estão sendo aplicados. Serão observadas:

- Estratégias metodológicas;

- Formas de mediação;

- Práticas inclusivas;

- Condução de atividades;

- Uso de recursos didáticos;

- Desenvolvimento socioemocional.

Relatórios devolutivos orientarão ajustes e apoio individualizado aos docentes.

• Comparação de dados antes e depois da formação

O impacto será medido por meio da análise comparativa de indicadores pedagógicos:

- Evolução da aprendizagem por habilidade da BNCC;

- Melhorias na alfabetização e numeramento;

- Maior participação dos estudantes;

- Redução de barreiras à inclusão;

- Aprimoramento da avaliação formativa.

Cada formação terá metas específicas, alinhadas às necessidades dos ciclos.

• Autoavaliação do professor

Os docentes de todas as etapas realizarão autoavaliação após cada formação, refletindo sobre:

- Aprendizagens adquiridas;

- Desafios para implementação;

- Mudanças percebidas na prática;

- Novas necessidades formativas;

- Contribuições para a aprendizagem dos estudantes.

Essa prática promove autonomia profissional, senso crítico e aprimoramento contínuo.

• Relatos reflexivos

Os professores produzirão registros reflexivos, individuais ou coletivos, que passarão a compor o acervo formativo da escola. O conteúdo desses relatos poderá incluir:

- Experiências bem-sucedidas;

- Análise de situações de sala;

- Dificuldades enfrentadas;

- Articulação da teoria com a prática;

- Sugestões de novas formações.

8. Monitoramento do AEE e Inclusão

O monitoramento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das ações inclusivas deverá ocorrer de maneira sistemática em todos os ciclos da Educação Básica, assegurando que estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou dificuldades específicas de aprendizagem tenham garantido seu direito ao acesso, à participação e à aprendizagem, conforme a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, o **Decreto nº 10.502/2020**, as diretrizes do **DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem)** e a **BNCC**.

O processo de monitoramento abrangerá diferentes dimensões:

• Relatórios de evolução funcional por ciclo

A cada período, serão elaborados relatórios que registrem avanços nas áreas:

- Comunicação;

- Interação social;

- Autonomia e vida diária;

- Desenvolvimento cognitivo;

- Uso de recursos de acessibilidade;

- Progressão nas habilidades da BNCC.

Na **Educação Infantil**, o foco recai sobre desenvolvimento global, interação, linguagem e psicomotricidade.
Nos **Anos Iniciais**, observa-se a alfabetização, o numeramento e o desenvolvimento socioemocional.
Nos **Anos Finais**, avaliam-se autonomia intelectual, organização, compreensão leitora e resolução de problemas.
Na **EJA**, a análise considera trajetórias interrompidas, experiências de vida e processos de ressignificação da aprendizagem.

• Adaptações implementadas e eficácia

Será acompanhado se as adaptações estão de fato garantindo acesso e participação, como:

- Materiais ampliados;

- Recursos de tecnologia assistiva;

- Avaliações adaptadas;

- Flexibilização curricular;

- Adequações metodológicas e temporais;

- Estratégias comunicacionais alternativas (LIBRAS, PECS, escrita alternativa).

Além da implementação, será analisado **o impacto real** dessas adaptações na aprendizagem e no engajamento do estudante.

• Participação e engajamento nas atividades

Serão registradas informações sobre:

- Participação em sala de aula;

- Envolvimento em projetos interdisciplinares;

- Frequência ao AEE;

- Permanência nas atividades coletivas;

- Interações com colegas e professores.

Esse monitoramento permitirá identificar **barreiras atitudinais, pedagógicas, ambientais e comunicacionais**, bem como orientar ações para eliminá-las.

• Avanços na comunicação, autonomia e comportamento adaptativo

Especial atenção será dada às dimensões que sustentam a inclusão plena:

- Uso funcional da linguagem oral, gestual ou alternativa;

- Desenvolvimento da autonomia pessoal e escolar;

- Capacidade de seguir rotinas;

- Habilidades de autorregulação emocional;

- Participação ativa nos processos de aprendizagem.

Esses indicadores fortalecem a construção de um percurso formativo que respeita singularidades e promove o desenvolvimento integral.

• Atuação integrada entre professor regente e professor do AEE

O PME reforça a importância da **corresponsabilidade na inclusão**. Assim, serão monitorados:

- Encontros de planejamento conjunto;

- Devolutivas do AEE ao professor regente;

- Estratégias compartilhadas de intervenção;

- Acompanhamento de metas comuns;

- Ajustes nas atividades.

A articulação entre os profissionais será documentada e analisada para garantir que a inclusão seja efetiva, colaborativa e não isolada.

9. Triangulação de Dados

A qualidade e a confiabilidade do monitoramento somente serão asseguradas quando os dados forem analisados por diferentes fontes e perspectivas. Por isso, a avaliação do impacto das ações pedagógicas seguirá o princípio da **triangulação**, essencial para decisões transparentes e fundamentadas em evidências, conforme orientações do PME, do SNE, da BNCC e da avaliação institucional participativa.

A triangulação ocorrerá a partir de quatro pilares complementares:

• Dados quantitativos

Incluem:
- Frequência;

- Desempenho por habilidade;

- Dados de avaliações internas e externas;

- Índices de alfabetização;

- Taxas de reprovação e evasão;

- Evolução de notas ou descritores.

Essas informações permitem dimensionar o quadro geral de aprendizagem e permanência.

• Registros qualitativos

Compreendem:

- Relatórios descritivos;

- Observações de sala;

- Análises de portfólios;

- Narrativas de desenvolvimento;

- Registros socioemocionais;

- Devolutivas pedagógicas.

Esses dados ajudam a interpretar como os estudantes aprendem, como interagem e quais barreiras enfrentam.

• Percepção dos estudantes

A visão dos estudantes — crianças, adolescentes, jovens e adultos — será considerada por meio de:

- Autoavaliações;

- Questionários;

- Conversas individuais;

- Rodas de diálogo;

- Avaliação de projetos.

Essa dimensão é fundamental para identificar fatores motivacionais, dificuldades não percebidas e formas de apoio eficazes.

• Análise da coordenação pedagógica

A coordenação sistematizará e confrontará todas as informações, verificando:

- Coerência dos dados;

- Padrões de aprendizagem;

- Necessidades de intervenção;

- Impactos das estratégias;

- Ajustes no planejamento escolar;

- Articulação com as metas do PME.

10. Indicadores de Impacto de Longo Prazo

O acompanhamento do impacto de longo prazo constitui uma dimensão estratégica do PME, pois permite avaliar se as políticas, práticas pedagógicas e ações desenvolvidas pela escola estão promovendo transformações reais na vida dos estudantes, de suas famílias e da comunidade. Diferente dos indicadores imediatos, que medem resultados dentro do ano letivo, os indicadores de longo prazo analisam efeitos acumulativos, estruturantes e duradouros, refletindo a contribuição da Educação Básica para o desenvolvimento social, cultural e econômico do município.

Esses indicadores serão monitorados pela Secretaria Municipal de Educação, pela gestão escolar e pelos Conselhos de Educação, considerando a realidade dos diferentes ciclos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

• Aumento da escolarização local

O monitoramento observará:

- crescimento das matrículas em todas as etapas;
- elevação da taxa de conclusão do Ensino Fundamental;
- continuidade dos estudos para a EJA e, posteriormente, para o Ensino Médio regular ou integrado;
- redução das taxas de distorção idade–ano;
- ampliação da participação de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil (meta do PNE).

Esse indicador reflete se a escola está conseguindo garantir **acesso, permanência e fluxo escolar adequado**, assegurando que mais crianças, adolescentes, jovens e adultos avancem em seus percursos formativos.

• Diminuição do analfabetismo funcional

A alfabetização plena será monitorada por meio de:

- melhorias na fluência leitora nos Anos Iniciais;
- domínio de leitura, escrita e interpretação nos Anos Finais;
- redução do analfabetismo absoluto e funcional entre jovens, adultos e idosos matriculados na EJA;
- participação em projetos de leitura, letramento digital e formação continuada de professores.

Esse indicador representa a capacidade do sistema educacional de promover **autonomia intelectual**, ampliando a participação cidadã e o acesso ao mundo do trabalho.

• Participação cívica e comunitária

A observação desse indicador considera:

- engajamento dos estudantes em conselhos, grêmios, fóruns e projetos comunitários;
- participação das famílias nas reuniões, assembleias e atividades culturais;
- presença ativa da escola nas festas populares, tradições quilombolas, movimentos ambientais e ações de voluntariado;
- fortalecimento do sentimento de pertença e de identidade local.

Esse indicador reflete o papel da escola como **núcleo de mobilização social**, formação cidadã e valorização da cultura local.

• Qualificação profissional e inserção produtiva

A escola acompanhará, especialmente nos Anos Finais e na EJA:

- acesso dos estudantes a cursos técnicos, formações inicial e continuada (FIC);
- participação em programas de geração de renda (agricultura familiar, pesca, artesanato, culinária tradicional, cooperativas);
- inserção no mercado de trabalho ou empreendedorismo local;
- fortalecimento de competências do século XXI (tecnologia, comunicação, resolução de problemas).

Esse indicador revela a contribuição da escola para o **desenvolvimento econômico sustentável** do município, ampliando oportunidades e reduzindo desigualdades.

• Fortalecimento da cultura local

Será monitorado o impacto das ações escolares na preservação e valorização das identidades locais:

- reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileira, indígena e quilombola;
- participação em festas e manifestações tradicionais (bumba meu boi, tambor, danças regionais, saberes do artesanato);
- produção cultural escolar (projetos de música, dança, contação de histórias, culinária tradicional, memória oral);
- construção de identidade cultural coletiva entre crianças, jovens e adultos.

Esse indicador evidencia o papel da escola na **preservação da memória social**, no fortalecimento da autoestima e na promoção da diversidade cultural.

• Empoderamento feminino

Acompanhado em todos os ciclos — especialmente entre mulheres da EJA — este indicador envolve:

- aumento da participação feminina em espaços de liderança escolar e comunitária;
- fortalecimento da autoestima e autonomia;
- combate a violências de gênero e promoção da equidade;
- acesso a formações voltadas a geração de renda;
- protagonismo de mulheres quilombolas, pescadoras, agricultoras e chefes de família.

Esse indicador permite compreender a contribuição da escola para a **redução das desigualdades de gênero** e o fortalecimento de trajetórias de vida mais justas para meninas e mulheres.

• Ampliação de oportunidades de trabalho e renda

O monitoramento buscará identificar:

- aumento do número de estudantes e egressos inseridos em atividades produtivas;
- fortalecimento de empreendimentos comunitários;
- articulação entre escola, programas sociais e políticas públicas de agricultura familiar, pesca, artesanato e empreendedorismo;
- impacto das aprendizagens na elevação da renda familiar.

Esse indicador revela se a educação está contribuindo para **transformações socioeconômicas concretas**, especialmente em contextos rurais, ribeirinhos e quilombolas.

7.3 Acompanhamento da Implementação das Metas – Todos os Ciclos da Educação)

O acompanhamento da implementação das metas previstas no Plano Municipal de Educação (PME) constitui uma etapa estratégica para assegurar que as ações planejadas pela rede municipal de ensino — em todos os ciclos da Educação Básica — estejam sendo efetivamente executadas, monitoradas e aprimoradas ao longo do processo educativo. Esse acompanhamento transcende a simples verificação do cumprimento de prazos e cronogramas: trata-se de um processo contínuo de análise da pertinência, viabilidade, impacto e coerência das metas em relação ao contexto sociocultural do município e às necessidades reais dos estudantes.

Assim, o monitoramento das metas deve garantir a plena articulação entre as diretrizes legais que orientam a educação brasileira — como a LDB, o PNE, a BNCC, o DCTMA, o Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás, as normativas da Educação Especial, as políticas de educação integral, a Lei 10.639/03 e documentos específicos da EJA — assegurando que cada etapa da educação municipal avance de forma harmonizada, progressiva e equitativa.

A seguir, detalha-se o acompanhamento da implementação das metas considerando **todos os ciclos** e suas especificidades:

1. Educação Infantil – acompanhamento centrado no desenvolvimento integral

Na Educação Infantil, o monitoramento verificará:

- se as metas de expansão do acesso estão sendo alcançadas, garantindo matrícula das crianças de 4 e 5 anos conforme o PNE;
- se as práticas pedagógicas respeitam os direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se);
- se o ambiente educativo assegura acolhimento, proteção, interações de qualidade e estímulos adequados à faixa etária;
- se as metas relacionadas à alfabetização inicial (pré-letramento, linguagem oral, coordenação motora) estão sendo executadas de forma contextualizada;
- se estão sendo implementadas ações para valorização da cultura local, relações étnico-raciais (Lei 10.639/03) e inclusão.

O acompanhamento terá caráter formativo, voltado ao pleno desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças.

2. Ensino Fundamental – anos iniciais: foco em alfabetização, letramento e numeramento

Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o acompanhamento verificará:

- cumprimento das metas de alfabetização até o 2º ano, conforme o PNE;
- avanços na fluência leitora e no domínio das habilidades essenciais da BNCC;
- execução de projetos estruturantes como leitura diária, resolução de problemas, uso de jogos matemáticos e práticas investigativas;
- identificação e redução das lacunas de aprendizagem, especialmente de estudantes em vulnerabilidade;
- articulação entre conteúdos, metodologias ativas e projetos interdisciplinares previstos no PME.

O acompanhamento garante que a alfabetização seja compreendida como processo contínuo, afetivo e culturalmente situado.

3. Ensino Fundamental – anos finais: foco na consolidação das aprendizagens e no projeto de vida

Nos Anos Finais, o monitoramento das metas considerará:

- consolidação das competências gerais e específicas da BNCC;
- desenvolvimento de habilidades de leitura crítica, escrita ampliada, raciocínio matemático, ciências e tecnologias;
- participação dos estudantes em projetos interdisciplinares e atividades de investigação científica;
- desenvolvimento de competências socioemocionais (protagonismo, cooperação, autonomia);
- execução de ações voltadas à permanência escolar e prevenção à evasão;
- articulação entre currículo, cultura local, diversidade étnico-racial e educação para a cidadania.

O monitoramento verifica se os estudantes estão avançando com autonomia, criticidade e capacidade de resolver problemas do cotidiano.

4. Educação Inclusiva – metas de acessibilidade, participação e equidade

O acompanhamento das metas da Educação Inclusiva envolve:

- implementação de adaptações razoáveis, tecnologia assistiva e materiais acessíveis;
- acompanhamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- remoção de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais;
- participação efetiva de estudantes com deficiência em todas as atividades;
- avaliação do impacto de formações específicas na prática dos professores;
- verificação da inclusão curricular da temática étnico-racial e da valorização da diversidade humana.

O monitoramento garante que **acesso, participação e aprendizagem** sejam direitos assegurados a todos.

5. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – metas centradas na equidade, na flexibilidade e na emancipação

Na EJA, o acompanhamento das metas verificará:

- ampliação do acesso de jovens, adultos e idosos que não concluíram os estudos;
- permanência e redução da evasão, considerando rotinas de trabalho, deslocamentos e condições familiares;
- valorização dos saberes da experiência e das identidades quilombolas, ribeirinhas, rurais e urbanas;
- fortalecimento da leitura, escrita, numeramento e competências digitais;
- execução de sequências didáticas contextualizadas, projetos de vida, educação profissional e cultura local;
- promoção da autoestima, autonomia, participação social e empoderamento.

Aqui, o monitoramento assegura uma educação que reconhece trajetórias, respeita ritmos e promove emancipação.

6. Ação integrada entre escola, coordenação e rede municipal

O acompanhamento das metas não é tarefa isolada: trata-se de um compromisso coletivo que envolve:

- gestores escolares;
- coordenações pedagógicas;
- professores regentes e do AEE;
- famílias e conselhos escolares;
- Secretaria Municipal de Educação.

A cada ciclo, serão elaborados relatórios de acompanhamento com:

- evidências;
- análises críticas;
- indicadores de avanço;
- desafios identificados;
- recomendações para o replanejamento.

7. Avaliação contínua e realinhamento das metas

O monitoramento constante permite:

- identificar metas que precisam ser ajustadas;
- ampliar ações bem-sucedidas;
- rever estratégias que não produziram os resultados esperados;
- propor novas metas de acordo com mudanças sociais, culturais e pedagógicas.

1. Concepção e finalidades do acompanhamento das metas

O acompanhamento da implementação das metas constitui uma ação estratégica dentro do Plano Municipal de Educação (PME) e do Projeto Político-Pedagógico das escolas, garantindo a coerência entre o que está planejado e o que, de fato, se realiza no cotidiano escolar em todos os ciclos: **Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e finais – e Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Esse processo permite avaliar de forma contínua a efetividade das ações pedagógicas, de gestão e de inclusão, assegurando que as metas estejam alinhadas aos marcos legais e curriculares — BNCC, DCTMA, Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás, PNE, LDB, Lei 10.639/03 e políticas de educação especial.

O acompanhamento tem por finalidade:

• **verificar a aderência das ações pedagógicas e administrativas ao planejamento anual e plurianual da rede**, garantindo coerência entre diagnóstico, metas e práticas de sala de aula;

• **assegurar que as metas previstas no PME e nos PPPs sejam incorporadas ao cotidiano escolar**, de acordo com as especificidades de cada ciclo (brincadeira e interação na Educação Infantil, alfabetização e letramento nos anos iniciais, consolidação de habilidades nos anos finais e formação cidadã na EJA);

• **identificar avanços, entraves, necessidades formativas e fatores externos** (sociais, culturais, econômicos e estruturais) que influenciam a aprendizagem e a permanência dos estudantes;

• **subsidiar a tomada de decisão e ajustes contínuos** nas metodologias, estratégias de ensino, práticas de gestão, organização do tempo pedagógico e oferta de serviços de apoio (AEE, reforço escolar, mediação e projetos interdisciplinares);

• **promover a corresponsabilidade entre professores, gestão, AEE, famílias, conselhos escolares e equipe técnica da Secretaria de Educação**, fortalecendo o compromisso coletivo com a melhoria dos indicadores educacionais;

• **garantir transparência e controle social**, permitindo que comunidade, famílias e órgãos colegiados acompanhem a execução das metas previstas no PME;

• **favorecer a equidade educacional**, monitorando se grupos específicos — crianças da zona rural, estudantes com deficiência, populações quilombolas, jovens e adultos trabalhadores — estão sendo contemplados nas ações e alcançando progressos significativos;

• **estimular a inovação pedagógica e a cultura de avaliação**, mantendo uma prática escolar baseada em evidências, diagnósticos sistemáticos e intervenções planejadas;

• **assegurar a continuidade das políticas educacionais**, evitando rupturas entre gestões e garantindo que as metas de longo prazo se mantenham vivas no cotidiano escolar.

2. Organização do processo de acompanhamento

O processo de acompanhamento das metas será estruturado em ciclos contínuos, sistemáticos e colaborativos, assegurando que todas as etapas da Educação Básica — **Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA)** — participem de maneira integrada. A organização desse processo busca fortalecer a cultura de monitoramento na rede municipal, garantindo coerência entre diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

O acompanhamento envolverá, de forma articulada:

• **direção escolar**, responsável pela coordenação geral, alinhamento às diretrizes do PME e articulação com a Secretaria de Educação;

• **coordenação pedagógica**, que fará o monitoramento das práticas de ensino, dos registros avaliativos e das intervenções por ciclo;

• **professores de todos os ciclos da Educação Básica**, incluindo Educação Infantil, anos iniciais, anos finais e EJA, garantindo a leitura integrada dos resultados e a continuidade das aprendizagens;

• **equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, assegurando o acompanhamento das metas relacionadas à inclusão, acessibilidade e eliminação de barreiras;

• **conselho escolar**, enquanto instância social de acompanhamento, deliberação e controle, garantindo a participação democrática da comunidade;

• **representações estudantis e comunitárias**, de acordo com cada ciclo (famílias na Educação Infantil, grêmios e lideranças nos anos finais e EJA), fortalecendo a gestão participativa.

O processo de acompanhamento ocorrerá por meio de diferentes momentos institucionais:

• **reuniões bimestrais formais**, destinadas à análise dos indicadores, verificação das metas e definição de ajustes;

• **encontros semanais ou quinzenais de práticas pedagógicas**, nos quais professores e coordenação analisam evidências da aprendizagem, definem intervenções e planejam ações específicas para cada ciclo;

• **registros institucionais sistemáticos**, incluindo atas, relatórios, planilhas de monitoramento, registros de frequência, devolutivas pedagógicas e pareceres da equipe técnica da Secretaria Municipal.

3. Instrumentos utilizados

Para garantir a eficácia, a precisão e a continuidade do acompanhamento das metas previstas no Projeto Político-Pedagógico e no Plano Municipal de Educação, a escola utilizará um conjunto integrado de instrumentos de registro, análise e monitoramento. Esses instrumentos serão aplicados de maneira diferenciada conforme as necessidades e especificidades de cada ciclo — **Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e EJA** — assegurando coerência pedagogicamente fundamentada e alinhamento às diretrizes da BNCC, DCTMA, Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás, PNE, LDB e políticas de educação inclusiva.

A seguir, apresentam-se os principais instrumentos:

• Planilhas de monitoramento das metas

Organizadas por **indicadores de curto, médio e longo prazo**, registram a evolução do cumprimento das metas relacionadas à aprendizagem, permanência, alfabetização, fluxo escolar, inclusão, formação docente e desenvolvimento socioemocional. Permitem análises comparativas entre ciclos, turmas e anos, contribuindo para decisões estratégicas da gestão.

• Relatórios de execução pedagógica e administrativa

Elaborados pela equipe gestora, concentram análises sobre:

- andamento das ações do planejamento anual;
- utilização dos recursos do PDDE e programas complementares;
- cumprimento de cronogramas;
- resultados parciais e pendências;
- necessidades emergenciais.

Garantem o diálogo contínuo entre gestão escolar e Secretaria Municipal de Educação.

• Relatórios docentes de desenvolvimento das turmas

Produzidos pelos professores de cada ciclo, descrevem:

- avanços dos estudantes por habilidade da BNCC;
- dificuldades específicas;
- intervenções realizadas;
- estratégias diferenciadas;
- necessidades de apoio pedagógico ou de formação.

Nos anos iniciais e na Educação Infantil, os relatórios enfatizam o desenvolvimento global; nos anos finais e EJA, destacam o desempenho acadêmico, autonomia e competências socioemocionais.

• Registros do AEE

Documentam a evolução dos estudantes público-alvo da Educação Especial, abrangendo:

- evolução funcional e pedagógica;
- barreiras identificadas e superadas;
- participação nas atividades da sala regular;
- adaptações implementadas;
- interações entre professor regente e professor do AEE.

Esses registros garantem atendimento alinhado às políticas de inclusão e ao DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem).

• Diários de bordo pedagógicos

Elaborados semanalmente pela coordenação pedagógica, registram:

- observações sobre planejamento;
- análises sobre a prática docente;
- necessidades formativas;
- situações que impactam a aprendizagem;
- intervenções realizadas ou recomendadas.

Funcionam como instrumento reflexivo e de memória institucional.

• Observações de sala de aula

Realizadas pela coordenação, direção e equipe técnica, incluem:

- observação direta do processo de ensino e aprendizagem;
- registro de interações, estratégias e engajamento dos estudantes;
- devolutivas construtivas aos docentes;
- proposição de ajustes metodológicos e organização de rotinas pedagógicas.

São fundamentais para alinhar a prática pedagógica ao PPP e ao PME.

• Reuniões de acompanhamento com estudantes

Realizadas de acordo com cada ciclo:

- na Educação Infantil, ocorrem com as famílias;
- nos anos iniciais, envolvem estudantes e responsáveis;
- nos anos finais e na EJA, acontecem diretamente com os estudantes para ouvir percepções, identificar dificuldades e construir ações conjuntas.

O foco é compreender como cada estudante percebe sua aprendizagem, desafios e motivações.

• **Avaliação institucional participativa (AIP)**

Processo anual que envolve:

- professores,
- estudantes (de acordo com cada ciclo),
- famílias,
- funcionários,
- gestores,
- comunidade local e Conselho Escolar.

A AIP permite avaliar clima organizacional, práticas pedagógicas, comunicação, gestão participativa e impacto social da escola, fortalecendo o controle democrático.

4. Indicadores de Acompanhamento – para o PME (todos os ciclos da Educação Básica)

O acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação exige indicadores claros, mensuráveis e alinhados às diretrizes estabelecidas pelo PNE, LDB, BNCC, DCTMA, Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás e políticas de inclusão. Esses indicadores permitem avaliar o impacto das ações implementadas em cada escola da rede municipal e assegurar a melhoria contínua da qualidade da educação em **todos os ciclos** — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A seguir, são apresentados os indicadores organizados em dimensões fundamentais para o monitoramento municipal.

1. Indicadores de Aprendizagem e Desenvolvimento (todos os ciclos)

Educação Infantil

• evolução nas experiências e campos de aprendizagem definidos pela BNCC;

• avanços na linguagem oral, motricidade, interação, curiosidade e autonomia;

• participação ativa nas brincadeiras, projetos e atividades de exploração;

• desenvolvimento socioemocional e identidade cultural.

Ensino Fundamental – anos iniciais

• desempenho por habilidades da BNCC e DCTMA em Língua Portuguesa e Matemática;

• níveis de alfabetização e letramento, incluindo fluência de leitura;

• desenvolvimento do pensamento lógico, resolução de problemas e argumentação;

• participação em projetos interdisciplinares e atividades investigativas.

Ensino Fundamental – anos finais

• domínio de habilidades de todas as áreas do conhecimento;

• capacidade de aplicar conceitos a situações reais e problemáticas do território;

• evolução da escrita, análise crítica e capacidade argumentativa;

• engajamento em projetos científicos, culturais e sociais.

EJA

• evolução por habilidades essenciais da BNCC adaptadas aos percursos formativos de jovens e adultos;

• desenvolvimento de leitura, escrita, numeramento e interpretação de situações cotidianas;

• superação de lacunas de escolarização acumuladas;

• participação ativa em atividades práticas, culturais e comunitárias.

2. Indicadores de Permanência, Frequência e Participação

• frequência mensal em todos os ciclos;

• taxa de permanência e abandono escolar;

• motivos que levam estudantes a se ausentar ou abandonar os estudos;

• participação em atividades pedagógicas, culturais e projetos escolares;

• engajamento da família (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e do próprio estudante (anos finais e EJA);

• evolução do vínculo com a escola e com a aprendizagem.

Esses indicadores auxiliam o município a criar políticas de prevenção e combate à evasão escolar.

3. Indicadores de Inclusão, Acessibilidade e Equidade

• identificação e eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais;

• participação de estudantes público-alvo da Educação Especial nas turmas da sala comum;

• adequação curricular e uso do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA);

• acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e articulação com o professor regente;

• garantia de materiais acessíveis (braille, Libras, ampliados, tecnologia assistiva);

• aplicação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial, indígena e quilombola (Lei 10.639/03 e 11.645/08);

• indicadores de redução de desigualdades educacionais entre urbano, rural e povos tradicionais.

Essa dimensão assegura o compromisso municipal com uma educação inclusiva, equitativa e humanizadora.

4. Indicadores de Utilização e Qualidade dos Espaços e Recursos Pedagógicos

• uso pedagógico da biblioteca, sala de leitura e espaços de convivência;

• frequência de uso da sala de informática, laboratório, quadras e pátios externos;

• desenvolvimento de projetos na horta escolar, espaços comunitários e ambientes naturais;

• adequação e organização dos materiais didáticos, tecnológicos e paradidáticos;

• uso de recursos digitais e plataformas educacionais pela escola;

• integração dos diferentes espaços ao currículo e aos projetos interdisciplinares.

Esses indicadores permitem avaliar a infraestrutura pedagógica e sua articulação com as práticas de ensino.

5. Indicadores da Qualidade da Mediação Pedagógica e da Gestão da Sala de Aula

• coerência entre o planejamento, as práticas e a avaliação;

• diversidade de metodologias, incluindo metodologias ativas e projetos investigativos;

• clareza na mediação, organização das rotinas e gestão do tempo pedagógico;

• adaptação das práticas às especificidades da turma e às necessidades de cada estudante;

• integração entre professores dos componentes curriculares, regentes e AEE;

• promoção de ambientes de aprendizagem acolhedores, seguros e estimulantes.

O município utiliza esses dados para fortalecer a formação docente e aprimorar práticas pedagógicas.

6. Indicadores de Participação da Comunidade Escolar e Gestão Democrática

• presença da família nas reuniões, eventos e instâncias colegiadas (CE e CME);

• participação de estudantes em grêmios, assembleias e projetos de protagonismo;

• envolvimento da comunidade local, movimentos culturais, associações quilombolas e instituições parceiras;

• transparência na comunicação entre escola e responsáveis;

• adesão às políticas públicas municipais e às ações intersetoriais.

Essa dimensão reforça a responsabilidade coletiva e a corresponsabilidade pela educação municipal.

Importância dos Indicadores para o PME

A análise integrada desses indicadores permitirá ao município:

• verificar o avanço das metas educacionais do PME;

• identificar gargalos e desigualdades entre ciclos, escolas, modalidades e territórios;

• monitorar a qualidade da aprendizagem e da gestão pedagógica;

• planejar ações de formação continuada baseadas em evidências;

• promover intervenções rápidas e eficazes;

• garantir que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham seu direito de aprender assegurado.

5. Acompanhamento contínuo da execução das metas (para todos os ciclos)

O acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação será realizado por meio de um **processo sistemático, articulado e permanente**, estruturado para garantir a efetividade das políticas educacionais em todas as etapas e modalidades de ensino. Esse processo envolve práticas de monitoramento contínuo, fundamentadas em princípios de gestão democrática, transparência, participação social e melhoria da qualidade da educação. Para assegurar a coerência entre o planejamento municipal e a realidade das escolas, o acompanhamento será organizado em **três níveis de gestão — sala de aula, gestão pedagógica e gestão institucional —**, cada qual desempenhando funções complementares e essenciais ao alcance das metas estabelecidas.

No **nível da sala de aula**, o acompanhamento concentra-se diretamente na aprendizagem dos estudantes, na prática pedagógica cotidiana e na identificação de desafios que possam comprometer

o desenvolvimento das habilidades previstas na BNCC, no DCTMA e no Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás. É nesse nível que ocorrem as observações mais imediatas sobre o progresso dos educandos, permitindo intervenções ágeis e contextualizadas. Professores de todos os ciclos realizam registros sistemáticos, avaliações diagnósticas e formativas, além de adaptar metodologias conforme necessidades específicas, garantindo equidade e inclusão.

No **nível da gestão pedagógica**, o foco recai sobre o acompanhamento técnico, formativo e organizacional do trabalho docente e das aprendizagens escolares. As equipes de coordenação e direção analisam indicadores, cruzam dados, organizam reuniões pedagógicas e propõem intervenções estruturadas para fortalecer a prática educativa. Nesse nível, assegura-se a articulação entre o currículo, o planejamento escolar e as diretrizes do PME, verificando a adequação das estratégias de ensino, o uso de materiais didáticos, o desenvolvimento de projetos e o cumprimento das metas anuais. A gestão pedagógica tem papel estratégico ao garantir que todas as escolas do município avancem de forma equitativa, considerando suas especificidades.

Já o **nível da gestão institucional** responsabiliza-se pelo acompanhamento macro da execução das metas, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Escolar, o poder público e a comunidade. Esse nível abrange a análise das condições estruturais e financeiras, a execução orçamentária, a otimização dos programas federais e estaduais, e a integração com outras políticas públicas, como saúde, assistência social, cultura e esporte. Além disso, é nesse nível que se realiza a consolidação de dados municipais, a elaboração de relatórios anuais de monitoramento e a definição de ações estratégicas de médio e longo prazo. A gestão institucional garante sustentabilidade administrativa e política às ações planejadas no PME.

Assim, os três níveis — sala de aula, gestão pedagógica e gestão institucional — constituem uma cadeia integrada de monitoramento, na qual cada instância contribui de forma complementar para o avanço da educação municipal. Esse modelo de acompanhamento assegura que as metas do PME não sejam apenas metas formais, mas compromissos efetivamente acompanhados, revisados e transformados em práticas que promovam uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade em todo o município.

NÍVEL 1 – SALA DE AULA

Este nível concentra o acompanhamento direto do processo de ensino e aprendizagem em todos os ciclos da educação básica. O foco é garantir que cada estudante desenvolva as habilidades previstas para sua etapa, considerando princípios de equidade, inclusão e qualidade social da educação.

Principais ações:

- **Monitoramento sistemático das habilidades da BNCC/DCTMA**, com uso de instrumentos diagnósticos, formativos e somativos que permitam identificar níveis de aprendizagem em cada ciclo.
- **Registro de participação e avanços dos estudantes**, considerando aspectos cognitivos, socioemocionais, comportamentais e de convivência.
- **Análise qualitativa e quantitativa das atividades pedagógicas** e devolutivas, garantindo coerência com as metas do PME e com as competências gerais da BNCC.
- **Identificação precoce de fatores que interferem na aprendizagem**, tais como dificuldades de leitura e escrita, barreiras linguísticas, questões socioemocionais, necessidades educacionais específicas, vulnerabilidade social, entre outros.
- **Acompanhamento específico de estudantes da Educação Especial**, com registro de estratégias de acessibilidade pedagógica implementadas pelos professores e pelo AEE.

- **Promoção de práticas diversificadas**, como projetos interdisciplinares, atividades práticas, tecnologias educacionais, metodologias ativas e ações de reforço.

NÍVEL 2 – GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica tem papel estratégico no acompanhamento da execução das metas do PME nas escolas, articulando planejamento, formação, avaliação e intervenções contínuas.

Responsabilidades:

- **Cruzamento de dados das turmas** com indicadores e metas do PME, especialmente frequência, aprendizagem, fluxo escolar e participação em projetos.
- **Verificação do alinhamento dos planejamentos docentes** às diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais.
- **Análises trimestrais e semestrais dos relatórios docentes**, identificando padrões, avanços, dificuldades e prioridades de intervenção.
- **Promoção de reuniões pedagógicas e formações continuadas** para orientar práticas docentes em todos os ciclos.
- **Desenvolvimento de intervenções pedagógicas coletivas e ações preventivas**, como reforço escolar, reorganização de turmas e acompanhamento de estudantes com maiores déficits.
- **Monitoramento da implementação das políticas de inclusão**, garantindo que a Educação Especial, a Educação Quilombola, a Educação do Campo e demais modalidades estejam contempladas.
- **Acompanhamento do uso pedagógico dos espaços da escola**, como biblioteca, laboratórios, sala de informática, horta, quadra e espaços culturais.

NÍVEL 3 – GESTÃO INSTITUCIONAL

Neste nível, o acompanhamento envolve a articulação entre gestão escolar, Conselho Escolar, comunidade, Secretaria Municipal de Educação e demais instâncias responsáveis pela implementação das políticas educacionais.

Responsabilidades institucionais:

- **Acompanhamento da execução orçamentária**, garantindo que recursos como PDDE, PNATE, PNAE, Mais Alfabetização, Educação Conectada e outros programas sejam aplicados de forma alinhada às metas do PME.
- **Análise contínua das condições estruturais e dos recursos pedagógicos** disponíveis nas escolas, assegurando condições mínimas para cumprimento das metas.
- **Reuniões ordinárias com o Conselho Escolar**, fortalecendo a gestão democrática e a participação social no acompanhamento das metas.
- **Articulação com a Secretaria Municipal de Educação**, consolidando dados, elaborando relatórios anuais e promovendo ações corretivas quando necessário.
- **Integração com as políticas intersetoriais**, como assistência social, saúde, cultura e esporte, para apoio aos estudantes e famílias.
- **Acompanhamento das taxas de matrícula, permanência, abandono e conclusão**, observando metas específicas por ciclo e modalidade.
- **Monitoramento da implementação de políticas afirmativas**, especialmente relacionadas à educação étnico-racial, Lei 10.639/03, educação quilombola e inclusão.

- **Avaliação anual e plurianual das metas do PME**, com apresentação pública dos resultados e metas ajustadas quando necessário.

6. Devolutivas e Comunicação dos Resultados

A etapa de devolutivas e comunicação dos resultados constitui um momento essencial dentro do processo de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação, garantindo **transparência**, **participação social** e **corresponsabilidade** na implementação das políticas educacionais. A comunicação dos resultados não se resume à apresentação de números ou indicadores, mas envolve a construção coletiva de interpretações, análises e propostas de intervenção que contribuam para o fortalecimento da qualidade da educação em todos os ciclos — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os resultados obtidos por meio do acompanhamento serão divulgados de maneira **clara, acessível e participativa**, assegurando que toda a comunidade escolar compreenda os avanços, desafios e necessidades identificadas. Para isso, serão utilizados diferentes mecanismos e linguagens, adequados ao público-alvo de cada segmento, incluindo estudantes, professores, gestores, famílias e representantes da sociedade civil organizada.

A divulgação ocorrerá por meio de diversos canais e espaços institucionais, garantindo a circulação ampla das informações e a promoção de debates qualificados:

• **Reuniões gerais de cada ciclo educativo** (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA), nas quais serão apresentados e discutidos indicadores de aprendizagem, frequência, permanência e ações pedagógicas desenvolvidas;

• **Reuniões pedagógicas**, permitindo que professores e equipes gestoras analisem os resultados com o foco na reorganização das práticas de ensino, no uso de metodologias mais eficazes e na revisão dos planejamentos anuais;

• **Painéis informativos exibidos nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação**, organizados com linguagem visual e objetiva, facilitando o entendimento de todos os membros da comunidade escolar;

• **Relatórios consolidados enviados à SEMECT**, contendo análises qualificadas, gráficos comparativos, interpretações pedagógicas e recomendações para ajustes nas políticas públicas educacionais;

• **Encontros temáticos com estudantes**, promovendo um espaço democrático de reflexão, onde os próprios educandos possam compreender seu desempenho, debater suas dificuldades e contribuir com sugestões para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem.

Além disso, a comunicação dos resultados será incorporada às ações de **prestação de contas pública**, fortalecendo o princípio constitucional da gestão democrática e valorizando a participação ativa de conselhos escolares, conselhos municipais e demais instâncias de controle social. Essa estratégia garante que as metas do PME não sejam apenas acompanhadas, mas amplamente discutidas e revisitadas à luz das realidades vivenciadas no cotidiano das escolas.

7.4 Planos de Avaliação e Feedback para Ajustes Contínuos

A avaliação e o feedback constituem mecanismos essenciais para o aperfeiçoamento permanente do trabalho pedagógico e da gestão educacional em todo o território municipal. No âmbito do Plano Municipal de Educação (PME), esses mecanismos são estruturados para garantir que todas as escolas — desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) — possam desenvolver práticas avaliativas coerentes, responsivas e alinhadas às diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

A avaliação, entendida como um processo contínuo, formativo e sistemático, permite identificar avanços, necessidades, ritmos de aprendizagem, barreiras e oportunidades de intervenção. Ao mesmo tempo, o feedback assume papel central na devolutiva pedagógica, possibilitando ajustes rápidos e eficazes nas estratégias de ensino, no planejamento das aulas, na organização dos tempos e espaços escolares e na tomada de decisões administrativas.

Nos diferentes ciclos da educação, os Planos de Avaliação e Feedback são fundamentados em princípios de **flexibilidade, inclusão, equidade, diálogo e corresponsabilidade**, assegurando que as especificidades de cada etapa sejam respeitadas. Na Educação Infantil, enfatiza-se a observação e o acompanhamento do desenvolvimento integral; no Ensino Fundamental, prioriza-se o monitoramento de habilidades da BNCC e dos processos cognitivos e socioemocionais; na EJA, valoriza-se a avaliação humanizada, que reconhece trajetórias de vida, experiências prévias e ritmos diferenciados de aprendizagem.

Assim, os Planos de Avaliação e Feedback têm como finalidades principais:

- **promover ciclos permanentes de reflexão coletiva**, envolvendo professores, coordenação pedagógica, gestores, equipe do AEE e demais profissionais, com foco no aprimoramento das práticas pedagógicas;
- **subsidiar a reelaboração dos planejamentos**, garantindo alinhamento às necessidades reais dos estudantes de cada ciclo;
- **orientar intervenções pedagógicas imediatas**, especialmente quando forem identificadas defasagens, dificuldades persistentes ou barreiras no processo de aprendizagem;
- **fortalecer a participação dos estudantes e das famílias**, que passam a compreender melhor os objetivos pedagógicos e os critérios de avaliação, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento educacional;
- **assegurar que as metas do PME sejam continuamente monitoradas e atualizadas**, permitindo a construção de uma gestão democrática, transparente e comprometida com a melhoria da qualidade da educação municipal.

Dessa forma, o processo avaliativo deixa de ser um mecanismo isolado e torna-se parte de uma política estruturante, integrada ao acompanhamento das metas e à melhoria contínua das práticas pedagógicas em todos os ciclos educacionais do município.

1. Finalidade dos Planos de Avaliação

Os Planos de Avaliação têm por finalidade orientar e estruturar o processo avaliativo em todas as etapas da educação municipal, assegurando coerência pedagógica, transparência, acompanhamento sistemático e alinhamento às metas do PME. Tais planos são concebidos como instrumentos estratégicos para:

- **verificar a eficácia das ações pedagógicas**, identificando se as práticas realizadas nas escolas estão promovendo aprendizagens significativas em todos os ciclos;
- **analisar se as metas previstas no PME, no PPP e nos planejamentos anuais estão sendo alcançadas**, permitindo reorientações tempestivas;
- **observar impactos reais na aprendizagem, no desenvolvimento integral e na permanência escolar**, considerando as especificidades de cada etapa da Educação Básica e da EJA;
- **identificar necessidades emergentes**, tais como lacunas de aprendizagem, questões socioemocionais, barreiras de acesso e demandas de formação docente;
- **fortalecer a cultura do planejamento colaborativo**, estimulando que professores, gestores e equipes técnicas dialoguem de forma contínua sobre os resultados educacionais;
- **orientar ajustes metodológicos, curriculares e administrativos**, garantindo maior efetividade das intervenções pedagógicas e maior equidade no atendimento aos estudantes.

2. Estrutura dos Planos de Avaliação

Os Planos de Avaliação no âmbito do PME são organizados em quatro grandes componentes, cada um com funções específicas e complementares. Essa estrutura é aplicada em todos os ciclos da educação, respeitando as características e necessidades de cada etapa.

2.1 Avaliação Diagnóstica

A Avaliação Diagnóstica é realizada no início de cada ano letivo, semestre ou etapa, dependendo do ciclo educacional. Sua principal função é conhecer o ponto de partida dos estudantes. Nos diferentes ciclos, esta avaliação cumpre papéis essenciais:

Na Educação Infantil:

- compreender o desenvolvimento integral da criança (linguagem, motricidade, interação, curiosidade, expressão);
- identificar fatores socioemocionais e condições familiares que influenciam o processo educativo;
- observar necessidades específicas, incluindo sinais de atraso no desenvolvimento.

No Ensino Fundamental — anos iniciais e finais:

- identificar conhecimentos prévios sobre habilidades essenciais da BNCC (leitura, escrita, numeramento, raciocínio lógico, ciências, história, geografia);
- reconhecer defasagens acumuladas;
- avaliar níveis de fluência leitora;
- detectar barreiras pedagógicas e dificuldades de aprendizagem.

Na EJA:

- compreender experiências escolares anteriores e conhecimentos informais adquiridos ao longo da vida;
- identificar o nível de alfabetização e numeramento;
- mapear dificuldades estruturais e barreiras de aprendizagem;
- identificar demandas de apoio, como uso do AEE, mediação diferenciada ou adaptação de materiais.

A avaliação diagnóstica orienta intervenções imediatas e serve como base para o planejamento anual das escolas.

2.2 Avaliação Formativa

Caracteriza-se como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. É contínua, reflexiva e centrada no acompanhamento do percurso escolar dos estudantes, considerando os diferentes ciclos.

Compreende:

- **análises semanais das atividades**, avaliando avanços e desafios;
- **observações sistemáticas de sala de aula**, realizadas por professores e coordenação pedagógica;
- **devolutivas individuais**, que orientam o estudante a compreender seus progressos e pontos de melhoria;
- **rodas de reflexão**, que promovem diálogo e participação ativa;
- **acompanhamento personalizado**, especialmente para estudantes com dificuldades de aprendizagem, alto potencial, necessidades específicas ou vulnerabilidade social.

Na EJA:

A avaliação formativa assume papel humanizado, respeitando trajetórias de vida, rotinas de trabalho, ritmo próprio e experiências anteriores dos estudantes adultos.

2.3 Avaliação Somativa

É realizada ao final de unidades pedagógicas, bimestres, módulos ou etapas, com o objetivo de verificar se os objetivos de aprendizagem foram consolidados. Esta avaliação assume diferentes formatos para contemplar todos os ciclos da educação e diferentes estilos de aprendizagem.

Envolve:

- **provas contextuais**, alinhadas à realidade local, ao cotidiano e à BNCC;
- **projetos integradores avaliativos**, incluindo feiras, apresentações, sequências didáticas e atividades práticas;
- **trabalhos práticos** (experimentos, pesquisas, produção textual, atividades culturais);
- **apresentações orais e seminários**;
- **sínteses reflexivas** e produções pessoais sobre conteúdos estudados.

Na Educação Infantil:

A avaliação somativa não assume caráter classificatório; é descritiva e baseada na observação de habilidades e comportamentos.

Na EJA:

A somativa respeita ritmos e contextos, priorizando atividades práticas, situações reais e metodologias ativas.

2.4 Avaliação Institucional Participativa

A Avaliação Institucional Participativa (AIP) é um dos pilares do PME e tem como objetivo analisar a escola enquanto instituição, considerando suas práticas, estrutura, gestão democrática e relação com a comunidade.

Participam:

- direção escolar;
- coordenação pedagógica;
- professores;
- estudantes de todos os ciclos (com linguagem adequada a cada etapa);
- pais e responsáveis;
- equipes do AEE;
- representantes da comunidade;
- Conselho Escolar.

A AIP permite:

- identificar **forças** (aspectos positivos e práticas exitosas);
- evidenciar **fragilidades** (gargalos pedagógicos, estruturais ou organizacionais);
- propor **caminhos de aprimoramento**, alinhados às metas do PME;
- fortalecer a transparência, o diálogo e a gestão democrática.

3. Mecanismos de Feedback

Os mecanismos de feedback constituem uma etapa essencial do processo avaliativo no PME, garantindo que os dados coletados sejam transformados em ações pedagógicas concretas e melhorias institucionais. Esse feedback ocorre em três dimensões — **pedagógica, estudantil e institucional** — cada uma com funções específicas, articuladas e contínuas. A seguir, são apresentados os mecanismos, ampliados e contextualizados para todas as etapas da educação ofertadas pelo município.

3.1 Feedback Pedagógico

O feedback pedagógico tem o objetivo de apoiar os docentes em sua prática, fortalecer a intencionalidade pedagógica e promover o alinhamento entre o planejamento, as diretrizes curriculares (BNCC, DCTMA e Documento Integrado da ADE dos Guarás) e as metas do PME. Ele se concretiza por meio de:

- **Encontros quinzenais entre coordenação pedagógica e professores**, em todos os ciclos, para análise de atividades, discussão de metodologias, revisão de sequências didáticas e planejamento colaborativo.
- **Devolutivas escritas e reflexivas sobre práticas observadas**, baseadas em visitas de sala de aula, com foco em fortalecer estratégias exitosas e sugerir caminhos de aprimoramento.
- **Reuniões específicas de análise de dados de aprendizagem**, utilizando instrumentos como planilhas de habilidades da BNCC, mapas de fluência e diagnósticos por ciclo, permitindo identificar padrões de avanços e lacunas.
- **Estudos de caso**, envolvendo crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades persistentes, integrando coordenação, professores, AEE e, quando necessário, família, para elaboração de intervenções mais precisas e contextualizadas.

- **Rotinas de revisão pedagógica** ao final de cada bimestre, garantindo que as decisões sejam embasadas e orientadas por evidências concretas.

3.2 Feedback Estudantil

O feedback voltado ao estudante tem como foco promover a aprendizagem ativa, o protagonismo e a autorregulação, respeitando as características de cada ciclo da educação. Ele ocorre de forma contínua e pedagógica, sempre com linguagem adequada à etapa de desenvolvimento.

Inclui:

- **Devolutivas diretas sobre o desempenho individual**, indicando pontos fortes, aspectos a melhorar e estratégias práticas para avançar.
  - Na Educação Infantil, essa devolutiva ocorre de modo descritivo e dialogado.
  - No Ensino Fundamental, assume caráter orientador, fortalecendo autonomia e compreensão dos critérios de avaliação.
  - Na EJA, é humanizada e contextualizada, considerando rotinas de trabalho, experiências de vida e metas pessoais.
- **Orientações individualizadas de estudo**, com indicações concretas de exercícios, hábitos de leitura, formas de organização e projetos de aprendizagem.
- **Rodas de conversa reflexivas**, que possibilitam escuta ativa, socialização de avanços e construção de estratégias coletivas de superação de desafios.
- **Autoavaliação e coavaliação**, práticas fundamentais para desenvolver responsabilidade e consciência do próprio processo.
  - Na EJA, essas práticas fortalecem o protagonismo adulto.
  - No Ensino Fundamental, consolidam a autonomia progressiva.
  - Na Educação Infantil, são adaptadas para promover expressão, percepção e reconhecimento de conquistas.

3.3 Feedback Institucional

O feedback institucional é fundamental para garantir a transparência, fortalecer a gestão democrática e manter o alinhamento entre as metas do PME e as ações realizadas nas unidades escolares. Abrange:

- **Relatórios consolidados trimestrais**, elaborados pela escola e enviados à Secretaria Municipal de Educação, contendo análises de aprendizagem, frequência, inclusão, projetos e demandas estruturais.
- **Comunicação formal entre escola e SEMECT**, permitindo acompanhamento contínuo das metas, ajustes técnicos, solicitações de apoio e compartilhamento de boas práticas.
- **Apresentação dos resultados ao Conselho Escolar**, garantindo participação social e comunitária na tomada de decisões, com linguagem acessível a todos os segmentos.
- **Painéis e reuniões públicas**, quando necessário, para ampliar o engajamento da comunidade com os índices educacionais e metas municipais.
- **Discussão dos resultados nas formações continuadas**, assegurando que os dados alimentem diretamente a qualificação da prática docente.

4. Ciclo de Ajustes Contínuos para Todos os Ciclos da Educação

O ciclo de ajustes contínuos constitui um pilar estruturante do PME, orientando o aprimoramento constante das práticas pedagógicas, administrativas e formativas em todas as etapas da educação

básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse processo sistemático assegura que as decisões escolares sejam fundamentadas em evidências, promovendo equidade, eficiência e qualidade do ensino. Cada etapa tem suas especificidades, mas todas compartilham a necessidade de acompanhamento permanente, avaliação diagnóstica e monitoramento dos impactos na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

4.1 Coleta de Dados

A coleta de dados é o ponto inicial do ciclo de melhoria e será realizada com periodicidade definida no calendário escolar, utilizando instrumentos variados e adequados a cada ciclo educativo. A coleta contemplará:

Educação Infantil

- registros de observação diária;
- portfólios de desenvolvimento;
- documentos pedagógicos descrevendo aprendizagens socioemocionais e cognitivas;
- acompanhamento da participação nas atividades lúdicas;
- informações familiares relevantes sobre rotina, saúde, participação e condições socioeconômicas.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

- avaliações diagnósticas e formativas de leitura, escrita e matemática;
- registros de frequência e participação;
- relatórios sobre habilidades previstas na BNCC para os 1º ao 5º anos;
- dados socioemocionais observados em sala.

Ensino Fundamental – Anos Finais

- avaliações por componente curricular;
- resultados de simulados internos e avaliações externas (Prova Brasil/SAEB, avaliações municipais);
- indicadores de permanência e engajamento;
- relatórios de desempenho e de práticas pedagógicas.

EJA

- frequência e controle de presença;
- avaliações diagnósticas e de percurso;
- entrevistas, rodas de conversa e escutas sensíveis;
- informações sobre rotinas de trabalho e impacto na participação;
- registros sobre projetos interdisciplinares.

Instrumentos comuns a todas as etapas

- atas de reuniões pedagógicas;
- relatórios mensais da coordenação;
- dados socioeconômicos da SEMECT;

- informações da Busca Ativa Escolar;
- acompanhamento de atendimentos especializados e pedagógicos.

Essa etapa assegura que a escola reúna evidências consistentes para orientar a análise e a tomada de decisão.

4.2 Análise dos Dados

A análise será realizada por comissões pedagógicas específicas ou integradas, considerando a complexidade de cada ciclo educacional. Esse processo envolve interpretação rigorosa dos dados para identificar padrões, desafios e potencialidades.

Educação Infantil

- análise do desenvolvimento integral: físico, afetivo, cognitivo, motor e social;
- verificação de progressos na linguagem oral, coordenação motora, autonomia e interação social;
- estudo dos fatores familiares que impactam a rotina das crianças.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

- identificação de dificuldades estruturais em alfabetização e numeramento;
- avaliação das habilidades descritas nos componentes curriculares;
- análise do nível de fluidez leitora e compreensão textual;
- identificação de estudantes com necessidade de apoio pedagógico.

Ensino Fundamental – Anos Finais

- comparação entre diagnósticos iniciais e resultados trimestrais;
- análise de desempenho por área de conhecimento;
- identificação de lacunas entre habilidades previstas e alcançadas;
- estudo de comportamentos, engajamento e fatores de risco para evasão.

EJA

- interpretação de dados sobre permanência e abandono;
- análise de aprendizagem considerando trajetórias interrompidas;
- avaliação da efetividade das metodologias ativas e dos projetos interdisciplinares;
- estudo das necessidades específicas dos educandos trabalhadores.

Elementos comuns de análise

- indicadores de aprendizagem e desenvolvimento;
- frequência;
- desafios pedagógicos recorrentes;
- impactos das intervenções já implementadas;
- adequação dos recursos pedagógicos;
- demandas de formação continuada para professores.

Essa análise orienta decisões fundamentadas e ajustadas às realidades de cada etapa.

4.3 Tomada de Decisão

Com base nos diagnósticos e análises, a escola definirá ajustes específicos e integrados, assegurando respostas rápidas, eficazes e adequadas às necessidades dos estudantes.

Educação Infantil

- reorganização de propostas lúdicas e projetos integradores;
- ajustes na rotina diária, nos cantos de aprendizagem e nas interações;
- fortalecimento do acompanhamento socioemocional;
- revisão de estratégias para crianças com desenvolvimento atípico.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

- ajustes na alfabetização e no letramento matemático;
- criação de grupos de reforço e recuperação paralela;
- reorganização dos tempos de leitura;
- fortalecimento dos projetos de leitura e escrita.

Ensino Fundamental – Anos Finais

- definição de estratégias inovadoras para engajamento dos adolescentes;
- reorganização de projetos interdisciplinares;
- acompanhamento mais rigoroso da aprendizagem trimestral;
- ampliação de práticas investigativas e tecnológicas.

EJA

- adaptação das metodologias considerando a rotina de trabalho dos estudantes;
- ajustes nos projetos integradores e sequências didáticas contextualizadas;
- fortalecimento de práticas de acolhimento e permanência;
- decisões sobre intervenções emergenciais contra evasão.

Aspectos gerais ajustáveis

- organização do tempo pedagógico;
- uso da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e do AEE;
- articulação entre escola, família e comunidade;
- revisão do plano de ação e das metas do PME e PPP.

4.4 Implementação das Intervenções

A etapa de implementação garante que as decisões se concretizem em ações efetivas dentro da escola. Tudo será registrado, divulgado e monitorado.

Ações comuns para todas as etapas

- comunicação clara à comunidade escolar sobre os ajustes realizados;
- atualização dos planos de ensino, projetos e cronogramas;
- reorganização do Plano de Ação anual;

- formação continuada de docentes conforme as demandas observadas;
- acompanhamento quinzenal ou mensal da efetividade das intervenções.

Especificidades por ciclo

Educação Infantil

- ampliação de práticas psicomotoras, lúdicas e de linguagem;
- adequação dos espaços educativos e materiais pedagógicos;
- fortalecimento de ações de envolvimento das famílias.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

- implementação de grupos de intervenção para alfabetização;
- reforço das rotinas de leitura e escrita;
- acompanhamento individualizado de estudantes com maiores dificuldades.

Ensino Fundamental – Anos Finais

- execução de projetos interdisciplinares;
- ampliação de oficinas de aprendizagem e tutoria entre pares;
- acompanhamento de turmas com maior vulnerabilidade pedagógica.

EJA

- reorganização dos horários e metodologias;
- implementação de projetos contextualizados com a vida adulta;
- monitoramento do impacto das ações de combate à evasão.

Monitoramento

- revisão periódica dos resultados das intervenções;
- novos ajustes quando necessário;
- retroalimentação contínua do ciclo de melhorias.

5. Indicadores para Ajustes Contínuos

Para assegurar que o processo de monitoramento e avaliação seja permanente, sistemático e orientado por evidências, o PME estabelece um conjunto de indicadores que permitem mensurar avanços, identificar fragilidades e orientar decisões pedagógicas, administrativas e institucionais. Esses indicadores são aplicáveis **a todos os ciclos e etapas da Educação**, considerando as especificidades da EJA e articulando-se com as competências previstas na BNCC, no DCTMA e no Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás.

Os indicadores são organizados de forma a contemplar dimensões essenciais da aprendizagem, da participação, da inclusão, do desenvolvimento dos estudantes e da qualidade da mediação pedagógica. Assim, tornam-se instrumentos centrais para o planejamento, a revisão dos projetos educacionais, a definição de metas e a implementação de ajustes contínuos.

5.1 Indicador de Aprendizagem por Habilidade

Este indicador verifica o domínio das habilidades previstas para cada componente curricular, etapa e ciclo formativo. Avalia se os estudantes conseguem mobilizar conhecimentos, competências e práticas essenciais:

- interpretação e produção textual;
- resolução de problemas;
- raciocínio lógico;
- uso de procedimentos matemáticos;
- competências socioemocionais;
- habilidades científicas, tecnológicas e culturais.

Essa análise permite identificar quais habilidades estão consolidadas, quais apresentam atrasos e quais necessitam de intervenções pedagógicas mais específicas.

5.2 Indicador de Avanço no Processo de Alfabetização

Fundamental nas etapas iniciais, mas igualmente relevante nas etapas posteriores da EJA, esse indicador monitora:

- leitura fluente;
- compreensão textual;
- escrita funcional;
- domínio do sistema de escrita alfabética;
- ampliação do vocabulário;
- escrita de textos com autonomia.

Ele também permite acompanhar estudantes em processo de alfabetização tardia, garantindo apoio contínuo, metodologias diferenciadas e intervenções de acordo com o nível de letramento.

5.3 Indicador de Permanência e Frequência

Avalia a presença e permanência dos estudantes ao longo do ano letivo, permitindo identificar:

- padrões de infrequência;
- riscos de abandono;
- evasão real e evasão oculta;
- motivos de ausência relacionados a trabalho, saúde, transporte e cuidados familiares.

Este indicador orienta ações de busca ativa, reorganização dos horários, flexibilização das atividades e intervenções intersetoriais (assistência social, saúde, CRAS, Conselho Tutelar).

5.4 Indicador de Participação em Atividades

A participação ativa reflete o nível de engajamento do estudante com a escola e com o processo de ensino. São observados:

- participação em aulas presenciais;
- envolvimento em projetos interdisciplinares;
- entrega de atividades;
- participação em oficinas, atividades culturais, rodas de conversa e feiras pedagógicas;
- colaboração em trabalhos coletivos;

- adesão aos processos de autoavaliação e coavaliação.

Esse indicador revela o grau de pertencimento dos estudantes e o impacto das estratégias metodológicas.

5.5 Indicador de Qualidade das Mediações Pedagógicas

Analisa a eficiência, coerência e impacto das práticas realizadas por professores e equipe pedagógica, considerando:

- clareza dos objetivos de aprendizagem;
- adequação metodológica às especificidades da EJA;
- uso de metodologias ativas;
- diversidade de recursos didáticos e tecnológicos;
- capacidade de promover aprendizagens significativas;
- acompanhamento individualizado dos estudantes;
- articulação com o planejamento coletivo e interdisciplinar.

Esse indicador é fundamental para orientar formações continuadas e ajustar práticas docentes.

5.6 Indicador de Acessibilidade

Avalia se a escola garante pleno acesso aos estudantes com deficiência e necessidades específicas, observando:

- adequação dos recursos físicos, pedagógicos e tecnológicos;
- acessibilidade comunicacional e atitudinal;
- presença de materiais adaptados;
- atuação da Sala de Recursos Multifuncionais;
- garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- condições de circulação, mobiliário, iluminação e sinalização.

Esse indicador guia intervenções estruturais e pedagógicas essenciais para a equidade.

5.7 Indicador de Satisfação dos Estudantes

Considera a percepção dos estudantes sobre a escola, o processo de ensino e o ambiente de convivência. É mensurado por:

- questionários avaliativos;
- rodas de conversa;
- formulários de satisfação;
- entrevistas individuais;
- acompanhamento das vivências socioemocionais.

Este indicador permite avaliar o clima escolar, o acolhimento, a motivação e a relevância das práticas pedagógicas para o projeto de vida dos educandos.

5.8 Indicador de Evolução dos Estudantes Atendidos no AEE

Avalia o progresso dos estudantes que recebem Atendimento Educacional Especializado, verificando:

- avanços nas habilidades adaptativas;
- evolução nas habilidades acadêmicas funcionais;
- autonomia nos processos de aprendizagem;
- comunicação e interação social;
- uso adequado dos recursos de acessibilidade;
- impacto das adaptações curriculares;
- articulação entre professor regente e professor do AEE.

Esse indicador assegura que a inclusão seja efetiva e orientada por resultados concretos.

6. Relatórios e registros

Os processos de avaliação, acompanhamento e monitoramento desenvolvidos em todos os ciclos da educação municipal gerarão um conjunto estruturado e sistemático de registros documentais. Esses registros têm a função de assegurar a rastreabilidade das ações, apoiar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas, fortalecer a gestão democrática e alimentar o sistema de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação (PME). Assim, serão produzidos documentos que reflitam a realidade das aprendizagens, das práticas docentes, da gestão escolar e das condições de funcionamento das unidades educacionais, permitindo análises contínuas e intervenções fundamentadas.

Entre os principais registros que comporão esse processo, destacam-se:

• **Relatórios trimestrais de aprendizagem**, elaborados por professores e coordenações pedagógicas, com análise das habilidades desenvolvidas conforme BNCC, DCTMA e currículos específicos de cada etapa;
• **Relatórios individuais dos estudantes**, contemplando avanços, dificuldades, aspectos socioemocionais e recomendações de acompanhamento, válidos para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e EJA;
• **Sínteses de reuniões pedagógicas**, registrando os debates sobre práticas pedagógicas, resultados de avaliações, desafios coletivos, indicadores e encaminhamentos;
• **Atas de acompanhamento**, provenientes de conselhos de classe, reuniões de planejamento, encontros formativos e reuniões com famílias, garantindo a formalidade e historicidade dos processos;
• **Consolidados da coordenação pedagógica**, contendo análises dos dados das turmas, indicadores de frequência, resultados de avaliações, registros de observações de sala e encaminhamentos institucionais;
• **Registros específicos do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, com foco na evolução funcional, pedagógica e social dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como nas barreiras identificadas e nas estratégias adotadas;
• **Relatórios de participação em projetos, programas e atividades complementares**, incluindo ações interdisciplinares, projetos de leitura, feiras, olimpíadas, práticas laboratoriais, oficinas e demais atividades formativas;
• **Documentos de monitoramento das metas do PME**, produzidos pelas escolas e pela Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia, garantindo alinhamento entre ações escolares e políticas públicas locais.

Esses registros constituirão uma base documental essencial para o acompanhamento contínuo, garantindo que cada escola disponha de informações consistentes para planejar, avaliar e reorientar práticas pedagógicas e administrativas em todos os ciclos da educação municipal.

8. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O financiamento da educação constitui um dos pilares estruturantes para garantir acesso, permanência, qualidade, inclusão, equidade e valorização profissional — princípios fundamentais do Plano Municipal de Educação (PME) e articulados às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). No município de Serrano do Maranhão, onde predominam desafios socioeconômicos significativos, baixa arrecadação própria e forte dependência de transferências intergovernamentais, a gestão eficiente dos recursos educacionais torna-se uma condição indispensável para a consolidação da política pública educacional e para o fortalecimento de toda a Rede Municipal de Ensino.

As fontes de financiamento que sustentam a educação municipal são diversificadas, abrangendo transferências constitucionais obrigatórias e programas suplementares. Entre os instrumentos centrais está o **Fundeb**, que representa a principal fonte de custeio das remunerações dos profissionais da educação básica. A correta aplicação dos 70% destinados à valorização dos profissionais e dos 30% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino é uma exigência legal e um fator determinante para assegurar condições de trabalho adequadas, continuidade das ações pedagógicas e estabilidade da gestão escolar. Complementam o financiamento o **FPM**, o **ICMS**, a **cota-parte do IPVA**, o **FNDE**, programas como **PDDE**, **PNAE**, **PNATE**, **PNLD**, além de possíveis convênios e parcerias intersetoriais.

A gestão desses recursos deve ser orientada por princípios de eficiência, economicidade, transparência e participação social. Isso implica planejamento financeiro articulado ao PME, ao PPA, à LDO e à LOA, garantindo coerência entre metas, orçamento e execução. A transparência pública é igualmente essencial, com fortalecimento dos mecanismos de controle social exercidos pelo **Conselho do Fundeb**, pelo **Conselho da Alimentação Escolar (CAE)** e pelo **Conselho Escolar**. Esses colegiados são responsáveis por acompanhar a aplicação correta dos recursos, fiscalizar programas específicos e promover uma cultura de responsabilidade compartilhada, assegurando que cada investimento tenha impacto direto na melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Nesse cenário, a utilização estratégica dos recursos é indispensável para ampliar o acesso, reduzir desigualdades e garantir a qualidade educacional em todas as etapas — Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Isso inclui ações como: melhoria e manutenção da infraestrutura física das escolas, aquisição de materiais pedagógicos, formação continuada de professores, expansão da acessibilidade, fortalecimento do transporte escolar, qualificação dos serviços de alimentação escolar e atualização tecnológica. Da mesma forma, o financiamento deve priorizar políticas de valorização profissional, com planos de carreira atualizados, remuneração adequada, pagamento em dia e incentivos à formação inicial e continuada.

Considerando o território de Serrano do Maranhão, historicamente marcado pela vulnerabilidade social, os recursos da educação precisam ser aplicados com rigor técnico e planejamento contínuo para romper ciclos de exclusão escolar. Assim, o financiamento da educação deve ser concebido não apenas como um mecanismo contábil, mas como uma **política estratégica de investimento social**, capaz de transformar realidades, fortalecer aprendizagens e promover justiça educacional. Para que o PME alcance resultados efetivos, torna-se essencial assegurar que cada recurso disponível seja utilizado com foco na qualidade, na equidade e na garantia de direitos de todos os educandos do município.

8.1 Fontes de Financiamento da Educação

A sustentação financeira da educação municipal decorre de um conjunto amplo de fontes constitucionais, legais e programáticas que garantem o funcionamento da rede de ensino. O domínio dessas fontes é indispensável para a formulação, a execução e o monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação (PME), especialmente em municípios com limitações orçamentárias e forte dependência dos repasses estaduais e federais, como Serrano do Maranhão. Cada mecanismo de financiamento possui regras específicas, finalidades determinadas e limites legais que precisam ser conhecidos pela gestão escolar, pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho do FUNDEB, de modo a assegurar a boa aplicação dos recursos, a transparência e o avanço da qualidade social da educação.

Entre essas fontes, destacam-se: o FUNDEB, o salário-educação, os programas suplementares da União (PDDE, PNATE, PNAE, Dinheiro Direto na Escola, entre outros), os recursos vinculados constitucionalmente (25% da receita de impostos), além de convênios, parcerias institucionais e recursos extraordinários destinados a programas estratégicos, como o PAR (Plano de Ações Articuladas), Eixos do MEC e políticas emergenciais.

1. FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O FUNDEB constitui a principal fonte de financiamento da educação básica nos municípios brasileiros. Em localidades com forte vulnerabilidade social, baixa arrecadação própria e grande área rural, como Serrano do Maranhão, o FUNDEB é responsável por sustentar a maior parte das despesas de pessoal e manutenção da rede educacional.

A. Composição do Fundo

O FUNDEB é alimentado por percentuais de impostos estaduais e municipais, como:

• ICMS;

• IPVA;

• ITCMD;

• FPM;

• ITR;

• receita de impostos municipais vinculados constitucionalmente.

O fundo é redistributivo: os valores recolhidos são reunidos em um montante único estadual e redistribuídos considerando o número de matrículas presenciais computadas no último Censo Escolar. Além disso, a União realiza complementação para garantir equidade, especialmente em estados com menores indicadores financeiros. Desde 2021, essa complementação ocorre em três modalidades (VAAT, VAAF e VAAR), o que amplia a responsabilidade municipal em garantir qualidade e resultados educacionais.

B. Destinação dos recursos

A vinculação do FUNDEB define que:

• **no mínimo 70%** dos recursos devem ser destinados à valorização dos profissionais da educação em efetivo exercício na educação básica;

• **até 30%** podem ser investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Essa regra assegura que uma parte significativa dos recursos seja destinada ao pagamento dos trabalhadores da educação, contribuindo para a qualidade do trabalho pedagógico e a permanência dos profissionais.

C. Utilizações permitidas com os 70%

Os recursos vinculados à valorização profissional podem financiar:

• remuneração dos profissionais do magistério e profissionais da educação;

• vencimentos de professores, coordenadores e gestores escolares;

• pagamento de contratados temporários;

• direitos trabalhistas (13º, férias, encargos, FGTS quando houver);

• formações específicas e continuadas previstas no PME;

• gratificações vinculadas ao exercício da função educacional;

• adicionais legais relacionados ao tempo de serviço ou funções pedagógicas.

D. Utilizações permitidas com os 30%

A parcela destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino pode contemplar:

• aquisição de materiais didáticos, pedagógicos e permanentes;

• reforma e ampliação de escolas;

• manutenção predial e elétrica;

• construção de salas, bibliotecas, refeitórios, banheiros acessíveis;

• compra de computadores, projetores e equipamentos tecnológicos;

• custeio do transporte escolar;

• serviços de apoio pedagógico;

• investimentos em programas que ampliem o tempo escolar, como atividades integradoras e projetos especiais.

E. Regras para o PME de Serrano do Maranhão

Para garantir coerência entre as metas do PME e o financiamento disponibilizado pelo FUNDEB, o município deverá:

• alinhar o PME ao regime permanente do FUNDEB e suas novas modalidades de complementação (VAAT, VAAF e VAAR);

• projetar cenários futuros de expansão da matrícula, tanto na zona urbana quanto rural;

• analisar a evolução demográfica e prever impactos no orçamento educacional;

• garantir cumprimento das metas de formação docente, carreira e salários, vinculando-as às possibilidades reais de custeio;

• observar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetros estruturantes de qualidade e equidade;

• fortalecer o Conselho Municipal do FUNDEB, garantindo formação, autonomia e atuação fiscalizadora;

• assegurar transparência na execução financeira pública com relatórios periódicos, audiências e publicação de dados no portal da transparência;

• articular o uso do FUNDEB aos programas complementares da União, a fim de otimizar investimentos e ampliar os resultados educacionais.

2. PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma das políticas federais mais importantes para garantir autonomia financeira às unidades escolares e fortalecer a gestão democrática da educação básica. Suas ações têm impacto direto em todos os ciclos da educação — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos — contribuindo para melhorias imediatas na infraestrutura, no funcionamento cotidiano das escolas e no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A. Objetivos do PDDE

O programa tem como finalidade proporcionar condições materiais e estruturais que assegurem o direito à aprendizagem. Assim, seus objetivos principais incluem:

• fortalecer a autonomia administrativa, financeira e operacional das escolas;

• promover pequenas reformas, reparos e manutenções emergenciais;

• adquirir materiais pedagógicos e de apoio ao processo de ensino, de acordo com as necessidades específicas de cada ciclo;

• melhorar o ambiente escolar para torná-lo mais acessível, seguro e acolhedor;

• apoiar ações de fortalecimento dos projetos pedagógicos, respeitando a diversidade cultural, territorial e social das comunidades escolares;

• assegurar maior agilidade na resolução de demandas que não dependem de processos burocráticos de grande porte.

B. Ações Agregadas ao PDDE

O PDDE se desdobra em diferentes subprogramas e ações agregadas que ampliam o atendimento às múltiplas realidades educacionais. Entre as principais, destacam-se:

• **PDDE Estrutura** – voltado à melhoria da infraestrutura física das escolas;
• **PDDE Qualidade** – destinado à aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos e recursos didáticos;
• **PDDE Campo** – apoio a escolas do campo, com foco nas especificidades rurais, incluindo logística e manutenção diferenciada;

• **PDDE Água e Energia** – voltado a escolas com dificuldades de acesso a serviços essenciais;

• **PDDE Acessibilidade** – para adaptações arquitetônicas, aquisição de recursos de tecnologia assistiva e eliminação de barreiras;

• **Mais Alfabetização** – apoio a estratégias de alfabetização nos primeiros anos;

• **Mais Educação** – incentivo à educação integral;

• **PDDE EMAEI / Educação Infantil** – destinado à melhoria das condições de atendimento na Educação Infantil;

• **PDDE Educação Especial** – apoio ao AEE e inclusão escolar.

Essas ações permitem que a política seja mais abrangente, atendendo desde as necessidades básicas - como ventilação, mobiliário e reparos — até demandas pedagógicas mais complexas, como recursos tecnológicos, materiais acessíveis e adequação das salas multifuncionais.

C. Importância do PDDE para o Município de Serrano do Maranhão

Em um município com forte predominância rural, escolas espalhadas por diferentes povoados e condições socioeconômicas desafiadoras, o PDDE desempenha papel fundamental na garantia de funcionamento adequado das instituições. Sua importância se evidencia em diversos aspectos:
• **agilidade na resolução de demandas emergenciais**, permitindo intervenções rápidas sem depender exclusivamente do orçamento centralizado da SEMECT;

• **reforço à infraestrutura básica**, como aquisição de ventiladores, bebedouros, lâmpadas, cadeiras, mesas e materiais permanentes;

• **realização de pequenas obras**, como melhorias em telhados, pisos, banheiros e acessos externos;

• **ampliação das ações pedagógicas**, viabilizando materiais de consumo, livros, jogos, recursos de alfabetização e instrumentos para laboratórios;

• **apoio às escolas do campo**, garantindo transporte, conservação de salas e atendimento à realidade de longas distâncias e vias de difícil acesso;

• **reforço às turmas de EJA**, com aquisição de materiais específicos, apoio a projetos culturais, oficinas e atividades extracurriculares;

• **incentivo à inclusão escolar**, com compra de materiais de tecnologia assistiva, adaptações físicas e apoio às salas de recursos multifuncionais.

Além disso, o PDDE colabora diretamente com as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, na medida em que fortalece a permanência, a aprendizagem, o desenvolvimento de práticas inovadoras e a melhoria das condições de ensino em todos os ciclos.

D. Implicações para o PME e para a Gestão Democrática

A gestão dos recursos do PDDE exige:

• planejamento articulado entre direção, coordenação, corpo docente, Conselho Escolar e comunidade;

• prestação de contas transparente e rigorosa, conforme as normas do FNDE;

• elaboração de diagnósticos anuais das necessidades das escolas;

• alinhamento às metas do PME e ao Plano de Ação da SEMECT;

• fortalecimento dos mecanismos de participação social, garantindo decisões democráticas sobre aplicação dos recursos.

Sob essa perspectiva, o PDDE se consolida como um mecanismo estratégico para garantir equidade, qualidade e efetividade nas políticas educacionais locais, fortalecendo o compromisso com o direito à educação pública de qualidade em Serrano do Maranhão.

3. Programas e Fontes Complementares de Financiamento

Além do FUNDEB e do PDDE, a educação municipal de Serrano do Maranhão conta com diversas fontes complementares que contribuem para fortalecer a qualidade, a inclusão e a equidade no atendimento educacional, abrangendo todos os ciclos da Educação Básica e a EJA. A seguir, detalham-se essas fontes e sua importância estratégica:

A. FNDE – Programas Estruturantes

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) oferece diversos programas que complementam o financiamento da educação municipal:

- **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**: garante a alimentação saudável e adequada aos estudantes, fortalecendo a permanência escolar, a saúde e o rendimento

acadêmico. O programa contempla todas as etapas da Educação Básica, inclusive EJA, e prioriza produtos da agricultura familiar local.

- **PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar**: assegura transporte seguro e adequado para estudantes da zona rural e urbana, reduzindo a evasão escolar e garantindo equidade no acesso.
- **Caminho da Escola**: aquisição de ônibus escolares adaptados, garantindo acessibilidade para estudantes com deficiência.
- **PAR – Plano de Ações Articuladas**: apoio a obras, reformas e melhorias na infraestrutura escolar, alinhado às demandas específicas de cada ciclo educacional.
- **Programa Escola em Tempo Integral**: recursos para ampliação da jornada escolar, projetos de atividades complementares e acompanhamento pedagógico intensivo, beneficiando especialmente anos finais do Ensino Fundamental e EJA.
- **Programa de Apoio à Implementação da BNCC**: fomenta capacitação docente, aquisição de materiais pedagógicos e adaptação curricular, assegurando que todas as escolas municipais implementem as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular.

B. Recursos Próprios do Município

O município deve investir, no mínimo, 25% de suas receitas correntes líquidas na educação, conforme determina a Constituição Federal. Esses recursos são essenciais para:

- Suplementar programas federais;
- Manter escolas em funcionamento;
- Garantir pagamento e valorização de profissionais da educação;
- Suportar projetos locais e ações emergenciais, como adaptações de infraestrutura, aquisição de mobiliário e equipamentos tecnológicos.

C. Emendas Parlamentares

Recursos provenientes de emendas parlamentares complementam o orçamento e possibilitam investimentos estratégicos, como:

- Infraestrutura escolar (salas, laboratórios e bibliotecas);
- Equipamentos tecnológicos e mobiliário;
- Climatização das salas de aula e espaços pedagógicos;
- Construção de novas unidades ou reformas de prédios escolares.

D. Convênios Estaduais

A parceria com a Secretaria de Estado da Educação permite:

- Ampliação e reforma de escolas municipais;
- Formação continuada de docentes e equipe pedagógica;
- Implementação de melhorias de infraestrutura e acessibilidade;
- Articulação com programas estaduais de inovação pedagógica.

E. Importância Estratégica

A diversificação de fontes garante:

- Sustentabilidade financeira da rede municipal;
- Atendimento integral a todas as etapas da Educação Básica, incluindo EJA e Educação Inclusiva;
- Possibilidade de planejar ações pedagógicas de curto, médio e longo prazo;
- Acesso equitativo a recursos para infraestrutura, tecnologia, formação docente e projetos educativos.

8.2 Gestão Financeira da Educação Municipal

A gestão financeira da educação municipal constitui um elemento estratégico para garantir que todas as metas do Plano Municipal de Educação (PME) sejam implementadas de forma eficiente, sustentável e transparente. Recursos mal aplicados ou mal planejados comprometem não apenas a infraestrutura e os programas pedagógicos, mas também o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva — e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Portanto, é imprescindível que a gestão financeira esteja alicerçada em **princípios sólidos de transparência, eficiência, planejamento estratégico, participação social e responsabilidade fiscal**, garantindo que cada recurso seja aplicado de forma ética, equitativa e orientada para resultados pedagógicos efetivos.

1. Planejamento Orçamentário

O planejamento financeiro da educação deve ser cuidadosamente articulado aos principais instrumentos de gestão pública, garantindo coerência entre as metas do PME, as diretrizes curriculares (BNCC/DCTMA), as políticas de inclusão e as exigências legais de gestão fiscal. Os três instrumentos centrais são:

- **PPA – Plano Plurianual (vigência de 4 anos):**

Este instrumento estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo, permitindo que as ações e projetos previstos no PME sejam planejados de forma sustentável e contínua. O PPA deve contemplar expansão de vagas, ampliação de unidades escolares, capacitação docente e implementação de políticas de inclusão, garantindo que os investimentos tenham impacto positivo em todas as etapas da Educação Básica e EJA.

- **LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias:**

A LDO define as prioridades anuais do governo municipal e orienta a elaboração da LOA. No contexto da educação, a LDO deve refletir a hierarquização de metas estratégicas do PME, como a universalização da Educação Infantil, redução do analfabetismo, fortalecimento da EJA e projetos de acessibilidade. Além disso, assegura que recursos destinados a programas como FUNDEB, PDDE e FNDE sejam aplicados de acordo com as prioridades pedagógicas e sociais do município.

- **LOA – Lei Orçamentária Anual:**

A LOA é o instrumento que detalha a alocação de recursos financeiros de forma anual, traduzindo o planejamento em execução concreta. Para a educação, é essencial que a LOA contemple: pagamento de pessoal, manutenção das escolas, aquisição de materiais pedagógicos e permanentes, programas de formação docente, projetos interdisciplinares, investimentos em infraestrutura e ações específicas para inclusão e equidade. A LOA também deve considerar a distribuição proporcional

de recursos entre os diferentes ciclos da Educação Básica e EJA, garantindo que cada etapa receba suporte financeiro adequado às suas necessidades.

A. Como inserir o PME nesses instrumentos

- **Alinhamento das metas anuais do PME à LOA:**

Cada meta definida no PME deve ter previsão orçamentária correspondente na LOA, assegurando que programas, projetos pedagógicos, infraestrutura, aquisição de materiais e capacitação docente possam ser efetivamente executados em todos os ciclos. Essa integração evita lacunas entre planejamento estratégico e execução financeira.

- **Previsão de despesas de médio prazo no PPA:**

O PPA deve projetar despesas de médio prazo para atender à expansão da rede, à melhoria de qualidade da educação e ao fortalecimento de programas como EJA, Educação Infantil e Inclusiva. Isso permite que o município antecipe necessidades futuras, planeje a aquisição de equipamentos e organize investimentos que impactem diretamente a aprendizagem e permanência dos estudantes.

- **Definição de prioridades estratégicas na LDO:**

A LDO deve estabelecer quais ações são prioritárias a cada ano, considerando demandas emergenciais, metas do PME, programas federais complementares e necessidades específicas de cada ciclo educacional. As prioridades devem orientar a alocação eficiente de recursos, garantindo que as etapas mais críticas — como alfabetização inicial, EJA e inclusão de estudantes com deficiência — recebam atenção especial.

2. Princípios de Boa Gestão Financeira

A gestão financeira da educação municipal deve ser orientada por princípios sólidos que assegurem aplicação eficiente, ética e transparente dos recursos, garantindo que as metas do PME sejam plenamente alcançadas em todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva — e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses princípios norteiam decisões estratégicas, promovem accountability e fortalecem a confiança da sociedade no sistema educacional.

A. Eficiência

A eficiência consiste em **maximizar os resultados pedagógicos com os recursos disponíveis**, reduzindo desperdícios e aprimorando processos administrativos e financeiros. No contexto do município de Serrano do Maranhão, isso envolve:

- racionalização de despesas correntes e manutenção de escolas;
- priorização de investimentos em materiais pedagógicos, tecnologia e infraestrutura;
- planejamento criterioso de recursos humanos, garantindo a adequada distribuição de professores, coordenadores e AEE;
- monitoramento contínuo de execução orçamentária, evitando subutilização ou alocação inadequada de recursos;
- otimização de programas federais, como FUNDEB e PDDE, integrando-os ao planejamento pedagógico municipal.

B. Transparência

A transparência exige que **todas as ações financeiras sejam públicas, compreensíveis e acessíveis**, permitindo que gestores, professores, estudantes e a sociedade civil acompanhem o destino dos recursos. Medidas importantes incluem:

- publicação detalhada de gastos no **Portal da Transparência** do município;
- divulgação de relatórios periódicos sobre aplicação de recursos do FUNDEB, PDDE e demais programas;
- comunicação clara sobre critérios de priorização de investimentos e execução orçamentária;
- disponibilização de informações em linguagem acessível, garantindo participação informada de todos os segmentos da comunidade escolar.

C. Controle social

O controle social assegura que **a comunidade participe ativamente da fiscalização e orientação das ações financeiras**, fortalecendo a democracia e a responsabilidade pública. No âmbito educacional, envolve:

- atuação do **Conselho Municipal de Educação**, garantindo a observância das metas do PME;
- participação do **Conselho do FUNDEB**, verificando a aplicação correta de recursos para valorização de profissionais e manutenção escolar;
- acompanhamento do **Conselho Escolar**, envolvendo gestores, professores, familiares e estudantes;
- engajamento da sociedade civil em auditorias, reuniões e fóruns de discussão, promovendo avaliação crítica e sugestões para melhorias contínuas.

D. Previsibilidade

A previsibilidade garante que os **gastos e investimentos sejam planejados com antecedência**, assegurando estabilidade e continuidade das ações pedagógicas. Para isso, devem ser adotadas medidas como:

- elaboração de **planejamento anual de despesas por escola**, contemplando todas as etapas da Educação Básica e EJA;
- projeção de necessidades futuras, considerando crescimento populacional, expansão de turmas e demandas específicas de inclusão;
- definição clara de prioridades de investimento, vinculadas às metas do PME e às políticas nacionais e estaduais de educação;
- integração do planejamento financeiro com PPA, LDO e LOA, garantindo coerência entre metas estratégicas e execução de recursos.

3. Gestão por Resultados

A **gestão por resultados** na educação municipal consiste em **articular a alocação de recursos financeiros, humanos e materiais com objetivos claros, mensuráveis e estratégicos**, de forma a garantir que cada investimento realizado gere impacto efetivo e mensurável na qualidade do ensino. Esse modelo não se limita à execução orçamentária, mas envolve **planejamento, acompanhamento, avaliação e ajustes contínuos**, permitindo que a gestão identifique, de maneira

sistemática, os efeitos das ações pedagógicas sobre a aprendizagem, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Ao aplicar a gestão por resultados nos diferentes ciclos da Educação Básica — **Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos (EJA)** — a administração educacional assegura que cada decisão seja **estrategicamente orientada para atender às necessidades específicas de cada etapa**, respeitando as trajetórias de aprendizagem, os contextos socioculturais e as particularidades de cada público.

Na **Educação Infantil**, a gestão por resultados busca garantir recursos para o desenvolvimento integral das crianças, assegurando materiais pedagógicos lúdicos, brinquedos educativos, ambientes seguros e estimulantes, além de formação continuada para os profissionais da primeira infância. A ênfase é no acompanhamento de indicadores como desenvolvimento socioemocional, habilidades de linguagem, coordenação motora e interação social, considerando que a aprendizagem nesta etapa é inseparável do cuidado e da vivência lúdica.

Nos **anos iniciais e finais do Ensino Fundamental**, a gestão por resultados direciona recursos para fortalecer a alfabetização e o letramento, o pensamento lógico-matemático, a compreensão científica e tecnológica, bem como habilidades socioemocionais e de cidadania. A aplicação estratégica de recursos contempla aquisição de materiais didáticos e tecnológicos, implementação de laboratórios, bibliotecas, oficinas práticas e atividades de projeto interdisciplinares, monitorando indicadores de desempenho escolar, participação em projetos, frequência e conclusão das etapas.

Na **Educação Inclusiva**, a gestão por resultados implica alocação de recursos para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Inclui investimento em tecnologias assistivas, adaptações curriculares, formação de professores em metodologias inclusivas, criação de ambientes acessíveis e acompanhamento especializado por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os indicadores de sucesso contemplam avanços na autonomia, na comunicação, na participação plena e na superação de barreiras de aprendizagem.

Na **EJA**, a gestão por resultados deve considerar trajetórias escolares interrompidas, experiências de vida e condições de trabalho e família. Os recursos devem ser direcionados para práticas pedagógicas flexíveis, contextualizadas e culturalmente significativas, além de materiais acessíveis, atividades práticas, projetos comunitários e ações que valorizem saberes prévios. Indicadores estratégicos incluem progressão de aprendizagem, engajamento dos estudantes, frequência, conclusão de etapas e fortalecimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Em todos os ciclos, a gestão por resultados integra **planejamento orçamentário, acompanhamento contínuo, avaliação de impacto e ajustes estratégicos**, garantindo que cada investimento seja coerente com as metas do **Plano Municipal de Educação (PME)** e com os objetivos do **Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)**. Esse enfoque promove **eficiência, transparência, responsabilização da gestão, equidade e melhoria contínua da qualidade da educação**, transformando o recurso público em instrumento efetivo para a aprendizagem, inclusão, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes do município.

A. Redução da evasão escolar

Os recursos devem ser direcionados para ações que **promovam a permanência e a conclusão da escolaridade**, tais como:

- programas de reforço e acompanhamento pedagógico individualizado;
- projetos socioemocionais para fortalecer vínculo escola-família;
- transporte escolar eficiente para garantir deslocamento seguro e regular;
- apoio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- iniciativas que valorizem o protagonismo juvenil e adulto, engajando os estudantes nos processos educativos.

B. Melhoria do desempenho escolar

Investimentos devem favorecer a **aprimoração das competências e habilidades previstas na BNCC e DCTMA**, considerando as especificidades de cada ciclo. Exemplos incluem:

- aquisição de materiais didáticos atualizados e tecnológicos;
- capacitação continuada de professores e coordenadores pedagógicos;
- implementação de laboratórios, bibliotecas e espaços de aprendizagem ativa;
- programas de leitura, escrita, matemática e linguagens digitais;
- avaliação formativa e somativa integrada ao planejamento pedagógico, com feedback constante.

C. Implantação de projetos que favoreçam inclusão e equidade

Os recursos devem apoiar ações que **reduzam desigualdades e promovam a participação plena de todos os estudantes**, especialmente:

- Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- programas de incentivo à inclusão cultural, racial e de gênero, alinhados à Lei 10.639/03 e às políticas quilombolas;
- projetos de multiletramentos, práticas interdisciplinares e atividades contextualizadas ao território;
- formação de professores em pedagogias inclusivas e metodologias adaptativas;
- aquisição de materiais acessíveis, tecnologias assistivas e adaptações físicas das escolas.

D. Aquisição de materiais e infraestrutura pedagógica

A gestão por resultados orienta a **priorização de investimentos em estruturas e recursos que impactem diretamente o aprendizado**:

- ampliação e manutenção de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer;
- aquisição de equipamentos tecnológicos, mobiliário escolar e recursos pedagógicos;
- implementação de sistemas de acessibilidade física e comunicacional;
- manutenção de espaços de convivência e aprendizagem prática, como hortas, oficinas e ateliês;
- atualização contínua do acervo didático e de suporte às metodologias ativas.

E. Atendimento às políticas específicas da EJA, Educação Infantil e Educação Especial

Recursos devem ser planejados para atender **necessidades singulares de cada etapa e modalidade**:

- EJA: flexibilização de horários, valorização de saberes prévios, projetos contextualizados à realidade do estudante adulto;
- Educação Infantil: recursos para desenvolvimento integral, brinquedos pedagógicos, materiais lúdicos e formação de professores;
- Educação Especial: materiais adaptativos, tecnologias assistivas, formação docente e acompanhamento especializado para garantir a equidade.

4. Auditoria e Controle Interno

A **Secretaria Municipal de Educação (SEMED)** deve instituir mecanismos permanentes de auditoria e controle interno para garantir a **transparência, a legalidade, a eficiência e a eficácia** na aplicação dos recursos destinados à educação em todos os ciclos — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e EJA. Estes mecanismos têm como objetivo prevenir irregularidades, otimizar o uso dos recursos públicos e assegurar que os investimentos promovam impactos efetivos na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Principais ações de auditoria e controle:

1. Auditoria preventiva

- Revisão periódica de contratos, licitações e processos de compras para garantir conformidade com a legislação vigente;
- Fiscalização antecipada de gastos com obras, reformas, aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos;
- Avaliação de processos administrativos e financeiros para evitar desperdícios e desvios de recursos.

2. Verificação de conformidade

- Controle contínuo do cumprimento das normas do FUNDEB, PDDE, PNAE e demais programas estruturantes;
- Conferência da destinação correta dos recursos, assegurando que os percentuais destinados à valorização de profissionais da educação e à manutenção das escolas sejam respeitados;
- Revisão da adequação do planejamento orçamentário às metas do PME e aos instrumentos legais (PPA, LDO e LOA).

3. Acompanhamento específico dos programas

- Monitoramento sistemático do **FUNDEB**, garantindo que a aplicação priorize a valorização do magistério e os investimentos pedagógicos em todas as etapas da educação;
- Controle detalhado dos recursos do **PDDE**, assegurando que os repasses atendam às necessidades estruturais, pedagógicas e de inclusão nas escolas urbanas e rurais;
- Fiscalização do uso de programas complementares como PNAE, PNATE e Caminho da Escola, garantindo que beneficiem diretamente estudantes de todos os ciclos.

4. Treinamento e capacitação de gestores escolares

- Formação continuada para diretores, coordenadores e responsáveis administrativos sobre legislação, normas de prestação de contas, sistemas de registro e controle financeiro;

- Orientação sobre gestão eficiente de recursos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva e EJA;
- Desenvolvimento de competências para elaboração de relatórios, monitoramento de metas e implementação de ações corretivas.

5. Mapeamento e mitigação de riscos financeiros

- Identificação de potenciais riscos de irregularidades, fraudes ou desvios;
- Criação de indicadores de monitoramento para acompanhar a execução orçamentária e o impacto dos recursos na aprendizagem;
- Definição de protocolos de correção e prevenção de falhas, assegurando que os recursos cheguem efetivamente às escolas e aos estudantes.

A implementação robusta desses mecanismos garante **controle social e accountability**, fortalece a confiança da comunidade na gestão pública e assegura que cada recurso investido contribua efetivamente para a **qualidade, equidade, inclusão e permanência** dos estudantes em todos os ciclos da Educação Básica e na EJA, alinhando a execução financeira com as metas do PME e com os objetivos estratégicos do município.

1. Alocação por Infraestrutura e Recursos Físicos

Para assegurar condições adequadas de ensino-aprendizagem, os recursos devem ser direcionados à melhoria e manutenção da infraestrutura escolar, considerando:

- **Escolas Urbanas e Rurais**: reformas, climatização, pintura, iluminação, cercas, acessibilidade;
- **Salas Multisseriadas**: organização de mobiliário flexível, equipamentos compartilhados e recursos pedagógicos diversificados;
- **Bibliotecas e Salas de Leitura**: aquisição de acervos atualizados, computadores e materiais multimídia;
- **Laboratórios e Espaços Experimentais**: laboratórios de ciências, informática, artes e tecnologia;
- **Espaços de Educação Física e Cultura**: quadras, ginásios, auditórios, salas de dança, música e manifestações culturais locais.

2. Alocação para Formação Continuada de Profissionais

Os investimentos em formação docente e de equipe técnica garantem melhoria na qualidade pedagógica:

- **Capacitação em BNCC e DCTMA**: atualização contínua de professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA;
- **Inclusão e Educação Especial**: cursos de DUA, Libras, CAA, atendimento a altas habilidades e superdotação;
- **EJA e Alfabetização de Adultos**: metodologias contextualizadas, projetos interdisciplinares e uso de tecnologias;
- **Gestão Escolar**: treinamento em planejamento, avaliação, uso de recursos e liderança pedagógica;

- **Projetos Interdisciplinares**: oficinas, seminários e formação prática para implementação de projetos locais, culturais e comunitários.

3. Alocação para Tecnologias Educacionais

- **Equipamentos digitais**: tablets, computadores, projetores, lousas digitais;
- **Plataformas de aprendizagem**: sistemas de apoio a EJA, educação infantil e ensino fundamental;
- **Recursos de inclusão**: softwares e aplicativos para estudantes com deficiência ou necessidades especiais;
- **Conectividade**: acesso à internet para escolas urbanas e rurais, favorecendo ensino híbrido e projetos digitais.

4. Alocação por Programas e Projetos Estratégicos

A distribuição de recursos deve considerar a implementação de programas estruturantes e projetos locais:

- **Projetos de Leitura e Escrita**: incentivo ao hábito da leitura, feiras literárias, clubes de leitura;
- **Horta e Alimentação Escolar**: materiais, insumos e equipamentos para cultivo sustentável;
- **Semana da Consciência Negra e Cultura Quilombola**: recursos para oficinas, apresentações e materiais educativos;
- **Educação Ambiental e Sustentabilidade**: investimentos em coleta seletiva, reutilização e laboratórios ambientais;
- **Educação Profissional e Tecnológica**: equipamentos para oficinas de aprendizagem técnica e projetos de geração de renda.

5. Critérios de Equidade na Distribuição

Para garantir justiça na aplicação dos recursos, devem ser observados:

- **Perfil socioeconômico da comunidade**: priorização de escolas com maior vulnerabilidade;
- **Tamanho e demanda das turmas**: alocação proporcional ao número de estudantes;
- **Inclusão e acessibilidade**: atendimento a estudantes com deficiência, EJA e multisseriados;
- **Impacto pedagógico esperado**: foco em ações que promovam aprendizagem significativa, permanência e equidade.

2. Alocação por Infraestrutura Escolar

A alocação de recursos para infraestrutura escolar deve contemplar a melhoria das condições físicas e tecnológicas, garantindo ambientes seguros, inclusivos e propícios à aprendizagem para todos os ciclos — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Especial e EJA. Os investimentos previstos incluem:

- **Salas de aula climatizadas e ventiladas**: garantindo conforto térmico e condições adequadas para aprendizagem em todas as regiões, inclusive nas escolas do campo;

- **Mobiliário adequado e ergonomicamente planejado**: carteiras, cadeiras, mesas para atividades coletivas e individuais, considerando necessidades de estudantes com deficiência;
- **Conectividade e infraestrutura digital**: instalação de rede de internet estável, pontos de acesso Wi-Fi, computadores, tablets e projetores multimídia para apoio pedagógico e inclusão digital;
- **Bibliotecas e salas de leitura**: organização de acervos diversificados (livros, gibis, recursos digitais), espaços de leitura acolhedores e acessíveis, estimulando a prática leitora e a alfabetização em todos os ciclos;
- **Laboratórios de ciências, informática, música, artes e tecnologia**: equipados com materiais, instrumentos, softwares e equipamentos pedagógicos que favoreçam atividades experimentais e práticas;
- **Quadras esportivas, ginásios e espaços de recreação**: promoção da educação física, esportes, atividades culturais e integração social entre os estudantes;
- **Acessibilidade arquitetônica**: rampas, banheiros adaptados, pisos táteis, sinalização em braille, corredores amplos e sinalização visual/sonora, assegurando participação plena de estudantes com deficiência;
- **Segurança e conservação**: muros, portões, iluminação eficiente, extintores, cercas e sistemas de proteção, assegurando ambientes protegidos e propícios ao desenvolvimento pedagógico;
- **Manutenção preventiva e corretiva**: criação de planos de manutenção periódica para evitar deterioração das instalações e garantir o uso contínuo e seguro de todos os espaços;
- **Ambientes de integração comunitária**: espaços multiuso que permitam ações culturais, projetos sociais e participação da comunidade, fortalecendo vínculos entre escola e sociedade local.

3. Alocação por Formação Continuada

A formação continuada é um componente estratégico para garantir qualidade pedagógica, inclusão e atualização docente em todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Especial — e EJA. A alocação de recursos deve priorizar capacitação permanente e contextualizada, contemplando:

- **Formação sobre BNCC, ADE dos Guarás e DCTMA**: capacitação dos professores para planejamento, sequências didáticas, avaliação e articulação interdisciplinar, garantindo que as metas curriculares sejam alcançadas de maneira eficiente;
- **Educação Inclusiva**: capacitação sobre atendimento educacional especializado (AEE), DUA (Desenho Universal para Aprendizagem), tecnologias assistivas, adaptação de materiais e metodologias que promovam equidade e participação plena de estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento;
- **Educação no campo**: formação voltada para o contexto rural, considerando especificidades do trabalho agrícola, cultura local, EJA rural e multisseriação, garantindo estratégias pedagógicas contextualizadas e permanência escolar;
- **Avaliação e monitoramento da aprendizagem**: capacitação em instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, construção de indicadores de desempenho, análise de relatórios pedagógicos, acompanhamento das metas do PME e do PNE;
- **Gestão escolar democrática**: formação de gestores e coordenadores em liderança participativa, planejamento estratégico, acompanhamento de metas, gestão de recursos humanos e financeiros, mediação de conflitos e integração com conselhos escolares e comunidade;

- **Educação étnico-racial e diversidade cultural (Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08)**: capacitação sobre história e cultura afro-brasileira, quilombola e indígena, implementação de projetos e conteúdos curriculares que valorizem a diversidade cultural, étnica e de gênero;
- **Metodologias ativas e tecnologias educacionais**: formação sobre ensino híbrido, laboratórios de aprendizagem, uso pedagógico de softwares, plataformas digitais e recursos multimídia;
- **Saúde, bem-estar e competências socioemocionais**: capacitação sobre estratégias de desenvolvimento socioemocional, inclusão de práticas de bem-estar, prevenção de bullying, resolução de conflitos e fortalecimento da autoestima;
- **Programas intersetoriais e projetos comunitários**: formação para implementação de projetos que articulem escola, família e comunidade, fortalecendo o protagonismo estudantil e a participação comunitária;
- **Acompanhamento e atualização contínua**: criação de ciclos anuais ou semestrais de capacitação, avaliação do impacto na prática docente e ajustes nas estratégias de formação, garantindo que os recursos investidos produzam efeitos concretos na aprendizagem e permanência de todos os estudantes.

4. Alocação por Programas Estruturantes

A alocação de recursos para programas estruturantes tem como objetivo fortalecer ações estratégicas que impactam diretamente a aprendizagem, a permanência, a inclusão e a valorização cultural em todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva — e EJA. Os recursos devem ser planejados considerando a realidade urbana e rural do município de Serrano do Maranhão e contemplando as seguintes áreas:

- **Educação Integral**: investimentos em projetos de tempo integral, ampliando o horário escolar e oferecendo atividades complementares como oficinas de artes, esportes, música, teatro e reforço escolar, promovendo desenvolvimento integral e equidade entre os estudantes;
- **Tecnologias Educacionais**: aquisição e manutenção de computadores, tablets, lousas digitais, laboratórios de informática e softwares educativos; capacitação docente para uso pedagógico das tecnologias; integração de plataformas digitais para acompanhamento de aprendizagem e estímulo à inclusão digital;
- **Alfabetização e Numeramento**: recursos para implementação de programas de alfabetização inicial, alfabetização tardia e numeramento, com aquisição de materiais pedagógicos específicos, livros, jogos educativos e kits de atividades práticas para Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA; formação docente continuada em metodologias de alfabetização e letramento;
- **Horta Escolar e Alimentação Saudável**: financiamento de hortas pedagógicas, equipamentos e insumos; capacitação de professores e estudantes para práticas de cultivo, alimentação saudável e sustentabilidade; integração com o currículo, promovendo projetos interdisciplinares de Ciências, Matemática, Educação Ambiental e Cidadania;
- **Transporte Escolar**: recursos destinados à manutenção e aquisição de veículos escolares, garantindo transporte seguro e regular para estudantes da zona rural, Educação Infantil, EJA e Educação Especial; priorização de acessibilidade para estudantes com deficiência; planejamento logístico eficiente para garantir frequência e permanência escolar;
- **Cultura e Identidade Quilombola**: investimentos em projetos que valorizem a história, cultura, línguas e manifestações quilombolas; aquisição de materiais pedagógicos

específicos; realização de oficinas culturais, apresentações artísticas, festas tradicionais e atividades de preservação da memória local; capacitação docente sobre diversidade étnico-racial, legislação e metodologias inclusivas; integração das ações com políticas de educação étnico-racial e inclusão cultural previstas na Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08.

5. Critérios Equitativos e Indicadores

A alocação de recursos deve observar critérios equitativos que permitam distribuir investimentos de forma justa, eficiente e estratégica, garantindo que todas as escolas e estudantes da Rede Municipal de Ensino de Serrano do Maranhão tenham acesso às condições necessárias para o pleno desenvolvimento. Esses critérios consideram a diversidade de contextos, o porte das escolas e as especificidades de cada ciclo da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva — e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A. Critérios

- **Número de alunos matriculados**: escolas com maior número de estudantes recebem recursos proporcionais para garantir atendimento adequado e qualidade das aprendizagens;
- **Vulnerabilidade social**: priorização de unidades escolares em áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica, garantindo apoio a estudantes em situação de risco, favelas, comunidades quilombolas e zona rural;
- **Localização (rural/urbana)**: atenção especial às escolas rurais, multisseriadas e de difícil acesso, considerando deslocamentos, transporte escolar e condições de infraestrutura;
- **Multisseriação**: distribuição de recursos para atender turmas com alunos de diferentes séries na mesma sala, garantindo materiais pedagógicos diversificados, formação docente específica e apoio individualizado;
- **Acessibilidade e inclusão**: alocação de recursos para atender estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, incluindo tecnologias assistivas, adaptações de materiais, acessibilidade arquitetônica e transporte adaptado.

B. Indicadores

Para mensurar a eficácia da alocação e orientar ajustes contínuos, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos:

- **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)**: acompanhamento do desempenho global da rede e por escola, permitindo comparar evolução ao longo do tempo;
- **Taxa de evasão escolar**: monitoramento das desistências, faltas e abandono, identificando necessidades de intervenção pedagógica e social;
- **Proficiência em língua portuguesa e matemática**: indicadores de aprendizagem por ciclo, incluindo alfabetização inicial, letramento, numeramento e habilidades funcionais;
- **Infraestrutura escolar avaliada pelo PAR (Plano de Ações Articuladas)**: condições físicas, climatização, acessibilidade, laboratórios, bibliotecas e equipamentos tecnológicos;
- **Participação e engajamento**: frequência e permanência dos estudantes em projetos pedagógicos, programas de Educação Integral e atividades culturais;
- **Indicadores socioemocionais e inclusivos**: evolução de estudantes atendidos pelo AEE, participação em atividades adaptadas e promoção de equidade no ambiente escolar.

8.4 Recomendações para o PME de Serrano do Maranhão

A análise das fontes de financiamento, gestão financeira e estratégias de alocação de recursos permite apresentar recomendações estratégicas para o fortalecimento do PME, garantindo qualidade, inclusão, equidade e sustentabilidade financeira da Rede Municipal de Ensino.

1. Metas financeiras claras

Para assegurar a aplicação eficiente dos recursos e a melhoria contínua da educação em todos os ciclos, recomenda-se:

- **Cumprimento do mínimo constitucional**: assegurar a aplicação de no mínimo 25% da receita municipal em educação, respeitando critérios de equidade e proporcionalidade;
- **Ampliação de investimentos na EJA**: destinar recursos específicos para infraestrutura, material didático contextualizado, formação de professores e projetos socioeducativos voltados a jovens e adultos;
- **Aplicação correta do FUNDEB**: destinar pelo menos 70% dos recursos para valorização dos profissionais da educação (salários, gratificações, capacitação continuada), e os 30% restantes para manutenção e desenvolvimento do ensino, garantindo que escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Especial e EJA tenham condições adequadas de funcionamento;
- **Prioridade para inclusão e acessibilidade**: contemplar adaptações arquitetônicas, tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e transporte acessível;
- **Transparência e controle social**: publicação regular de gastos, acompanhamento pelo Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e sociedade civil, assegurando prestação de contas clara e efetiva.

2. Planejamento de 10 anos

Um horizonte decenal permite alinhar crescimento populacional, expansão da rede e qualidade da educação:

- **Estimativa de crescimento populacional**: projetar aumento de matrículas em todas as etapas da Educação Básica e EJA, considerando dados demográficos, tendências migratórias e expansão urbana e rural;
- **Demanda escolar e infraestrutura**: planejar ampliação de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, quadras esportivas, refeitórios, transporte escolar e unidades multisseriadas, garantindo atendimento eficiente em todas as regiões;
- **Necessidades estruturais e tecnológicas**: investir em conectividade, laboratórios de ciências e informática, climatização, segurança e acessibilidade, assegurando condições de aprendizagem adequadas para todas as etapas;
- **Formação continuada e valorização profissional**: programar ações de capacitação docente alinhadas à BNCC, ADE dos Guarás, DCTMA, educação inclusiva, EJA e políticas étnico-raciais, fortalecendo a prática pedagógica e a gestão escolar;
- **Monitoramento e revisão periódica**: estabelecer ciclos anuais e bianuais de análise de execução financeira, resultados de aprendizagem e impacto social, garantindo que o PME permaneça atualizado e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

3. Criação de um Plano Municipal de Infraestrutura Escolar

- Desenvolver um **Plano Municipal de Infraestrutura Escolar**, articulado ao **PAR (Plano de Ações Articuladas)**, com atualização anual das prioridades de manutenção, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos;
- Garantir que o plano contemple **todas as etapas da educação**: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Especial e EJA;
- Priorizar escolas localizadas em áreas rurais, unidades multisseriadas e ambientes com condições precárias de estrutura física;
- Incluir aspectos de **acessibilidade universal**, segurança, conectividade e adequação tecnológica, assegurando ambientes propícios à aprendizagem e à inclusão;
- Definir cronogramas e indicadores de execução, permitindo monitoramento contínuo e ajustes estratégicos conforme a realidade local e recursos disponíveis.

4. Fortalecimento do Conselho do FUNDEB

- Capacitar conselheiros para **acompanhar, analisar e fiscalizar** a aplicação dos recursos do FUNDEB, com ênfase na transparência e eficiência;
- Realizar **reuniões regulares**, com pautas sistemáticas de monitoramento de execução orçamentária, análise de indicadores de aprendizagem e acompanhamento da valorização dos profissionais da educação;
- Integrar o Conselho à gestão pedagógica, garantindo que decisões financeiras reflitam **prioridades educacionais e metas do PME**;
- Promover participação da sociedade civil e da comunidade escolar, fortalecendo o controle social e a responsabilização coletiva;
- Estimular a **articulação entre Conselho do FUNDEB, Conselho Escolar e SEMED**, promovendo debates sobre inclusão, equidade, EJA e políticas educacionais especiais.

5. Formação para gestores escolares

- Oferecer **capacitação continuada** para gestores sobre gestão financeira, uso eficiente do PDDE e FUNDEB, planejamento orçamentário, prestação de contas e auditoria interna;
- Desenvolver habilidades em **planejamento estratégico, acompanhamento de metas, avaliação de impacto pedagógico e gestão de recursos humanos e materiais**;
- Incluir formação sobre **BNCC, DCTMA, ADE dos Guarás, educação inclusiva, EJA e políticas étnico-raciais**, garantindo alinhamento pedagógico e técnico;
- Criar instrumentos de **monitoramento de execução financeira e pedagógica**, com indicadores claros de desempenho e relatórios gerenciais;
- Estimular a troca de experiências entre gestores e acompanhamento de boas práticas, fortalecendo a **responsabilidade, transparência e eficiência na administração escolar**.

6. Monitoramento Contínuo

O monitoramento contínuo constitui etapa essencial para garantir que os recursos financeiros, humanos e materiais estejam efetivamente promovendo aprendizagem de qualidade, inclusão, equidade e permanência escolar em **todos os ciclos da Educação Básica e EJA**.

Ações previstas:

1. **Avaliação semestral de impacto**

- Analisar indicadores de aprendizagem e desempenho por ciclo (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Educação Especial e EJA);
- Avaliar evolução nas competências e habilidades previstas na **BNCC, DCTMA e ADE dos Guarás**;
- Verificar eficácia de programas e projetos financiados (alfabetização, reforço escolar, projetos interdisciplinares, cultura e identidade local).

2. **Indicadores de monitoramento**
   - Taxa de frequência e permanência;
   - Redução da evasão escolar;
   - Qualidade das mediações pedagógicas;
   - Participação de estudantes em atividades e projetos;
   - Impacto em estudantes atendidos pelo **AEE** e medidas de inclusão;
   - Eficiência na utilização de recursos destinados à infraestrutura, materiais pedagógicos e formação continuada.
3. **Ferramentas de acompanhamento**
   - Relatórios bimestrais das turmas e das escolas;
   - Observações sistemáticas em sala de aula;
   - Avaliações institucionais participativas;
   - Reuniões com equipe gestora, professores, estudantes e Conselho Escolar para devolutivas e ajustes.
4. **Objetivos do monitoramento**
   - Garantir transparência e responsabilização na aplicação dos recursos;
   - Ajustar estratégias pedagógicas, administrativas e orçamentárias;
   - Ampliar a equidade educacional, atendendo às necessidades de estudantes em diferentes contextos;
   - Produzir dados confiáveis para subsidiar decisões da **SEMED** e alinhamento com o **PME**.

9. ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL

A articulação entre escola, poder público municipal, comunidade local e sociedade civil organizada constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação de um sistema educacional **democrático, inclusivo e capaz de responder às necessidades reais da população**. No município de Serrano do Maranhão, essa articulação assume caráter estratégico, considerando o contexto social, econômico e cultural local: trata-se de um território marcado por forte identidade cultural, expressa nas práticas tradicionais, manifestações populares, folclore, atividades rurais e pesqueiras, e por desafios históricos no que tange ao acesso, permanência e sucesso escolar.

A participação efetiva da comunidade na vida escolar não apenas fortalece os vínculos entre os diferentes atores educacionais, mas também **qualifica a gestão das políticas públicas**, favorecendo a tomada de decisões fundamentadas em informações concretas sobre a realidade local. A presença da comunidade permite o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas no **Plano Municipal de Educação (PME)**, estimula a corresponsabilização de todos os segmentos e contribui para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, que valorizem a cultura, a história e as identidades locais.

Essa articulação deve ocorrer de forma **estruturada, permanente e sistêmica**, envolvendo diferentes dimensões de atuação:

1. **Participação da comunidade nas instâncias de gestão escolar**

A inclusão de representantes da comunidade nos Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação e em comitês de acompanhamento de programas e projetos garante que as decisões reflitam as necessidades e prioridades locais. Esses espaços devem atuar na análise e acompanhamento do planejamento pedagógico, da aplicação de recursos financeiros, da execução de programas estruturantes e da avaliação das políticas públicas, promovendo transparência, controle social e corresponsabilização coletiva.

2. **Parcerias com sociedade civil organizada**

Organizações não governamentais, associações comunitárias, movimentos culturais e associações de produtores rurais podem apoiar ações educativas, promover projetos de valorização cultural, oferecer capacitação complementar e contribuir para o desenvolvimento de iniciativas de inclusão social. A articulação com esses atores potencializa recursos, experiências e saberes locais, promovendo **educação contextualizada, prática e significativa**, que dialoga com as atividades cotidianas da comunidade, como agricultura, pesca, artesanato e manifestações culturais.

3. **Engajamento familiar**

O envolvimento das famílias é determinante para garantir a frequência, permanência e sucesso dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estratégias de engajamento incluem reuniões periódicas, oficinas de orientação pedagógica, projetos participativos e comunicação contínua sobre desempenho e necessidades específicas dos estudantes. A valorização do papel da família fortalece vínculos, estimula a corresponsabilização e reforça a cultura de cuidado e valorização da educação.

4. **Ações comunitárias e educativas integradas**

A articulação deve contemplar a promoção de atividades extracurriculares, eventos culturais, feiras de ciências, projetos ambientais, oficinas de formação profissional e ações voltadas à saúde e bem-estar. Essas iniciativas não apenas enriquecem o currículo escolar, mas também fortalecem o protagonismo estudantil, promovem cidadania ativa e contribuem para a valorização da cultura local, respeitando os princípios da Lei 10.639/03 e das políticas de valorização das comunidades quilombolas presentes no município.

5. **Monitoramento e avaliação participativa**

É essencial que a interação entre escola e comunidade seja monitorada sistematicamente, registrando impactos das ações, níveis de participação, eficácia das parcerias e satisfação dos diferentes atores. Esse acompanhamento permite ajustar estratégias, planejar novas ações e assegurar que as iniciativas sejam **sustentáveis, equitativas e inclusivas**, promovendo melhoria contínua da qualidade da educação.

Assim, a articulação com a comunidade e sociedade civil organizada não se limita à formalidade institucional: ela é uma **estratégia pedagógica, administrativa e social**, capaz de consolidar a educação como instrumento de transformação, fortalecimento da cidadania e promoção da equidade em Serrano do Maranhão. Por meio dessa integração, o PME se torna um documento vivo, conectado à realidade local, sensível às diversidades culturais, sociais e econômicas, e comprometido com a construção de um sistema educacional inclusivo, democrático e de qualidade para todos os estudantes.

9.1 Parcerias com Entidades Educacionais e Sociais

A construção de **parcerias permanentes, estruturadas e pactuadas** com instituições externas ao ambiente escolar é fundamental para ampliar a oferta de serviços, fortalecer ações pedagógicas e diversificar oportunidades para estudantes, professores e famílias. Essas parcerias devem ser orientadas por critérios de **pertinência educacional, eficácia, transparência, sustentabilidade e impacto social**, garantindo que cada ação contribua de forma concreta para o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estabelecimento de parcerias estratégicas permite à escola não apenas **complementar o currículo**, mas também promover experiências práticas, desenvolver competências socioemocionais e profissionais, valorizar a cultura local e fortalecer o **protagonismo estudantil e comunitário**.

9.1.1 Tipos de Parcerias Estratégicas

a) Parcerias educacionais e universitárias

- **Universidades públicas e institutos federais** (UFMA, IFMA, UEMA):
  - Programas de extensão em alfabetização, reforço escolar, línguas estrangeiras, tecnologia, educação ambiental, sustentabilidade e formação de professores.
  - Implementação de **PIBID** e **Residência Pedagógica** nas escolas do município, ampliando a formação prática dos licenciandos e fortalecendo a qualidade da prática docente.

- Acompanhamento científico de projetos da EJA, Educação do Campo, Quilombola e Inclusiva, promovendo pesquisa aplicada e produção de conhecimento relevante para a realidade local.

- **Impacto esperado:** melhoria da qualidade pedagógica, inovação metodológica, inserção de práticas baseadas em evidências e aproximação da escola com o meio acadêmico.

b) Parcerias técnico-profissionais

- **SENAR, SEBRAE, SENAC, SENAI, Instituto Formar**, entre outros.
- Oferta de **cursos profissionalizantes, oficinas práticas, empreendedorismo, economia solidária e formação continuada** para jovens, adultos e professores.
- Apoio ao projeto municipal **"Mulheres em Ação – Empoderamento, Formação e Renda"**, promovendo autonomia, qualificação profissional e geração de renda.
- **Impacto esperado:** inserção dos estudantes no mercado de trabalho, valorização da educação profissional, redução da vulnerabilidade social e incentivo à aprendizagem prática contextualizada.

c) Parcerias com organizações da sociedade civil (OSCs)

- **Associações comunitárias, ONGs, grupos culturais (quilombolas, folclóricos, religiosos), coletivos juvenis e organizações ambientais.**
- Desenvolvimento de **oficinas culturais, educação patrimonial, valorização das tradições locais, combate ao racismo e ao preconceito, esporte e lazer**.
- **Impacto esperado:** fortalecimento da identidade cultural, engajamento comunitário, promoção da inclusão social e desenvolvimento integral dos estudantes.

d) Parcerias intersetoriais com órgãos públicos

- **Secretaria de Assistência Social:** proteção social básica, acompanhamento das famílias do Cadastro Único, projetos de convivência, atendimento do CRAS e CREAS.
- **Secretaria de Saúde:** ações de saúde escolar, campanhas de vacinação, saúde mental infantojuvenil, prevenção ao uso de drogas e programas de saúde bucal.
- **Secretaria da Mulher:** projetos de prevenção à violência doméstica, empoderamento feminino, promoção da igualdade de gênero e garantia de direitos.
- **Impacto esperado:** articulação entre educação, saúde, assistência social e direitos humanos, fortalecendo a integralidade do atendimento e promovendo a equidade.

e) Parcerias com iniciativa privada

- **Termos de cooperação com empresas locais** para apoio logístico, cultural, tecnológico e ambiental.
- Adoção de projetos escolares, doação de equipamentos, apoio a feiras culturais, esportivas e científicas.
- **Respeito às normas éticas e legais**, garantindo que a parceria não configure privatização da educação nem comprometa a gestão democrática da escola.
- **Impacto esperado:** incremento de recursos, acesso a tecnologias e inovação, incentivo à cultura científica e artística, ampliando oportunidades para estudantes.

9.1.2 Diretrizes para Garantir Transparência e Eficácia das Parcerias

Para assegurar que as parcerias contribuam efetivamente para o fortalecimento da educação em Serrano do Maranhão, devem ser adotadas diretrizes claras e rigorosas, contemplando planejamento, acompanhamento e avaliação contínua:

1. **Formalização institucional**

- Todas as parcerias devem ser formalizadas por **termo de cooperação ou convênio**, detalhando objetivos, responsabilidades de cada parte, recursos financeiros, humanos e materiais envolvidos, vigência e formas de monitoramento.
- Garantir clareza jurídica e administrativa, protegendo os interesses da escola e assegurando compromisso das instituições parceiras.

2. **Aderência pedagógica**

- Toda parceria deve ter **impacto direto nas metas do PME e do PNE**, contribuindo para melhoria da aprendizagem, ampliação da inclusão, fortalecimento da cultura e promoção da equidade.
- Devem ser priorizadas ações que dialoguem com **Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e EJA**, respeitando especificidades de cada ciclo.

3. **Avaliação sistemática dos resultados**

- Implementar **avaliação anual** com indicadores quantitativos (participação, frequência, recursos mobilizados) e qualitativos (satisfação de estudantes, professores, famílias e impactos comunitários).
- Promover ajustes contínuos para potencializar os efeitos das parcerias.

4. **Participação do Conselho Municipal de Educação (CME)**

- O CME deve atuar como **órgão de supervisão e controle**, aprovando propostas de parcerias, acompanhando sua execução e garantindo transparência.
- Integrar representantes da comunidade escolar para fortalecer a **gestão democrática**.

5. **Inclusão das escolas e da comunidade**

- As unidades escolares devem ser envolvidas na **identificação de necessidades, seleção de parceiros e avaliação das ações**.
- Garantir que as parcerias respondam às demandas reais de cada território, considerando características socioculturais, econômicas e geográficas.

9.1.3 Eixos Prioritários para Parcerias no PME de Serrano

As parcerias estratégicas devem ser organizadas em **eixos prioritários**, alinhados às demandas pedagógicas e sociais do município, garantindo impacto direto na aprendizagem, inclusão e desenvolvimento comunitário:

1. **Fortalecimento da alfabetização e letramento**

- Apoio de universidades, institutos federais e programas de extensão para reforço escolar e formação docente em práticas alfabetizadoras.

- Implementação de oficinas, cursos e projetos de incentivo à leitura, escrita e numeramento, abrangendo todos os ciclos da Educação Básica e EJA.
- Desenvolvimento de materiais pedagógicos contextualizados, respeitando a realidade sociocultural dos estudantes.

2. **Educação inclusiva e atendimento especializado**

- Parcerias com **APAEs, instituições de referência, profissionais de saúde, terapeutas e psicólogos** para apoiar professores, famílias e estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais.
- Formação continuada para docentes sobre **educação inclusiva, tecnologias assistivas, comunicação alternativa e adaptação curricular**, garantindo acessibilidade em todos os ciclos.

3. **Educação do Campo e Quilombola**

- Cooperação com associações quilombolas, comunidades rurais, organizações ambientais e instituições de pesquisa para promover **resgate cultural, valorização da identidade local, práticas agrícolas sustentáveis e educação contextualizada**.
- Implementação de projetos interdisciplinares que integrem cultura, história local, ciências, artes e sustentabilidade, beneficiando estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e EJA.

4. **Juventude e mundo do trabalho**

- Parcerias com instituições técnico-profissionais (SENAR, SEBRAE, SENAC, SENAI, Instituto Formar) para cursos de **formação profissional, empreendedorismo, habilidades socioemocionais e economia solidária**.
- Ações que promovam **inserção produtiva, geração de renda, orientação vocacional e incentivo à continuidade dos estudos**, contemplando jovens, adultos e famílias, fortalecendo o vínculo entre educação e desenvolvimento local.

9.2 Inclusão das Famílias no Processo Educativo

A participação ativa das famílias é um elemento estratégico para o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Evidências educacionais apontam que o engajamento familiar impacta diretamente a **frequência, o rendimento acadêmico, o comportamento, a motivação e a construção de valores socioemocionais**. Em Serrano do Maranhão, onde muitas famílias enfrentam **baixa escolaridade, jornadas de trabalho extensas e dificuldades de acesso**, é imprescindível criar estratégias que promovam **diálogo, parceria e corresponsabilidade** entre escola e comunidade.

A inclusão familiar não se restringe à mera presença em eventos escolares; deve envolver **participação nas decisões, acompanhamento da aprendizagem e valorização da cultura local**, integrando Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva e EJA.

9.2.1 Estratégias para Fortalecer o Vínculo Escola–Família

a) Programas permanentes de participação familiar

- **Programa "Família Presente"**: encontros mensais com temáticas sociais, pedagógicas, culturais e de saúde, promovendo reflexão sobre trajetórias educativas e experiências familiares.
- **Calendário fixo de reuniões participativas**, incluindo rodas de conversa, oficinas temáticas e momentos culturais que envolvam estudantes e famílias, garantindo relevância e frequência.
- **Atendimento individualizado**: horários flexíveis para atender famílias de trabalhadores rurais, pescadores e estudantes da EJA, considerando deslocamento e disponibilidade.
- **Participação em projetos escolares**: convite às famílias para colaborar em atividades interdisciplinares, feiras, horta escolar, apresentações culturais e projetos de sustentabilidade.

b) Comunicação escolar eficiente

- **Grupos de WhatsApp por turma**, com regras claras de uso, focados em informações pedagógicas, avisos de eventos e devolutivas sobre aprendizagem.
- **Plataforma municipal de comunicação escolar**: boletins digitais, avisos, informes pedagógicos, convites e resultados de avaliações.
- **Comunicação impressa e visitas domiciliares**: para famílias com acesso restrito à internet, garantindo que todos recebam informações essenciais e possam interagir com a escola.
- **Transparência sobre metas e desempenho**: compartilhamento de indicadores de aprendizagem, frequência, projetos pedagógicos e ações do PME, aproximando a família da gestão escolar.

c) Fortalecimento da participação no Conselho Escolar

- **Eleição democrática de representantes familiares**, garantindo diversidade e legitimidade na representação.
- **Formação continuada para conselheiros familiares**: sobre gestão financeira, PDDE, FUNDEB, políticas de inclusão, direitos educacionais e instrumentos de avaliação institucional.
- **Inclusão das famílias no planejamento escolar**: participação em decisões sobre projetos, eventos, uso de recursos, acompanhamento de metas e avaliação das práticas pedagógicas.

d) Envolvimento das famílias na vida escolar

- **Eventos culturais e agroecológicos**: feiras de leitura, exposições de trabalhos escolares, apresentações de arte e música, valorizando a identidade cultural local.
- **Atividades esportivas e recreativas**: torneios, campeonatos escolares, gincanas e jogos que envolvam estudantes, famílias e comunidade.
- **Oficinas de aprendizagem compartilhada**: alfabetização familiar, leitura compartilhada, contação de histórias, culinária, artesanato e educação ambiental.
- **Projetos intergeracionais**: ações que promovam integração entre estudantes, pais, avós e comunidade, fortalecendo laços afetivos e responsabilidade social.

9.2.2 Ações Específicas para a EJA

A Educação de Jovens e Adultos demanda estratégias diferenciadas de articulação com a comunidade, considerando o **perfil heterogêneo dos estudantes**, que inclui trabalhadores rurais, pescadores, mulheres chefes de família, idosos e pessoas com trajetórias educacionais interrompidas. Para promover participação efetiva e corresponsabilidade, a escola deve adotar ações contextualizadas, flexíveis e socialmente sensíveis:

- **Escuta ativa e diagnóstico participativo**: reuniões individuais e coletivas para identificar necessidades, interesses, desafios e expectativas dos estudantes e suas famílias.
- **Projetos temáticos contextualizados**: iniciativas educativas vinculadas ao cotidiano e à realidade socioeconômica, abordando saúde preventiva, direitos trabalhistas, educação financeira, economia doméstica, empreendedorismo, cultura local e sustentabilidade.
- **Parcerias com creches e serviços de cuidado infantil**: apoio a mães estudantes, garantindo frequência e permanência na EJA.
- **Flexibilização de horários e transporte escolar**: organização de turmas em horários noturnos ou vespertinos, com transporte seguro para deslocamento de estudantes da zona rural e urbana.
- **Inclusão digital e acesso a tecnologias**: capacitação para uso de computadores, internet e aplicativos educativos, promovendo autonomia e ampliação de oportunidades de aprendizagem.
- **Eventos integradores com a comunidade**: feiras, oficinas e encontros culturais que incentivem a troca de saberes entre estudantes, familiares e profissionais da educação.

Essas ações visam não apenas à aprendizagem formal, mas também ao **fortalecimento da autoestima, da cidadania e do protagonismo social** dos estudantes da EJA, consolidando a escola como um espaço de desenvolvimento integral.

9.2.3 Responsabilidades da Gestão Escolar

A gestão escolar exerce papel central na efetivação da participação familiar e comunitária, devendo articular estratégias que promovam **acolhimento, acompanhamento e corresponsabilidade**. Entre suas responsabilidades destacam-se:

1. **Registro sistemático da participação das famílias**: manter controles detalhados da presença em reuniões, oficinas, eventos e ações de acompanhamento pedagógico, permitindo avaliação contínua do engajamento.
2. **Planejamento de ações de acolhimento e mediação**: desenvolvimento de estratégias para receber estudantes e familiares, ouvir demandas, resolver conflitos e oferecer suporte socioemocional.
3. **Estabelecimento de parcerias estratégicas**: cooperação com instituições sociais, de saúde, assistência social e organizações comunitárias, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso a direitos e serviços.
4. **Criação de ambiente escolar acolhedor e culturalmente significativo**: garantir que a escola seja percebida como espaço seguro, inclusivo e valorizador das identidades culturais locais, promovendo integração entre estudantes, famílias e comunidade.
5. **Acompanhamento e avaliação contínua**: monitorar o impacto das ações de inclusão familiar e ajustar estratégias conforme os indicadores de participação, aprendizagem e permanência dos estudantes.
6. **Capacitação contínua da equipe escolar**: formação de professores, coordenadores e gestores para lidar com diversidade de perfis familiares, práticas de mediação, comunicação efetiva e articulação comunitária.

9.3 Projetos Interinstitucionais e Comunitários

Os projetos interinstitucionais e comunitários constituem ferramentas estratégicas para **ampliar o alcance das políticas educacionais**, promover a **integração entre diferentes setores do município**, fortalecer a **identidade cultural local** e assegurar os **direitos sociais e educacionais**. Esses projetos incentivam a participação ativa de estudantes, familiares, professores e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento integral, a aprendizagem significativa e a construção de um território educador.

Para Serrano do Maranhão, recomenda-se que os projetos se organizem de forma **permanente e articulada**, com metas claras, indicadores de impacto e mecanismos de avaliação contínua. Eles devem contemplar os diferentes ciclos da educação: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, garantindo **acesso, permanência e aprendizagem de qualidade**.

9.3.1 Projetos permanentes recomendados para Serrano do Maranhão

1. Projeto Escola–Comunidade Sustentável

- **Objetivo**: Integrar a escola à comunidade rural e urbana, promovendo sustentabilidade, segurança alimentar e educação ambiental.
- **Parcerias**: Associações de agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura, universidades, ONGs ambientais e cooperativas locais.
- **Ações**:
  - Horta escolar e comunitária integrada à merenda e alimentação saudável.
  - Compostagem e gestão de resíduos orgânicos.
  - Reflorestamento e preservação de áreas verdes.
  - Educação ambiental nas escolas e comunidades, com oficinas, palestras e visitas técnicas.
- **Impacto esperado**: Fortalecimento da consciência ambiental, melhoria da qualidade da merenda, integração escola-comunidade, estímulo à autonomia e responsabilidade coletiva dos estudantes e familiares.

2. Projeto Cultura Viva Serranense

- **Objetivo**: Valorizar, resgatar e preservar a cultura local, promovendo identidade e pertencimento.
- **Parcerias**: Grupos de bumba meu boi, tambor de crioula, associações quilombolas, mestres da cultura, escolas e universidades.
- **Ações**:
  - Oficinas de música, dança, artesanato e literatura oral.
  - Registro da memória cultural por meio de vídeos, fotografias, áudios e produções escritas.
  - Criação do **Arquivo Cultural Municipal**, integrando escolas e espaços comunitários.
- **Impacto esperado**: Fortalecimento da autoestima cultural, ampliação de oportunidades de aprendizagem contextualizada e estímulo à preservação do patrimônio imaterial.

3. Programa Comunidade Leitora

- **Objetivo**: Desenvolver hábitos de leitura e escrita em todas as idades, com atenção especial à EJA.
- **Parcerias**: Bibliotecas municipais, universidades, escritores locais, contadores de histórias e mídia comunitária.
- **Ações**:
  - Rodas de leitura, clubes de leitura nas praças e espaços comunitários.
  - Gelotecas e bibliotecas itinerantes em escolas da zona rural.
  - Produção e divulgação de programas de rádio escolar.
- **Impacto esperado**: Ampliação da alfabetização funcional, incentivo à leitura crítica, fortalecimento da identidade cultural e integração entre escola e comunidade.

4. Programa de Prevenção às Violências na Escola

- **Objetivo**: Garantir um ambiente escolar seguro, inclusivo e protetor, prevenindo todas as formas de violência.
- **Parcerias**: Secretarias de Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público e organizações da sociedade civil.
- **Ações**:
  - Campanhas de prevenção ao bullying, violências domésticas e abuso infantil.
  - Atendimento psicossocial a estudantes e famílias em situação de risco.
  - Formação de professores e gestores em mediação de conflitos e educação socioemocional.
- **Impacto esperado**: Redução de evasão escolar, fortalecimento do bem-estar emocional, promoção de um ambiente inclusivo e seguro para todos os estudantes.

5. Projeto Educação e Tecnologias no Campo

- **Objetivo**: Promover inclusão digital e inovação pedagógica, integrando tecnologias às práticas educativas.
- **Parcerias**: IFMA, Coordenação de Tecnologia da SEMED, empresas de tecnologia e organizações comunitárias.
- **Ações**:
  - Ampliação da conectividade em escolas da zona rural e urbana.
  - Oficinas de uso pedagógico de celulares, aplicativos educativos, plataformas digitais e recursos multimídia.
  - Formação continuada de professores em tecnologias educacionais.
- **Impacto esperado**: Ampliação do acesso à informação, inclusão digital, desenvolvimento de competências digitais, e estímulo à aprendizagem contextualizada para todos os ciclos, com atenção especial à EJA e Educação Especial.

9.3.2 Metodologia para implementação dos projetos

A implementação dos projetos interinstitucionais e comunitários seguirá uma **metodologia estruturada, participativa e contínua**, garantindo articulação entre escolas, comunidades, secretarias municipais e sociedade civil. O processo será organizado em etapas sequenciais e integradas:

1. **Diagnóstico inicial das necessidades**
   - Levantamento das demandas pedagógicas, culturais, sociais e de infraestrutura de cada escola e comunidade.

- Mapeamento do perfil dos estudantes, com atenção às necessidades específicas da EJA, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Identificação de vulnerabilidades sociais, lacunas em alfabetização, inclusão digital e acesso à cultura.

2. **Criação de comitês intersetoriais**
   - Composição com representantes das secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Meio Ambiente.
   - Inclusão de representantes do Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Escolar e associações comunitárias.
   - Definição de responsabilidades, prazos e fluxos de comunicação para garantir execução e supervisão eficazes.
3. **Planejamento de ações com metas anuais**
   - Estabelecimento de objetivos claros, alinhados às metas do PME e do PNE, com indicadores de desempenho e impacto.
   - Priorização de ações integradoras que atendam múltiplos ciclos da educação, como alfabetização, inclusão digital, projetos de sustentabilidade e cultura local.
   - Definição de cronogramas, recursos financeiros, materiais e humanos necessários.
4. **Formação dos profissionais envolvidos**
   - Capacitação continuada de professores, gestores, técnicos e mediadores comunitários.
   - Temas: práticas pedagógicas inclusivas, gestão participativa, educação étnico-racial, alfabetização de jovens e adultos, tecnologias educacionais e metodologias interdisciplinares.
   - Incentivo à troca de experiências e registro de boas práticas.
5. **Execução com registro contínuo**
   - Produção de documentos oficiais: atas de reuniões, relatórios de atividades, fotos e vídeos.
   - Registro das atividades pedagógicas, culturais e sociais para acompanhamento, prestação de contas e avaliação.
   - Garantia de comunicação contínua com a comunidade escolar, promovendo transparência e engajamento.
6. **Avaliação semestral e revisão anual**
   - Avaliação de resultados em todos os ciclos da educação, com indicadores quantitativos e qualitativos.
   - Revisão das estratégias, correção de rumos e atualização de ações conforme diagnóstico emergente.
   - Produção de relatórios consolidados para o CME, CMDCA, Conselho Escolar e SEMED, permitindo tomada de decisão informada.

9.3.3 Indicadores de monitoramento

O monitoramento dos projetos será realizado com base em **indicadores claros, mensuráveis e relevantes**, contemplando aspectos pedagógicos, sociais, culturais e de infraestrutura:

- **Taxa de participação das famílias**: frequência em reuniões, eventos escolares e atividades comunitárias.
- **Número de parcerias formalizadas e eficácia**: avaliação do impacto direto nas metas educacionais e sociais.
- **Evolução do desempenho escolar e redução da evasão**: acompanhamento do rendimento acadêmico e permanência nos diferentes ciclos da educação.

- **Aumento da participação cultural e comunitária**: envolvimento em projetos culturais, esportivos e ambientais.
- **Inclusão digital e acesso a direitos sociais**: número de estudantes com acesso a tecnologias educacionais e participação em ações de cidadania.
- **Qualidade da alimentação escolar e sustentabilidade local**: avaliação da utilização de hortas comunitárias e alimentação saudável nas escolas.

Esses indicadores permitirão **analisar impactos de curto, médio e longo prazo**, subsidiando ajustes contínuos e políticas de melhoria constante.

9.3.4 Papel dos Conselhos e da Sociedade Civil

A articulação com conselhos e sociedade civil é fundamental para **garantir transparência, participação e legitimidade das ações**:

- **Conselho Municipal de Educação (CME)**
  - Normatizar, monitorar e avaliar projetos.
  - Aprovar planos de ação, indicadores de desempenho e ajustes estratégicos.
- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**
  - Acompanhar ações voltadas à proteção da infância e adolescência.
  - Garantir que programas intersetoriais respeitem os direitos socioeducativos.
- **Conselho Escolar**
  - Gerir recursos e apoiar a tomada de decisão local.
  - Promover articulação entre professores, estudantes e famílias para execução das ações pedagógicas e comunitárias.
- **Associações quilombolas e comunitárias**
  - Protagonizar ações culturais, ambientais e identitárias.
  - Participar de planejamento, execução e avaliação de projetos, fortalecendo a autonomia comunitária e o pertencimento territorial.

9.4 Recomendações específicas para o PME de Serrano do Maranhão

Para fortalecer a articulação entre escola, famílias, comunidade e poder público, garantindo educação inclusiva, equitativa e de qualidade em todos os ciclos da Educação Básica, recomenda-se que o PME de Serrano adote as seguintes diretrizes estratégicas:

1. **Instituir política permanente de articulação intersetorial**
   - Criar comissões permanentes com representantes das secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Agricultura, Meio Ambiente e Mulher, garantindo integração de políticas públicas.
   - Realizar reuniões trimestrais para planejar, acompanhar e avaliar projetos interinstitucionais, promovendo ajustes contínuos com base em indicadores de participação, desempenho escolar e impacto social.
   - Garantir que todos os ciclos da educação — Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial — sejam contemplados nas ações intersetoriais, considerando necessidades específicas de cada público.
2. **Garantir financiamento contínuo para projetos comunitários e culturais**

- Destinar recursos do FUNDEB, PDDE, convênios estaduais, emendas parlamentares e recursos próprios do município para execução de projetos culturais, ambientais e educacionais.
- Apoiar ações permanentes que integrem aprendizado acadêmico com cultura local, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário, como hortas escolares, feiras culturais, bibliotecas comunitárias e oficinas de arte.
- Priorizar investimentos que promovam inclusão digital, acesso a laboratórios de informática e materiais pedagógicos contextualizados, contemplando especialmente a EJA e Educação Especial.

3. **Criar o Sistema Municipal de Participação Social na Educação**
   - Estruturar um sistema formal que integre famílias, comunidade escolar, conselhos municipais e organizações da sociedade civil.
   - Garantir participação ativa na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos, assegurando voz e protagonismo à população.
   - Promover capacitação para representantes familiares e comunitários sobre gestão escolar, políticas públicas, FUNDEB, PDDE e direitos educacionais.
4. **Ampliar o transporte escolar para ações comunitárias e reuniões familiares**
   - Organizar transporte adequado para deslocamento de estudantes, famílias e profissionais da educação, incluindo zonas rurais e comunidades quilombolas, garantindo participação efetiva em eventos educativos e culturais.
   - Viabilizar transporte em horários flexíveis para estudantes da EJA, mães e pais trabalhadores, ampliando a inclusão e o acesso à escola.
   - Assegurar que o transporte contemple acessibilidade para estudantes com deficiência, garantindo segurança, conforto e equidade.
5. **Priorizar projetos que valorizem a identidade quilombola, pesqueira e rural**
   - Desenvolver programas de educação contextualizada que reconheçam e valorizem saberes tradicionais, cultura local, agricultura familiar, pesca artesanal e memória comunitária.
   - Incentivar a participação das associações quilombolas, grupos culturais e cooperativas rurais na execução de projetos educacionais e extracurriculares.
   - Integrar conteúdos da Lei 10.639/03, patrimônio cultural e saberes locais aos currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, promovendo pertencimento, autoestima e identidade cultural.
6. **Inserir metas mensuráveis no PME para participação das famílias, parcerias e intersetorialidade**
   - Definir indicadores claros e periódicos, como frequência de participação em reuniões, eventos e projetos escolares, número de parcerias formalizadas, evolução da participação familiar na EJA e Educação Infantil, e impacto das ações intersetoriais na aprendizagem.
   - Monitorar regularmente a efetividade das parcerias com universidades, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e iniciativa privada, ajustando estratégias conforme resultados.
   - Estabelecer ciclos de avaliação semestral e anual, com relatórios públicos, promovendo transparência, accountability e cultura de melhoria contínua.

10. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA

A formação e capacitação continuada dos profissionais da educação constitui um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, socialmente justa, inclusiva e capaz de responder às demandas contemporâneas. Em Serrano do Maranhão, município caracterizado pela diversidade cultural, presença de comunidades quilombolas, ribeirinhas e rurais, realidade pesqueira, além de turmas multisseriadas e perfis heterogêneos de estudantes, a formação docente e da equipe escolar assume papel central na consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas, inovadoras e efetivas.

A capacitação contínua permite que os professores e demais profissionais da educação atualizem suas competências pedagógicas, ampliem conhecimentos sobre metodologias ativas, tecnologias educacionais, inclusão e diversidade, e fortaleçam estratégias de mediação do ensino-aprendizagem para todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Esse processo é ainda mais relevante diante da necessidade de articular conteúdos formais com saberes locais, práticas culturais, identidades quilombolas, economia rural e experiências comunitárias, garantindo uma educação que respeite e valorize a realidade sociocultural dos estudantes.

O programa de formação continuada deve contemplar, de maneira estruturada e sistemática, diferentes dimensões: atualização pedagógica, planejamento e avaliação, gestão democrática da escola, tecnologias educacionais, multiletramentos, práticas inclusivas e atendimento às especificidades de cada etapa e modalidade de ensino. Deve-se prever capacitação específica para alfabetização e letramento, aprendizagem de matemática, ciências, linguagens e habilidades socioemocionais, contemplando também estratégias de ensino adaptadas à EJA e à Educação Especial.

Além disso, a formação deve promover integração entre teoria e prática, oferecendo oportunidades de observação, experimentação e reflexão sobre as próprias práticas pedagógicas. A articulação com universidades, institutos federais, centros de pesquisa e programas de extensão, como PIBID e Residência Pedagógica, fortalece o vínculo entre formação inicial e continuada, garantindo acompanhamento científico, inovação metodológica e atualização constante dos profissionais da educação.

Outro aspecto fundamental é a promoção da educação étnico-racial e da valorização da diversidade cultural, em consonância com a Lei 10.639/03, envolvendo conteúdos que abordem história e cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos e respeito à diversidade. A capacitação em educação inclusiva e atendimento especializado deve abranger tecnologias assistivas, comunicação alternativa, Braille, estratégias de mediação pedagógica e acompanhamento individualizado, permitindo que a escola atenda às necessidades de todos os estudantes de forma equitativa.

Por fim, a formação continuada deve ser planejada com base em diagnósticos periódicos das necessidades dos profissionais e das escolas, integrando instrumentos de avaliação de impacto, indicadores de desempenho e feedback sistemático, de modo a orientar políticas públicas e ações pedagógicas contínuas. Essa abordagem fortalece a autonomia, a criatividade e a competência profissional, contribuindo para a melhoria da aprendizagem, a permanência dos estudantes na escola e a consolidação de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade em todo o município.

10.1 Programas de formação para os professores

A formação continuada deve ser compreendida como um processo permanente, articulado ao cotidiano escolar e voltado à transformação das práticas pedagógicas, do currículo, da gestão educacional e do fortalecimento da aprendizagem em todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. No município de Serrano do Maranhão, recomenda-se a implementação de um **Sistema Municipal de Formação Continuada (SMFC)**, que organize e operacionalize programas de capacitação de forma planejada, articulada às demandas concretas das escolas, ao diagnóstico educacional local e às metas do PME.

O SMFC deve garantir que a formação seja **estratégica, contextualizada e orientada por resultados**, promovendo atualização permanente em metodologias inovadoras, tecnologias educacionais, práticas inclusivas, multiletramentos, alfabetização e letramento, matemática, ciências, linguagens, competências socioemocionais e cidadania. Deve contemplar, ainda, formação específica voltada às características da EJA, às necessidades da Educação do Campo, às especificidades das turmas multisseriadas e às demandas da Educação Especial, garantindo que todos os profissionais da rede possam atuar com segurança, competência e sensibilidade pedagógica.

10.1.1 Diretrizes gerais do SMFC

1. **Formação articulada ao diagnóstico educacional**

Os programas devem ser estruturados com base em levantamento contínuo das necessidades pedagógicas, perfil dos estudantes e desafios específicos de cada escola, assegurando que a capacitação esteja diretamente ligada à melhoria da aprendizagem.

2. **Integração com instituições formadoras**

Estabelecer parcerias permanentes com universidades, institutos federais, instituições de referência em educação inclusiva (como APAE), movimentos culturais locais e entidades de formação profissional (SEBRAE, SENAR), favorecendo a diversidade de saberes, experiências e metodologias.

3. **Currículo formativo estruturado por eixos temáticos**
   - Alfabetização e letramento: práticas inovadoras e contextualizadas;
   - Matemática e raciocínio lógico: estratégias de ensino diferenciadas;
   - Educação infantil e EJA: mediação pedagógica adaptada a cada ciclo;
   - Inclusão e acessibilidade: tecnologias assistivas, comunicação alternativa e braille;
   - Tecnologias educacionais: uso de ferramentas digitais, plataformas virtuais e laboratórios;
   - Multiletramentos: leitura, escrita, mídias digitais e expressão cultural;
   - Gestão escolar e avaliação: planejamento, monitoramento e indicadores de aprendizagem.
4. **Metodologias participativas**

A formação deve valorizar a experiência docente, o trabalho colaborativo, o estudo de casos, oficinas práticas, rodas de conversa pedagógicas e visitas técnicas, estimulando a reflexão crítica e a transformação das práticas em sala de aula.

5. **Carga horária mínima regulamentada**

Cada docente deve cumprir uma carga horária anual mínima de formação, organizada de forma flexível para atender profissionais de diferentes níveis, horários e localidades, assegurando equidade de acesso, principalmente para professores das zonas rurais e comunidades quilombolas.

6. **Modalidades de oferta**

O SMFC deve combinar formação presencial, híbrida e virtual, garantindo ampla cobertura do território municipal, aproveitamento das tecnologias educacionais e possibilidade de acompanhamento contínuo, mesmo em contextos de difícil deslocamento.

7. **Avaliação e monitoramento da formação**

Todo programa deve contar com instrumentos de avaliação de impacto, indicadores de aprendizagem e mecanismos de feedback, permitindo ajustes contínuos e fortalecendo a eficácia da formação na melhoria dos resultados educacionais.

8. **Articulação com projetos e programas municipais**

A formação continuada deve integrar e potencializar programas existentes no município, como Educação Quilombola, Educação no Campo, EJA, Cultura Viva, Projetos de Leitura e Oficinas Técnicas, fortalecendo a prática docente contextualizada e a aproximação com a comunidade escolar.

10.1.2 Conteúdos prioritários para a formação docente

A formação docente no município de Serrano do Maranhão deve ser **articulada aos ciclos da Educação Básica**, considerando as especificidades locais, culturais, sociais e pedagógicas. O SMFC (Sistema Municipal de Formação Continuada) deve contemplar conteúdos estratégicos que fortaleçam a prática docente, promovam aprendizagem significativa e garantam a inclusão e equidade em todas as modalidades de ensino.

a) Alfabetização e letramento (anos iniciais)

- Aplicação prática da BNCC e das progressões de aprendizagem, respeitando o ritmo individual e coletivo dos estudantes.
- Práticas contextualizadas de leitura e escrita, integrando cultura local, folclore, histórias orais e manifestações artísticas.
- Desenvolvimento da consciência fonológica, fluência, compreensão leitora e produção textual.
- Implementação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas com devolutivas imediatas, promovendo intervenções pedagógicas assertivas.
- Estratégias para ensino multisseriado, adaptando atividades às turmas heterogêneas e à realidade das escolas rurais.

b) Educação Matemática

- Resolução de problemas contextualizados, relacionando conteúdos matemáticos à vida cotidiana, ao trabalho rural e às atividades pesqueiras.
- Ensino de números racionais, proporcionalidade, geometria e estatística de forma prática e aplicada.
- Utilização de jogos, materiais manipuláveis, recursos tecnológicos e softwares educativos.

- Avaliação contínua por habilidades e competências, com foco no avanço individual e coletivo.

c) Educação Inclusiva

- Capacitação em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e integração de alunos com deficiência.
- Adaptações curriculares, recursos de acessibilidade e metodologias inclusivas.
- Formação específica sobre Transtorno do Espectro Autista, deficiência intelectual, física, auditiva e visual.
- Comunicação alternativa (CAA) e uso de tecnologias assistivas.
- Capacitação de cuidadores e professores de apoio, garantindo autonomia e inclusão dos estudantes.

d) Educação Étnico-Racial e Quilombola

- Implementação da Lei 10.639/03 e integração da temática afro-brasileira no currículo.
- Estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e quilombola, valorizando saberes locais.
- Estratégias de enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação.
- Desenvolvimento de currículo intercultural e práticas pedagógicas antirracistas.
- Articulação com lideranças quilombolas, pesquisadores e grupos culturais locais.

e) Educação Infantil

- Trabalho com os campos de experiência da BNCC, respeitando a infância como etapa de protagonismo e descobertas.
- Brincadeira como eixo central da aprendizagem e da socialização.
- Documentação pedagógica e avaliação do desenvolvimento infantil.
- Fomento à interação, autonomia e protagonismo das crianças.
- Planejamento pedagógico centrado nos direitos de aprendizagem, diversidade e inclusão.

f) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- Metodologias adaptadas, currículo integrado e projetos de vida significativos para adultos.
- Alfabetização funcional, letramento contextualizado e educação financeira básica.
- Educação profissional integrada e formação para inserção produtiva.
- Uso de tecnologias e flexibilização do tempo pedagógico, respeitando horários e jornadas de trabalho dos estudantes.

g) Educação do Campo

- Implementação da pedagogia da alternância e valorização dos saberes tradicionais.
- Integração de práticas agroecológicas, sustentabilidade e calendário sazonal nas atividades escolares.
- Contextualização curricular de acordo com o território, cultura local e práticas produtivas rurais.
- Projetos interdisciplinares envolvendo agricultura, meio ambiente e economia solidária.

h) Gestão escolar e coordenação pedagógica

- Desenvolvimento de processos de liderança pedagógica e gestão democrática.
- Monitoramento da aprendizagem, análise de indicadores e planejamento de intervenções.
- Participação comunitária, articulação com famílias e sociedade civil organizada.
- Planejamento, implementação e avaliação do PPP, regimento escolar e projetos pedagógicos.

10.1.3 Modalidades de formação

A formação continuada deve ser **articulada, diversificada e permanente**, superando momentos isolados e fortalecendo a prática docente em todos os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação Inclusiva, Educação do Campo e EJA. O SMFC (Sistema Municipal de Formação Continuada) propõe modalidades estruturadas, integrando teoria, prática e acompanhamento pedagógico contínuo.

a) Formação centralizada

- Cursos promovidos pela SEMED, com especialistas internos e externos, contemplando conteúdos prioritários como BNCC, DCTMA, ADE dos Guarás, multiletramentos, educação inclusiva, alfabetização e letramento, matemática, EJA e educação quilombola.
- Seminários municipais temáticos, promovendo debate, compartilhamento de experiências, apresentação de boas práticas e incentivo à pesquisa aplicada.
- Oficinas práticas com uso de laboratórios, tecnologias educacionais e metodologias ativas, garantindo aproximação entre teoria e prática pedagógica.
- Avaliações e certificações oficiais para registrar a participação, a aquisição de competências e o impacto na prática docente.

b) Formação em serviço

- Estudos dirigidos diretamente nas escolas, contextualizados às turmas e realidades locais, fortalecendo o vínculo entre formação e cotidiano pedagógico.
- Observação de práticas docentes, com análise crítica das estratégias de ensino, mediação de conflitos e organização do tempo pedagógico.
- Rodas de avaliação pedagógica, discussão de planejamentos, registro de boas práticas e feedback contínuo, promovendo cultura reflexiva entre professores e coordenadores.
- Formação específica para coordenadores pedagógicos, capacitando-os como multiplicadores, articulando processos de supervisão, monitoramento de aprendizagens e implementação de projetos interdisciplinares.
- Apoio técnico e acompanhamento individualizado aos docentes em escolas multisseriadas, rurais e da EJA, considerando características da comunidade, diversidade cultural e inclusão.

c) Formação intermunicipal

- Ações conjuntas articuladas via ADE dos Guarás, promovendo integração entre municípios e padronização de práticas pedagógicas.
- Circuitos formativos regionais, com intercâmbio de experiências entre escolas, visitas técnicas, workshops e conferências pedagógicas.
- Compartilhamento de materiais didáticos, recursos tecnológicos e metodologias inovadoras, favorecendo aprendizado coletivo e fortalecimento da rede educacional regional.
- Grupos de estudo intermunicipais para aprofundamento em educação inclusiva, EJA, educação do campo e educação étnico-racial, promovendo integração entre saberes locais e teóricos.

d) Formação continuada virtual

- Utilização de plataformas digitais como AVAMEC, MEC Red, Google Classroom, Moodle, ambientes de aprendizagem da UFMA e IFMA, garantindo acesso a conteúdos atualizados, flexibilidade e economia de recursos.
- Videoconferências, webinários, fóruns online e grupos de estudo virtuais, permitindo interação constante entre docentes, tutores e especialistas.
- Produção e compartilhamento de materiais digitais, videoaulas, podcasts, infográficos e guias pedagógicos voltados para todos os ciclos de ensino.
- Monitoramento do engajamento virtual, avaliação de aprendizagem dos docentes e emissão de certificados digitais para reconhecimento formal das formações.

Integração entre modalidades

- Todas as modalidades devem ser articuladas em um plano anual de formação, garantindo continuidade, progressão de competências e fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas.
- O acompanhamento sistemático, via supervisão, observação e avaliação, assegura que os conteúdos aprendidos nas formações centralizadas, em serviço, intermunicipais ou virtuais, sejam aplicados de forma efetiva no cotidiano escolar.
- Especial atenção às turmas da EJA, Educação do Campo, Educação Inclusiva e escolas multisseriadas, com estratégias diferenciadas, flexibilidade de horários e conteúdos contextualizados à realidade socioeconômica e cultural do município.

10.2 Implementação de Tecnologias Educacionais

O uso pedagógico das tecnologias educacionais representa hoje um componente essencial para a democratização do acesso à informação, a ampliação das competências digitais e o fortalecimento das aprendizagens em todos os ciclos da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Inclusiva. Em Serrano do Maranhão, onde há desigualdades de acesso à internet, escolas rurais isoladas e limitações estruturais, é imprescindível que o PME preveja ações estruturantes, graduais e permanentes, garantindo que docentes, estudantes e famílias usufruam de ferramentas digitais de forma segura, ética e pedagógica.

10.2.1 Diretrizes para a política de tecnologia educacional

1. **Ampliação da conectividade nas escolas**
   - Instalação de internet de qualidade em todas as escolas urbanas e rurais, priorizando locais de difícil acesso.
   - Criação de pontos de wi-fi comunitários próximos às escolas em áreas isoladas, para garantir que estudantes e professores tenham acesso contínuo.
   - Monitoramento da velocidade e estabilidade da conexão, com suporte técnico local ou remoto, assegurando o uso efetivo das plataformas digitais no cotidiano escolar.
2. **Aquisição de equipamentos tecnológicos**
   - Computadores, notebooks, tablets e projetores para uso pedagógico e administrativo.
   - Impressoras multifuncionais e kits de robótica educacional de baixo custo, estimulando lógica, raciocínio e criatividade.

- TVs multimídia e lousas digitais em salas de aula, laboratórios de informática e bibliotecas.
- Planejamento estratégico para substituição periódica e ampliação do parque tecnológico, considerando o crescimento da demanda escolar.

3. **Manutenção e suporte técnico permanente**
   - Criação de equipe interna ou contratação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva.
   - Capacitação de técnicos locais e docentes para resolver problemas simples de hardware e software, garantindo continuidade das atividades pedagógicas.
   - Registro sistemático de demandas, intervenções e atualizações de equipamentos, promovendo transparência e eficiência no uso dos recursos.
4. **Política de segurança digital**
   - Implementação de normas de privacidade, proteção de dados e uso ético da tecnologia.
   - Capacitação de estudantes e docentes sobre cibersegurança, prevenção de fraudes e crimes digitais.
   - Orientação para o uso adequado das redes sociais e comunicação digital, evitando exposição indevida e promovendo responsabilidade digital.
5. **Integração das tecnologias ao currículo**
   - Uso pedagógico das ferramentas digitais, evitando que se restrinjam a atividades recreativas.
   - Criação de projetos interdisciplinares que utilizem recursos tecnológicos para aprendizagem significativa.
   - Utilização de softwares educativos, simuladores virtuais, laboratórios digitais e plataformas de aprendizado adaptativo.
6. **Capacitação dos docentes para utilização pedagógica das ferramentas digitais**
   - Formação continuada sobre metodologias digitais, planejamento de aulas híbridas e criação de conteúdos multimídia.
   - Desenvolvimento de competências para integrar tecnologia à avaliação, acompanhamento de desempenho e feedback individualizado.
   - Apoio técnico e acompanhamento de práticas inovadoras, promovendo cultura de experimentação e troca de experiências entre professores.

10.2.2 Conteúdos e competências digitais essenciais para a formação

a) Alfabetização digital

- Domínio básico de computadores, tablets e dispositivos móveis.
- Navegação segura e ética na internet, incluindo pesquisas confiáveis e proteção de dados pessoais.
- Gerenciamento de arquivos, produção de textos, planilhas, apresentações e materiais multimídia para uso pedagógico.
- Introdução ao pensamento computacional, lógica básica e resolução de problemas digitais.

b) Tecnologias para o ensino

- Uso do Google Workspace for Education: Docs, Sheets, Slides, Classroom e Meet para gestão de turmas, atividades e avaliações.
- Plataformas educacionais como Khan Academy, Geekie, Escola Digital e recursos do MEC, integrando conteúdos de alfabetização, matemática, ciências e idiomas.
- Softwares educativos e aplicativos interativos que favoreçam aprendizagem personalizada.

- Aplicação de realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR) de baixo custo, promovendo experiências imersivas de aprendizagem.

c) Robótica educacional

- Utilização de kits de robótica simples, estimulando criatividade, resolução de problemas, programação básica e colaboração em grupo.
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares envolvendo ciências, matemática e tecnologia.
- Participação em feiras de ciência, torneios de inovação e competições regionais ou nacionais, promovendo protagonismo estudantil e integração com a comunidade.

d) Produção de conteúdos digitais

- Criação de vídeos, podcasts, blogs, apresentações multimídia e materiais didáticos digitais.
- Uso de ferramentas de edição simples como Canva, Clipchamp e CapCut.
- Produção de rádio escolar, jornal digital e materiais interativos para comunicação e engajamento com estudantes e famílias.

e) Educação midiática

- Desenvolvimento da capacidade crítica para avaliar informações, fontes e notícias.
- Combate à desinformação e fake news, promovendo cidadania digital.
- Construção de repertório cultural digital, integrando conteúdos locais, afro-brasileiros, quilombolas e tradicionais às práticas tecnológicas.
- Incentivo à leitura e produção digital como instrumentos de expressão e registro cultural.

10.3 Aperfeiçoamento nas metodologias pedagógicas

O aperfeiçoamento das metodologias pedagógicas é essencial para adequar a prática docente às demandas contemporâneas de aprendizagem, aos referenciais curriculares nacionais e estaduais e às especificidades socioculturais dos estudantes de Serrano do Maranhão. O objetivo central é que as metodologias promovam protagonismo estudantil, pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração, criatividade e aprendizagem significativa, contemplando todas as etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Inclusiva.

A implementação eficaz dessas metodologias requer formação continuada dos professores, acompanhamento da coordenação pedagógica e alinhamento com projetos interdisciplinares e tecnológicos, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática, escola e comunidade.

10.3.1 Metodologias prioritárias para o contexto do município

1. Metodologias Ativas

As metodologias ativas promovem maior engajamento dos estudantes, tornando-os protagonistas do processo de aprendizagem. Para Serrano, sugere-se:

- **Aprendizagem baseada em projetos (ABP)**: desenvolvimento de projetos que integrem conteúdos de várias disciplinas, envolvendo problemas reais do município, como preservação ambiental, cultura quilombola, agricultura e economia local.
- **Investigação científica e experimentação**: atividades em laboratórios, hortas escolares, experimentos em ciências naturais e matemática aplicada à realidade cotidiana.
- **Sala de aula invertida**: disponibilização de conteúdos digitais para estudo prévio em casa, utilizando o tempo presencial para debates, exercícios e esclarecimento de dúvidas.
- **Aprendizagem por estações e rotação por tarefas**: dinamização de aulas em diferentes espaços e atividades, permitindo que alunos de turmas multisseriadas trabalhem simultaneamente em atividades diversificadas.
- **Gamificação e jogos didáticos**: utilização de jogos pedagógicos, aplicativos e desafios para estimular a motivação, o raciocínio lógico e a aprendizagem colaborativa.
- **Tutoramento entre pares**: alunos mais avançados apoiam colegas, promovendo solidariedade, reforço de conteúdos e desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

2. Metodologias contextualizadas

A contextualização é crucial para conectar o conhecimento escolar à realidade local e valorizar saberes tradicionais:

- **Saberes locais**: integração de conhecimentos sobre agricultura, pesca, extrativismo, técnicas agroecológicas e práticas comunitárias.
- **Ensino com base em problemas reais da comunidade**: resolução de situações que impactem diretamente o cotidiano dos estudantes e de suas famílias.
- **Aproveitamento das manifestações culturais**: utilização do Bumba Meu Boi, Tambor de Crioula, puxadas de rede e outras expressões culturais como recursos pedagógicos para ensino de história, música, literatura, artes e matemática aplicada.

3. Estratégias para turmas multisseriadas

Considerando a realidade de escolas pequenas ou rurais:

- **Planejamento por ciclos de aprendizagem**: organização de conteúdos por níveis de competência em vez de série, facilitando a inclusão e o avanço gradual.
- **Agrupamento produtivo**: formação de grupos heterogêneos para trabalhos colaborativos e projetos interdisciplinares.
- **Atividades interativas e rotativas**: rotação de alunos em estações de atividades, promovendo autonomia e diversidade de experiências.
- **Projetos integradores envolvendo todas as séries**: trabalhos que conectem diferentes faixas etárias e níveis de aprendizagem, promovendo cooperação e troca de saberes.

4. Metodologias inclusivas

Para garantir o atendimento à diversidade, recomenda-se:

- **Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)**: planejamento flexível que atenda a diferentes estilos, ritmos e necessidades de aprendizagem.
- **Recursos adaptados**: materiais em braile, libras, pictogramas, áudio livros e softwares educativos acessíveis.
- **Avaliação diferenciada**: adaptação de provas, rubricas e instrumentos avaliativos de acordo com as necessidades de cada estudante.

- **Ritmos e estilos de aprendizagem**: flexibilização das atividades para contemplar diferenças cognitivas, culturais e socioemocionais.

5. Ensino por competências

Foco no desenvolvimento integral do estudante, alinhado à BNCC e às metas do PME:

- **Planejamento com foco nas habilidades da BNCC**: definição clara de objetivos, competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa.
- **Avaliações diagnósticas e formativas com rubricas**: acompanhamento contínuo do progresso do aluno, permitindo intervenções rápidas e precisas.
- **Intervenções pedagógicas focadas nos descritores**: aplicação de estratégias individualizadas ou em grupo para superar dificuldades específicas, reforçando o aprendizado e a inclusão de todos.

10.3.2 Formação para fortalecimento da prática docente

Para garantir que a formação continuada se traduza em mudanças efetivas na prática pedagógica, é essencial implementar ações estruturadas e periódicas que aproximem teoria e prática, promovam reflexão crítica e favoreçam a inovação no ensino:

1. **Laboratórios pedagógicos mensais nas escolas**
   - Espaços dedicados à experimentação de novas metodologias, tecnologias e recursos didáticos.
   - Realização de atividades práticas em alfabetização, matemática, ciências e educação inclusiva.
   - Troca de experiências entre professores de diferentes áreas e ciclos.
2. **Observação de aulas com devolutiva formativa**
   - Supervisão pedagógica com feedback construtivo, promovendo reflexão sobre práticas e estratégias utilizadas.
   - Incentivo à autoavaliação docente e identificação de oportunidades de melhoria.
3. **Rotinas de estudos pedagógicos quinzenais**
   - Encontros periódicos para análise de planejamentos, avaliação de resultados e compartilhamento de boas práticas.
   - Discussão de estratégias para turmas multisseriadas, EJA e Educação Especial.
   - Planejamento conjunto de intervenções pedagógicas e atividades interdisciplinares.
4. **Grupos de pesquisa-ação coordenados pela SEMED**
   - Desenvolvimento de projetos de investigação aplicada nas escolas, integrando docentes, alunos e comunidade.
   - Produção de soluções contextuais para desafios locais, como alfabetização, inclusão digital e preservação cultural.
   - Monitoramento e registro contínuo das ações, garantindo aprendizagem coletiva e melhoria contínua.
5. **Produção de materiais didáticos contextualizados**
   - Criação de conteúdos pedagógicos adaptados à realidade rural, quilombola e pesqueira.
   - Desenvolvimento de jogos, livros, vídeos e recursos multimídia que integrem cultura local e currículo oficial.
   - Estímulo à criatividade docente e compartilhamento entre escolas e redes de ensino.
6. **Feiras pedagógicas municipais**

- Espaços de exposição de práticas inovadoras, projetos e metodologias implementadas.
- Envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias e parceiros locais.
- Reconhecimento e valorização do trabalho docente, promovendo inspiração e troca de experiências.

10.3.3 Avaliação e monitoramento da formação e das metodologias

O acompanhamento sistemático das ações de formação e da implementação das metodologias pedagógicas é essencial para assegurar impacto efetivo na aprendizagem e inclusão dos estudantes.

Indicadores recomendados:

- **Participação docente**: frequência e engajamento nas atividades de formação presencial e virtual.
- **Melhoria nos índices de aprendizagem**: evolução em IDEB, avaliações internas, testes diagnósticos e frequência escolar.
- **Implementação documentada de metodologias**: registro formal de práticas inovadoras e contextualizadas nos planejamentos e portfólios.
- **Satisfação dos docentes e coordenadores**: percepção sobre relevância, aplicabilidade e apoio recebido.
- **Impacto na inclusão e redução da evasão**: acompanhamento de estudantes em risco, com adaptações pedagógicas e estratégias de permanência.

Instrumentos de monitoramento:

- **Relatórios de formação**: registro detalhado das ações, frequência, temas abordados e avaliação das atividades.
- **Portfólios docentes**: compilação de planejamentos, registros de aulas, reflexões sobre práticas e produtos pedagógicos produzidos.
- **Protocolos de acompanhamento pedagógico**: ferramentas estruturadas para análise de resultados, indicadores de desempenho e progressão de habilidades.
- **Autoavaliação docente**: reflexões periódicas sobre práticas, metodologias utilizadas e desafios encontrados.
- **Observação de práticas**: visitas sistemáticas da coordenação pedagógica e da SEMED, com registro de boas práticas e recomendações para melhorias.

O uso articulado desses instrumentos permite identificar gaps na formação, planejar ações corretivas, fortalecer práticas pedagógicas inovadoras e garantir que cada intervenção contribua efetivamente para a aprendizagem significativa, para a inclusão e para o desenvolvimento integral dos estudantes de Serrano do Maranhão.

10.4 Recomendações finais para o PME de Serrano do Maranhão

1. **Criar Plano Anual de Formação Continuada**
   - Estruturar cronograma anual de cursos, oficinas, seminários e laboratórios pedagógicos.

- Garantir que o plano contemple formação por áreas do conhecimento, educação inclusiva, EJA, educação do campo, tecnologias educacionais e multiletramentos.
- Integrar avaliação e monitoramento das formações para ajustes e aprimoramentos contínuos.

2. **Implementar o Centro Municipal de Formação dos Profissionais da Educação**
   - Criar espaço físico e virtual de referência para capacitação, pesquisa-ação e inovação pedagógica.
   - Disponibilizar laboratórios, bibliotecas, salas de tecnologia e ambientes para troca de experiências.
   - Servir como núcleo de articulação com universidades, institutos federais, movimentos culturais e parceiros técnicos-profissionais.
3. **Garantir orçamento específico via FUNDEB, PDDE e parcerias**
   - Destinar recursos claros e monitorados para formação docente, aquisição de tecnologias educacionais e produção de materiais pedagógicos.
   - Incluir a previsão orçamentária no PPA, LDO e LOA, assegurando sustentabilidade financeira.
   - Incentivar parcerias público-privadas e intersetoriais com foco em melhoria da prática pedagógica e inclusão.
4. **Universalizar a conectividade escolar até 2030**
   - Garantir acesso à internet de qualidade em todas as escolas, com prioridade para unidades rurais e comunidades quilombolas.
   - Disponibilizar equipamentos adequados (computadores, tablets, projetores) e manutenção contínua.
   - Integrar a conectividade ao currículo, promovendo aprendizagem digital, produção de conteúdos e acesso a recursos educativos online.
5. **Instituir o Programa Municipal de Tecnologia Educacional**
   - Promover o uso pedagógico das tecnologias, evitando seu uso exclusivamente recreativo.
   - Capacitar docentes para utilização de plataformas digitais, aplicativos educacionais, robótica, realidade aumentada e virtual de baixo custo.
   - Estimular a criação de conteúdos digitais, como vídeos, podcasts, blogs e rádios escolares, ampliando a produção cultural e científica local.
6. **Acompanhar e avaliar continuamente a formação com indicadores claros**
   - Monitorar frequência, engajamento, produção de materiais e aplicação prática das metodologias aprendidas.
   - Utilizar instrumentos como portfólios docentes, relatórios de formação, observação de aulas e autoavaliação.
   - Avaliar impacto nos índices de aprendizagem, inclusão, redução da evasão e engajamento comunitário.
7. **Criar rede de professores pesquisadores para inovação pedagógica**
   - Incentivar a investigação de práticas inovadoras, integração de saberes locais e produção de metodologias contextualizadas.
   - Promover intercâmbio entre escolas, experiências intermunicipais e participação em feiras pedagógicas e científicas.
   - Consolidar rede colaborativa de troca de experiências, desafios e soluções aplicáveis às realidades rurais, quilombolas e pesqueiras.
8. **Garantir que todas as formações dialoguem com as metas do PME e com o currículo municipal**
   - Assegurar alinhamento entre objetivos de aprendizagem, competências da BNCC, DCTMA e Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás.

- Integrar formação continuada com projetos pedagógicos, metodologias ativas e políticas de inclusão.
- Avaliar periodicamente a coerência entre formação docente, práticas escolares e resultados educacionais, promovendo ajustes estratégicos.

11. EDUCAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES

A educação para as diversidades constitui um eixo estratégico e imprescindível para a construção de uma escola democrática, inclusiva, equitativa e promotora de justiça social. No município de Serrano do Maranhão, caracterizado por sua diversidade cultural, social e territorial, a pluralidade se manifesta na presença significativa de comunidades quilombolas, na preservação de tradições culturais afro-brasileiras como o Bumba Meu Boi e o Tambor de Crioula, nas práticas religiosas variadas, nas populações do campo e nas múltiplas identidades dos estudantes, incluindo questões de gênero, raça, etnia, deficiência e orientação sexual.

Promover uma educação para as diversidades significa garantir que cada estudante tenha seus direitos respeitados, suas experiências valorizadas e suas potencialidades desenvolvidas, de modo a reduzir desigualdades e favorecer a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Nesse contexto, a escola deve ser entendida como espaço de formação cidadã, de construção de valores democráticos, de convivência intercultural e de reconhecimento da identidade e pertencimento de cada indivíduo.

A fundamentação legal da educação para as diversidades é sólida e abrangente. A Constituição Federal assegura o direito à educação inclusiva, sem discriminações de qualquer natureza, garantindo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96) reforça a promoção da equidade e da inclusão no currículo, na gestão escolar e nas práticas pedagógicas. A Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, promovendo o reconhecimento das contribuições desses povos na formação da sociedade brasileira. Complementarmente, o Estatuto da Igualdade Racial reforça a necessidade de políticas afirmativas que garantam a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade étnico-racial.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado do ADE dos Guarás estabelecem diretrizes pedagógicas e estruturais para que a diversidade seja incorporada de maneira efetiva ao cotidiano escolar, orientando a construção de conteúdos, metodologias, avaliações e projetos pedagógicos que respeitem os diferentes contextos culturais e sociais.

Nesse sentido, o PME de Serrano do Maranhão deve contemplar ações estruturadas e permanentes que envolvam: formação continuada dos professores e gestores sobre diversidade e inclusão; desenvolvimento de projetos pedagógicos que valorizem saberes locais, tradições culturais, identidade quilombola e práticas afro-brasileiras; adaptação curricular e metodológica para atender estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas; promoção da igualdade de gênero e do respeito às diferentes orientações sexuais; e incentivo à participação da comunidade escolar na construção de políticas de valorização da diversidade.

A implementação dessas ações deve ser acompanhada por mecanismos de monitoramento e avaliação, indicadores de impacto pedagógico e social, e articulação com programas estaduais e federais voltados à inclusão, cultura, educação do campo e educação quilombola. Dessa forma, a educação para as diversidades não se restringe a conteúdos específicos, mas permeia todas as dimensões do processo educativo, fortalecendo a escola como espaço de acolhimento, aprendizagem significativa, respeito à pluralidade e construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

11.1 Ações voltadas para a Educação Quilombola

A educação quilombola possui caráter diferenciado, voltado para a valorização da memória coletiva, da ancestralidade africana, da territorialidade, das práticas culturais e da organização social própria das comunidades remanescentes de quilombos. Em Serrano do Maranhão, município marcado por uma presença significativa de comunidades quilombolas com história, saberes e tradições singulares, a educação quilombola deve ser compreendida como uma política educacional prioritária, transversal a todas as etapas da Educação Básica, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Inclusiva.

A política de educação quilombola deve assegurar que os estudantes e suas famílias sejam reconhecidos em sua identidade cultural, promovendo pertencimento, autoestima e valorização das práticas culturais locais. Esse reconhecimento contribui para a construção de uma escola inclusiva, que respeite a diversidade étnico-racial e fortaleça vínculos comunitários, garantindo equidade de oportunidades, acesso à educação de qualidade e protagonismo social dos quilombolas.

A implementação de ações voltadas para a educação quilombola deve estar respaldada em princípios constitucionais, legais e normativos, como a Constituição Federal, que garante direitos culturais e sociais; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que orienta políticas de inclusão e diversidade; a Lei 10.639/03, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira; e o Decreto 6.861/09, que trata especificamente da educação das comunidades quilombolas. Complementam o referencial legal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e o Documento Curricular Integrado da ADE dos Guarás, que oferecem diretrizes pedagógicas para a valorização de saberes e práticas locais.

11.1.1 Diretrizes para a Educação Quilombola

1. **Reconhecimento da identidade quilombola**

Garantir que os estudantes e suas famílias sejam respeitados em sua autodeclaração e pertencimento comunitário, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade e promovendo ações de acolhimento e escuta ativa. Esse reconhecimento deve ser registrado nos documentos escolares, com garantia de confidencialidade e uso ético das informações.

2. **Valorização dos territórios e saberes tradicionais**

As escolas devem integrar atividades que promovam o conhecimento dos territórios quilombolas, incentivando a preservação ambiental, a agricultura familiar, a pesca artesanal, a culinária tradicional, a música, a dança e as festividades locais, garantindo que esses saberes sejam parte do currículo escolar e das práticas pedagógicas cotidianas.

3. **Currículo contextualizado e interdisciplinar**

Desenvolver conteúdos que articulem história e cultura afro-brasileira, quilombola e indígena, com práticas agrícolas, ambientais e comunitárias. As sequências didáticas devem contemplar projetos interdisciplinares, aprendizagem baseada em problemas e metodologias ativas, aproximando o estudante de seu contexto social e cultural, promovendo competências cognitivas, socioemocionais e culturais.

4. **Participação comunitária na gestão escolar**

Envolver líderes comunitários, associações locais e famílias quilombolas na elaboração e revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), no planejamento de atividades e projetos educativos, assegurando que a gestão escolar seja democrática e respeite as demandas e prioridades da comunidade.

5. **Formação específica para professores**

Promover capacitação contínua sobre história e cultura quilombola, práticas pedagógicas inclusivas, mediação intercultural, metodologias ativas contextualizadas e educação para as diversidades, garantindo que os docentes compreendam e valorizem os saberes locais, respeitando a diversidade sociocultural dos estudantes.

6. **Acesso a recursos didáticos representativos**

Disponibilizar materiais pedagógicos que retratem a negritude, o território quilombola, suas histórias e tradições, incluindo livros, jogos, filmes, vídeos e recursos digitais produzidos por comunidades quilombolas. Esses recursos devem ser integrados ao currículo de forma transversal, incentivando reflexão, empatia e respeito à diversidade.

7. **Promoção da equidade racial**

Estabelecer a equidade racial como princípio institucional, assegurando que políticas, projetos, formações e investimentos escolares contemplem ações afirmativas e estratégias pedagógicas que combatam o racismo, a discriminação e as desigualdades históricas, garantindo oportunidades iguais para todos os estudantes.

8. **Monitoramento e avaliação contínua**

Implantar indicadores específicos de acompanhamento da educação quilombola, avaliando a participação da comunidade, a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas, o desempenho acadêmico dos estudantes e o impacto das ações na valorização da cultura local e no fortalecimento da identidade quilombola.

11.1.2 Ações Estruturantes para a Educação Quilombola

O fortalecimento da educação quilombola em Serrano do Maranhão exige ações estruturantes, integradas e de longo prazo, articulando políticas pedagógicas, culturais, sociais e de gestão escolar. As iniciativas devem contemplar a participação comunitária, a valorização da identidade local e a implementação de projetos pedagógicos que promovam aprendizagem significativa, inclusão e equidade.

1. **Criação do Programa Municipal de Educação Quilombola**

Instituir um programa específico, com regulamentação própria e plano de ação anual, que oriente todas as políticas, investimentos e projetos relacionados às escolas e estudantes quilombolas. O programa deve incluir metas claras, indicadores de acompanhamento, estratégias de formação docente, suporte às famílias e articulação com políticas públicas de outras áreas, como saúde, assistência social, cultura e agricultura familiar.

2. **Desenvolvimento de material didático específico**

Produzir livros, cartilhas, vídeos, jogos e recursos multimídia que retratem a história, a cultura, os modos de trabalho, festas, saberes ancestrais e práticas cotidianas das comunidades quilombolas de Serrano. Esses materiais devem ser integrados ao currículo escolar e utilizados em atividades pedagógicas, garantindo representatividade, valorização cultural e aprendizagem contextualizada.

3. **Implementação de projetos integradores**

Estabelecer projetos pedagógicos que articulem conteúdo curricular, práticas culturais e participação comunitária. Exemplos:

- **Memórias do Quilombo**: registro oral e documental das histórias de vida, saberes e trajetórias das famílias quilombolas.
- **Territórios de Ancestralidade**: valorização do território, preservação ambiental e educação patrimonial.
- **Saberes Tradicionais e Agroecologia**: projetos que relacionem práticas agrícolas sustentáveis, alimentação saudável e aprendizado prático em sala de aula.
- **Narrativas Afroquilombolas para as Novas Gerações**: oficinas de contação de histórias, literatura e produção audiovisual com participação de estudantes e comunitários.

4. **Formação continuada para docentes e gestores**

Oferecer capacitação permanente sobre história e cultura africana, currículo quilombola, práticas antirracistas, pedagogia inclusiva e metodologias contextualizadas. Essa formação deve ocorrer em diferentes modalidades — presencial, híbrida e virtual — garantindo a participação de professores de escolas rurais e multisseriadas.

5. **Parcerias estratégicas com a comunidade quilombola**

Estabelecer cooperação com lideranças comunitárias, associações quilombolas, movimentos culturais e organizações reconhecidas pelo INCRA. A participação das comunidades deve ser efetiva na elaboração de projetos, seleção de conteúdos pedagógicos, acompanhamento de atividades escolares e avaliação de resultados, fortalecendo o protagonismo social e educativo das famílias.

6. **Garantia de infraestrutura adequada**

As escolas quilombolas devem contar com condições físicas e logísticas que favoreçam a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes. Isso inclui transporte escolar seguro e regular, alimentação saudável e culturalmente adequada, materiais pedagógicos representativos, salas climatizadas e espaços adaptados para atividades culturais e práticas comunitárias.

7. **Monitoramento e avaliação**

Implementar indicadores de acompanhamento do impacto das ações quilombolas na aprendizagem, inclusão e participação comunitária. Avaliar semestralmente os projetos, a formação docente, a infraestrutura e os resultados educacionais, permitindo ajustes contínuos e aprimoramento das políticas implementadas.

11.2.1 Educação Afro-Brasileira

A educação afro-brasileira deve ser compreendida como uma política pública estratégica, capaz de promover a valorização da história, cultura e identidade do povo negro, bem como combater práticas discriminatórias e racismo estrutural que ainda persistem em diferentes esferas sociais e escolares. Em Serrano do Maranhão, município com forte presença de comunidades afrodescendentes e quilombolas, é imprescindível que as escolas incluam, de forma transversal e contínua, conteúdos que valorizem a contribuição dos africanos e afro-brasileiros para a construção do país, consolidando uma educação crítica, emancipadora e promotora de equidade racial.

Objetivos centrais da educação afro-brasileira:

- **Conhecimento da história de África, da diáspora africana e do papel dos africanos na construção do Brasil:**

  Promover a compreensão do papel histórico, político, econômico e cultural dos povos africanos e afrodescendentes, desde a escravidão até as contribuições contemporâneas. Isso inclui estudo das lutas por liberdade, direitos civis, movimentos culturais e sociais que impactaram e ainda impactam a sociedade brasileira.

- **Reconhecimento da contribuição afro-brasileira na cultura, religiosidade, culinária, língua, artes e ciência:**

  Destacar a presença e influência afro-brasileira em todos os campos do conhecimento e da prática cultural, como música (samba, maracatu, bumba meu boi), dança, culinária tradicional, literatura, ciência, religião e saberes populares. Isso contribui para a valorização da identidade dos estudantes e da comunidade local.

- **Combate ao racismo estrutural e institucional em todas as práticas escolares:**

  Capacitar professores e gestores para identificar e combater preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias no ambiente escolar, garantindo que políticas afirmativas, inclusão e diversidade sejam incorporadas em planejamentos, avaliações e projetos pedagógicos.

- **Valorização da estética negra: cabelos, corpos, fenótipo e identidade:**

  Implementar ações que promovam a aceitação da estética negra e da diversidade corporal e fenotípica, rompendo padrões eurocêntricos predominantes e fortalecendo autoestima e pertencimento dos estudantes afrodescendentes.

Ações recomendadas para implementação efetiva da educação afro-brasileira em Serrano:

1. **Inserir conteúdos afro-brasileiros em todas as áreas do conhecimento, de forma contínua e sistemática:**
   - Integrar conteúdos históricos, geográficos, literários, artísticos e científicos relacionados à África e à diáspora africana no currículo de todas as disciplinas, evitando a abordagem apenas em datas comemorativas como 20 de novembro (Dia da Consciência Negra).
   - Desenvolver sequências didáticas contextualizadas, ligando saberes afro-brasileiros a experiências locais e à realidade cotidiana dos estudantes, tornando o aprendizado significativo.
2. **Criar um Núcleo Municipal de Implementação da Lei 10.639/03:**

- Estruturar um núcleo dentro da SEMED ou do próprio Conselho Municipal de Educação, responsável por orientar, acompanhar, capacitar e monitorar a implementação da lei nas escolas.
- Produzir materiais pedagógicos, guias, planos de aula e programas de formação continuada voltados para professores e gestores.
- Garantir o apoio técnico e supervisão contínua para promover práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas.

3. **Promover projetos estruturados e contínuos, fortalecendo práticas antirracistas:**
   - **"Consciência Negra Todo Dia"**: atividades permanentes nas escolas que incentivem debates, pesquisas e produções sobre cultura afro-brasileira, figuras históricas e contemporâneas negras, lendas, mitos e saberes tradicionais.
   - **"Rodas de Memória e Identidade"**: encontros periódicos com estudantes, familiares e comunidade para discutir ancestralidade, histórias locais e trajetórias de resistência afrodescendente, fortalecendo o vínculo entre escola e território.
   - **"Escola Antirracista em Ação"**: oficinas, cursos e campanhas permanentes de conscientização para professores, estudantes e famílias, com foco na desconstrução de preconceitos e promoção de justiça social.
4. **Organizar feiras culturais afro-brasileiras e eventos comunitários:**
   - Realizar feiras, exposições, apresentações artísticas e atividades culturais que valorizem a culinária, música, dança, artesanato e saberes tradicionais afro-brasileiros.
   - Incentivar a participação ativa de estudantes, professores e famílias, fortalecendo o protagonismo juvenil e comunitário.
   - Estimular parcerias com universidades, grupos culturais e associações locais para ampliar o alcance e a qualidade das atividades.
5. **Produzir e disponibilizar materiais pedagógicos que valorizem personalidades negras do Maranhão e do Brasil:**
   - Criar bibliotecas temáticas, acervos digitais e materiais didáticos que apresentem biografias, obras e conquistas de intelectuais, cientistas, artistas e lideranças negras.
   - Integrar essas referências a projetos de pesquisa escolar, trabalhos de campo e atividades interdisciplinares, promovendo aprendizagem significativa e identidade positiva.
   - Garantir que materiais pedagógicos respeitem diversidade étnico-racial, combatam estereótipos e incentivem o reconhecimento da importância histórica e contemporânea da população negra.

11.2.2 Educação Indígena

Embora Serrano não possua aldeias indígenas oficialmente reconhecidas, a educação indígena deve ser incorporada de forma sistemática ao currículo municipal como estratégia para promover o respeito à diversidade cultural, fortalecer a consciência histórica e valorizar a pluralidade de saberes do Brasil. A implementação da Lei 11.645/08 é essencial para garantir que os estudantes tenham contato com a história, a cultura, os direitos, os modos de vida e as contribuições dos povos indígenas, promovendo compreensão intercultural, respeito às identidades originárias e o reconhecimento da diversidade étnico-racial como patrimônio cultural da nação.

A educação indígena deve ser planejada de forma transversal, permeando diferentes áreas do conhecimento e articulando-se com projetos interdisciplinares, atividades culturais, oficinas, feiras, tecnologias digitais e estratégias de aprendizagem ativa. Essa abordagem permite que os estudantes não apenas conheçam conteúdos teóricos, mas vivenciem experiências práticas e sensíveis sobre as culturas indígenas brasileiras, desenvolvendo empatia, senso crítico e valorização da diversidade.

Ações recomendadas:

1. **Inserir conteúdos sobre povos indígenas em todas as áreas do conhecimento:**
   - Garantir que disciplinas como História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa, Artes e Educação Ambiental contemplem a história, a organização social, a territorialidade, os saberes tradicionais, cosmologia, arte, linguagem e formas de resistência dos povos indígenas.
   - Articular conteúdos indígenas com projetos escolares integrados, promovendo a transversalidade e o desenvolvimento de competências de análise crítica, cidadania e respeito à diversidade.
   - Relacionar os conteúdos com a realidade local e regional, destacando contribuições culturais indígenas para o Maranhão e o Brasil, como práticas agroecológicas, festividades, lendas, culinária e manifestações artísticas.
2. **Desenvolver projetos pedagógicos específicos:**
   - **"Memórias Indígenas no Maranhão"**: levantamento de histórias, mitos, lendas e práticas culturais indígenas, utilizando registros escritos, audiovisuais, narrativas orais e entrevistas com especialistas, pesquisadores e mediadores culturais. Incentivar estudantes a produzir relatórios, apresentações e produções multimídia sobre a cultura indígena.
   - **"Arte e Saberes Indígenas"**: oficinas de artesanato, pintura, música, dança e expressão corporal, promovendo vivências práticas das culturas indígenas. As atividades podem incluir a produção de objetos simbólicos, encenações de lendas e integração de elementos culturais indígenas em feiras e apresentações escolares.
   - **"Cidadania e Direitos Indígenas"**: estudo sobre direitos constitucionais, políticas públicas voltadas para povos indígenas, preservação de territórios, patrimônio ambiental e cultural. Trabalhar questões de sustentabilidade, ética, responsabilidade social e cidadania, articulando teoria e prática em debates, simulados e atividades de investigação.
3. **Criar materiais pedagógicos diversificados e contextualizados:**
   - Produzir livros, cartilhas, infográficos, vídeos, podcasts e jogos educativos que representem a diversidade linguística, cultural e social dos povos indígenas brasileiros.
   - Garantir que os materiais contemplem narrativas de diferentes regiões e etnias, incluindo imagens autênticas, linguagens acessíveis e linguagens multimodais que estimulem o interesse e a participação ativa dos estudantes.
   - Incorporar tecnologias digitais para difusão dos conteúdos, como vídeos, podcasts, blogs e plataformas interativas, promovendo o aprendizado multimodal e a inclusão digital.
4. **Promover palestras e atividades com especialistas e instituições de referência:**
   - Articular parcerias com universidades, museus, institutos de pesquisa e organizações voltadas à educação indígena para capacitação docente, realização de palestras, visitas técnicas e orientações pedagógicas.
   - Convidar pesquisadores, mediadores culturais, líderes indígenas (quando possível) e representantes de instituições reconhecidas para conduzir oficinas, debates e rodas de conversa, proporcionando aos estudantes experiências diretas de aprendizado e interculturalidade.
5. **Realizar eventos culturais e feiras temáticas:**
   - Organizar feiras culturais, exposições de artesanato, apresentações de música, dança e teatro que aproximem a comunidade escolar e a sociedade civil das culturas indígenas.

- Promover atividades que estimulem o protagonismo dos estudantes, como encenação de histórias e lendas, construção de maquetes de aldeias, exposições de trabalhos artísticos e apresentações artísticas integradas às disciplinas escolares.
- Integrar as ações a datas comemorativas e projetos intersetoriais, fortalecendo o vínculo entre escola, comunidade e cultura indígena, e promovendo respeito, valorização e reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Mais ações recomendadas:

- **Desenvolver projetos como "Brasil Indígena Vivo"**

Este projeto deve articular atividades de pesquisa, registro e divulgação da história, cultura e saberes indígenas em contextos escolares. Os estudantes podem participar de levantamentos de mitos, lendas, tradições e práticas culturais, produzindo relatórios, vídeos, podcasts e exposições. A iniciativa deve incluir oficinas de expressão artística, musical e corporal indígena, estimulando vivências práticas e promovendo o protagonismo estudantil.

- **Realizar colaborações com universidades e museus para conhecimento da cultura indígena**

Estabelecer parcerias formais com instituições de ensino superior, museus etnográficos e centros de pesquisa especializados em povos originários. Estas colaborações podem envolver visitas técnicas, palestras, oficinas formativas para professores e estudantes, bem como o desenvolvimento conjunto de materiais pedagógicos atualizados e contextualizados, garantindo rigor científico e relevância cultural.

- **Trabalhar com materiais atualizados sobre os povos originários**

Criar e disponibilizar livros, cartilhas, infográficos, vídeos e conteúdos digitais que representem fielmente a diversidade dos povos indígenas brasileiros, suas línguas, cosmologias, artes, práticas sociais e territoriais. Os materiais devem ser integrados ao currículo de forma contínua, incentivando projetos interdisciplinares, debates e reflexões críticas sobre direitos, cidadania e pluralidade cultural.

- **Promover experiências de interculturalidade, artesanato indígena e rodas de conversa com representantes de etnias (quando possível)**

Organizar oficinas práticas de artesanato, música, dança e culinária indígena, permitindo que os estudantes vivenciem os saberes tradicionais. Sempre que viável, convidar representantes de etnias ou mediadores culturais para participar de rodas de conversa, palestras e debates, promovendo diálogo direto entre estudantes e portadores da cultura. Essas experiências devem valorizar o respeito às diferenças, incentivar a empatia, o pensamento crítico e a compreensão da diversidade étnica e cultural do Brasil.

11.3 Educação para a Igualdade de Gênero, Sexualidade e Diversidade Religiosa

O respeito às identidades de gênero, orientações sexuais e crenças religiosas constitui um dos pilares dos direitos humanos e da construção de uma escola democrática, inclusiva e promotora de justiça social. Em Serrano do Maranhão, onde a diversidade cultural, social e religiosa é expressiva,

a educação para as diversidades deve ser transversal, permeando o currículo, as práticas pedagógicas, a gestão escolar e os projetos comunitários.

A escola tem a responsabilidade de assegurar que cada estudante seja reconhecido, respeitado e protegido contra qualquer forma de discriminação, violência simbólica, bullying ou preconceito, promovendo ambientes seguros, acolhedores e formativos. A educação para a igualdade deve contemplar a construção de valores de respeito, solidariedade, empatia e cidadania ativa, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres.

11.3.1 Igualdade de Gênero

A escola deve promover relações igualitárias, combater o sexismo e incentivar a participação plena de meninas, meninos e pessoas de diferentes identidades de gênero em todos os espaços escolares, sejam eles pedagógicos, culturais, esportivos ou de liderança estudantil. Entre as ações recomendadas destacam-se:

- **Projetos sobre protagonismo feminino e masculinidades positivas:** desenvolver atividades e campanhas que incentivem a liderança feminina e o engajamento de meninos em comportamentos respeitosos, solidários e inclusivos, desconstruindo estereótipos de gênero.
- **Combate a violências de gênero:** implementar políticas e protocolos de prevenção e enfrentamento ao assédio, abuso sexual, violência doméstica e casamento infantil, com atenção especial a estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- **Incentivo à participação em áreas estratégicas:** promover ações para estimular a presença e protagonismo de meninas e mulheres em disciplinas tradicionalmente sub-representadas, como ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática, garantindo equidade nas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional.
- **Produção e uso de materiais educativos inclusivos:** desenvolver e disponibilizar livros, vídeos, cartilhas e recursos pedagógicos que valorizem mulheres negras, indígenas, rurais e pessoas LGBTQIA+ do Maranhão, reforçando a representatividade e inspirando estudantes de todas as idades.
- **Formação continuada de docentes:** capacitar professores e gestores sobre educação em gênero, diversidade sexual e inclusão, preparando-os para identificar e intervir em situações de discriminação, criar práticas pedagógicas inclusivas e incorporar o tema em atividades curriculares e extracurriculares.
- **Monitoramento e avaliação:** estabelecer indicadores para acompanhar a efetividade das políticas de gênero na escola, registrando a participação dos estudantes, a implementação de ações educativas e o impacto nas relações interpessoais e na vivência escolar.

11.3.2 Educação para Sexualidade

A educação para a sexualidade deve ser abordada de forma responsável, científica e respeitosa, integrando aspectos biológicos, psicológicos, sociais, afetivos e culturais. Seu objetivo central é promover o desenvolvimento saudável dos estudantes, capacitando-os para tomar decisões conscientes, prevenir riscos e construir relações pautadas no respeito, na empatia e na autonomia.

Essa abordagem não se configura como sexualização precoce, mas sim como educação para proteção, autocuidado e autonomia, permitindo que crianças, adolescentes e jovens compreendam seus corpos, sentimentos e direitos, além de desenvolverem habilidades para enfrentar situações de vulnerabilidade. A educação para a sexualidade também contribui para a promoção da igualdade de gênero e do combate a todas as formas de violência, discriminação e preconceito.

Focos prioritários:

- **Prevenção de violências, ISTs e gravidez precoce:** fornecer informações precisas sobre prevenção, métodos de proteção, consentimento e direitos reprodutivos, integrando conteúdos de saúde e cidadania.
- **Construção do autocuidado:** estimular hábitos de higiene, cuidado com o corpo, reconhecimento de sinais de vulnerabilidade e desenvolvimento de competências para proteção pessoal.
- **Consciência corporal e emocional:** promover atividades que desenvolvam a percepção do próprio corpo, autoestima, autocontrole emocional e respeito aos limites individuais.
- **Respeito ao outro e às escolhas individuais:** fomentar valores de tolerância, empatia e reconhecimento das diferenças, incluindo orientações sexuais, identidade de gênero e decisões pessoais.

Ações recomendadas:

- **Parcerias intersetoriais:** estabelecer colaborações permanentes com as secretarias de Saúde, Assistência Social e Juventude, garantindo suporte técnico, material educativo e acompanhamento de ações preventivas.
- **Projetos temáticos:** desenvolver programas como *"Juventudes e Autocuidado"*, abordando sexualidade, relações afetivas, prevenção de violência e promoção de direitos, de forma participativa e contextualizada à realidade local.
- **Formação docente especializada:** capacitar professores e gestores sobre abordagens éticas, científicas e pedagógicas da sexualidade, oferecendo instrumentos para conduzir debates, atividades práticas e projetos educativos de maneira segura e adequada à faixa etária.
- **Materiais pedagógicos diversificados:** criar e distribuir cartilhas, vídeos, infográficos e recursos digitais que representem diferentes corpos, identidades e experiências, promovendo inclusão e representatividade.
- **Integração curricular e transversalidade:** inserir conteúdos sobre sexualidade, saúde sexual e direitos reprodutivos em diferentes áreas do conhecimento, garantindo abordagem contínua e articulada com projetos interdisciplinares.
- **Monitoramento e avaliação:** acompanhar a participação estudantil, a eficácia dos projetos e a redução de riscos, documentando resultados e ajustando estratégias conforme as necessidades da comunidade escolar.

11.3.3 Diversidade Religiosa

A educação para a diversidade religiosa deve ser entendida como um componente essencial da formação cidadã, da construção de valores democráticos e da promoção de respeito à pluralidade cultural e espiritual da comunidade. Em Serrano do Maranhão, marcada por expressiva diversidade de crenças — incluindo religiões de matriz africana, cristianismo, comunidades evangélicas, católicas, espíritas e tradições populares — a escola tem o dever de criar ambientes educativos inclusivos, respeitosos e livres de discriminação.

Princípios fundamentais:

- **Respeito à liberdade religiosa:** assegurar que estudantes, professores e famílias possam exercer e manifestar suas crenças, de forma consciente, livre e segura, sem interferência ou imposição de práticas religiosas.

- **Combate à intolerância e preconceito religioso:** implementar ações preventivas e educativas contra discriminações, especialmente dirigidas a religiões de matriz africana e tradições populares, historicamente marginalizadas.
- **Valorização da pluralidade de crenças:** reconhecer e integrar o conhecimento sobre diferentes expressões religiosas na vida escolar, promovendo diálogo e convivência pacífica entre diferentes grupos.

Ações práticas recomendadas:

- **Semana Municipal da Diversidade Religiosa:** promover atividades pedagógicas, culturais e reflexivas que explorem a história, os rituais e as contribuições das diferentes tradições religiosas presentes no município.
- **Rodas de diálogo com líderes religiosos locais:** criar espaços periódicos de interação entre estudantes, professores e representantes das comunidades religiosas, fortalecendo a compreensão mútua e a tolerância.
- **Materiais educativos inclusivos:** produção de cartilhas, vídeos, exposições e recursos didáticos que valorizem a história das religiões brasileiras e suas manifestações culturais, garantindo representação de todas as tradições.
- **Política de não discriminação:** regulamentar claramente a proibição de práticas discriminatórias na escola, como bullying religioso, exclusão de estudantes em função de suas crenças ou imposição de práticas ritualísticas.
- **Projetos interdisciplinares:** integrar conteúdos sobre diversidade religiosa em áreas como história, geografia, artes, literatura e educação cívica, estimulando reflexões sobre direitos humanos, cidadania e justiça social.
- **Formação docente:** capacitar professores e gestores sobre pluralidade religiosa, legislação vigente, mediação de conflitos e práticas pedagógicas que promovam inclusão e respeito à diversidade de crenças.

11.4 Mecanismos de Monitoramento e Avaliação da Educação para as Diversidades

Para garantir que as políticas de educação para as diversidades sejam efetivas, sustentáveis e impactantes, é imprescindível a criação de mecanismos claros de acompanhamento, avaliação e aprimoramento contínuo.

Estratégias recomendadas:

- **Indicadores de igualdade racial e de gênero:** estabelecer métricas específicas que permitam medir participação, desempenho, inclusão e redução de desigualdades entre diferentes grupos étnicos, raciais e de gênero.
- **Relatórios semestrais das escolas:** obrigar cada unidade escolar a registrar, sistematizar e analisar práticas antidiscriminatórias, promovendo transparência e responsabilidade pedagógica.
- **Observatórios de violência racial, de gênero e religiosa:** criar estruturas municipais para mapear, registrar e analisar ocorrências de discriminação, bullying, assédio ou violência, permitindo intervenções rápidas e preventivas.
- **Avaliação das formações e projetos implementados:** verificar a eficácia de programas, cursos de capacitação e projetos de valorização da diversidade, ajustando metodologias e estratégias conforme resultados obtidos.

- **Cultura de escuta dos estudantes:** promover fóruns, entrevistas, questionários e assembleias para captar percepções e experiências dos estudantes sobre inclusão, respeito à diversidade e convivência escolar.
- **Integração com o Conselho Municipal de Educação (CME) e Conselho Escolar:** garantir supervisão e orientação sobre políticas de diversidade, promovendo participação da comunidade escolar na construção e monitoramento das ações.
- **Divulgação de boas práticas:** criar relatórios públicos e seminários para compartilhar experiências exitosas, inspirando outras escolas e fomentando cultura de valorização da diversidade.

11.5 Recomendações Gerais para Inserção no PME

A inserção de políticas de educação para as diversidades no PME de Serrano do Maranhão deve ser sistemática, articulada e integrada às demais estratégias municipais, visando garantir equidade, respeito à pluralidade cultural e valorização das identidades locais.

1. **Criar a Coordenação Municipal de Educação para a Diversidade**

• Estabelecer uma unidade administrativa específica na SEMED responsável pelo planejamento, monitoramento e avaliação de políticas voltadas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e religiosa.

• Atuar em articulação com escolas, Conselhos Municipais e instituições parceiras para implementar programas, formações e projetos estratégicos.

• Coordenar campanhas de sensibilização, eventos culturais e projetos pedagógicos de inclusão e respeito às diferenças.

2. **Incluir a temática das diversidades em todos os programas de formação continuada**
   • Garantir que cursos, oficinas e capacitações para docentes e gestores contemplem conteúdos sobre igualdade racial, educação quilombola, afro-brasileira, indígena, de gênero e diversidade religiosa.

   • Desenvolver módulos específicos para mediar conflitos, reconhecer preconceitos, elaborar práticas pedagógicas antidiscriminatórias e fomentar protagonismo estudantil.

   • Incentivar troca de experiências entre escolas e redes públicas e privadas que apresentem boas práticas na área da diversidade.

3. **Garantir financiamento para projetos quilombolas, afro-brasileiros, de gênero e diversidade religiosa**

• Destinar recursos do FUNDEB, PDDE e de parcerias com universidades, ONGs e empresas para viabilizar ações estruturadas e contínuas.

• Apoiar produção de materiais pedagógicos, eventos culturais, feiras temáticas e programas de formação que valorizem as especificidades locais.

• Assegurar sustentabilidade financeira para projetos intersetoriais que promovam inclusão social, equidade e valorização cultural.

4. **Desenvolver pesquisas locais para subsidiar políticas educacionais**

• Realizar estudos sobre o perfil sociocultural, étnico-racial e religioso da comunidade escolar.

• Mapear práticas educativas inovadoras e inclusivas já implementadas nas escolas do município.

• Sistematizar os resultados para orientar decisões pedagógicas, curriculares e de gestão da diversidade.

5. **Incluir metas específicas para equidade no acesso, permanência e sucesso escolar**

• Estabelecer indicadores de participação, aprendizagem, evasão e permanência diferenciados por gênero, etnia, situação socioeconômica e diversidade cultural.

• Acompanhar de forma contínua os resultados e adotar medidas corretivas sempre que houver desigualdades.

• Incentivar programas de tutoria, reforço escolar e acompanhamento individualizado para grupos historicamente marginalizados.

6. **Assegurar participação da comunidade no desenvolvimento curricular**

• Promover conselhos e fóruns com representantes quilombolas, lideranças culturais, associações comunitárias e familiares para contribuir na elaboração do currículo municipal.

• Integrar saberes tradicionais, práticas culturais e experiências locais aos conteúdos escolares, fortalecendo identidade e pertencimento.

• Garantir que as decisões curriculares reflitam a diversidade do território e contemplem todas as dimensões culturais, sociais e étnicas presentes na comunidade.

7. **Criar protocolos antidiscriminatórios para as escolas**

• Desenvolver normas e procedimentos claros para prevenção e enfrentamento de discriminação racial, religiosa, de gênero, orientação sexual ou qualquer forma de preconceito.

• Capacitar gestores, professores, funcionários e estudantes sobre a aplicação desses protocolos e sobre direitos humanos na escola.

• Estabelecer canais de denúncia, acompanhamento de casos e ações de mediação, assegurando proteção, acolhimento e reparação quando necessário.

12. Conclusão

Considerações Finais e Compromisso com a Implementação das Políticas Educacionais

A elaboração deste Plano Municipal de Educação de Serrano do Maranhão constitui-se em um grande exercício coletivo de diagnóstico, planejamento, reflexão crítica e projeção de futuro. Ao longo do processo de construção, constatou-se a necessidade de articular as demandas locais às diretrizes constitucionais que asseguram o direito à educação pública com qualidade social. Assim, este PME não é apenas um documento burocrático, mas um instrumento orientador de desenvolvimento humano, inclusão cidadã e justiça social para os próximos dez anos, garantindo que o município avance de forma sustentável e equitativa na consolidação de sua política educacional.

Ao integrar as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e do Documento Integrado da ADE dos Guarás, este Plano reafirma a importância de construir um sistema educacional alinhado às legislações e políticas públicas contemporâneas. O PME também incorpora normativas fundamentais como a Lei 10.639/03, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira, a Lei 11.645/08, referente às culturas indígenas, e as políticas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, assegurando uma abordagem comprometida com a diversidade e com a equidade.

A conclusão deste documento reafirma que a implementação efetiva das metas aqui estabelecidas depende tanto da capacidade técnica da gestão quanto do engajamento da comunidade escolar e da sociedade civil. O PME será tão potente quanto forem os esforços coletivos mobilizados em seu favor. Isso exige compromisso político, administrativo e pedagógico, assim como uma postura ética voltada à transparência, à corresponsabilidade e ao controle social. A educação pública é uma construção permanente e, por isso, cada gestor, servidor, educador, estudante e família assume papel fundamental no acompanhamento e fortalecimento deste Plano.

Um dos pilares essenciais deste PME é a convicção de que a educação municipal deve ser guiada por políticas estruturantes e de longo prazo, para que não seja interrompida pelas mudanças de gestão. Isso exige instituir rotinas de monitoramento contínuo, com encontros periódicos, relatórios de análise de indicadores, reuniões intersetoriais e participação social ampliada. A cada ciclo anual, será necessário verificar avanços, identificar lacunas e realinhar ações, garantindo que o município avance de forma constante, sem retrocessos, assegurando a execução plena das metas.

Além disso, a melhoria da aprendizagem e a permanência dos estudantes na escola exigem um conjunto de políticas articuladas — pedagógicas, sociais e estruturais — que respondam às especificidades da realidade local. Serrano do Maranhão convive com desafios estruturais típicos de municípios rurais e interioranos, como desigualdades socioeconômicas, dificuldades de acesso a serviços básicos, limitações de transporte escolar, distâncias geográficas significativas e condições climáticas que interferem na rotina escolar. Esses fatores foram amplamente considerados na elaboração deste Plano e reforçam a necessidade de políticas sensíveis ao território e às identidades locais.

Outro ponto fundamental que orienta esta conclusão é o reconhecimento de que a valorização dos profissionais da educação é elemento indispensável para garantir avanços significativos. Não é possível transformar a educação sem investir em salários, condições dignas de trabalho, formação continuada, estabilidade profissional e suporte pedagógico contínuo. Professores motivados,

valorizados e bem formados são capazes de promover práticas pedagógicas inovadoras, estimular a aprendizagem significativa e contribuir para que estudantes se sintam pertencentes ao ambiente escolar.

A formação continuada assume, portanto, centralidade no processo de implementação do PME. É essencial que o município mantenha programas de aperfeiçoamento que incluam temas como metodologias ativas, educação para as relações étnico-raciais, inclusão, avaliação formativa, multiletramentos, uso pedagógico de tecnologias e adaptação curricular. Além disso, é indispensável que as formações sejam contextualizadas com a realidade de Serrano, garantindo que os professores possam trabalhar de maneira mais próxima das vivências culturais e sociais de seus estudantes.

O compromisso com a diversidade, tema amplamente discutido ao longo do PME, também se reafirma nesta conclusão. Serrano do Maranhão possui comunidades quilombolas, ribeirinhas, negras, populações tradicionais e manifestações culturais profundamente enraizadas na história do território. A educação municipal deve, portanto, promover pedagogias que valorizem esses saberes, rompam com visões eurocêntricas e combatam o racismo, a discriminação de gênero e todas as formas de intolerância religiosa ou cultural. Uma educação que reconhece e respeita sua população transforma a escola em espaço de pertencimento, acolhimento e afirmação identitária.

A educação inclusiva, por sua vez, é abordada neste Plano como um compromisso inegociável. A garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a ampliação da acessibilidade física e pedagógica, o suporte às escolas para elaboração de planos individualizados e a formação de equipes multidisciplinares são ações indispensáveis para assegurar que todos os estudantes — com ou sem deficiência — tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento. A inclusão, portanto, não é apenas um discurso, mas uma política que deve ser vivida diariamente nas escolas.

Outro eixo fundamental é o financiamento da educação. Sem recursos adequados, nenhuma política se sustenta. A boa gestão dos recursos do FUNDEB, PDDE, PNATE, PNAE, políticas estaduais e convênios federais é essencial para garantir condições estruturais, pedagógicas e administrativas. É tarefa da gestão municipal planejar de forma responsável, priorizando investimentos estratégicos, fortalecendo a infraestrutura escolar, equipando salas de aula, ampliando recursos pedagógicos, garantindo transporte e alimentação adequados, e assegurando a valorização dos profissionais.

Da mesma forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tão relevante para o município, deve ser tratada como uma política de inclusão cidadã e econômica. A EJA tem o potencial de transformar trajetórias interrompidas, fortalecer a autoestima de jovens e adultos, ampliar oportunidades de trabalho e promover autonomia. O PME reafirma, nesta conclusão, que a EJA precisa ser fortalecida com metodologias diferenciadas, material didático adequado, formação de professores e articulação com políticas de geração de renda e qualificação profissional.

A integração entre escola, família e comunidade, pilar essencial deste PME, também precisa se consolidar de maneira mais efetiva. A participação das famílias no processo educacional não deve ser vista apenas como convocação para reuniões, mas como construção de um vínculo permanente de corresponsabilidade. Programas de formação para pais, projetos comunitários, eventos culturais, ações de fortalecimento da identidade local e incentivo à leitura em casa são estratégias que podem transformar significativamente os resultados educacionais.

Além disso, a escola precisa se consolidar como espaço de promoção da cultura, da cidadania e da vida comunitária. Projetos interinstitucionais com igrejas, associações, sindicatos, movimentos culturais, grupos juvenis e entidades sociais podem contribuir de forma significativa para

democratizar conhecimentos, fortalecer vínculos e ampliar as oportunidades de aprendizagem. A educação não acontece apenas dentro da sala de aula; ela é fruto de todo um ecossistema social que precisa estar alinhado às metas estabelecidas.

A infraestrutura escolar, outro componente crítico, também é destacada nesta conclusão. O município deve manter investimentos contínuos em reformas, ampliações, modernização tecnológica, construção de ambientes educativos e aquisição de materiais pedagógicos. Ambientes adequados favorecem a permanência, reduzem a evasão e melhoram a aprendizagem. As escolas da zona rural, em especial, devem receber olhar prioritário, garantindo equidade no acesso e no atendimento.

Finalmente, esta conclusão destaca que o PME só alcançará seus objetivos se houver esforço coordenado, monitoramento contínuo e compromisso político. A cada dois anos, a gestão deve apresentar publicamente relatórios de avaliação, assegurando transparência, participação popular e controle social. As metas não são estáticas; são indicadores de progresso que devem ser revisados conforme as necessidades do território.

Portanto, este Plano Municipal de Educação marca o início de uma nova fase no município de Serrano do Maranhão. Uma fase de compromisso com a qualidade social da educação, com a inclusão, com a equidade e com a formação cidadã. É um documento vivo, que deve orientar decisões, inspirar práticas pedagógicas e fortalecer a esperança de um futuro melhor. Que sua implementação seja conduzida com responsabilidade, ética, sensibilidade social e profundo respeito à dignidade humana, garantindo que cada estudante serranense tenha acesso a uma educação transformadora, libertadora e verdadeiramente pública.